



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

“A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos
florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica
no legislativo brasileiro.

TATIANE DOS SANTOS DUARTE

Brasília
2011

TATIANE DOS SANTOS DUARTE

“A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro.

Orientadora: Prof^a Lia Zanotta Machado (DAN/UnB)

Dissertação submetida ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Dra. Lia Zanotta Machado (DAN/ UnB - presidente)

Dr. Emerson Giumbelli (UFRGS)

Dra. Carla Costa Teixeira (DAN/ UnB)

Dra. Soraya Fleisher (DAN/UnB) Suplente

Brasília, agosto de 2011

A minha família mitológica: Oxalá criador que guarda todos os filhos de fé; Odô Iá minha mãe Yemanjá que me dá altivez, voluntariedade, força, rigor, ímpeto e grandes aspirações; Okê Arô meu Pai Oxossi que aguça meus sentidos e estimula meu raciocínio pela Linha do Conhecimento.

A minha família terrena. Meus avós Tales e Edith (in memoriam) e Nestor (in memoriam) e Luiza pela ascendência; Aos meus pais Racine e Marli pela criação; A minha irmã Bianca pelo convívio. Ao Gabriel, por existir.

“Bem-aventurado o homem que acha sabedoria
e o homem que adquire conhecimento”

Provérbios 3:13

AGRADECIMENTOS

Agradecer as pessoas que nos são caras parece tarefa fácil depois que escrevemos uma dissertação. Todavia, retribuir em palavras o que as pessoas nos deram em ações, gestos, afeições e sentimentos enseja rememorar emoções, lugares e movimentos nos quais nos encontramos. Por isso mesmo, esta dissertativa é fruto de movimentos meus, destas pessoas com as quais escolhi viver (ou fui escolhida a viver com) e dos mundos que habitei. Antes mesmo de entrar para a faculdade tive a oportunidade ganhar outra família: a “família hand”. Amizade e lealdade que perdura por tantos anos mesmo após tantas ausências e distâncias minhas, agradeço-os por fazer parte de minha vida.

Estas palavras que ora escrevo tiveram início em Seropédica onde iniciei minha aprendizagem sobre *relativizar* pessoas e crenças bem diferentes do meu mundo epistemológico. Na Rural conheci muita gente, aprendi muito, fiz amigos para vida toda. Lá recebi não apenas orientação acadêmica e colegas de pesquisa, ganhei amigos também para toda vida. No Rio, a cidade que Oxalá me fez *na(i)scer* e viver, fui conhecendo e aprendendo com muitas pessoas que passaram por minha vida, no pré-vestibular comunitário, na Losango, na Casa Rui, nos mundos caóticos e maravilhosos cariocas. Quando fui morar em Brasília – um mundo muito diferente do Rio – tive que aprender novos movimentos e formas de habitação. Ganhei também uma variedade de amigos. Saio de Brasília e vou morar *no* Codó, interior do Maranhão, pensa “*mermão*” na radicalidade da alteridade? Outros mundos, novas pessoas.

Já dediquei esta dissertação aos meus ascendentes espirituais por minha vida e existência. A Vó Luiza que sempre esteve presente em minha vida. Ao Vô miúdo e ao tempo que pude passar com ele nesta vida. A Vó Edith que também sempre se fez presente. Aos meus pais Racine e Marli pela liberdade e pela confiança que me permitiram trilhar tantos mundos, com meus próprios passos, me tornando quem sou. A minha irmã Bianca que me ensina muito sobre o biológico e o cultural. Ao Gabriel a quem devoto um amor maior pra além desta vida. A minha família extensa (consangüínea, agregados e agregadores, sem distinção) agradeço por sempre estar lá, reunida, fazendo aquela comilança, bebedeira e bagunça, sempre quando retornava pro Rio. A minha dinda Marineuza e ao Tio Tadeu, por tudo, tudo mesmo.

A Rosa por seu humor que me encanta e por sua competência voraz. A Adriana pela amizade, pelas conversas e por me ajudar com as minhas coisas no DAN. A Cris pela solicitude de sempre. Ao Paulo pelas conversas futebolísticas. Aos professores do DAN. A Christine Alencar pela delicadeza. A Kelly Silva pela firmeza comigo. A Antonádia Borges pelas epistemologias. A Patrice Shuch pela gentileza. Ao Guilherme Sá (carioca e vascaíno como eu) por me fazer sentir em casa. Ao Marcelo Rosa (SOL/UnB) pela pessoa que é.

A Lia Zanotta que aceitou o desafio de orientar-me nesta empreitada. Agradeço pelas brilhantes idéias que procurei abarcar nesta dissertação.

A banca examinadora, Carla Teixeira, Emerson Giumbelli e Soraya Fleisher por avaliarem minhas palavras.

A minha “base emocional” que me aceitou assim do jeito que sou: Puto Velho, Xuxu, Lucicreide, Ferdinanda, Sasá, Robinho, Aline, Dona Rita, Silvana, Diguinho e Digão. Aos demais colegas do curso de História da UFRuralRJ e os outros tantos que fiz na Rural (Milena, Tati, Cabeça, Marcelo, Calouro, Teco). Aos ruianos: Jessika, Raquel, Isabel, Lillian, Rogério e Lia Calabre. Aos amigos da antropologia catacumbeira pelas incursões na ciência e na vida candanga: Martina (com quem convivi cotidiana e alcoolicamente em Bsb e *no* Codó), Fafá (e André), Michel e Diogo (arrasadores de mexicano); Josué (meu irmão *non sense*), Yoko, Júlia, Sandro, Alda, Júnia, Sol, Gonza, Gleides, Fernando Firmo, Lillian, Elena. Carlos Alexandre (pelos conselhos sábios e pelos almoços alcoólicos), Anderson (pela amizade sincera). Ao encontro com Amanda: das afinidades aleatórias em minhas primeiras pegadas por Bsb a uma amizade para toda a vida. A Rosa Castro pela afinidade nos temas “de gênero” e pela ajuda com a impressão e entrega desta dissertação. Aos demais colegas da Katakumba pelas conversas, cafés, cigarros/fumaças e trocas antropológicas.

A minha turma de mestrado: Gustavo Augusto, Fernando Natal, João Guilherme, Simone, Anna, Pati, Patrick, Fausto, Tiago Aragão, Pedro Pires (também pela ajuda com o inglês) e Rafa pelas cervejas, potlachs, discussões e desentendimentos analíticos. Tiagão por sua grande presença em minha vida candanga. Gusta e Luci pela parceria nos movimentos da vida.

Aos meninos e meninas do samba das Sociais que alegraram minha vida em Brasília. Ao Olavo pela parceria sambística e por me aconselhar parar de guerrear. Aos amigos do Dojo, Alexandre e Márcia por me mostrar outros ambientes em Bsb. A Mariana Pettinari que adotou minha vida em Bsb. As amigas CDI, nosso clube da Luluzinha: Andréa, Blenda, Carol e Sammia pelos encontros leves e de plena diversão.

Aos Parasitas Garbosos que encantam meu carnaval.

Aos amigos que a antropologia seropedicence/ruralina me deu: Diene, Nilton, Gilmara e Helder, Maríticia, Nélia, Camilia, Cinthia, Wecisley.

A Caê e Ric pela generosidade que não cabe aqui. Pelos momentos de garbosidade, comensalidade e alcoolidade, mas sempre com muita intelectualidade! [sic] Agradeço meu encontro com vocês neste mundo!

Ao João e a nossa busca do impossível da alma um do outro...

As pessoas de fé e sem fé que habitam o subterrâneo do legislativo brasileiro. Minhas palavras são fruto de vossos movimentos!

Ao CNPQ pelos 24 meses de bolsa de mestrado sem a qual minha vida em Brasília não seria possível.

Agradeço também aqueles que me possibilitaram, mais uma vez, habitar os ambientes da universidade pública brasileira. Minha segunda “casa”, na qual acredito e tenho fé. Espero retribuir com ensino e conhecimento sempre público, gratuito e de qualidade.

RESUMO

Esta dissertação analisa, a partir do trabalho de campo empreendido nas atividades da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, como estes parlamentares participam de tempos e espaços do legislativo. Deste modo, trago a descrição etnográfica os discursos destes deputados religiosos que denotam, mormente, uma “guerra santa” entre os “ungidos” e o Inimigo que ocupa o mundo da política e o espaço público brasileiro. Assim, suspeito que presenciemos contemporaneamente uma maior dessectarização de grupos evangélicos na política quando estes agentes procuram não apenas se tornar a Igreja do amanhã (concorrendo com a Igreja Católica pela posição de religião civil). Mas, sobretudo, tornar, através da participação na política, o mundo dos ímpios o mundo dos justos. Ora, considero, por isso mesmo, as formas particulares de aquisição de sutilezas e de competências necessárias a fim de profissionalizar o político e as relações políticas nas quais estes políticos se engajam. Deste modo, os evangélicos também têm que aprender tais habilidades especialmente por que estão no processo de construção de uma herança histórica na política. Por fim, analiso como os evangélicos, enquanto políticos profissionais, agenciam uma forma de representação e participação políticas que considera tanto o exercício cotidiano da fé quanto uma espécie de investimento nas atividades do século, reinterpretando, assim, o histórico processo de secularização do Estado.

ABSTRACT

This research analyzes, based on fieldwork done in the Frente Parlamentar Evangélica of Brazilian National Congress how such congressmen take part in the dynamic and space of the Legislative power. Thus, I make an ethnographic description of the discourses of these congressmen, which are mainly based on a “holy war” between the “consecrated” ones and the enemy that occupies the political world and the Brazilian public sphere. Therefore, I suspect that we currently watch a larger “dessectarização” of evangelic groups in politics when such agents seek not only to become the church of tomorrow (competing with the Catholic Church for the position of civil religion), but, overall, to transform, through their political participation, the world of the impious in the world of the just. So I consider, because of this, the particular ways of acquisition of subtleties and competences necessary to professionalize the politicians and the political relations that surround them. This is because the evangelic also have to learn such abilities, especially because they are in a process of construction of a historical heritage in politics. At last, I analyze how the evangelic as professional politicians make way to a form of political representation and participation that considers both the daily exercise of faith and a kind of investment in the activities of the century, reinterpreting, thus, the historical process of state secularization.

LISTA DE SIGLAS

AD – Assembléia de Deus

ANC – Assembléia Nacional Constituinte

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

CCJC – Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

CEC – Comissão de Educação e Cultura

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

CFT – Comissão de Finanças e Tributação

CLP – Comissão de Legislação Participativa

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COAUD – Coordenação de Áudio Visual

CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais.

MBS – Movimento Brasil sem Aborto

PL – Projeto de Lei

PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos, versão terceira.

PRC – Projeto de Resolução da Câmara

LISTA DE PARTIDOS

DEM – Democratas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: NOTAS SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA.....	14
CAPÍTULO 1: UMA ESCRITA ETNOGRÁFICA SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO.	20
PORQUE ESTÁ ESCRITO: DESTRUIREI A SABEDORIA DOS SÁBIOS, ANIQUILAREI A INTELIGÊNCIA DOS INTELIGENTES. 1 CORÍNTIOS 1:19.....	32
ALI ESTAVA A LUZ VERDADEIRA, QUE ILUMINA A TODO O HOMEM QUE VEM AO MUNDO. JOÃO 1:9	37
PORQUE, EM PARTE, CONHECEMOS, E EM PARTE PROFETIZAMOS; 1 CORÍNTIOS 13:9	50
CAPÍTULO 2: A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO. AÇÃO POLÍTICA E (IN)VOCAÇÃO RELIGIOSA.....	55
QUEM É ESTA FRENTE QUE FAZ FRENTE?.....	55
O DESTINO POLÍTICO MANIFESTO DOS EVANGÉLICOS: REESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL.....	63
CULTUANDO O DEUS VIVO NO LEGISLATIVO BRASILEIRO.....	72
DA LIMINARIDADE DA SITUAÇÃO ETNOGRÁFICA AOS ACHADOS ANTROPOLÓGICOS.....	83
CAPÍTULO 3: POR QUE OS PARLAMENTARES EVANGÉLICOS OCUPAM O MUNDO DA POLÍTICA?: A MISSÃO POLÍTICA DO POVO UNGIDO DE RESTAURAR A NAÇÃO BRASILEIRA.	92
“GUERRA SANTA” NO LEGISLATIVO: O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO PURIFICADA PELO SANGUE DO CORDEIRO!.....	92
“A ORDENANÇA DE DEUS CONTRA OS TENTÁCULOS DO INIMIGO”: CRENTES E RELATIVISTAS DISPUTANDO CRENÇAS NO LEGISLATIVO.....	125

CAPÍTULO 4: A GOVERNANÇA DA “VIDA EM SI” E A MOBILIZAÇÃO ESTRATÉGICA EVANGÉLICA EM TEMPOS E ESPAÇOS DO LEGISLATIVO BRASILEIRO.....	139
UM ENCONTRO PELA VIDA: AS IMBRICAÇÕES DOS LAÇOS ESPIRITUAIS E DOS LAÇOS POLÍTICOS NO COTIDIANO DO LEGISLATIVO.....	140
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO LEGISLATIVO CONTEMPORÂNEO. A DEFESA DE PROJETOS DE LEI “PELA VIDA EM SI” NA <i>CASA DO POVO</i>	156
CONCLUSÃO	192
EPÍLOGO: UMA ANEDOTA OU UM CASO ETNOGRÁFICO... ..	199
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
ANEXOS.....	215
ANEXO 1: COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 52ª LEGISLATURA (2003-2006).....	216
ANEXO 2: COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 53ª LEGISLATURA (2007-2010).....	220
ANEXO 3: COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 54ª LEGISLATURA (2011-2014).....	224
ANEXO 4: COMPOSIÇÃO DE DEPUTADOS EVANGÉLICOS NAS COMISSÕES PERMANENTES DA CASA EM 2010	227

INTRODUÇÃO

Notas sobre religião e política...

*“O mundo não funciona apenas com crenças.
Mas dificilmente consegue funcionar sem elas”.*

Clifford Geertz

Esta dissertação tem como tema a relação entre política e religião e considera os modos pelos quais a Frente Parlamentar Evangélica atua no legislativo brasileiro. Minha escolha pelos evangélicos causa surpresa entre meus colegas e amigos, desde os tempos da graduação. Talvez por que eles me considerem “muito moderna” para estudar pessoas consideradas senso ordinariamente “não modernas”. De fato, há muitas diferenças entre minhas epistemologias e as de “meus nativos”. Mas, por isso mesmo, me dediquei à antropologia e sua sensibilidade vocacional de entender outros modos de pensar e agir no mundo. E escrever sobre estas cosmologias tão diferentes das do antropólogo. É neste sentido que mesmo tendo escolhido um tema tão controverso não me vejo numa empreitada mais desafiadora que as de meus colegas do mestrado. Todos nós, com maior ou menos afinidade com nossos nativos, buscamos na antropologia um modo de aprender com projetos e crenças díspares, relacionar-se com pessoas diferentes de nós e escrever sobre estas pessoas e seus modos de estar no mundo.

De todo modo, escrever sobre a Frente Parlamentar Evangélica e sobre evangélicos na política demanda exercitar cotidianamente aqueles pares caros aos antropólogos: estranhamento/relativização, eu/outro, familiar/exótico. No meu caso, requer também “estar pronta” para presenciar nossas crenças (os princípios democráticos, a diversidade cultural, os direitos humanos, a igualdade de gêneros) serem atacadas por nossos nativos. Cenário que é radicalizado quando a antropóloga (religiosa, mas não cristã) se posiciona a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo e da legalização do aborto.

Por isso, o meu desafio antropológico enquanto “moderninha” durante o trabalho de campo e, especialmente, durante o estar aqui, no momento mesmo de escrever sobre o que vivenciamos em campo, foi conciliar o profundo respeito por pessoas, coisas e crenças religiosas com as minhas próprias crenças. De fato, em alguns momentos da escrita, me via

constrangida em escrever sobre as crenças daquelas pessoas não relativistas, crentes, quase dogmáticas. Pessoas estas que me receberam na sala da Frente Parlamentar Evangélica, que se dispuseram a falar sobre suas vidas e sobre o Congresso Nacional. Por isso, procurei escrever sobre elas, aprender sobre suas crenças, sem fazer quaisquer julgamentos sobre suas ações. Intencionei, sobretudo, descrever densamente o que vi e vivenciei durante os cinco meses do trabalho de campo no Congresso Nacional. Todavia, a despeito do meu interesse e respeito por fenômenos, pessoas e coisas religiosas, especialmente quando vinculados à política, o trabalho de campo e a escrita desta dissertação se deu em meio a tensões, dificuldades, receios. Por isso, como antropóloga, mas não antifetichista, privilegiei, de algum modo, nas etnografias descritas nesta dissertação, o modo insano como vivi entre epistemes e crenças durante o estar lá e o estar aqui.

De todo modo, meu interesse pela relação entre política e religião vem desde a graduação quando me vinculei a um projeto de pesquisa de caráter antropológico que tinha como tema a relação entre política local e religiões evangélicas. Desde 2004, me debruço a entender as lógicas pertinentes a imbricação entre fé e política em diferentes espaços e tempos sociais, vinculada, sobretudo, as relações de gênero e de poder. Assim, quando iniciei o mestrado em antropologia social na UnB, continuei a me interessar por estas questões. Ora, mas como meu tema de análise se inscreve no mundo e se tornou objeto antropológico? No início do mestrado comecei a me indagar como se estabelecia a vinculação entre religião e política considerando uma análise microscópica; de que modo os evangélicos estariam atuando na arena política a nível nacional; como as diferentes confissões evangélicas se faziam presentes nas diferentes pautas do governo brasileiro; como as religiões saíram do espaço privado a qual foram confinadas com o advento do Estado moderno tornando sua presença não apenas pública, mas produtora de efeitos especialmente para a pauta de garantia de direitos?

Quando iniciei o trabalho de campo com a Frente Parlamentar Evangélica em março de 2010 percebi que estudar o sagrado de outrem, no meu caso, requeria entender como o sagrado atua na política e como a política vem sendo agenciada por crenças religiosas que a tornam o espaço legítimo promoção da redenção da Nação brasileira. Deste modo, o objetivo central desta dissertação é, a partir da observação participante, apontar como a FPE atua na política e que efeitos tal participação engendra na vida social brasileira.

De todo modo, falar de religião na modernidade requer trazer à baila o conceito de laicidade do estado, pois, a temática da secularização ainda constitui um tema fundamental para os estudiosos do fenômeno religioso. Do mesmo modo, falar de religião no mundo moderno implica considerar como o religioso se relaciona com a modernidade e com os Estados e leis democráticas. Se a humanidade vive a “secular age” como disse Charles Taylor há que se investigar como o processo de secularização se relaciona com as modificações e reificações sofridas pela crença na sociedade moderna bem como quais são as condições (históricas e contextuais) das crenças nas sociedades modernas.

Devemos lembrar que o Estado moderno não se desvinculou da religião, mas sim, abarcou demandas religiosas de Igrejas que também tiveram que considerar o Estado. Neste cenário, modernidade e religião se relacionam, pois, a primeira criou os critérios de atuação da segunda no Estado moderno. Por isso mesmo, o modelo de laicidade deve ser apreendido não como um arcabouço teórico separado da religião. Mas sim, uma idéia que deve ser analisada como um das modalidades concernentes à relação entre religião e Estado (Giumbelli, 2002). Por isso mesmo, procurei investigar a relação entre religião, política e sociedade considerando a laicidade não como pólo de oposição a religião, pois, entendo que, para sermos modernos, não precisamos negar quaisquer aspectos, coisas ou seres religiosos. Como propôs Daniele Hervier-Léger (1999) o desafio para os estudiosos da religião neste século é buscar uma abordagem sociológica que analise o tema considerando que o mundo deixou de ser prioritariamente religioso (no sentido da uniformidade cristã medieval). Todavia, o mundo moderno continua a vivenciar a religião, mas por dinâmicas de movimento de pessoas, crenças e coisas religiosas diferenciadas (mobilidade, dispersão, retornos, reconfigurações, substituições, confirmações) que marcam a paisagem religiosa do início do século XXI.

Sendo assim, empreendi-me, pois, em escrutinar aspectos da relação entre política e religião em tempos e espaços da vida social do nosso país considerando que Estado, modernidade, política, fé e religião estão imbricados na sociedade brasileira de forma complexa. Logo, analisar tais relações requer politizar fatos, feitos, fetiches, pessoas, fenômenos e não purificá-los. Deste modo, a tão conhecida descrição densa, interpretativa, localizada e microscópica, que distingue e decifra aquilo que as pessoas dizem que fazem é

a opção analítica desta dissertação a fim de apreender nuances da relação entre religião e política no nosso país.

Ora, de fato, meu campo foi marcado por uma “guerra de imagens” entre a imagem que pretendia fixar emblemas morais e religiosos como caros a sociedade brasileira e a que intencionava corroborar valores democráticos como a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, já conquistados. Deste modo, procurei entender como a FPE articula os tempos da política e da religião no legislativo brasileiro e como política sacralizada e política profana se justapõem dependendo das operações estratégicas em jogo nas relações políticas. Sendo assim, considereirei que as condutas políticas de evangélicos na democracia representativa também se relacionam com “procedimentos políticos adotados em outras estruturas sociais” (Canêdo, 2005, p. 477), como a religião, por exemplo. Do mesmo modo, considereirei que “efeitos políticos” (Canêdo, 2005, p. 504) são produzidos a partir dos discursos da FPE sobre moralidade dos costumes e formação de uma Nação redimida.

Todavia, não proponho um “projeto de destruição” entre imagens e crenças díspares, pois, privilegio trânsitos e deslocamentos entre o “tempo da política” e o tempo da igreja, sobreposições entre o púlpito e o palanque. Sendo assim, procurei entender um “problema” controverso não apenas a partir do arcabouço teórico da secularização, mas através de uma “cascata de imagens”. É nesse sentido que esta dissertação procura, de algum modo, (re)fabricar coisas religiosas, explicitar a santidade da religião, a crença nos fetiches, o culto ao transcendente, os ícones mandados do céu, a força das ideologias do texto bíblico. Do mesmo modo, em alguns momentos, os fluxos de discursos aqui descritos distinguem fatos de fetiches, mas também os imbrica em fe(i)tiches. Por isso mesmo, esta dissertativa procura apontar como laicidade, direitos, liberdade religiosa, construídos por mãos humanas do mesmo modo que dogmas, fundamentos e religiões, são agenciados no legislativo brasileiro.

Assim, recusei-me a entender por que as coisas não estão no lugar onde deveriam estar, pois entendi que há “infinitamente mais agentes [e agências] no mundo do que correntemente imaginam nossas ciências humanas” (Tarde, 2007, p. 3). O objetivo aqui não é ordenar o caos, deixo isso para os evangélicos do Congresso Nacional, mas apontar polêmicas e controvérsias e os desafios que este cenário nos impõe enquanto antropólogos. Logo, esta dissertação não produz imagens a ver veneradas eternamente, mas sim ditos e

feitos, intenções e gestos, fluxos de discursos, fatos e feitos provisórios sobre a relação entre religião e política no legislativo contemporâneo brasileiro.

Partindo destas idéias e posicionamentos, esta dissertação foi construída a partir de quatro eixos de orientação.

No capítulo um procurei apontar como me movimentei no subterrâneo do legislativo no sentido de conhecer os sujeitos de pesquisa. Do mesmo modo, tendo como cenário as eleições majoritárias de 2010, procurei investigar de que forma a FPE atuou em tempos e espaços do legislativo engendrando controvérsias no espaço público brasileiro a partir da participação na política institucional. No capítulo dois, analisei a participação de deputados evangélicos na ANC (1987) relacionando-a a instauração da FPE no Congresso Nacional em 2003. Do mesmo modo, descrevi etnograficamente os cultos evangélicos realizados pela FPE no cotidiano do legislativo a fim de entender como a política é sacralizada pelo sagrado e como o sagrado é invocado no espaço da política. A meu ver, os cultos evangélicos enquanto rituais antropológicos se constituem como lugar privilegiado do deslizamento entre fé e política realizado pela FPE na *Casa* legislativa.

No capítulo três através da descrição etnográfica densa de dois eventos analiso como crenças religiosas orientam o *modus operandi* da FPE no legislativo. Considero também como a união cristã entre evangélicos, católicos e espíritas produzem a idéia de “maioria moral” que deve ser atendida pelo Estado no que tange a aprovação de projetos de lei que propõem valores morais para a Nação brasileira. Em contraposição as demandas oriundas de uma minoria perniciosa. No capítulo quatro, também etnográfico, tendo como cenário a tramitação do Estatuto do Nascituro na Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF, analisei como crenças religiosas são operacionalizadas nos discursos de parlamentares evangélicos nas atividades próprias do legislativo (elaboração de projetos de lei, audiências públicas, sessões ordinárias das Comissões).

Vale dizer que os parlamentares vinculados a FPE bem como os demais deputados referenciados nesta dissertação não tiveram seus nomes alterados uma vez que são pessoas de carreira e de notoriedade públicas. As demais pessoas aqui citadas que possuem cargos públicos (como Ministros, juízes), aquelas que tem notoriedade no campo de discussão marcado nesta dissertação (representantes de entidades pró-vida, do movimento feminista) também não tiveram suas identidades resguardadas, pois, seus discursos grafados nesta dissertação foram proferidos em tempos e espaços oficiais e públicos do Congresso Nacional. Todavia, aquelas pessoas com as quais conversei durante o trabalho de campo nos diferentes ambientes da *Casa* legislativa, funcionários, secretários e colaboradores da FPE tiveram seus nomes alterados. Deste modo, resguardo as identidades destes sujeitos que não possuem carreira política e/ou religiosa de notoriedade procurando, assim, não romper com o decoro da relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

CAPÍTULO 1

Uma escrita etnográfica sobre religião e política no legislativo brasileiro.

“Porventura a Deus se ensinaria ciência, a ele que julga os excelsos?”¹

Dissertar sobre um grupo cujas demandas suscitam tantas polêmicas e controvérsias no espaço público brasileiro parece tarefa árdua que mesmo a sensibilidade antropológica tem dificuldade em grafar numa “etnografia densa”. Minhas primeiras linhas visíveis sobre o trabalho de campo na Câmara dos Deputados se iniciam justamente quando a relação entre religião e política preenche a tela da televisão, os noticiários dos telejornais, as matérias de destaque das revistas de grande circulação, os blogs e sites da internet, as discussões do Facebook.

Ainda no primeiro turno da eleição presidencial o tema da legalização do aborto torna-se, pois, o centro dos debates das propostas e propagandas de campanha dos candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT). Setores políticos à direita e algumas denominações cristãs (católicas e evangélicas) iniciam uma panfletagem a nível nacional “pelos valores da família” se contrapondo à proposta de legalização da prática do aborto. Ocorre, contudo, uma divisão dentro mesmo de segmentos religiosos e políticos por conta da filiação a um dos presidenciáveis². Parte do setor marcado como conservador se posiciona publicamente contra a candidata Dilma Rousseff conclamando “a família brasileira” a não votar num partido que tem como pauta legalizar o aborto no país³. Bispos católicos e pastores evangélicos utilizam o espaço sagrado da igreja e o da Internet para “recomendar” aos fiéis que não votassem naqueles ímpios que se contrapunham aos valores retos da família, da fé e da moral cristã brasileira.

¹ Jô 21:22.

² A invasão do “tempo da política” também se dá na esfera religiosa, pois, “também é comum que a política entre nas igrejas, dividindo fiéis e, mesmo, sacerdotes, gerando artifícios capazes de conciliar uma certa distância institucional com os engajamentos pessoais, ilustrado na fórmula de alguns pastores de Pernambuco: ‘A igreja não se mete em política, mas meu voto é do Fulano’” (Palmeira & Heredia, 1997, p. 178).

³ Em 2009, os deputados cristãos Henrique Afonso e Luis Bassuma se posicionaram contra a orientação do PT em relação à descriminalização do aborto discutida e aprovada no 3º Congresso Nacional do partido. A secretaria nacional de mulheres do PT requisitou durante a assembléia do partido a expulsão destes parlamentares. A resolução da Comissão ético-disciplinar do PT deliberou pela suspensão de Luis Bassuma (por um ano) e de Henrique Afonso (por 90 dias) e de seus direitos partidários por conta das atitudes ofensivas dos parlamentares aos seus pares favoráveis a descriminalização do aborto. Ambos os deputados saíram do partido (para não perder o mandato) e encontraram espaço de atuação “pela defesa da vida” dentro do PV (Entrevista com uma assessora do CFEMEA, 12 de novembro de 2010).

Ora, a antropologia da política já consagrou que no “tempo da política⁴” a divisão entre facções é de caráter “costumeiro” e não permanente (Palmeira, 1996, p. 43). Sendo assim, alguns destes políticos e/ou religiosos se opuseram durante o governo Lula, no âmbito do legislativo, por exemplo, ao Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (como veremos no capítulo 3). Contudo, no tempo das eleições de 2010 estes mesmos agentes se unem “pró-Dilma” garantindo que a candidata, sendo eleita, não feriria os princípios basilares da cultura e da religiosidade brasileira. Já os líderes religiosos se valendo de seu capital e prestígio perante a “comunidade de fé” se unem a favor da candidatura de Dilma Rousseff afirmando, pois, a religiosidade e o compromisso da candidata com a “preservação da vida” e com os “valores sagrados” da família brasileira.

Há, de um lado, a faceta do jogo político, artil e melindroso (Palmeira & Heredia, 1997, p. 159), quando sujeitos procuram se posicionar no espaço do Executivo e do Legislativo a ser redimensionados com a eleição do novo presidente da República e do novo Congresso Nacional. Do outro, sacerdotes concorrem pelo “monopólio da gestão dos bens de salvação⁵” (Bourdieu, 2001, p. 57) e pela primazia das Igrejas cristãs como defensoras dos bons costumes da sociedade brasileira. Autorizados pelo “tempo da política” estes atores empregam suas reputações e suas carreiras religiosas à campanha de seus escolhidos como “pessoas morais” (Mauss, 2003) utilizando, sobretudo, recursos materiais (espaço na internet, nos templos, discussões em blogs, Plenário do Congresso Nacional) que norteiam os compromissos e os projetos políticos que se lançam.

Sendo assim se alianças e filiações são características próprias da “festa da política” a divisão e os conflitos⁶ também o são. Ainda no primeiro turno das eleições, no

⁴ “Tempo da política”, termo nativo, comum em várias regiões do Brasil, foi reapropriado por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1997) para expressar não somente o início do período eleitoral, mas também, a interrupção do tempo do cotidiano. Deste modo este “tempo” acaba, pois, sobrepondo às atividades cotidianas reconhecidas e legitimadas historicamente, outros tipos de eventos. Nesse sentido, a política “divide” e “ameaça” tornando-se necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar” (Palmeira, 2006, p. 141).

⁵ Com as devidas ponderações contextuais e relacionais ressalto que “em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social” (Bourdieu, 2001, p.57).

⁶ A hostilidade entre as facções traz, pois, segregações, debates, cismas. Deste modo, “o caráter ameaçador da política é reforçado pelo fato de o ‘tempo da política’ ser um tempo de explicitação de conflitos, dos

lado evangélico, Silas Malafaia, pastor da Assembléia de Deus, primeiro orienta o voto em Marina Silva, depois em José Serra. Numa nova polêmica Malafaia alega que Marina Silva não se comprometera com as bandeiras do Evangelho⁷. Edir Macedo, Bispo da Universal do Reino de Deus, veicula que Dilma Rousseff está sendo vítima de mentiras e que os cristãos devem utilizar os meios de comunicação para pregar o Evangelho e não “fazer o jogo do diabo”⁸. Aliás, no segundo turno das eleições, Malafaia e Macedo estabelecem mais uma querela referente ao posicionamento político de ambos⁹. No lado católico, o bispo Luiz Gonzaga Bergonzini foi acusado de distribuir nas paróquias de Guarulhos/SP panfletos que orientam a não votar em Dilma Rousseff¹⁰. Em Canindé, no Ceará, José Serra e Tasso Jereissati causam confusão durante uma cerimônia de veneração a São Francisco. Sendo aquela uma “festa religiosa”, o padre solicita que os políticos não atrapalhassem o objetivo principal da confraternização repudiando, pois, os panfletos que circulavam no templo contra a candidata petista: “a Igreja não está autorizando isso!”¹¹.

A Comissão Brasileira de Justiça e Paz¹², organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, lança em 06 de outubro de 2010 uma nota oficial sobre “o momento político e a religião” lamentando os episódios recentes quando “grupos, em

políticos em primeiro lugar, mas não apenas deles. O cotidiano também é feito de conflitos, mesmo quando se pensa em termos de união. (Palmeira & Heredia, 1997, p. 167).

⁷ Ambos trocaram Cartas-respostas pela Internet referentes ao posicionamento de Marina Silva no tange a legalização do aborto e a realização de um plebiscito para julgar o tema.

Para ver a Carta de Malafaia a Marina <http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/> acesso em 24 de outubro de 2010. Para ver a resposta de Marina a Malafaia <http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/marina+rebate+declaracoes+de+pastor+evangelico+silas+malafaia/n1237789584105.html> acesso em 24 de outubro de 2010.

⁸ Disponível em <http://bispomacedo.com.br/2010/09/28/dilma-e-vitima-de-mentiras-espalhadas-pela-internet/> acesso em 23 de outubro de 2010.

⁹ A acusação de Edir Macedo está disponível em <http://bispomacedo.com.br/2010/09/28/dilma-e-vitima-de-mentiras-espalhadas-pela-internet/> acesso em 23 de outubro de 2010. A resposta de Malafaia está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=OSiubDgIASY> acesso em 24 de outubro de 2010.

¹⁰ Carta Capital, 13 de outubro, ano XVI, n. 617, p. 23.

¹¹ Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2010/10/16/noticiapoliticajournal.2053694/padre-critica-panfleto-contradilma-e-tasso-reage.shtml> acesso em 23 de outubro de 2010.

¹² A Comissão Brasileira Justiça e Paz no Brasil nasceu como extensão da Comissão criada em Roma após o Concílio Vaticano II cujo objetivo inicial era se envolver com “os grandes problemas da justiça social”. Em outubro de 1968, a CBJP é criada no Brasil sob o lema de acabar com a fome e promover a paz no mundo. Com o advento do Ato Institucional nº. 5, a Comissão passou a cumprir um papel de “proteção dos perseguidos pela ditadura”. No final da década de 1970, a CBJP deixou de ser uma Seção da Comissão Pontifícia para se tornar a Comissão Brasileira, entretanto, não deixou de seguir “a sua vocação inicial de animar a presença de cristãos na questão social”, objetivo corroborado pelo Papa João Paulo II, na encíclica Laborem Exercens. Em 1996, a sede da CBJP foi transferida para Brasília. A CBJP continua a defender a pauta de Direitos Humanos e o engajamento da Igreja nas questões sociais. Disponível em <http://www.cbjp.org.br/index.php/sobre/historia-da-cbjp> acesso em 19 de abril de 2011.

nome da fé cristã, têm criado dificuldades para o voto livre e consciente¹³”. Atos que “constrangem nossa consciência cidadã, como cristãos¹⁴”, pois “ferem a maturidade da democracia, desrespeitam o direito de livre decisão, confundindo os cristãos e comprometendo a comunhão eclesial¹⁵”. Nesse sentido, a Comissão reafirma que os fiéis devem escolher o candidato não apenas em consonância com a Doutrina da igreja, mas também por seu comprometimento com assuntos sociais¹⁶.

Entretanto, em 8 de outubro de 2010, uma nota oficial da CNBB ressalta que “diante de tão grande responsabilidade, exortamos os fiéis católicos a terem presentes critérios éticos, entre os quais se incluem especialmente o respeito incondicional à vida, à família, à liberdade religiosa e à dignidade humana¹⁷”. O presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha afirma que “os bispos podem difundir critérios para que o eleitor cristão exerça o voto, desde que não se dirija à nação brasileira, e sim aos fiéis de sua diocese¹⁸”. Vossa Excelência Reverendíssima afirma que não permitir que a Igreja discuta um tema de relevância como o aborto durante as eleições majoritárias é “estabelecer uma ‘ditadura laica’”¹⁹. Como vemos, dentro da Igreja Católica há também dissensos discursivos. A CBJP privilegia o engajamento da Igreja em questões sociais – um cristianismo a favor dos excluídos – e a não orientação do voto. Para a presidência da CNBB os católicos devem se preocupar com questões morais, se opondo, pois, ao laicismo²⁰.

¹³ Disponível em <http://www.cbjp.org.br/index.php/nota-da-comissao-brasileira-justica-e-paz> acesso em 16 de outubro de 2010

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Disponível em Carta Capital “Na Idade Média”, 13 de outubro, ano XVI, n. 617. p. 23

¹⁷ Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/notas-e-declaracoes/4906-nota-da-cnbb-em-relacao-ao-momento-eleitoral> acesso em 16 de outubro de 2010.

¹⁸ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/00I4747074-EI15315,00-CNBB+bispos+tem+direito+de+orientar+fiéis+sobre+candidatos.html> acesso em 22 de outubro de 2010.

¹⁹ Segundo o Bispo o caráter do Estado laico não é ser ateu (até por que “a sociedade brasileira é profundamente religiosa”), pois, a laicidade garante o direito das religiões de discutir temas importantes para a sociedade brasileira por que preconiza também a livre expressão e a liberdade religiosa. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/00I4747074-EI15315,00-CNBB+bispos+tem+direito+de+orientar+fiéis+sobre+candidatos.html> acesso em 22 de outubro de 2010.

²⁰ Segundo Dom Rafael Llano Cifuentes (1989), presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família da CNBB, há uma diferença entre laicidade e laicismo. A primeira seria a “separação lícita e necessária” (p. 157) entre Igreja e Estado. Já a segunda seria uma “separação indiferentista e insustentável” (idem) uma vez que a autonomia do Estado não pode se constituir numa “ordem fechada em si mesma, absolutamente impermeável a ‘ordem teonômica’” (p. 156). Já o padre católico Francisco Faus em textos sobre laicidade, laicismo, Estado laico, pluralismo e liberdade religiosa critica duramente o laicismo que acusa a igreja de obstruir a pesquisa científica e a reflexão racional em nome da fé e dos dogmas religiosos. Segundo ele, “quer-se repisar a velha calúnia iluminista de que a fé seria inimiga da ciência e do progresso, e,

Na contra ofensiva petista, os deputados Walter Pinheiro (PT/BA), Marcelo Crivella (PRB/RJ) e o Bispo da Convenção Nacional das Assembléias de Deus de Madureira Manoel Ferreira (ex-deputado federal) utilizam suas biografias religiosas garantindo a comunidade cristã o compromisso de Dilma Rousseff “pela vida”. Manoel Ferreira assume a coordenação da campanha petista junto aos setores evangélicos. Marcelo Crivella lidera reuniões com comunidades evangélicas pelo país a fim de neutralizar a disseminação *online* de boatos²¹ em relação ao posicionamento favorável ao aborto de Dilma Rousseff. “Como político consagrado” (Barreira, 1998, p. 99) e como evangélico, Walter Pinheiro traz, neste clima *controverso*, o caráter laico do Estado afirmando que “Dilma será presidente do Brasil, não de uma Igreja. Não se pode misturar fé com política²²”. O então senador eleito garantiu que a prerrogativa do Partido dos Trabalhadores é que a mulher que tenha feito aborto ao chegar à rede do Sistema Único de Saúde/SUS seja atendida e não presa. Contudo, Walter Pinheiro fez questão de lembrar seu posicionamento cristão: continuarei votando contra o aborto em quaisquer situações²³.

Deste modo, a legalização do aborto entrara na pauta das campanhas eleitorais sublimando assuntos “de grande porte” como o Pré-Sal, as relações exteriores, a tributação fiscal, o controle da inflação e a privatização de empresas nacionais. José Serra procura apoio de líderes religiosos iniciando uma campanha “a favor da vida” desde o “ventre materno”²⁴. Dilma Rousseff apoiada por políticos e religiosos lança a “Carta ao Povo de Deus”²⁵ garantindo que cabe ao Congresso Nacional a função legislar e buscar conciliar as diferentes demandas vindas da sociedade, especialmente em questões que envolvam valores éticos e morais, como a despenalização do aborto²⁶. Por certo, a esfera religiosa

portanto, inimiga do homem [...]”. Do mesmo modo, distingue que a laicidade requer um mútuo respeito pela autonomia tanto do Estado quanto da religião. Deste modo, numa sociedade pluralista, a laicidade é um lugar de comunicação entre as diferentes tradições espirituais e a nação”. Disponível em http://www.padrefaus.org/?page_id=349 acesso em 21 de abril de 2011.

²¹ Para Palmeira & Heredia (1997) “os boatos – forma cotidiana de comunicação e controle social difuso, mas eficaz – tornam-se mais freqüentes no período eleitoral. No comum dos dias, os boatos são ‘equilibrados’ por boatos opostos, ou neutralizados com o passar do tempo; agora, porém, manipulados pelas facções, tornam armas de guerra, aumentando, para as suas vítimas, o risco de não conseguirem neutralizá-los a tempo, e, para seus autores, o risco da punição” (p.172).

²² Na Idade Média. Carta Capital, 13 de outubro, ano XVI, n. 617, p. 23.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Como vimos nas propagandas eleitorais do candidato veiculadas na televisão.

²⁵ Informativo ao Povo de Deus. Agosto de 2010, p. 5. Disponível também em http://peppercomm.3cdn.net/b4276dcbb22d5590a3_fdm6rkq9l.pdf acesso em 23 de outubro de 2010.

²⁶ Na Idade Média. Carta Capital, 13 de outubro, ano XVI, n. 617, p. 23.

para no tempo da política desde que “o Brasil se tornou Brasil”, contudo, “nunca antes na história deste país”, fé e política se imbricaram como nas eleições de 2010 ao Executivo²⁷.

O modo como estes políticos e religiosos comprometeram (no sentido mesmo de por em risco) suas biografias e carreiras em prol da candidatura de seus escolhidos aponta para a complexidade da relação de natureza moral entre eleitores e políticos (Chaves, 1996, p.132) e entre pessoas políticas e sociedade civil. Por isso, considero que o significado político da *pessoa* “repercute na própria organização do sistema político, na medida em que informa percepções a respeito de sua lógica de funcionamento e, portanto, das escolhas eleitorais” (idem, p.146). Do mesmo modo, se comprometer politicamente significa utilizar habilidades, disposições e competências nas relações políticas que estes sujeitos se engajam. No caso das eleições de 2010, honra e dignidade (política e religiosa) foi utilizada como “valor social” (Teixeira, 1999, p. 3) a fim de conferir “concepções morais particulares” (idem) aos candidatos presidenciais. Este tipo de capital é utilizado e produz efeitos nas relações políticas não apenas no “tempo da política”, mas no próprio jogo cotidiano do Parlamento, pois, através dele os indivíduos produzem e reproduzem “os ideais sociais de seu grupo e adquirem, por isso, reputação”. (Teixeira, 1999, p. 3).

Nesse sentido, este cenário eleitoral marcou-se não apenas por uma disputa por votos, mas pela fixação de imagens (defensores da vida e contrários à vida), ícones (moral religiosa e direitos humanos) e ídolos (os candidatos retos e os ímpios). Considero, pois, que o modo como o tema do aborto adentrou e foi considerado naquele “tempo da política” como um *fe[i]tiche*²⁸ feito por mãos humanas e cultuado, em debates *online* e *offline*, por correligionários, candidatos e filiados, mas também por cidadãos eleitores e segmentos (especialmente religiosos) da sociedade civil. Aquela “guerra de imagens” produzira uma

²⁷ Paul Freston (2006) afirmou: Estado e Igreja não, mas religião e política sim. Nesse sentido, o autor considera que a política pode ser confessional, mas o Estado, não (p. 10). Isso por que, “não devemos acompanhar a música do laicismo militante que deseja excluir Deus e a religião da praça pública” (p. 10). Nesse sentido, para o autor, podemos não concordar com as políticas destes religiosos, mas afirmar que “a religião em si nada tem a ver com a conduta da política é lógica e historicamente falso” (p. 9).

²⁸ *Faitiche* condensa duas fontes etimológicas que apresentam fonemas quase idênticos – *fait* e *fétiche* – que possuem na língua francesa um jogo sutil entre seus sentidos e suas sonoridades. Na acepção de Bruno Latour (2002) “a palavra ‘fato’ parece remeter a realidade exterior, a palavra ‘fetiche’ as crenças absurdas do sujeito. Todas as duas dissimulam, na profundidade de suas raízes latinas o trabalho intenso de construção a verdade dos fatos como a dos espíritos. E esta verdade que precisamos distinguir, sem acreditar, nem nas elucubrações de um sujeito psicológico saturado de devaneios, nem na existência exterior de objetos frios e a-históricos que caíam nos laboratórios como do céu. Sem acreditar, tampouco, na crença ingênua. Ao juntar as duas fontes etimológicas, chamaremos *Fe[i]tiche* a firme certeza que permite a prática passar a ação sem jamais acreditar na diferença entre construção e compilação, imanência e transcendência”. p. 45-46.

“arma cultural” iconoclasta de emblemas e geradora de ódio e de divisão (Latour, 2008, p. 1). Odiosidade e divisão que se intensificaram durante o segundo turno das eleições. Assim, o posicionamento dos candidatos à presidência em relação ao aborto não abordava propostas, apenas cultuava um artefato que *faz e fetichiza* ao distinguir entre o bem e o mal, entre defensores da vida e “assassinos de criancinhas”.

Cultuado por *iconodúlios*²⁹ (Latour, 2002, p. 18) a oposição à descriminalização do aborto positivava as reputações³⁰ políticas e morais dos candidatos, por que os alçava ao lugar de provedores da “agenda de valores” da sociedade brasileira. De fato, a legalização do aborto torna-se naquele tempo e em certos espaços um *fato fetichizado* cultuado por “povos cobertos de amuletos” (religiosos) que ridicularizavam “outros povos cobertos de amuletos” (seculares) (Latour, 2002, p.18) no âmbito das eleições majoritárias ao Executivo. Assim, a fetichização do aborto não apenas “faz-falar³¹” (por que ecoa o eco da moralidade religiosa), mas também “faz-fazer” uma vez que organiza posicionamentos e filiações seja em prol da moral e dos bons costumes seja a favor das liberdades laicas e dos direitos humanos.

Sendo assim, a vinculação entre valores morais e religiosos e pautas de governo nos discursos dos candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) sobre a legalização do aborto ensejou uma “convulsão efêmera” (Giumbelli, 2002, p. 96) sobre o tema da legalização do aborto durante o tempo das campanhas eleitorais³². Considero esta

²⁹ Iconodúlio é aquele que venera representações figurativas sagradas feitas pelo homem a fim de representar por imagens o santo a ser cultuado.

³⁰ Para Bailey (1971) uma das formas de positivar a reputação é “ter um bom nome” que implica em conhecer as regras de como “jogar o jogo social e de como ganhá-lo” (p.2, tradução minha).

³¹ Latour (2002) não cita, mas poderíamos vincular o “faz-falar” aos atos de fala de Austin (1965) que, baseado na linguagem como uma forma de ação, afirma que “todo dizer é um fazer”. Assim, os “atos de fala” consideram que falar é mais do que transmitir uma informação é, sobretudo, uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante. Nesse sentido, Austin (1965) põe em xeque a visão descritiva da língua, ao dizer que uma afirmação pode realizar uma ação mesmo sem descrever nada. Por isso mesmo, considero o “faz-falar” latouriano como um ato de fala austiniano quando o dizer se relaciona não apenas com a mensagem, está imbricado com o ato, com o fato e com o feito (o fait e o fetiche).

³² Kauara Rodrigues, assessora da entidade feminista CFEMEA, em uma entrevista concedida a mim, analisou que o modo como o tema do aborto foi abordado nas eleições de 2010 “teve um aspecto negativo, do uso político do tema, tratado de uma forma enviesada, ligados a aspectos morais e religiosos, não se discutiu a sério esta temática, não se aprofundou”. Por outro lado “permitiu que outros setores da sociedade sentassem e discutissem o tema. Que é um tema muito pouco discutido, tratado com não seriedade, inclusive pela mídia, acho que isso vem mudando um pouco, mas o aborto é muito é tratado nas páginas policias, com este viés criminalizante”. Deste modo, Kauara Rodrigues ressalta que, de algum modo, tal “comoção social” em torno do tema do aborto, trouxe a tona vozes e diálogos na base, pois, “o tema foi mais discutido, setores se manifestaram”. O resultado de tal impacto, segundo ela, se deu no sentido de dialogar aspectos da democracia com a questão do PNDH-3, especialmente, na reafirmação de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres como direitos humanos. Do mesmo modo, aproximou a reivindicação de direitos sexuais e

“convulsão efêmera” como uma controvérsia que pode ser entendida como “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas” (Giumbelli, 2002, p. 96). Nesse sentido, pergunto: em que tempos e em quais espaços fé e política podem ou não se misturar? Que modalidades de religioso e de laicidade são engendradas nestes tempos e espaços da sociedade brasileira? De fato, a legalização do aborto foi o centro das atenções durante o “tempo da política” de 2010. Todavia como esta polêmica nos ajuda a entender as definições de religião no espaço público brasileiro? O que a religião enquanto categoria social revela sobre os “traços constitutivos da sociedade” brasileira (Giumbelli, 2002, p. 97) e como “reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (idem)?

Ora, aquela “guerra de imagens” marcou-se pela a disputa entre a imagem que pretendia fixar emblemas morais e religiosos como caros a sociedade brasileira e a que intencionava corroborar valores democráticos como a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, já conquistados. Por isso mesmo nas etnografias grafadas nesta dissertação proponho não um “projeto de destruição” entre estas imagens. Privilegio não apenas iconoclasmos, mas também um *iconoclash* “que por outro lado, é quando não se sabe, quando se hesita, quando se é perturbado por uma ação para a qual não há maneira de saber, sem uma investigação maior, se é destrutiva ou construtiva” (Latour, 2008, p. 113).

Do mesmo modo, esta dissertativa sobre a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro não possui “o desejo religioso de destruir ídolos para trazer a humanidade ao culto certo do Deus verdadeiro, [nem] o desejo anti-religioso de destruir os ídolos sagrados e trazer a humanidade ao seu perfeito juízo” (Latour, 2008, p. 119). De fato, se intenciono “ir *além* das guerras de imagem” (Idem, p. 137), também produzirei aqui imagens, ícones e ídolos feitos por minhas mãos e cultuados por minha mente de antropóloga. Sendo assim, as imagens produzidas nesta etnografia expressam, sobretudo, a relação entre religião e política em espaços e em tempos quando ambas se imbricam enaltecendo, sobretudo, as pessoas retas, as instituições corretas cujos discursos (mesmo que opostos) proferiram nomes, lançaram idéias e ensejaram sentimentos.

A priori, aquele cenário das eleições de 2010 marcado por valores e por práticas religiosas, parece desfazer a idéia de que “o político” refere-se a um domínio particular

reprodutivos de mulheres às organizações e movimentos democráticos que lutam por reconhecimento de direitos civis e humanos.

que, “de acordo com o paradigma instituído pela modernidade [...], tem indiscutível caráter secular” (Miranda, 1999a, p.282). Sendo assim, mais do que a desprivatização da religião (Casanova, 1999) estaria se conformando uma “passagem da ética e da prática religiosas comunitárias às especificidades do jogo político” (Miranda, 1999a, p. 282). Imbricações nem tão inéditas. Fato é que nas eleições majoritárias de 2010 católicos e evangélicos articularam o religioso e o político segundo suas “particularidades doutrinárias” que versaram sobre a “forma de viver a religiosidade no interior das comunidades de pertença” (idem, p.320). Outrossim, atuaram privilegiando certas práticas como a explicitação do vínculo entre pleitos nacionais e demandas das bases e a utilização de biografias, carreiras, comprometimentos e compromissos políticos como forma de conceber uma “proximidade que cria laços de identificação, permitindo o ideal da comunhão de princípios e interesses semelhantes” (Barreira, 1998, p.44). A saber: entre candidatos corretos e os eleitores cristãos.

Entretanto, o agenciamento da lógica da política pela lógica da religião continua a ensejar perguntas sobre as atividades desses grupos religiosos *na* política (Goldman, 2006). De fato, as causas e os efeitos da entrada de evangélicos na política brasileira engendraram a produção de uma literatura na sociologia e na antropologia da religião bem como nas ciências da religião tão extensa e diversificada quanto são os próprios evangélicos e suas formas de atuação no mundo. Tais estudos privilegiaram, sobretudo, as formas de organização social, cosmológica e ritualista das Igrejas evangélicas bem como a relação entre laicidade, pluralismo religioso, democracia e liberdades religiosas e laicas³³. Vale frisar que países europeus, especialmente a França, experimentam o ressurgimento de aspectos e agentes religiosos no âmbito de seus espaços públicos marcadamente laicos e democráticos. Fato que vem provocando uma releitura sobre o papel da laicidade³⁴.

De todo modo, a relação entre religião e política é tema de meu interesse desde minha inserção numa pesquisa etnográfica num pequeno município da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Tal investigação tinha como objetivo “lidar com o dia-a-dia do ‘tempo da política’ e do ‘tempo da igreja’, isto é, com as racionalidades próprias de cada um desses domínios e com as formas de deslizamento de um para outro”

³³ Para citar apenas algumas obras e alguns autores: Baptista (2009), Birman (2001), Burity (2007, 2008), Campos (2006), Freston 1993, 1994a, 1994b, 1996, 1999, 2006), Giumbelli (2000a, 2000b, 2004, 2008), Machado (1996, 2006), Mafra (2000, 2001), Mariano (1999), Mariz (1997), Montero (2006), Oro (1996, 2008), Oro & Steil (1997) Pierucci (1996), Sanchis (2001), Steil (2001).

³⁴ Sobre este aspecto ver Hermon-Belot & Fath, 2005, Hervieu-Léger, 1999, Davie & Hervieu-Léger, 1996.

(Damasceno, 2004, p. 12). Assim, quando tive a oportunidade de me inserir no grupo da pesquisa “Do dom ao voto: ethos religioso e representação política em um município da Baixada Fluminense/RJ” passei a considerar a possibilidade de investigar as mulheres evangélicas, especialmente por que nos primeiros eventos e rituais políticos e religiosos observados pelo grupo de pesquisa notei que elas agenciavam estes espaços de modo “diferente” ao que pensava.

Como uma não iniciada no ofício antropológico estava, por certo, permeada de pré-conceitos e pré-concepções sobre as mulheres evangélicas. A primeira imagem que tinha destas mulheres era de submissão, resignação e apatia, adjetivos que se contrapunham as qualidades que considerava indispensáveis as mulheres na contemporaneidade: inteligência, escolaridade, independência, ocupação de postos de poder e de comando e uma dose de empoderamento nas relações privadas. Igualmente permeados por pré-conceitos meus colegas de universidade questionavam como conseguia estar em contato com pessoas que “acreditavam” em crenças e não em epistemologias. Assim, fui devidamente “bombardeada” por questões *a la* senso comum entremeadas por espantos faciais: “ah, os evangélicos?”, “por que”?, “nossa que coragem de ficar perto”, “eles fazem lavagem cerebral”, “eles são chatos”, “aqueles que vestem saia comprida neste calor?”.

Contudo, o trabalho de campo é espaço e tempo privilegiados de aprendizagem por que nos ensina não com letras, mas através de relações que estabelecemos com seres de carne e osso. Assim, fui aprendendo a relativizar e a conceber que outras cosmologias habitavam o mundo. Deste modo, continuei a participar das atividades de pesquisa do projeto “Do Dom ao Voto...” procurando mapear mulheres evangélicas que transitavam entre o mundo da política local e o campo religioso evangélico. Nesse sentido, as próprias relações que o grupo de pesquisa estabeleceu durante o trabalho de campo me conduziram a conhecer certas mulheres, em certos tempos e espaços sociológicos. De fato, comecei a trilhar meu próprio caminho de conhecimento a partir de minha preocupação com o modo como etnografar aquelas mulheres que escolhi etnografar. Especialmente por que a sensibilidade vocacional antropológica de estar sensível às alteridades não é algo que se dá de forma automática. Muito menos quando você é um aspirante a antropólogo. Trata-se de uma espécie de exercício mesmo de ouvir os ensinamentos ensinados por nossos sujeitos da pesquisa. De modo geral, havia um “senso” (inclusive meu) que considerava as igrejas

evangélicas androcêntricas por que impediam o exercício de cargos de liderança (pastoreio, sobretudo) às mulheres.

Entretanto, aquelas mulheres que conheci no campo, em diversas atividades do “tempo da política” e do “tempo da igreja” das quais participei, reivindicavam, pois, certa “igualdade de gênero” seja no âmbito das igrejas e da política, seja no espaço doméstico ou no público. Do mesmo modo que reificavam certas categorias do nosso senso ordinário. Sendo assim, atuaram nas campanhas minoritárias de 2004 como candidatas, correligionárias de seus esposos, filhos ou parentes ou como coordenadoras de campanha. Ocuparam os espaços da política local, seja como secretárias de governo, seja como funcionárias de gabinetes. Trouxeram a característica subjetiva da política (Goldman & Sa’ntanna, 1996) em seus discursos, clamando por ajuda dos candidatos ou procurando positivar a reputação de sua família contra os boatos difamatórios dos adversários. Em tais campanhas eleitorais pediram a instalação de uma delegacia da mulher na cidade, ressaltaram a importância da educação e da luta contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres. Conclamavam a adesão das mulheres as campanhas femininas utilizando-se “de símbolos capazes de evocar sentimentos, idéias e crenças” (Barreira, 1998, p. 38) sobre a “condição de gênero”.

Ora, estas mulheres mostraram que se há uma formalização da estrutura há também a possibilidade de manipulação desta estrutura. Sendo assim, meu “modelo ideal” sobre como as mulheres deveriam agir no mundo existia apenas na minha mente de antropóloga, sob formas de construções (aparentemente) lógicas (Leach, 1996). No “modelo real” elas agenciavam os capitais disponíveis circulando, com intensidades diferenciadas, entre os territórios da política, da religião, da casa, e do estado. Por meio de trânsitos e de relações produziram formas diversas de prestígio e de reputação bem como de acesso ao poder. Deste modo, exerciam cargos na Prefeitura, eram diaconisas e presidentes do conselho de mulheres de igrejas evangélicas, eram esposas de pastores e de políticos locais ou ainda “parentes” de alguns dos sujeitos da pesquisa com os quais já havíamos constituído laços de proximidade.

Entretanto, nenhuma destas mulheres brincou com minhas categorias costumeiras como Pastora Inês que dissolveu a lógica coerente do espaço público e do privado fazendo-me entender que em termos de relações de gênero não há apenas relações atomizantes, mas também movimentos relacionais (Duarte, 2010). Conheci Pastora Inês

em uma ritual de promoção de unidade entre as igrejas evangélicas da cidade quando ela foi “interpretada” pela hierarquia eclesial presente tão somente como “esposa de” algum pastor. A priori, Pastora Inês corroborava com aquela pré-concepção que as igrejas evangélicas não permitem que mulheres ocupem espaços de gerência. Contudo, ela rompeu com a Igreja do Evangelho Quadrangular por que o pastor-presidente “não me deixava andar”, ou seja, não a deixava exercer seu dom de “amplificadora da obra de Deus”. No entanto, ela conquistou o cargo de dirigente de um novo ministério por sua capacidade de “ampliar a obra de Deus” e de fazer renascer no Espírito Santo, jovens decaídos em vícios. Contudo, mesmo tendo sido escolhida para ocupar o cargo de dirigente eclesial deste novo ministério, Inês continuava a lutar “como um homem” contra a idéia dos pastores da cidade que a capacidade de guiar um rebanho seria um “apanágio dos homens”. Por meio do argumento que é Deus quem dá capacidade para ser uma autoridade espiritual, Pastora Inês dizia: “a Bíblia fala de Gênesis a Apocalipse sobre a mulher”, ora, a mulher tem lugar de proeminência nos relatos bíblicos “quem viu Jesus primeiro”? questionava.

Entretanto, no plano das relações afetivas e privadas, Inês considerava que sua “carreira de evangélica” se devia a “ajuda” de seu esposo que, mesmo não sendo evangélico, “não se opôs” e “tomava conta do nosso filho quando eu ia fazer missões”. Esposo que se reúne em casa com amigos para jogar e beber cerveja, mas que também ajuda nas obras da Igreja. Por isso mesmo, Inês nunca pensou em tentar converter o esposo ao Evangelho por que respeita a “Ave Maria dele” – uma relação matrimonial que escapa dos “padrões” estabelecidos pela estrutura formal evangélica. Inês é considerada pela membresia dos Ministérios que dirige como uma “mulher firme, dura, que manda e luta como um homem, mas que ajuda, aconselha, escuta”. Uma autoridade eclesial cuja delegação “não vem do sexo”, mas sim “do Espírito Santo de Deus, que capacita ela, para tomar as decisões certas, na hora certa”, como me ressaltou a contadora do Ministério. Ou como afirmou a própria Pastora Inês em uma entrevista: “Deus me deu esta capacidade. Pastora é como um prefeito, a palavra final é dela. Aqui na cidade eu não tenho tanto respeito não, mas em outras cidades eu sou respeitada como uma juíza, por que no fundo eu sou uma autoridade espiritual”.

De fato, o modo como Inês (e as demais mulheres por mim analisadas) transitava entre o espaço e tempo do sagrado e da política local não poderia ser cartografado apenas por coordenadas geográficas traçadas em latitudes e longitudes precisas (Mignolo, 2003).

Isso por que estas mulheres teceram os seus (e os meus) caminhos de conhecimento como um rizoma³⁵ (Deleuze & Guatari, 1997, p. 37), disforme e conectado. Forma de conhecimento rizomática que me possibilitava enquanto pesquisadora reinventar os “lugares comuns” (Brenner, 1998) conferidos às suas atuações, especialmente no espaço da política, considerado, senso-ordinariamente público e masculino. Deste modo, estas mulheres me ensinaram que ao procurar *unidade* em um mundo de *identidades fragmentadas* sentimos um desconforto perante “nossos espelhos de identidade” (Ibidem, p.26). Ora, aquelas mulheres apontaram relação e afinidades e não somente semelhança e identidade (Haraway, 2000, p. 52-53), por isso, primei por uma etnografia que privilegiasse o(s) gênero(s) sempre nas relações. De algum modo, esta *forma* de conhecer pessoas foi em minhas bagagens quando me mudei para Brasília a fim de cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Porque está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios, aniquilarei a inteligência dos inteligentes. 1 Coríntios 1:19.

Ao chegar a Brasília tinha uma vaga idéia sobre o que gostaria de escrever na dissertação. Contudo, passei o primeiro semestre do mestrado em dúvidas se “voltava para casa” e retornava meu contato com estas mulheres que ora descrevi ou se aproveitava a oportunidade de residir em Brasília e investigava a atuação de setores evangélicos na “grande política” (Bailey, 1971). Ainda permeada de dúvidas iniciei a construção de um arquivo *indiciário* (Ginzburg, 2002) sobre um mundo então desconhecido. Passei então a acessar o site da Câmara dos Deputados, procurando *pegadas* de parlamentares filiados a Frente Parlamentar Evangélica (de agora em diante FPE). Logo encontrei alguns indícios sobre a atuação de deputados evangélicos cariocas. Foi o caso de Filipe Pereira³⁶ (PSC/RJ),

³⁵ "Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades" (Deleuze & Guatari, 1997, p. 31).

³⁶ Conheci Filipe Pereira em 2005 na festa de aniversário de seu tio (também evangélico) que era o secretário da pasta de agricultura na gestão do prefeito eleito em 2004, Gedeon Antunes. Em 2006, o grupo de pesquisa acompanhou a campanha de Filipe Pereira por conta do apoio que o candidato, então vereador pelo Rio de

jovem assembleiano e filho do ex vice-presidente nacional do Partido Social Cristão. Numa destas pesquisas encontrei o Projeto de Resolução/PRC nº 113/2008 que propõe alterar a redação do § 1 do artigo 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a fim de que os Presidentes das Comissões profiram no início de cada sessão ordinária as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos”. Na justificativa do projeto lia-se: “Ora, a proteção de Deus é requisito imprescindível para o bom desenvolvimento dos trabalhos ocorridos em toda a Câmara, não somente nas sessões plenárias” (Notas do PRC nº 113/2008, p. 2).

Sendo assim, após achar um “conhecido” continuei meu empreendimento de preencher pastas no notebook com *indícios* destes agentes e daquele ambiente especialmente através do monitoramento de Projetos de Lei propostos pelos parlamentares evangélicos. Vale ressaltar que a página da Câmara dos Deputados possibilita que o pesquisador cadastrado no site selecione as proposições que deseja acompanhar por e-mail. Para isso, o usuário deve acessar a página de busca quer pelo número da Proposição, pelo assunto ou por meio de uma pesquisa completa que o permite encontrar os dados buscados. Deste modo, o usuário pode marcar as proposições que deseja acompanhar utilizando o e-mail cadastrado. Seguindo este procedimento foi possível buscar Projetos que cria ser do interesse da FPE e, encontrando-os, passei a receber notícias sobre quaisquer movimentações de tais proposições, em minha caixa de e-mail.

No caso dos discursos dos parlamentares pude acessá-los também pelo site da Câmara, mas através de outro procedimento³⁷. Ao acessar a página inicial do site da Câmara clicamos na opção “atividade parlamentar” que abre uma caixa que contém outros links. O link o “Plenário” nos direciona a uma página de pesquisa que nos permite acessar discursos, notas taquigráficas, pauta da semana, oradores inscritos, ordem do dia, resultado das votações, lista de presença. Ou seja, toda a movimentação no Plenário é gravada, transcrita e disponibilizada no site. Através destes suportes de pesquisa, oferecido pelo próprio campo, pude acompanhar os movimentos dos parlamentares evangélicos de casa. Outrossim, passei a assistir diariamente a TV Câmara: matérias, entrevistas, programas bem como a transmissão ao vivo das sessões do plenário ou das comissões.

Janeiro, havia dado a campanha de nosso interlocutor privilegiado José Camilo, também do PSC. Em 2006, José Camilo e sua família ampliaram os laços com a “grande política” apoiando a candidatura a deputado federal de Filipe Pereira pelo PSC. Neste sentido, José Camilo e toda sua família nuclear retribuíram a *dívida*, apoiando a candidatura de Filipe na “base eleitoral” da cidade.

³⁷ www.camara.gov.br > atividade legislativa > <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario> >

Deste modo, como fazia (quase) todas as noites, preparava algum lanche e sentava-me no sofá para assistir a TV Câmara. Numa noite de quarta-feira, 26 de agosto de 2009, liguei a televisão e logo sintonizei na TV Câmara. Para minha surpresa estava sendo transmitida uma sessão extraordinária ao vivo do Plenário da Câmara que discutia a Concordata³⁸ assinada entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. Naquela sessão extraordinária, o *Acordo* católico entra na pauta de votação, segundo Mariano (2010), por conta de acordos internos entre a cúpula da Igreja Católica brasileira e setores do Estado brasileiro. Antes mesmo do início dos debates, o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) advertiu sobre a entrada de “outro projeto de lei” na pauta do dia: uma espécie de contra resposta da Bancada Evangélica do Congresso Nacional ao *Acordo católico*. Através do requerimento do relator Eduardo Cunha (PMDB/RJ) a Lei Geral das Religiões³⁹, de autoria do deputado George Hilton (PRB/MG), membro da IURD, foi inserida na pauta do dia a fim de ser votada juntamente com o Tratado Brasil/Santa Sé.

Ivan Valente fez questão de esclarecer que havia um “acordo entre os líderes” no sentido de votar exclusivamente naquela sessão “a concordata entre a Santa Sé e o Governo brasileiro”⁴⁰. Nesse sentido, solicitou aos pares cautela em matérias que envolvem “a complexa questão da laicidade do Estado brasileiro”. Por isso mesmo, reforçou o parlamentar: “o Congresso Nacional deve se conscientizar da necessidade de haver uma discussão de fundo sobre esse problema”⁴¹. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) em um aparte ao colega ressaltou: “o *Acordo* do Brasil com o Vaticano já significa um arranhão na laicidade do Estado brasileiro. Mais um projeto criando uma situação para outras religiões retira a laicidade do Estado brasileiro não apenas para os católicos, mas para outras religiões⁴²”. O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) contra argumentou: “é

³⁸ O *Acordo* entre a República Federativa do Brasil e a Igreja Católica chegou à Câmara dos Deputados em março de 2009 sendo enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tendo como relator o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG). O projeto foi apreciado nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Educação e Cultura (CEC), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) tendo sido aprovado.

³⁹ De modo geral a Lei versa sobre o livre exercício religioso, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias, a inviolabilidade de crença no país, o reconhecimento da personalidade jurídica das Instituições Religiosas, o ensino religioso facultativo, a garantia de imunidade tributária as Instituições religiosas e a violação à liberdade de crença e a proteção aos locais de culto e suas liturgias como infração sujeita às sanções previstas no Código Penal.

⁴⁰ Notas taquigráficas. Brasília, Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXIV, n. 147. Quinta-feira 26 de agosto de 2009. p. 44990

⁴¹ Ibidem.

⁴² Brasília, Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXIV, n. 147. Quinta-feira 26 de agosto de 2009. p. 44991.

um acordo bilateral, não é uma lei, [...], não há privilégio, não há nada que não esteja na Constituição e nas leis brasileiras. Não há exceção. O tratado é benigno, de uma igreja benigna [...]”⁴³. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) endossou: “queremos registrar, em nome do Bloco e da bancada do PSB, [que] não há absolutamente nenhum retrocesso, não há nenhum comprometimento da laicidade do Estado”⁴⁴.

As duas propostas entram em disputa no legislativo marcando um cenário de debates acalorados e por posicionamentos divergentes. Acirrando a contenda, Ivan Valente advertiu que na Comissão de Relações Exteriores os parlamentares cuidaram para que o “debate não extravase para interesses religiosos de qualquer tipo, nem para uma guerra religiosa, porque a Constituição brasileira garante a liberdade, a diversidade e a pluralidade do exercício de todas as confissões religiosas”⁴⁵. Contudo, o parlamentar esclareceu: a Concordata “trata-se de um acordo de tipo religioso. Este é o grande debate. Isso atenta contra a laicidade do Estado brasileiro”⁴⁶. O Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer (PMDB/SP) ironicamente recomendou aos pares que votassem “religiosamente” as matérias: “portanto, com muita espiritualidade, com muita calma e tranquilidade, que é o que a religião, que vem do latim *religo religare*, recomenda, que se faça uma religação harmoniosa no plenário”⁴⁷. De fato, não houve religação alguma naquele cenário de disputas. Tão somente adesões momentâneas tanto no sentido de vetar quanto no de aprovar o ingresso da “lei geral das religiões” na pauta do dia. Do mesmo modo, a Concordata estava também ali, em disputa, mobilizando acirramentos entre deputados laicos e religiosos.

Tratou-se, portanto, de uma sessão plenária marcada por manifestações acaloradas quando inclusive parlamentares evangélicos se pronunciaram contrários a aprovação da Concordata, mas favoráveis a entrada da Lei das Religiões na pauta do dia bem como sua aprovação. Ora, o *Acordo* entre os parlamentares, próprio da arena legislativa, constituir-se-ia em: caso a Concordata Brasil/Santa Sé fosse votada, a Lei Geral das Religiões também seria. Neste cenário, deputados não religiosos argumentavam a favor da laicidade do Estado procurando vetar ambas as propostas. A despeito das disputas agonísticas entre demandas diferenciadas (católica, evangélicas e laicas) ambas as matérias

⁴³ Idem, p. 44993.

⁴⁴ Idem, p. 44993.

⁴⁵ Idem, p. 44990.

⁴⁶ Idem, p. 44990.

⁴⁷ Idem, p. 44993.

foram aprovadas⁴⁸ validando a *modalidade* de laicidade preconizada pelas Bancadas religiosas da Câmara dos Deputados: Política e religião, sim; Estado e Igreja sim, também!

Reforço que a cena marcava-se por diferentes contendidas entre católicos e evangélicos e entre laicos e religiosos, mas que no jogo da política acabaram por ser acordadas. De fato, naquele dia, assistindo aquele cenário de disputas decidi sobre que caminhos gostaria de trilhar na dissertação por conta de duas questões. Primeiro por que foi possível “observar a polissemia da noção de laicidade e seus múltiplos e estratégicos usos conforme as posições, as interpretações e os interesses em jogo dos diferentes atores dessa disputa política e religiosa” (Mariano, 2010, p. 22). Segundo por que notei nos discursos parlamentares tanto os desacordos entre católicos e evangélicos quanto os acordos que estes religiosos promoveram (entre eles e entre seus partidos políticos) a fim de ter seus pleitos atendidos pelo Estado. Bem como os acordos e desacordos entre laicos e religiosos. Temas, de fato, de meu interesse.

Ora, escolhido o campo passei a freqüentar de forma mais cotidiana o site da Câmara e da FPE buscando inventariar notícias sobre religião, política, laicidade e espaço público no Brasil. Como ainda não era possível estar *lá*⁴⁹, observando e participando do cotidiano do legislativo, a despeito de residir tão perto delo, era esta a forma de aproximação que julguei ser plausível. Como disse, minha atividade no segundo semestre

⁴⁸ Na ocasião, foram apresentados os pareceres favoráveis à Concordata das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, de Educação e Cultura, e de Trabalho e Previdência Social. O único partido que orientou pela rejeição da concordata foi o PSOL. Liberaram suas bancadas o PV, o PDT, o PSDB, o PR e o PPS (apesar da nota com opinião contrária assinada pelo presidente deste último na véspera). Os demais partidos, da esquerda à direita, orientaram votação favorável à concordata. Aprovado na Câmara a matéria seguiu ao Senado em setembro de 2009, sendo enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional designando o senador Fernando Collor como relator. Em 7 de outubro a Comissão aprovou o projeto sendo promulgada como decreto legislativo, enviada ao Palácio do Planalto, para homologação do Presidente da República. Contudo, a Lei geral das religiões continua a tramitar no Congresso Nacional.

⁴⁹ Mormente, quando o antropólogo diz “lá” refere-se ao próprio “trabalho de campo” e o “aqui” como o momento de reflexão do observado lá, ou seja, o processo de escrita etnográfica. Contudo, o modo como o lá e o aqui se imbricaram durante o meu trabalho de campo me leva a considerar que o “aqui” e o “lá” não correspondem a espacialidades distintas (cf. Giumbelli, 2002, p. 104). De fato, durante meu campo vivi uma espécie de esquizofrenia espacial. Por certo, ter o privilégio de morar perto dos nossos nativos facilita muitas atividades da pesquisa. Contudo, se, no meu caso, não montei minha barraca do lado de fora da aldeia, parece que foram os nativos que montaram a sua barraca em minha mente. Isso por que, vivi todos os dias dos cinco meses de trabalho de campo, *lá* e *aqui*, fazendo campo, fazendo etnografia. Não tive, pois, o privilégio de me distanciar do campo e das pessoas. Eles estavam em todos os lugares: na televisão, na internet, na mídia, nas eleições, no bar, no mundo. Mesmo quando não estava lá, o lá aqui estava. Definitivamente, parece que continuei a transitar entre estas duas espacialidades durante os meses seguintes ao trabalho de campo. Algo tão poderoso (quase um vício) que até hoje minha página inicial do navegador da internet é o site da Câmara dos Deputados. Do mesmo modo, continuo ainda a verificar as notícias no blog da FPE. De todo modo, quando me empreendi a escrever “de verdade” sobre o lá, o aqui teve que se fazer presente.

do mestrado se pautou numa produção indiciária sobre o tema religião e política no legislativo coetâneo. Entretanto, findo o primeiro ano do mestrado, chegava o momento de imergir nos meandros do incógnito, a saber, tornar o desconhecido, conhecido. Por isso mesmo, já no início de 2010, comecei a considerar de que modo poderia me inserir naquele mundo subterrâneo uma vez que o ano legislativo se iniciaria em 02 de fevereiro de 2010.

Como disse, decidi começar o trabalho de campo na primeira semana de março de 2010 logo depois que retornasse a Brasília. Ainda no Rio de Janeiro por conta do recesso das aulas no mestrado, a despeito dos trabalhos finais das disciplinas, uma questão passou por minha cabeça: o que vestir? Para mim as pessoas “deveriam” vestir roupas formais e usar salto alto para frequentar o Congresso Nacional. O que considerava ser impossível realizar especialmente por conta de minha falta de formalidade e elegância bem como minha incapacidade de andar num sapato de salto alto. Tomei, pois, consciência de que no meu guarda roupa só havia trajes e acessórios apreciados pelos estudantes de antropologia como saias rústicas, sandália de couro, adornos artesanais, camisetas regatas. Logo tive que realizar algum empreendimento vestuário, sendo assim, comprei alguns sapatos fechados sem salto, umas calças compridas não jeans e umas saias e blusas mais formais, mas não muito formais. Creio que mesclei um pouco os estilos (estudante de antropologia e alguém que transita no Congresso Nacional) que pairavam em minha mente. O objetivo deste empreendimento era me sentir confortável para ficar o dia todo andando pelo Congresso Nacional e, especialmente, frequentar a sala da FPE e os cultos.

De volta a Brasília, não tive coragem de iniciar como planejado o trabalho de campo. Estava com medo de não ser bem recebida pela FPE, tinha receio que o campo escolhido não se realizasse. Mas, como disse, far-se-ia necessário conhecer e observar *in locu* aquelas pessoas, aquele ambiente. Sendo assim, tomei coragem para enfrentar o campo e todos aqueles sentimentos que só ele é capaz de ensejar no antropólogo.

Ali estava a luz verdadeira, que ilumina a todo o homem que vem ao mundo.
João 1:9

Parto, numa quarta-feira de março de 2010, rumo ao monumento construído pelo centenário Orscar Niemeyer: o Palácio do Congresso Nacional, inaugurado com a nova

capital. Saio de casa na Asa Norte⁵⁰ da cidade e embarco na famosa zebrinha (microônibus brasileiro) de número 31 que faz o percurso L2 norte⁵¹/Esplanada dos Ministérios. A única visita que havia feito ao Congresso Nacional foi como visitante, logo assim que cheguei a Brasília. Como não sabia por qual acesso deveria entrar no Congresso Nacional, desembarquei da zebrinha e atravessei o Eixo Monumental da Esplanada dos Ministérios. Caminhei em direção a entrada principal do Congresso Nacional, por onde os visitantes a acessam, rota por mim conhecida. Esquecendo-me que estava ali enquanto antropóloga, não pedi informações aos transeuntes e seguindo meu conhecimento andei até a rampa que dá acesso a entrada principal do Edifício do Congresso Nacional.

Lá chegando perguntei a dois guardas que estavam apostos na entrada principal do monumento onde ficava o Plenário sete da Câmara. Lá estava eu, devidamente trajada, para assistir a Comissão de Seguridade Social e Família que iria aprovar dois Projetos de Lei de meu interesse: o Estatuto do Nascituro e o que tornava crime a venda de fármacos abortivos. Pensava que aqueles dois Projetos seriam discutidos e aprovados (ou não) naquela sessão, no meu primeiro dia em campo, 17 de março de 2010. Contudo, aquele cenário arquitetônico tão conhecido pelos brasileiros seja pelas lentes da televisão, seja pela escrita jornalística se revelaria um ambiente que em seus subterrâneos esconde certos mistérios que até mesmo a sensibilidade vocacional da antropologia tem dificuldade em grafar.

Os guardas haviam orientado que me dirigisse ao hall inferior. Perguntei onde era, pois “é o meu primeiro dia de pesquisa aqui”. Os guardas me explicaram o trajeto. O edifício do Congresso Nacional possui, sobre um bloco-plataforma horizontal, uma semiesfera à esquerda (assento do Senado) e um hemisfério à direita (assento da Câmara dos deputados) e, entre ambas, duas torres gêmeas. Como orientada pelos guardas,

⁵⁰ No Distrito Federal se localiza a capital federal Brasília (cujos limites coincidem com os do próprio Distrito Federal). O DF é composto pelo Plano Piloto e demais regiões administrativas, conhecidas como cidades satélites. O projeto do Plano Piloto consistiu-se basicamente no Eixo Rodoviário no sentido norte-sul e Eixo Monumental no sentido leste-oeste. O Eixo Rodoviário é formado pelas Asas Sul e Norte e pela parte central (onde as asas se encontram sob a Rodoviária do Plano Piloto). As asas são áreas compostas pelas superquadras residenciais, quadras comerciais e entrequadras de lazer e diversão sendo numeradas de 201 a 216, 401 a 416, 601 a 611 e na parte leste do Eixo e 101 a 116, 301 a 316, 501 a 516, 701 a 716 e 901 a 916 na parte oeste do Eixo Central. A Asa Norte, assim como a própria Asa Sul, é cortada pelo Eixo Rodoviário e pelos eixinhos paralelos W (oeste) (W5, W4, W3, W2 e W1) e L (leste) (L1, L2, L3 e L4). O Eixo Monumental estende-se por 16 km, fazendo a ligação entre a Rodoferroviária de Brasília (a oeste) e a Praça dos Três Poderes (a leste). Neste eixo está localizado a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

⁵¹ A L2 norte é uma das via que cortam a Asa Norte no sentido norte-sul. Sendo, pois, paralela ao Eixo Rodoviário. Entre a L2 norte se localizam as quadras 600 e as 400.

retornei, contornei o espelho d'água e descei rumo a entrada localizada no subsolo do Edifício que dá acesso a uma entrada que conduz ao Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Por certo, àquela hora, quase às nove da manhã de uma quarta-feira, não era a única transeunte no recinto. Carros oficiais de deputados e senadores chegavam. Câmeras de redes de televisão se posicionavam. Visitantes se dirigiam a entrada.

Adentrei o hall de recepção e perguntei à recepcionista como fazia para chegar ao Plenário Sete da Câmara. Primeiramente, ela me perguntou: você tem cadastro na *Casa*?⁵². Num gesto negativo, ela me solicitou um documento de identificação e pediu permissão para tirar uma fotografia digital. Em seguida, explicou-me o trajeto até o Plenário sete. Agradei e sai caminhando com um mapa mental do caminho pelo qual deveria percorrer. Ao passo que adentrava a *Casa* lembrei-me das dicas de um colega antropólogo⁵³ de como agir, especialmente, em não deixar que os outros percebessem que naquele subterrâneo, eu era uma desconhecida. Mas minha faceta revelava doses de estranhamento, por isso mesmo, perguntei a outro funcionário da *Casa* onde ficava o tal Plenário sete. Subi e desci escadas, rampas, acessos, entrei e sai de salas, pessoas passavam por mim em andares eufóricos. Gente engravatada. Gente comum. Saltos quinze. Micro vestidos. Cabelos arrumados. Pastas na mão. Correria. Risos. Conversas. Caminhando mais um pouco, não achei o Plenário. Até encontrá-lo, perguntei a mais três pessoas. Novamente muita correria.

Naquele instante, considerava que o enredo de minha primeira ida a campo poderia ser a descrição da antropóloga perdida no campo. Sabia, pois, da existência da FPE do Congresso Nacional, os projetos de lei que defendia e os que se posicionava contrariamente. Sendo assim, o início daquela primeira incursão fora um tanto angustiante. Em nenhum momento tive a brilhante idéia de fazer um contato prévio com a FPE. Enquanto caminhava, perdida, pensava: teria que ir de gabinete a gabinete procurando

⁵² Casa é uma categoria nativa. Em diversas situações fora utilizada para se referir seja a Câmara dos Deputados, seja ao Congresso Nacional (as duas *Casas*). Na época do trabalho de campo não me preocupei, contudo, em saber o porquê de tal categorização. Talvez por que tenha ficado clara para mim que Casa era para aqueles que a frequenta o espaço onde se legisla.

⁵³ Diferentemente do meu colega do lado de lá da semi-esfera não encontrei resistências para adentrar o espaço da Câmara, talvez por que é notória a diferença entre ambas as *Casas* no que tange a formalidade e a segurança. A despeito de termos campos tão próximos (cf. Alcorofado, 2010, p. 10) nos distanciamos: 1) no que tange ao modo como adentramos no campo 2) como e com quem estabelecemos relações durante o campo e 3) o grau de dificuldade em acessar coisas e pessoas em ambas as *Casas*. É neste sentido que, para mim, “o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos” (Viveiros de Castro, 2002, p. 113-114).

pelos deputados? Eles teriam uma sala? Onde habitavam aqueles agentes naquele ambiente por mim desconhecido? Por que me restringi a conhecê-los *online*? Ora, o campo mim escolhido não era uma paisagem paradisíaca, com culturas em extinção e tribos exóticas. Não poderia, portanto, montar minha barraca numa aldeia nativa, perdida num tempo e num espaço histórico, vendo de longe “a lancha ou o barco [...] afastar-se no mar até desaparecer de vista” (Malinowski, 1978[1922], p. 19). De fato, parecia estar “embruxada” por uma idéia de nativo e de antropólogo tal como narrados por nossos pais fundadores. Logo eu, que sempre fiz campo perto de casa, esquecendo-me que

o “nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra; o antropólogo não carece ser excessivamente civilizado, ou modernista, sequer estrangeiro ao povo sobre o qual discorre” (Viveiros de Castro, 2002, p. 113).

Outrossim, o próprio encontro entre nativos e antropólogo requer que o pesquisador, ao menos, procure facilitar o acesso e a comunicação a fim de minimizar empecilhos e caminhos tortuosos. Nativos e antropólogos estão em constante movimento pelos ambientes que transitam, seguindo fluxos e correntes que se confluem, desaguando na mesma foz ou que acessam diferentes leitos. Assim, continuei andando pela *Casa*, perguntando-me onde encontrar meus sujeitos da pesquisa, pois, não conhecia ninguém que trabalhasse na Câmara dos Deputados. Desconhecia aquele mundo, eram todos estranhos: corredores e pessoas outros.

Nesse sentido, concordo com Tim Ingold (2000) e sua crítica a necessidade que temos de construir o mundo, em consciência, antes de atuar nele. Naquele primeiro dia de campo, estava, pois, muito preocupada em encontrar, imediatamente, aqueles que fui procurar. Ansiava-me por não conhecer o ambiente, os trânsitos, os fluxos, os processos, por que era muito angustiante não saber como andar pelos corredores, como acessar as rotas, entradas e saídas do Congresso Nacional. Ora, o antropólogo (estando perto ou longe de casa) não é treinado no ambiente no qual vai se inserir. Sendo assim, é no processo mesmo de percorrer o ambiente conhecível que se adquire uma *dwelling perspective* (Ingold, 2000). Logo, tal habilidade cotidiana de orientação, prática e formação no ambiente desconhecido que permite o “estrangeiro” habitar um novo mundo, como se habitasse um ambiente no qual fora treinado. Todavia, em minhas primeiras incursões pela *Casa* legislativa guiei-me portando um *wayfinding* (Ingold, 2000, p. 219): um instrumento de navegação e de orientação do estrangeiro por “lugares desconhecidos” que

“It is rather an immensely variegated terrain of comings and goings, which is continually taking shape around the traveller even as the latter’s movements contribute to its formation. To hold a course in such an environment is to be attentive at all times to what is going on around you, and to respond in ways that answer to your purpose”. (Ingold, 2000, p. 223-224).

Curiosamente, minha arrogância de não perguntar aos transeuntes por onde acessar a *Casa* acabou me conduzindo para uma entrada que conhecia, mas que me levou a uma rota de acesso desconhecida. Deste modo, ter entrado no Congresso Nacional por este acesso que julgava ser por mim conhecido possibilitou exercitar a *dwelling perspective*, privilegiando, assim, meu movimento perceptivo naquele ambiente. Do mesmo modo, possibilitou concretizar meu desejo⁵⁴ etnográfico de encontrar aqueles que provocam controvérsias e polêmicas. Assim, depois de muito me perder pelo ambiente, cheguei ao corredor que dá acesso os plenários⁵⁵ onde se instauram as Comissões da *Casa*. Como estava ali caçando pegadas, fios e rastros, acabei visualizando um cartaz fixado na parede do corredor, o qual lia-se: “Culto da Frente Parlamentar Evangélica. 17 de Março de 2010. Plenário 13”. Surpresa, desconcerto, euforia, dúvida. Será? Um culto? Aqui? Como? Mas não estamos na Câmara dos Deputados? Ora, logo eu interessada em analisar a presença do religioso no Estado laico, surpresa com a laicidade religiosa do Estado!

Tomada por um sentimento de excitação e surpresa caminhei pelo corredor, procurando o Plenário 13. Encontrei! Adentrei o espaço legislativo, naquele momento sagrado, ansiosamente. Um pastor ministrava o culto. Observei a cena. Homens trajados de terno, bíblias nas mãos, ouvia cânticos e glorificações. Estou num culto, num plenário do legislativo brasileiro, enfim encontrei aqueles que procurava, pensei. Tomei assento, ao lado de um irmão e assisti a pregação. Na sala havia cerca de quarenta pessoas, a maioria homens, todos louvavam ao Senhor Jesus. Naquele momento do culto, o espaço era dos louvores e cânticos, por isso a Igreja exaltava o Espírito Santo de Deus. Dentro de mim,

⁵⁴ Deleuze e Guattari (1997) consideram o desejo como processo que produz o campo de imanência de seus agenciamentos e não como a dependência da idéia do corpo como origem das necessidades e lugar dos prazeres. Ou seja, desejo não como falta ou como algo não realizável/proibido (como na teoria lacanianiana e freudiana), mas como possibilidades, como motivação: o *devenir* (moleculares e minoritários; anorgânicos, indiscerníveis e assubjetivos) que é o conteúdo próprio do desejo, desejar é passar por devires.

⁵⁵ Os Plenários das Comissões da Casa são numerados e cada um deles abriga determinada Comissão temática. De um lado do corredor ficam as salas pares, de outro as ímpares.

um ar de satisfação, como se o próprio Espírito Santo estivesse reconstruindo meu Eu⁵⁶, de antropóloga.

Após a pregação do pastor, um homem alto, de óculos, loiro e esguio sobe ao púlpito. Ele concentra seu discurso na batalha cotidiana contra as adversidades na vida política que, algumas vezes, retiram do fiel a confiança em Deus. Dúvidas permeadas, sobretudo, por insatisfações em relação ao Tempo do Senhor, pois, “queremos tudo ao nosso tempo, mas o tempo é Dele”, reforçava. Dúvidas próprias do tempo que já adentrava aquela *Casa*. O tempo das campanhas eleitorais, das incertezas sobre a reeleição daqueles parlamentares. Este homem lê, então, uma passagem bíblica que fala da História de Lázaro a fim de enaltecer o amor e a força da fé que Jesus, filho do Pai, depositara nos homens: o Pai dá a graça não por desejo do homem, nem no tempo mundano.

De fato, lá estava eu, num culto, no espaço máximo da República Federativa brasileira, tomado de conclamações, glórias, aleluias e muitos aplausos a Jesus. Naquele espaço e tempo, o Plenário 13 era uma Igreja, um espaço sagrado. Religioso, laico; laico e religioso soavam como pêndulos em minha cabeça de pesquisadora. Como assim culto no legislativo? Naquele momento religião e laicidade não pareciam água e óleo, mas sim leite e mel⁵⁷. Continuei a observar a cena. Olhava cada pessoa, cada detalhe minúsculo, cada gesto, intenção, palavras. De fato, eram aqueles cultos o meu “achado etnográfico”: o legislativo brasileiro abarcava não apenas a instauração de uma FPE, mas também a transformação do espaço de feitura de leis num espaço de invocação do religioso e de sacralização da política.

Num dos últimos momentos do culto aquele homem esguio e alto, cuja voz era suave e cadenciada, solicitou aos presentes, como presidente da FPE, que convocassem outros irmãos a participar daquela celebração: “se o culto está esvaziado é por que não estamos nos doando, convocando as pessoas”, afirmou. Em seguida o parlamentar agradeceu a presença de alguns deputados e parabenizou o deputado Henrique Afonso (PV/AC) por sua outorga como Ministro em uma Assembléia de Deus no Acre.

⁵⁶ A reconstrução do Eu é parte do processo de conversão a crença pentecostal, quando a pessoa nasce de novo, renasce em Cristo, pelo Espírito Santo.

⁵⁷ No antigo testamento bíblico a terra que emana leite e mel seria uma “terra boa e larga, a uma terra que mana leite e mel; ao lugar do cananeu, e do heteu, e do amorreu, e do perizeu, e do heveu, e do jebuseu” (Êxodo 3:8). Israel é descrita como: “uma terra que mana leite e mel” e em Ezequiel 20:6 diz: “naquele dia levantei a minha mão para eles, para os tirar da terra do Egito, para uma terra que já tinha previsto para eles, a qual mana leite e mel, e é a glória de todas as terras”. Uma terra que mana leite e mel numa região desértica, pode ser vista como uma preciosa promessa do Senhor.

Em seguida, um homem negro e de sorriso contagiante sobe ao púlpito e avisa aos deputados que na próxima quarta-feira, após o culto, seria realizada uma reunião com lideranças evangélicas a fim de discutir o III Programa de Direitos Humanos lançado pelo Governo Federal em dezembro de 2009. Ele avisa que o Governo Federal imprimira apenas 2000 tiragens do PNDH-3. E como a FPE não contava com exemplares disponíveis para distribuir as lideranças religiosas na referida reunião, solicitou parte da cota de xerox dos deputados. Pedido acatado por alguns deputados presentes. O presidente da FPE retoma a palavra e discursa reforçando “a vitória da Frente” no que tange a retirada de três pautas de interesse da comunidade religiosa no PNDH-3. Finalizando o culto, o presidente da FPE pediu que ninguém saísse daquela sala sem “dar um sorriso e um aperto de mão em um irmão⁵⁸”. Naquele instante, tomada de dúvidas, tal como os irmãos, considerava se deveria me apresentar como pesquisadora..

Tudo tem seu tempo, diz a Bíblia, logo o tempo de Deus se fez presente. Aquele senhor negro e de sorriso contagiante desceu do púlpito e caminhou em minha direção, estendeu a mão e sorrindo me desejou “a paz irmã”. Acenei com a cabeça positivamente, cumprimentando-o. Ele então perguntou se era a “primeira vez da irmã” na *Casa*. Respondi balançando a cabeça num tom afirmativo, mas não tive dúvidas em dizer que era pesquisadora da UnB interessada na participação de evangélicos no cotidiano da política institucional. Assim, de uma vez. Ele se apresentou e informou que era pastor de uma igreja Batista em Sobradinho/DF e um dos secretários da FPE. Meu nome é Isaias, pode me procurar!, disse ele. Agradei, ainda um pouco sem saber como agir. Ele se retirou. Permaneci observando a cena. Antes de ir embora do culto, Pr. Isaias fez-me um convite: você vem na quarta né? Não sabia responder, por que não sabia para que ele me convidava. Creio que fiz uma expressão facial de não entendimento. Assim, ele retrucou: “toda quarta tem culto das 08h45min às 09h50min”! Mais surpresa. Acenei positivamente e falei: “venho, com certeza”.

Saio do plenário de louvor, tomada por ervas do diabo [sic], desorientada, já não sabia mais onde estava. Minha localização era perdida, sem rumo. Pergunto a um senhor que passava pelo corredor em que direção ficava o Plenário sete, aquele pelo qual procurava. Ele me aponta a direção. No Plenário sete se instaura a Comissão de Seguridade

⁵⁸ Com o passar do trabalho de campo percebi que sempre que terminava o culto, o deputado João Campos dizia tais palavras. Inclusive, em muitos dos cultos, fui agraciada com a saudação e o aperto de mão dos irmãos.

Social e Família, na qual a Bancada religiosa da *Casa* assumiu como espaço de participação ativa contra os Inimigos. Chegando lá, o alvoroço era imenso. Imaginava que a reunião de uma Comissão era bem formal e não uma espécie de feira com níveis de decibéis altíssimos. Conversas paralelas entre as pessoas, inclusive, ao celular marcavam a cena. Funcionários da *Casa* ou não, Visitantes, todos devidamente trajados participam da *res publica*. A primeira vista, de forma caótica.

Se eu não estava concentrada, os deputados tão pouco. Alguns deles nem estavam sentados em seus lugares. Não entendia a rotina daquela reunião. É assim mesmo? Ou hoje a Pauta gera mobilizações? Perguntei a uma moça, que estava ao meu lado, como fazia para obter a Pauta impressa do dia que estava em suas mãos. Ela me apontou uma funcionária: pega com ela. Fui até a funcionária que estava numa pequena mesa que ficava na porta de entrada da sala. Perguntei: como faço para obter uma pauta?. Ela me respondeu: “você deve pegar na Internet, mas vou te dar uma impressa, só hoje”, num tom de autoridade local. Agradei, por certo. Sentei numa cadeira localizada na última fileira da sala, ao lado de uma senhora. Ela, insistentemente, puxava conversa e me perguntava o que havia sido retirado de Pauta, se houve inversão de pauta, o que havia sido votado⁵⁹. Eu confusa e embaralhada, tentava respondê-la, sem êxito. E pensava: nem sei como isso funciona.

Permaneci ali menos de uma hora, pois os dois projetos que me interessavam foram retirados da pauta do dia da CSSF. Devidamente perdida naquele ambiente ensurdecedor, cheio de gente estranha, deixei de lado minha empreitada de conhecer o desconhecido. Para mim já havia conhecido demais, percorrido demais, visto demais. Tinha sido além do que imaginava para um primeiro dia de trabalho de campo cuja intenção era tão somente encontrar a FPE ou algum de seus deputados. Creio que tive êxito. Por isso mesmo, pensava na “sorte” de ter encontrado a FPE num culto em pleno legislativo a despeito da surpresa que o “imprevisto” me causara. Surpresas que não cabiam nas páginas do diário de campo. Talvez por ter sido uma tentativa que lograra êxito

⁵⁹ Toda sessão ordinária conta com uma ata de PL a ser votados, discutidos e organizados pelo presidente da Comissão e o secretário geral. Os PL são classificados de urgência, de prioridade e os ordinários. Os de urgência tem o prazo de 5 sessões pra ser apreciados, os de prioridade 10 sessões e os ordinários, 40 sessões. Assim, a ata da reunião é montada seguindo uma numeração na qual consta esta ordem prioritária. A despeito desta ata, a Comissão tem a autonomia para funcionar como achar melhor a fim de dinamizar as votações dos PL. Em 2010, na CSSF, os deputados presentes, sendo relatores ou autores de PL constantes na pauta, podem pedir preferência (de votação) ou retirada da pauta de dia. Do mesmo modo, cada parlamentar tem o direito de fazer um pedido: ou a preferência (“inversão” da ordem da pauta estabelecida) ou a retirada da pauta. Entrevista com o secretário geral da CSSF, 18 de agosto de 2010.

e excitação, esta primeira descrição etnográfica de minha inserção no ambiente do legislativo seja a mais nua e a mais crua (Bonetti, 2010) desta dissertação.

Ora, ao despir (Bonetti, 2010, p. 166) as notas privadas do diário de campo da incursão inaugural à minha Trobriand, trago, pois, notas pouco lapidadas, enaltecendo o nu e o cru do primeiro contato entre o meu *self*⁶⁰ de pesquisadora e o *selves* que resolvi grafar. Entretanto, o risco de despir o íntimo é justamente fazer conosco o que aprendemos a fazer com o “outro”: expô-lo. Do mesmo modo, revelar o que não deveria ser exibido (como os bastidores da pesquisa) pode comprometer, inclusive, o poder da construção do outro (Bonetti, 2010, p. 166) relacionado, pois, com a “indumentária do antropólogo” (Fontanari, 2010, p. 146). Ciente do risco de me despir, descrevi a crueza daquela primeira observação participante apenas para ressaltar as angústias e os estranhamentos contidos neste primeiro escrito, o mais íntimo de todos os demais.

Isso por que, na continuidade do trabalho de campo, tive que aprender a lidar com circunstâncias embaraçosas, os devaneios meus e dos outros, os equívocos relacionais (sempre meus), dúvidas e fraquezas que a vivência aflitiva durante o campo ensejou em meu *self* de antropóloga. No meu caso, medos e desafios apresentaram-se logo em seu primeiro ato. Como descrevi, sem vestimentas de cientista. Outrossim, também sinto-me impelida a ordenar as imagens que povoam o mundo pois quando o caos se apresenta, nos apavoramos. Creio que aquelas sensações difíceis de nomear, me perturbaram. Talvez por que o trabalho de campo não seja uma equação matemática na qual sistematizamos variáveis a fim de obter resultados precisos.

Este primeiro contato sensorial com o mundo desconhecido FPE e da Câmara dos Deputados apontou que minha estadia pelo subterrâneo do legislativo iria demandar, de certo modo, experimentar sensações alucinógenas, exercitar outras formas de *savoir-faire*. Por isso neste momento de distanciamento daqueles me aproximei, procuro, sobretudo, não moldar numa *forma*⁶¹ às sensações provocadas durante minha participação no cotidiano da

⁶⁰ Para Henrieta Moore (2007) o *self* consciência de si, possui identidades múltiplas, contem várias posições de sujeito. Inclusive algumas que sujeito não tem consciência, não dá conta. A ação social requer uma consciência, uma unidade. Sem *self* não há sociedade, trata-se de uma unidade que articula (p. 32).

⁶¹ A etimologia da palavra forma permite que a mesma adquira três sentidos diferenciados. 1) quando ela é acrescida pelo acento agudo (ó) significa a configuração das coisas, feição, alinhamento, formato e formalidade; 2) quando adquire o acento grave (ô) significa molde sobre o qual ou dentro do qual se coloca alguma substância fluida, que toma o feitio desse molde e 3) no próprio sentido do infinitivo do verbo significa constituir, organizar, fundar, descrever, estabelecer, receber ensinamentos (= educar-se) ou doutorar-se. A meu ver, estas três acepções da palavra *forma* podem ser utilizadas na/pela produção de

FPE. Por isso, neste primeiro relato etnográfico, explicitarei certas perturbações, deixei que elas brincassem comigo. Isso por que a *forma* domesticada de conhece, marcada por evitações, permite tão somente que o pesquisador una pontos de um mapa cartográfico, conheça todo o caminho com suas rotas de acessos, de entradas e de saídas.

Creio que não haja qualquer problema analítico com esta forma de conhecer e se relacionar. Entretanto, uma vez inserida na FPE e no legislativo, convivi com fluxos de um mundo transitivo que não nos ensina como “as linhas se tornam retas” (Ingold, 2007, p. 152), pois não há réguas (e quem sabe não haja regras) que controlem aquele ambiente que agora procuro representar. No legislativo brasileiro há, pois, um enigma de linhas: traços, fios, rupturas sobre a superfície, linhas fantasmas; a transformação de fios em traços formando superfícies ou a de traços em fios, dissolvendo a superfície (Ingold, 2007, p. 52). Assim, considero que

“For people inhabit a world that consists, in the first place, not of things but of lines. After all, what is a thing, or indeed a person, if not a tying together of the lines – the paths of growth and movement – of all the many constituents gathered there? Originally, ‘thing’ meant a gathering of people, and a place where they would meet to resolve their affairs. As the derivation of the word suggests, *every thing is a parliament of lines*. What I hope to establish, in this book, is that to study both people and things is to study the lines they are made of” (Ingold, 2007, p. 5).

Nesse sentido, se o Congresso Nacional é “um parlamento de linhas” (Ingold, 2007) o caminho que percorri na FPE se deu em consonância com os movimentos da própria *Casa* legislativa. Antes mesmo de ir a campo, como disse, me movimentei *on line* verificando diariamente o *site* da Câmara, caçando Projetos de Leis, proposições e notícias parlamentares do meu interesse. Logo, muitas informações da *Casa* puderam ser acessadas de casa. Deste modo, pude acumular dezenas de blogs de parlamentares cristãos e entidades Pró-Vida os quais passei a acompanhar diariamente a fim de tomar ciência da movimentação dos mesmos. Entretanto estas *pistas* apenas *indicavam* os caminhos possíveis de ser percorridos no subterrâneo do legislativo “que tudo grava, tudo registra”. Do mesmo modo, após minha entrada no campo, passei a percorrer diferentes caminhos de conhecimento pelo legislativo brasileiro. Alguns destes movimentos incidem de convites para participar de cultos e eventos organizados pela FPE; outros eu mesma fui conhecendo no percurso do meu próprio movimento pela Câmara Federal.

conhecimento, inclusive o antropológico. A primeira seria a narrativa etnográfica, a segunda o modo como a etnografia se casa a teoria antropológica e a terceira a forma como se produz conhecimento.

O que pude perceber *online* e *in locu* é que as proposições preconizadas pela FPE se concentravam na Comissão de Seguridade Social e Família por onde tramitam obrigatoriamente. A despeito de me concentrar na tramitação de Projetos de Leis monitorados pela FPE na Câmara dos Deputados o deslocamento até o Senado Federal fez-se necessário. Seja por causa da própria movimentação dos projetos pela Casa, seja atrás do secretário da FPE por conta da audiência pública sobre o PNDH-3 no Senado. Por isso, algumas vezes, transitei entre a esfera que “escuta o Povo” e a que “se volta para si e legisla”. Ressalto, contudo, que estas linhas são fruto de um trabalho de campo nos corredores, nas salas das secretarias de Comissões, nas sessões (ordinárias, extra-ordinárias e audiências públicas) de algumas das Comissões permanentes da Câmara dos Deputados como a de Constituição Justiça e Cidadania/CCJ e a CSSF. Do mesmo modo, as etnografias desta dissertação grafam situações e eventos ocorridos no subterrâneo do legislativo: espaço não visível da paisagem arquitetônica.

De fato, considero que não são nos Plenários⁶² da *Casa*, comumente visibilizados pela escrita jornalística e pelas transmissões televisivas, mas no subterrâneo escondido de nossos olhos onde nossas vidas são legisladas com afinco. De acordo com o “senso comum” da *Casa* o ambiente das salas das Comissões é “mais democrático” do que o Plenário, por diversos motivos. Primeiro por que é livre o acesso às salas das Comissões, não tendo quaisquer medidas restritivas. Já o Plenário, para ser acessado, exige uma série de medidas restritivas: todos os pertences do cidadão são guardados numa chapelaria, depois há duas revistas: a primeira feita por uma máquina detectora de metais de grande porte e outra feita por um segurança portando uma máquina detectora de metais manual.

Do mesmo modo, para os funcionários da Casa são as salas das Comissões é o ambiente de primazia dos debates acalorados, dos posicionamentos polarizados, das discussões sobre as demandas diferenciadas (entre deputados e entre estes e entidades, movimentos sociais e sociedade civil) justamente por que é mais acessível. Logo, “quando as propostas chegam ao plenário às oposições já não estão tão fortes”, afirma a secretária geral de uma das comissões da Casa. Já no Plenário há o “espetáculo” da política visibilizado pelos holofotes da TV Câmara.

Como dizia, a dinâmica do trabalho de campo se deu de acordo com as pautas e os movimentos estabelecidos pela *Casa*. Isso por que o legislativo tem um calendário

⁶² Assim, a única visita que fiz ao Plenário Ulisses Guimarães tão conhecido extradoor se deu por conta de um interesse pessoal em conhecer o cenário de grandes momentos da história da política recente do país.

específico a fim de dar conta das necessárias idas e vindas dos parlamentares as suas bases eleitorais. A semana no Congresso Nacional inicia-se às terças-feiras a tarde. Algumas Comissões realizam sessões ordinárias, há o Pequeno e Grande expediente (momento no qual os deputados discursam as suas bases, expõe demandas da sociedade, relatam problemas nas votações de Projetos de Lei ou de acontecimentos da vida política brasileira) e a sessão deliberativa do Plenário. A quarta-feira é o dia de grande movimentação na Casa quando a maioria das Comissões realiza sessões ordinárias. Dependendo da pauta do dia, o Presidente da Câmara convoca sessão deliberativa do Plenário às 9hs e às 14hs. De modo geral, a mesma acontece quase todas as quartas-feiras às 14hs quando os projetos vindos das Comissões da Câmara ou do Senado Federal são apreciados⁶³. As quintas-feiras, geralmente, há reuniões em algumas Comissões e sessão deliberativa no Plenário. As segundas e sextas-feiras são ocupadas, mormente, por Sessões Solenes, homenagens, exposições e outras atividades.

O ano na Casa inicia-se no primeiro dia útil de Fevereiro e em Julho há um recesso de duas semanas. Entretanto, em ano de eleição, como foi em 2010, há também o “recesso branco”: a interrupção das atividades na *Casa* até a eleição do novo Congresso Nacional. Nesta época, mormente, a *Casa* se esvazia por conta das campanhas eleitorais. Contudo, a pedido do Presidente da Câmara pode ser convocada semanas de “esforço concentrado” a fim de que os projetos previamente escolhidos e acordados pelos deputados e partido, sejam discutidos e votados. Em 2010, o então presidente Michel Temer (PMDB/SP) convocou duas semanas de esforço concentrado: uma de 3 a 5 de agosto remarcada para a semana de 17 a 19 de agosto⁶⁴ por falta de quórum e uma de 13 a 17 de setembro.

⁶³ A tramitação de um Projeto de Lei/PL na Câmara Federal segue um determinado fluxo. Primeiro o PL é apresentado em Plenário pelo autor, a secretaria geral da mesa numera o PL e o distribui para as comissões competentes, ou seja, para aquelas que avaliam seu mérito. Por exemplo, previdência de trabalhadores, passa por duas comissões: a de trabalho e a de seguridade social que avaliam o mérito da proposta. Todos os projetos passam pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania/CCJ que avalia a constitucionalidade e muitos PL passam pela Comissão de Finanças e Tributação/CFT que avalia a adequação orçamentária. Os PL se dividem em conclusivos nas Comissões ou de Plenários. No primeiro caso, depois de aprovados nas comissões da Câmara vão direto ao Senado, no segundo devem passar pelo Plenário da Câmara e, se aprovados, seguem ao Senado. Os PL de teor mais polêmicos e controversos sempre passam pelo Plenário da Casa antes de seguir ao Senado Federal.

⁶⁴ Voltei a Casa na semana do 1º esforço concentrado quando algumas comissões realizaram reuniões; outras Comissões não realizaram sessões ordinárias por falta de quorum. Contudo, consegui realizar três entrevistas: com a Deputada Solange Almeida (PSDB/RJ), com o Secretário da Comissão de Seguridade Social e Família e com o Diretor Geral da Assessoria Legislativa.

Depois de última semana de esforço concentrado a Casa cessou todas as atividades. A FPE interrompeu seus cultos e eu minhas idas a campo. Entretanto, assessores e funcionários lá estavam, pois “quem vai embora são os deputados”, lembrou-me Pr. Herculano. Após as eleições, a expectativa é que as atividades na *Casa* voltem ao ritmo costumeiro. De fato, após as eleições de 2010, a *Casa* retomou suas atividades de forma *quase* habitual. Segundo Pr. Herculano por conta do alto índice de renovação dos parlamentares da *Casa* (de quase 50%) em cada eleição, os deputados que não se reelegeram “perdem o pique” e passam a não comparecer com frequência as atividades legislativas. O que resulta em poucas convocações de sessões ordinárias nas Comissões, poucos debates no Plenário, conseqüentemente, poucas proposições votadas. A principal atividade neste período (entre novembro e dezembro) é a votação do orçamento anual.

Deste modo, minha permanência no campo obedeceu a este “calendário apertado” da *Casa* por conta do “tempo da política”. De todo modo em março e em abril, por conta dos eventos promovidos pela FPE, minhas idas a *Casa* foram mais consecutivas. Nos demais meses do campo minha idas se concentraram, sobretudo, as quartas-feiras, dia dos cultos da FPE e das sessões ordinárias da CSSF⁶⁵. Dia de grande movimentação na *Casa*.

Ressalto que meu interesse era pela atuação exclusiva da FPE no legislativo. Esta “idéia preconcebida” (Evans-Pritchard, p. 244) não considerava, pois, os caminhos de conhecimento que o próprio grupo que escolhemos estudar nos leva a trilhar. Por isso, quando cheguei a *Casa* percebi que FPE se unia a alguns deputados de outros segmentos cristãos para defender os valores da família e da moralidade religiosa. Por isso mesmo, alarguei o campo de visão durante a observação participante para entender os aspectos pertinentes a esta “unidade cristã”. Assim, em algumas etnografias desta dissertação refiro-me a “Frente Cristã” do Congresso Nacional que abarca parlamentares da FPE, da frente

⁶⁵ O trabalho de campo seguiu de março a julho de 2010, com alguns intervalos semanais. Além de duas idas esporádicas; uma em agosto e uma em novembro de 2010. No total realizei 45 visitas a *Casa*. Observei três audiências públicas (sobre o PNDH-3 na Câmara e no Senado e o Estatuto das famílias), quatro seminários (Igreja e PNDH-3, Governantes pela Vida, Seminário sobre anencefalia na CSSF, Seminário LGBTTT na CLP); quinze sessões ordinárias da CSSF; 15 cultos e diversas idas à sala da FPE; seis entrevistas semi-estruturadas (com o secretário geral da CSSF, com o Diretor da Assessoria Legislativa, com a Deputada Solange Almeida e a Deputada Jô Moraes, com um secretário da FPE e com uma assessora do CFEMEA). As audiências públicas e o Seminário sobre anencefalia na CSSF e o Seminário LGBTTT na CLP tiveram seus áudios transcritos pelo setor de taquigrafia da Câmara dos Deputados. Os seminários Igreja e PNDH-3 e Governantes pela Vida foram transcritos pelo mestrando em História pela UnB Clerismar Longo através do recurso por mim obtido junto ao Decanato de Pós-Graduação e Pesquisa/DPP da UnB através do Edital nº 06/2010 (apoio à pesquisa de campo a pós-graduandos). As sessões ordinárias da CSSF não são transcritas pela Casa. As entrevistas realizadas foram por mim transcritas. Os cultos não são gravados pela Casa, contudo, gravei seis cultos, todos transcritos por mim.

católica, demais cristãos e aqueles deputados filiados a Frente Parlamentar em Defesa Da Vida e Contra o Aborto, coordenada pelo médico Talmir Rodrigues (PV/SP).

Porque, em parte, conhecemos, e em parte profetizamos; 1 Coríntios 13:9

As primeiras considerações desta dissertação escritas por mim neste capítulo inicial objetivaram, tão somente, realizar uma aproximação de eventos, lugares e pessoas, considerando a *dwelling perspective* empreendida por mim em meus primeiros passos pelo legislativo brasileiro. De todo modo, também habitei aquele ambiente guiada por trajetos apriorísticos (Ingold, 2000, p. 230) e portando mapas cartográficos (Mignolo, 2003). Todavia, considero minha forma de habitação na *Casa* legislativa (e ela própria) não como um experimento estável. Creio que as etnografias grafadas por mim nos demais capítulos desta dissertação ensejam mais controvérsias e polêmicas do que certezas. Vale lembrar que a prática de construção de um tema de análise (sendo iniciante ou já iniciada) não é algo dado *a priori*, nem “uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural” (Bourdieu, 2004a, p. 26). Exige a destreza de um “olho sociológico” (Bourdieu, 1997, p. 694) uma vez que é “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas” (Idem, p. 27). Nesse sentido, o trabalho de campo etnográfico⁶⁶ requer a imersão do pesquisador em diferentes tipos de relações (seja entre ele e seus “escolhidos”, seja entre estes e seus pares ou ímpares) nas quais ora ele é próximo, ora distante. De algum modo, o antropólogo esbarra com limites, incongruências, tensões, desafios que o campo de análise o impõe.

Ora, desde a fundação da antropologia os antropólogos narraram sobre as *formas* como entraram em contato com o mundo exótico no qual empreendera seus *selves*. Nesse sentido, procurei apontar neste capítulo que a *Casa* do Povo não pode ser

⁶⁶ Para Mariza Peirano (1995) as etnografias devem ser passíveis de re-análises, uma vez que são espécies de experimentos que ao mesmo tempo, estranha e conhece alteridades. Tal exercício de pensar sobre o “outro” problematizam, pois, a estética da alteridade, ao antropologizar outras formas de racionalidade. Assim, a teoria antropológica e o trabalho de campo etnográfico são formas de conhecer que devem ser trabalhadas de forma conjunta, por meio do diálogo entre teoria (aprendida com a leitura das monografias clássicas) e a teoria nativa identificada no trabalho de campo.

considerada apenas como uma paisagem emoldurada num retrato perpétuo, titulado por clientela, corrupção e falcaturas. O modo como percorri o legislativo aponta também para um cenário no qual as imagens duelam, são suspendidas, desaparecem e até mesmo outras imagens emergem. Uma forma de *invisible city* (Calvino, 1990) construída por imagens com marcas físicas, caracteres gráficos, traços visíveis. Mas enredadas também por espaços vazios cujos lapsos habilitam o agente romper com cadeias compostas por linhas aparentes.

Sendo assim, após a minha primeira incursão nos meandros da Câmara dos Deputados, passei a freqüentar os cultos semanais, a visitar a sala da FPE para conversar com os secretários, observar as sessões da Comissão de Seguridade Social e Família. Meu diário de campo foi se tomando de notas e descrições de pessoas e eventos e, novamente, preenchendo metodicamente suas páginas, o mundo submerso, emergia. Fato é que o submundo do legislativo *tem razões que a própria razão, desconhece*. Por isso mesmo, algumas vezes, me frustrava por não conseguir entender os jogos e relações que ocorrem naquele subterrâneo. Do mesmo modo, em alguns eventos sofria, chorava por dentro, me resignava; em outros as falas daqueles sujeitos me sensibilizava. Num processo de esquizofrenia uma pessoa como eu tão sensível ao oculto passou a ser afetada por experiências sensoriais advindas de um subterrâneo estranho. Doloroso, até.

De fato, estar em contato com pessoas que são meu espelho de alteridade ensinou-me a entender outras formas de conhecimento do mundo. Não se trata, pois, de traduzir conceitos indígenas em conceitos exógenos (Strathern, 2006, p. 33), nem somente de relativismos canônicos. Seria um esforço de *empatia* (Velho, 2007, p. 248) para com pessoas tão distantes da minha própria agência (e agenda) enquanto antropóloga no mundo. É nesse sentido, que o estudo da religião requer não apenas técnica (como a observação) demanda um juízo crítico tanto dos valores ensejados pelos nativos quanto do próprio trabalho realizado pelo antropólogo (Idem, p. 249). Assim, ao se deixar *afetar* o antropólogo abdica do seu Eu cognitivo de conhecimento e permite ser também ensinado e não apenas ensinar (Velho, 2007, p. 250). Nesse sentido, ao *ser afetada* (Fravet-Saada, 2005, p. 159) pude por entre parênteses minhas crenças e epistemes. Creio que me deixei afetar pelas mesmas forças que afetavam a FPE para que um tipo de relação se estabelecesse (Fravet-Saada, 2005) durante o trabalho de campo.

Ora, *ser afetada* não denota que eu tornei-me uma cristã evangélica, valei meu Pai Oxalá. De fato, a experiência da alteridade vivida por mim no trabalho de campo suscitou afetos que significa tão somente *deixar-se levar* pelas “sensações, percepções e pelos pensamentos” (Idem, p. 159). Nesse sentido, para Evans-Pritchard (2005), durante o trabalho de campo o antropólogo entra em outra cultura, mas ao mesmo tempo mantém distância dela (p. 246). Deste modo, como disse Evans-Pritchard (2005), vivi insanamente entre “dois mundos mentais diferentes, construídos segundo categorias e valores muitas vezes de difícil conciliação” (p.246) quando me tornei “uma espécie de indivíduo duplamente marginal, alienado de dois mundos” (idem).

Assim, vivi, nos primeiros meses do campo, esquizofrênica com as demandas de deputados evangélicos “pela vida”. Nueroses que brincaram com meu corpo e minha mente desestruturado, cotidianamente, meu *self* de antropóloga. Por isso mesmo, por algumas vezes, presenciei o meu projeto de conhecimento (secular e também religioso) se desfazer. Outras vezes este alucinógeno só reforçara estas mesmas convicções. De fato, ao me engajar no projeto de entender o sagrado do outro, diferente do meu, passei a *conviver* (viver em comum, ter convivência com e/ou relacionar-se intimamente) com pessoas dispare, mas que também se mostraram próximas. Primeiro fui aprendendo a me imunizar de certas nueroses etnográficas como a retórica da vida metamorfoseada em projetos de leis. Segundo por que como também possuo uma crença entendo a importância da religião na vida ordinária do crente.

Ora, seja crer na palavra bíblica ou na mitologia dos Orixás, o exercício da vida e da crença religiosa envolve ser, crer, fetichizar, doutrinar. Pertencer a uma religião é agenciá-la em nosso cotidiano (uns mais, outros menos), abrange como conviver, pensar e agir. Ser religioso envolve religar pessoas e mundos e crer que existimos por que somos religiosos e que a religião é a fonte de nossa existência. Aqui me aproximo dos crentes do legislativo. Talvez por que, após minha conversão religiosa à umbanda, me empreendi a estudar a religião “não por ser um tema tradicional da antropologia, ele mesmo referenciado a um aspecto ‘tradicional’ das ‘sociedades modernas’” (Giumbelli, 2002, p. 100), mas para questionar “a ‘tradicionalidade’ ‘da religião enfatizando suas relações intrínsecas com a modernidade, sua natureza como categoria moderna” (idem, p. 100). Deste modo, interesse-me pela religião por que intento

“destrinchar as controvérsias que a seu propósito ocorriam. E as controvérsias, ao mobilizarem várias instituições e dispositivos importantes, revelam algo sobre determinadas sociedades e sobre certas transformações que nelas ocorrem (idem, p. 100).

De fato, estudar o sagrado de outrem no meu caso é entender como o sagrado atua na política e como a política vem sendo agenciada por crenças que a tornam o espaço legítimo promoção da redenção da Nação brasileira. Aqui, me distancio dos evangélicos, pois, minha crença não tem quaisquer projetos para a sociedade brasileira. De todo modo, o grande desafio desta dissertação é, a partir da observação participante, apontar como a FPE atua na política e que efeitos tal participação ocasiona na vida social brasileira bem como o que engendra enquanto rupturas e continuidades para a teoria antropológica.

Por fim, como antropóloga, mas não antifetichista⁶⁷, vale dizer que idolatro artefatos construídos por mãos humanas. Cultuo o trabalho de campo quando o desconhecido revela facetas outrora desconhecidas que nos diários de campo qualificam-se como tangíveis e nas etnografias como críveis. Entretanto, a meu ver, nossas etnografias devem privilegiar o modo insano como vivemos entre epistemes e crenças durante o trabalho de campo. Por isso mesmo, há que se considerar situações e circunstâncias marcadas por conflitos, intermitências, dores e dissabores. Pois, mesmo fazendo antropologia perto de casa, conhecendo alteridades não exóticas, quaisquer formas de contato entre *selves* produzem tensões, dificuldades, disputas. Seja em Trobriand, seja no Congresso Nacional o trabalho de campo é um empreendimento aventureiro. Todavia, ressalto que não tenho quaisquer pretensões de apenas relativizar o *modus operandi* da FPE, pois, “raramente se tem a impressão de que o antropólogo alguma vez sentiu-se em comunhão com o povo sobre o qual está escrevendo” (Evans-Pritchard, 2005, p. 255).

De todo modo, a qualidade da imagem que ora lanço jaz tão somente de minha participação nas “atividades da Frente”. De fato, como objeto de culto, é o trabalho de campo que empreendi com este grupo a única novidade que esta dissertação grafa diante de um quadro de referência qualificado e engajado em entender as imbricações entre religião

⁶⁷ “O antifetichista desvenda a ineficácia do ídolo, ele mergulha, na verdade, em uma contradição da qual não sai mais. No momento em que se quer que o fetiche não seja nada, eis que o mesmo começa a agir e a deslocar tudo. Ele é capaz, em particular, de inverter a origem da força. Melhor ainda, já que, segundo os antifetichistas, o efeito do fetiche só tem eficácia se seu fabricante ignorar a origem do mesmo, ele deve ser capaz de dissimular totalmente sua própria fabricação. Graças ao fetiche, com só um golpe de condão, seu fabricante pode se metamorfosear de manipulador cínico em enganador de boa fé. Assim, ainda que a fetiche não seja *nada* senão aquilo que o homem faz dele, ele *acrescenta*, contudo, alguma coisa: ele *inverte* a origem da ação, ele *dissimula* o trabalho humano de manipulação, ele *transforma* o criador em criatura.” (Latour, 2002, p. 26-27).

e política desde quando eu nem sabia o que ia ser quando crescer. Por isso mesmo, rendo homenagens à etnografia que, como disse, resulta de comunhões, desafetos, intempéries, afetos insanos fruto de minha módica vivência nas “atividades da Frente”. Nesse sentido, aqui, a etnografia se configura como um artefato (Latour, 2002) cultuado pela fetichista que idolatra ídolos e que também venera algumas imagens.

CAPÍTULO 2

A Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Ação política e (in)vocação religiosa.

“Irmãos! procurai fazer cada vez mais firme a vossa vocação e eleição; porque, fazendo isto, jamais tropeçareis”⁶⁸”:

O escopo deste capítulo é apontar como e por que a FPE foi instaurada no Congresso Nacional, explicitando as propostas e os objetivos de seus fundadores em adentrar o espaço e o tempo da política. Nesse sentido, traço um fio histórico a fim de vincular a participação de evangélicos na Assembléia Nacional Constituinte/ANC em 1987 com o agenciamento da lógica da política pelos evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010). Ora, a participação de evangélicos na ANC engendrou, de certo modo, o deslizamento deste grupo do apolitismo para a entrada na política institucional (Freston, 1993). Além da instauração de uma frente parlamentar, os parlamentares evangélicos promovem cultos no cotidiano do legislativo. Por isso mesmo, realizo a descrição de um culto promovido pela FPE em um dos Plenários das Comissões da Casa, nos moldes de um “tipo ideal”, procurando tratá-lo enquanto um ritual antropológico. Considero os cultos evangélicos promovidos pela FPE um “achado antropológico” que me permite analisar os deslizamentos entre política e religião, pois, trata-se de um espaço de invocação do religioso e de sacralização das atividades da política. Do mesmo modo, trata-se de um tempo e de um espaço que promove adesão, unidade, fusão entre deputados, partidos políticos, bancadas religiosas e frentes parlamentares, mas também tensões, disputas e fissuras entre estes agentes e agências religiosas e políticas.

Quem é esta Frente que faz frente?

“Para que conheças a certeza das coisas de que já estás informado”⁶⁹”

⁶⁸ 2 Pedro 1:10

⁶⁹ Lucas 1:4.

Em seu blog a FPE se designa como “uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional, integrada por deputados federais e senadores da República Federativa do Brasil⁷⁰”, contudo, o trabalho de campo por mim empreendido nas “atividades da Frente” privilegiou tempos e espaços da Câmara dos Deputados. De todo modo, a FPE do Congresso Nacional foi instaurada na 52ª legislatura (2003-2006) no dia 18 de setembro de 2003 em uma Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões. O deputado Pedro Ribeiro presidia aquela cerimônia que homenageava as missões religiosas transculturais, mas que, em breve, seria o espaço e o tempo privilegiado para oficializar a instauração da FPE. Entretanto, antes da instauração da FPE, Pedro Ribeiro explicou o motivo daquela Sessão Solene

“Comecei a pensar em outros momentos especiais e, na condição de missionário — tanto o fui em outras nações quanto o sou na Casa —, eu disse que o Dia Nacional de Missões precisava ser reverenciado. Outro assessor veio a mim e considerou que, uma vez que falo nos movimentos missionários, seria bom que houvesse uma mostra deles. Ao que afirmei que faríamos a primeira mostra brasileira de ação missionária transcultural. Daí divulgamos a idéia nas agências missionárias.[...] “Deus abençoe e recompense cada ação missionária que tem comparecido à Casa nesta semana, de 15 a 19 de setembro, testemunhando que são realizadas nesta terra obras especiais que pretendem levar o Evangelho não só aos nossos bairros e cidades, mas também aos muitos continentes, às muitas nações. Atualmente, o Brasil é, de fato, um berço de missionários e um braço, um corpo poderoso de ação missionária transcultural, que leva à salvação de nosso Senhor Jesus Cristo”. (BRASÍLIA: Câmara dos Deputados, Ata da 193ª Sessão, em 18 de setembro de 2003, p. 406, Grifos Meus).

Após a fala de Pastor Pedro Ribeiro deu-se início a cerimônia de homenagem as Missões que contou com discursos de parlamentares, pastores e representantes das agências missionárias também discursaram, além da apresentação de corais, grupos musicais e coreográficos. Nos últimos instantes da cerimônia, o deputado Pastor Pedro Ribeiro (PR/CE) realizou a instauração da FPE do Congresso Nacional, apresentando nominalmente o deputado Adelor Vieira (PMDB/SC) como o primeiro presidente da FPE e a diretoria executiva⁷¹ composta, em sua maioria, por deputados filiados à Assembléia de

⁷⁰ Disponível em <http://frenteparlamentarevangélica.blogspot.com/2010/02/blog-post.html> acesso em 05 de maio de 2011. Vale dizer que se há deputados e senadores evangélicos que não são vinculados a FPE, esta informação não foi por mim conhecida.

⁷¹ Assim foi composta a diretoria da FPE: Presidente, Deputado Adelor Vieira (PMDB/SC, Assembléia de Deus); Vice-Presidentes, Deputado João Batista (PFL/SP, IURD), Deputado Reinaldo (PTB/RS, Quadrangular), Deputado Pastor Pedro Ribeiro (PR/CE, Assembléia de Deus), Deputado Bispo Wanderval (PL/SP, IURD), Deputado Almir Moura (PL/RJ, Internacional da Graça). A secretaria compunha-se: deputada

Deus (Baptista, 2009, p. 304). Em seguida, Pastor Pedro Ribeiro conclamou a comunidade de fé a instalação da FPE do Congresso Nacional “pela misericórdia de Deus e em nome de Jesus”. Antes de findar a cerimônia, Pastor Pedro Ribeiro fez uma oração na qual rogou que Deus abençoasse cada um dos parlamentares evangélicos e que promovesse a “unidade” entre eles

“Senhor querido, Senhor amado, damos-Te graças, Pai bendito, porque aprovou a Ti, pela Tua bondade, reunirmo-nos nesta Casa, ó Deus, para que nos uníssemos, ó Senhor, e proclamássemos o Teu nome, como temos feito a cada dia, e fazemos nesta hora. Louvamos-Te, ó Pai, porque aprovou a Ti permitir que o Teu servo, Adelor Vieira, se levantasse e nos convidasse para que estabelecêssemos, Senhor, esta Frente Parlamentar Evangélica, que ora acaba de ser instalada nesta Casa e cuja diretoria acaba de ser empossada. Paizinho, toma a frente, nos abençoe, nos dirija, nos una e nos dê capacidade para que sejamos luz nesta Casa, para glória do Teu nome. Em nome de Jesus é que Te pedimos e Te agradecemos. Amém! Amém! (Palmas.)” (BRASÍLIA: Câmara dos Deputados, Ata da 193ª Sessão, em 18 de setembro de 2003, p. 480, Grifos Meus)

Uma vez instaurada, a estratégia adotada pelos dirigentes da FPE foi o pluripartidarismo como forma de ampliar “a capilaridade dos evangélicos no Parlamento, facilitando a conquista dos objetivos da Frente” (Baptista, 2009, p. 303), especialmente, na defesa da família, da moral e dos bons costumes. De fato os discursos dos fundadores durante a sessão de instauração da FPE corroboram com a idéia de Baptista (2009) de que não havia qualquer intenção de aglutinar os parlamentares evangélicos num único partido político. Sendo assim, esta estratégia deriva da forma como os evangélicos “escolheram” adentrar e participar da ANC, em 1987 quando a construção de um partido evangélico não se constituiu como centro da aliança política deste grupo no Parlamento.

Segundo José Duque⁷² os deputados e pastores Adelor Vieira, Raimundo Santos e Pedro Ribeiro propuseram a instauração da Frente com o objetivo de congregar por meio de um culto semanal os políticos evangélicos. Assim, através desta reunião poderia ser

Zelinda Novaes (PFL/BA, IURD), Pastor Milton Cárrias (PTB/RS, Assembléia de Deus), Pastor Isaias Silvestre (PSB/MG, Assembléia de Deus), Pastor Lincoln Portela (PR/MG, Batista Renovada), Pastor Neucimar Fraga (PR/ES, Batista). A tesouraria foi composta pelos deputados **Pastor Takayama** (PSC/PR, Assembléia de Deus), Valdenor Guedes (PP/AP, Assembléia de Deus), **Gilmar Machado** (PT/MG Batista), Raimundo Santos (PR/PA, Assembléia de Deus), Bispo Rodrigues (PL/RJ, IURD). O conselho fiscal: Gilberto Nascimento (PMDB/SP, Assembléia de Deus), André Zacharow (PDT/PR, Batista), Bispo João Mendes de Jesus (PDT/RJ, IURD), Nilton Capixaba (PTB/RO, Assembléia de Deus), **Senador Marcelo Crivella** (PR/RJ, IURD), Agnaldo Muniz (PP/RO, Assembléia de Deus), Phillemon Rodrigues (PR/PB, Assembléia de Deus). Suplentes: **Eduardo Cunha** (PMDB/RJ, Sara Nossa Terra) e Pastor Frankembergen (PTB/RR, Assembléia de Deus). (Ata da 193ª Sessão, em 18 de setembro de 2003, p. 479) Os parlamentares cujos nomes aparecem em negrito exerceram mandato na 53ª legislatura (2007-2010).

⁷² José Duque foi convidado pelo deputado Pedro Ribeiro para exercer a função de “mestre de louvor” dos cultos. Cargo este que exerce até hoje.

engendradora tanto uma “mobilização estratégica” (Baptista, 2009) em torno das bandeiras de luta da FPE no âmbito do legislativo⁷³ quanto à promoção da evangelização e conversão evangélicas no espaço do legislativo. Como ressaltou José: muitos se converteram depois da instauração dos cultos pela FPE.

Adelcor Vieira não se reelegeu nas eleições de 2006. Por isso a FPE elegeu uma nova diretoria. O deputado João Campos (PSDB/GO) foi escolhido o novo presidente. Naquela legislatura, João Campos assumiu ainda uma vaga na Comissão de Segurança Pública/CSP, pois era delegado de polícia. Segundo José Duque, o presidente desta comissão, Raul Jungmann (PPS/PE), ofereceu a João Campos uma sala ociosa pertencente à CSP, localizada no Anexo IV da Câmara. Cedida à FPE, após um tempo, a sala ganhou uma placa oficial identificando-a como espaço da Frente. Todavia, mesmo após a obtenção de um espaço físico a FPE continua não sendo considerada “uma entidade jurídica da Câmara”. A FPE é “apenas um nome”, explicou-me o José Duque, pois o regimento interno da Câmara dos Deputados exige que “para uma Frente Parlamentar ser legalizada na instituição, ela precisa ter mais de 100 deputados filiados”⁷⁴. Como a FPE não alcançou (ainda) este número, insistiu José Duque, “nós existimos, temos frente na *Casa*, mas sem legalização, até atingirmos o número exigido”⁷⁵.

Nesse sentido, a despeito de a FPE ser conhecida como “Bancada evangélica” na verdade, ela deve ser referida como “Frente parlamentar”. “Bancada” abarca um agrupamento partidário e a “frente parlamentar” compreende a reunião de um grupo de parlamentares de diversos partidos que lutam por uma causa em comum (como a ruralista, a empresarial, a sindical). Deste modo, refiro-me ao grupo sempre como Frente Parlamentar Evangélica por que é utilizando tal designação que se apresentam em eventos do mundo da política, a despeito do reconhecimento público enquanto “Bancada evangélica”. Já o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar/DIAP (2006) considera a Frente Evangélica como uma “bancada informal”⁷⁶ (p. 30) que atua como um

⁷³ Vale dizer que a 52ª legislatura (quando a FPE foi instaurada) não é objeto privilegiado desta dissertação. Contudo, ao que parece, a FPE (e demais religiosos) estiveram presentes em debates que tratavam de projetos de lei sobre aborto. Cunha (2007) examinou os debates entre ativistas “pró-vida” e “pró-aborto” promovidos em 2005 e 2006 na Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF acerca da revisão da legislação sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez.

⁷⁴ Entrevista com José Duque, secretário da FPE, realizada no dia 14 de abril de 2010.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ Segundo o DIAP (2006) “elas podem ser permanentes ou eventuais, mas sempre visam à articulação de interesses suprapartidários e supra-ideológicos. É uma forma alternativa de atender aos anseios de representatividade de determinados segmentos e romper as barreiras das estruturas institucionais,

“grupo de pressão” e que congrega “parlamentares de diferentes partidos e tendências ideológicas para promover a defesa: i) de valores cívicos, éticos ou morais” (p. 30).

Vale dizer que a FPE não possui qualquer registro formal na estrutura administrativa e burocrática do Congresso Nacional. Fato é que nos arquivos da biblioteca da Câmara Federal não há quaisquer registros sobre a FPE. Contudo, a não legalização da Frente não a impede de organizar estrategicamente sua participação no Congresso Nacional. Nesse sentido, José Duque me explicou durante uma entrevista⁷⁷ como a Frente Evangélica agencia a participação de seus integrantes nas bandeiras de luta que movimentam o exercício da política deste grupo. Através da assessoria de alguns dos deputados filiados e de sua secretaria⁷⁸, a FPE acompanha projetos de lei considerados “prejudiciais à sociedade”. Então, funciona assim ressaltou o José Duque: “se tem um problema na área da família, do divórcio, da união civil de homossexuais, a gente fica pedindo, solicitando aos deputados, indicando que está na comissão tal, tá em pauta”. Logo, “na hora que a gente precisa, eles estão pronto”.

Todavia, o engajamento destes parlamentares nas atividades propostas pela *Frente* não se constitui de forma amplamente coesa, interessada e participativa. Pude observar durante o trabalho de campo que poucos deputados participam dos cultos da Frente. Como me advertiu José Duque, na 53ª legislatura (2007-2010), dos 53 parlamentares que integravam a FPE cerca de quinze freqüentam os cultos semanais realizados em um dos Plenários das salas de comissões da *Casa*. A maioria dos filiados, contudo, comparece aos almoços de confraternização⁷⁹ e às reuniões que ocorrem após os cultos⁸⁰. Nesse sentido, assim como apontado⁸⁰ por Baptista (2009) sobre a 52ª legislatura, o engajamento dos parlamentares nas “atividades da Frente” é algo “não costumeiro”, pois

principalmente dos partidos políticos. Assuntos que por vezes sejam inconciliáveis ou pequenos demais para o partido, mas importantes o suficiente para setores da sociedade, encontram nas bancadas informais um canal de expressão, um desaguadouro das expectativas sociais e o correspondente comprometimento dos seus representantes no Legislativo” (p. 31).

⁷⁷ Ressalto que a entrevista foi realizada no início do trabalho de campo. Talvez por isso, minhas perguntas ao secretário tenham sido um tanto *naïves* em relação às formas de participação da Frente Parlamentar Evangélica. Realizei uma espécie de conversa informal gravada com o interlocutor, deixando-o à vontade para falar e realizando poucas intervenções e/ou perguntas.

⁷⁸ A secretaria da FPE é composta por ele, Pr. Isaías e Pr. Herculano e pela Pastora Marília.

⁷⁹ Como por exemplo, os almoços da ADHONEP (Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno) promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica.

⁸⁰ Apesar de “me convidar” para participar das reuniões, José Duque explicou “que as reuniões não são fechadas, mas também não são abertas”. Na verdade, “ninguém nunca pediu para ir”. José me disse que são reuniões rápidas (exceto quando é para discutir um evento) que ocorrem após os cultos e antes do início das

“alguns deputados apóiam a FPE, mas não comparecem em seus eventos. Outros nem sequer se identificam com o movimento, embora não escondam sua identidade religiosa. Mas há também aqueles que vêm de tradição evangélica, porém são difíceis de serem identificados, por não terem interesse específico, quando estão no parlamento” (Baptista, 2009, p. 305).

Este parece ser o caso de Filipe Almeida, filho do pastor e ex vice-presidente nacional do Partido Social Cristão. Conheci Filipe Almeida em 2005 durante minha pesquisa de campo em Seropédica/RJ quando seu tio exercia o cargo de secretário da pasta de agricultura na gestão do prefeito eleito em 2004, Gedeon Antunes. Em 2006 ganhou as eleições para deputado federal. Durante o trabalho de campo, cheguei a ver Filipe Almeida pelos corredores das salas das comissões da casa, contudo, em todos os eventos da FPE dos quais participei, o deputado não compareceu a nenhum deles.

Outro fato a ser apontado é que a FPE “encolheu” na 53ª legislatura (2007-2010) fruto, sobretudo, do chamado “escândalo das sanguessugas⁸¹” ocorrido na legislatura anterior (2003-2006). O esquema de corrupção envolvendo desvio de dinheiro público e fraudes nas licitações de compras de ambulâncias para hospitais municipais trouxeram à baila, especialmente, nomes de deputados iurdianos e assembleianos⁸². Alguns deles nem

sessões ordinárias das comissões. De fato, nunca fui oficialmente convidada a participar destas reuniões, por isso mesmo, não participei de nenhuma destas reuniões.

⁸¹ Em maio de 2006 uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal desvendou o esquema configurado pela formação de quadrilha por empresários, políticos e servidores públicos para desviar dinheiro da saúde pública. Disponível em <http://www.divulga-mpf.pgr.mpf.gov.br/conteudo/mpf-atuante/corrupcao/corrupcao-menu> acesso em 23 de março de 2011. O Congresso Nacional instaura uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a pedido de alguns partidos, para analisar os casos de deputados e senadores acusados de estar envolvidos no esquema e pede a abertura de processos por quebra de decoro parlamentar. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=38566> acesso em 23 de março de 2011.

⁸² Cerca de um terço da Frente Parlamentar Evangélica (da 52ª legislatura (2002-2006)) foi acusada de participação no esquema. A cassação dos seguintes candidatos foi proposta pela CPI instaurada no Congresso Nacional. Adelor Vieira (PMDB-SC, Assembléia de Deus), Agnaldo Muniz (PP-RO, Assembléia de Deus), Almeida de Jesus (PL-CE, IURD), Almir Moura (PFL-RJ, Internacional da Graça), Pastor Amarildo (PSC-TO, Assembléia de Deus), Cabo Júlio (PMDB-MG, Assembléia de Deus independente), Carlos Nader (PL-RJ, Assembléia de Deus), Edna Macedo (PTB-SP, IURD), Heleno Silva (PL-SE, IURD), Isafias Silvestre (PSB-MG, Assembléia de Deus), João Batista (PP-SP, IURD), João Mendes de Jesus (PSB-RJ, IURD), José Divino (sem partido-RJ, IURD), **Josué Bengston (PTB-PA, IEQ)**, Lino Rossi (PP-MT, Batista), senador Magno Malta (PL-ES, Batista), Marcos Abramo (PP-SP, IURD), Marcos de Jesus (PFL-PE, IURD), **Neuton Lima (PTB-SP, Assembléia de Deus)**, **Nilton Capixaba (PTB-RO, Assembléia de Deus)**, Paulo Baltazar (PSB-RJ, Metodista), Paulo Gouvêa (PL-RS, IURD), Raimundo Santos (PL-PA, Assembléia de Deus), Reginaldo Germano (PP-BA, IURD), Vieira Reis (PRB-RJ, IURD), Wanderval Santos (PL-SP, IURD). Foram absolvidos pela CPMI por falta de provas os seguintes deputados evangélicos: Gilberto Nascimento (PMDB-SP, Assembléia de Deus), Jefferson Campos (PTB-SP, IEQ) e Zelinda Novaes (PFL-BA, IURD). Os parlamentares em negrito outrora acusados de envolvimento com a “máfia das ambulâncias” retornaram a Câmara dos Deputados na 54ª legislatura (2011-2014). (Ver anexo 3).

se candidataram às eleições de 2006⁸³; outros foram “barrados nas urnas⁸⁴” (DIAP, 2006, p. 32). Deste modo, na 53ª legislatura (2007-2010) a FPE foi renovada com a entrada de 30 novos parlamentares evangélicos. Dos 71 deputados filiados à FPE na 52ª legislatura apenas 23 se reelegeram (Ver anexo 1). Logo, na 53ª legislatura a FPE contou com 56 parlamentares sendo 53 deputados e 3 senadores (com mandatos de oito anos) (Ver anexo 2). Na 54ª legislatura (2011-2014) a FPE novamente aumentou passando a contar com 71 parlamentares, 31 reeleitos e 40 eleitos (Ver anexo 3). Deste modo, a “FPE está pronta para os novos desafios do Congresso Nacional⁸⁵”.

A FPE possui características que se assemelham ao próprio perfil da *Casa* legislativa composta em sua maioria “por parlamentares com nível superior, com idade entre 30 a 60 anos, com experiência política anterior em cargo público, com formação em profissões liberais e fonte de renda não-assalariada” (DIAP, 2006, p. 13). Assim, a FPE na 53ª legislatura era composta por um grupo majoritariamente masculino (apenas cinco parlamentares eram mulheres) cuja faixa etária média é superior a 40 anos. Do mesmo modo, a maioria dos filiados a FPE eram predominantemente membros⁸⁶ de igrejas pentecostais e neopentecostais. Dos 56 parlamentares 17 eram filiados a Assembléia de Deus, 14 a Batista, 8 a IURD, 3 a Maranata, 3 a Presbiteriana, 2 a Quadrangular, 2 a

⁸³ Desistiram da vida pública ou renunciaram a seus mandatos ou não se elegeram as eleições de 2006 os deputados: Almeida Lima de Jesus (PL/CE), Lino Rossi (PP/MT), Marcos de Jesus (sem partido/PE), pelo Rio de Janeiro, todos sem partido, João Mendes de Jesus, José Divino e Vieira Reis), por São Paulo Edna Macedo (PTB), João Batista (PP), Marcos Abramo (PP), Neuton Lima (PTB) e Wanderval Santos (PL) (cf. DIAP, 2006).

⁸⁴ Segundo o DIAP (2006) o PL, PP e PTB foram os partidos que tiveram “sua imagem profundamente arranhada com o envolvimento de muitos de seus parlamentares nos escândalos do mensalão e das sanguessugas, tendo como consequência a redução da bancada na Câmara” (p. 29). O Estado do Rio de Janeiro barrou nas urnas todos os candidatos (evangélicos ou não) suspeitos de integrar a quadrilha das ambulâncias. Segue a lista de deputados evangélicos suspeitos de envolvimento na “máfia das ambulâncias” que se candidataram as eleições de 2006 bem como o resultado das urnas, por Estado. Pela Bahia Pastor Reginaldo Germano (PP, não eleito); por Minas Gerais Cabo Júlio (PMDB, não reeleito), Isaías Silvestre (PSB, não reeleito); pelo Pará Josué Bengtson (PTB, não reeleito) e Raimundo Santos (PL, não reeleito), pelo Rio de Janeiro, Almir Moura (PFL), Carlos Nader (PL) e Paulo Baltazar não foram reeleitos; pelo Rio Grande do Sul Paulo Gouvêa (PL, não reeleito), por Rondônia Agnaldo Muniz (PP) e Nilton Capixaba (PTB) não foram reeleitos; por Santa Catarina Adelor Vieira fundador e o primeiro presidente da Frente Parlamentar Evangélica (PMDB, não reeleito); por São Paulo Gilberto Nascimento (PMDB, absolvido pela CPMI do Congresso Nacional por falta de provas, mas não reeleito), por Sergipe Heleno Silva (PL, não reeleito) e por Tocantins Pastor Amarildo (PSC, não reeleito).

⁸⁵ Disponível em http://frenteparlamentarevangolica.blogspot.com/2010_11_01_archive.html acesso em 21 de março de 2010. cf. DIAP, 2011, p. 44.

⁸⁶ A filiação denominacional obedece à indicação expressa na biografia de cada parlamentar disponibilizada pelo *site* da Câmara. Por isso mesmo é um tanto genérica, pois não considera as diferentes vertentes existentes dentro de cada denominação. Paul Freston (1993) assinala que “evangélico é a identificação que une e permite ações conjuntas e o nome denominacional (‘batistas’, ‘metodistas’ etc.) é a identificação que diferencia e justifica a existência de organizações múltiplas” (p. 1).

Internacional da Graça, 2 a Sara Nossa Terra, 1 a Cristã Evangélica, 1 a Comunidade Carisma, 1 a Igreja Renascer em Cristo, 1 a Wesleyana, 1 a Luterana e 1 a Mundial do Povo de Deus (Ver anexo 2).

Ainda na 53ª legislatura, em termos de pertencimento regional, assinala-se a predominância da Região Sudeste (28) com destaque para o Estado do Rio de Janeiro⁸⁷, que possui o maior número de deputados filiados (10). Somando-se a estes, 9 deputados da FPE eram da Região Nordeste, 10 da Região Norte, 5 da Região Centro-Oeste e 3 da Região Sul. Dos vinte e sete estados da Federação seis deles não contam com nenhum representante na FPE. São eles: Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso, Santa Catarina e Piauí (Ver anexo 2).

Em relação à filiação partidária a FPE na 53ª legislatura contava com parlamentares vinculados aos seguintes partidos políticos: DEM (6), PDT (3), PMDB (8), PP (2), PPS (1), PR (7), PRB (8), PSB (2), PSC (6), PSDB (2), PT (2), PTB (5), PTC (1), PV (3). No que tange à ocupação profissional marca-se a predominância de empresários (11) e de profissionais liberais (17) (Ver anexo 2). Parlamentares como Arolde de Oliveira (DEM/RJ) exerce mandato legislativo desde a época da Constituinte. Outros parlamentares como Walter Pinheiro (PT/BA), Gilmar Machado (PT/MG), Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS) figuraram, em 2009, as páginas da série os “cabeças⁸⁸” do Congresso Nacional uma publicação anual do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar/DIAP sobre os cem parlamentares mais influentes da *Casa*. Inclusive em 2010, os deputados Gilmar Machado (PT/MG), Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS) figuraram novamente nesta lista de honraria por mérito no exercício da política profissionalizada (Canêdo, 2002).

⁸⁷ Na 54ª legislatura, o Estado do Rio de Janeiro continua ter o maior número de deputados na FPE. Entre os partidos, o PSC é o que mais representantes tem na FPE contando com onze nomes, seguidos de perto pelo PR, com 10 e PRB, com 9 deputados. Disponível em <http://diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancada-evangelica-cresce-no-congresso> acesso em 07 de outubro de 2010. Em relação à filiação denominacional marca-se ainda na FPE a predominância da Assembléia de Deus com 21 deputados, 15 da Igreja Batista, 8 da IURD, 8 da Presbiteriana, 3 da Quadrangular, dois da Internacional da Graça de Deus, dois da Igreja Metodista, um da Igreja Renascer, um da Cristã Maranata, um da Cristã Evangélica, um da Cristã do Brasil, um da Comunidade Shamá, um da Brasil Para Cristo, um da Sara Nossa Terra, um da Nova Vida, um da Mundial do Poder de Deus, um da Maranata, um da igreja Luterana (Ver anexo 3).

⁸⁸ Segundo o DIAP (2009) os “‘Cabeças’ ou protagonistas do Congresso, portanto, são os parlamentares que exercem real influência no processo decisório e sobre os atores nele envolvidos. Influência aqui é definida como uma relação entre parlamentares na qual as preferências, desejos ou intenções de um ou mais parlamentares afetam a conduta ou a disposição de agir de outros” (p. 11).

Os deputados filiados à FPE espriam-se pela maior parte das Comissões permanentes da *Casa* inclusive na mais importante delas, a de Constituição e Justiça e de Cidadania/CCJC: o 2º vice-presidente, três titulares e três suplentes são evangélicos (Ver anexo 4). A Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF concentra o maior número de deputados cristãos especialmente por que é nesta comissão que o mérito de propostas que tratam de família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos é julgado. Ressalto que a CSSF será objeto de análise no capítulo 4 desta dissertação.

O destino político manifesto dos evangélicos: reescrever a história do Brasil.

A entrada evangélica na política foi prenunciada em 1982 quando protestantes históricos (representantes de denominações originárias da Reforma como batistas, luteranos, calvinistas) improvisaram esforços isolados a fim de conquistar um lugar na política com a formação de comitês evangélicos *Pró-diretas* (Freston, 1993, p. 208 e 209). Contudo, foi com a “irrupção pentecostal” (Freston, 1993) nas eleições de 1986 e na instauração da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, que representantes de igrejas perceberam a política institucional como um canal de participação ativa nas questões candentes na sociedade civil.

A Assembléia de Deus lentamente construiu o caminho para a oficialização de candidaturas da igreja. Em 1985, durante uma convenção, os líderes da Assembléia de Deus lançaram o nome de um candidato ao cargo do legislativo. A partir de 1986, outras igrejas evangélicas lançam candidatos oficiais, especialmente, para os cargos do legislativo (Freston, 1993, p. 211). Outrossim, fazer parte da Constituinte possibilitava que os evangélicos “reescrevessem” a história do Brasil através da reconfiguração do lugar do “Povo de Deus” nesta história (Freston, 1993, p. 212). Foi neste momento que, propondo uma releitura da Bíblia, as igrejas evangélicas, especialmente a Assembléia de Deus, tomaram consciência do seu crescimento territorial e numérico: se antes o livro sagrado justificava que “crente não se mete em política” (Freston, 1993, p. 180), naquele momento, prenunciava um novo “destino político manifesto dos evangélicos” (Freston, 1993, p. 213).

Paul Freston (1993) detecta que os líderes e parlamentares pautaram a entrada evangélica na política por meio da “defesa cultural” que advogava a favor da liberdade religiosa e contra as ameaças à família. Outrossim, os evangélicos concorreram contra

“novos adversários” que igualmente procuravam ter suas demandas atendidas pela nova carta constitucional. Nesse sentido, “o movimento feminista, o movimento gay, a esquerda laica, o humanismo cristão, o modernismo cultural” (Pierucci, 1996, p. 176) se apresentavam como representantes do “Inimigo” que desejava espalhar o Mal pelo mundo criado por Deus. Logo, receando a reassociação do Estado brasileiro com o Vaticano, a influência na sociedade de ideais de ateus e comunistas e o engajamento de grupos favoráveis a questões relativas ao aborto e à homossexualidade na nova escrita constitucional, os ungidos se movimentaram no sentido de estimular a participação de suas Igrejas no mundo da política.

A Bancada Evangélica⁸⁹ na Constituinte foi composta por 33 parlamentares (em sua maioria de assembleianos) que se uniram em torno de temas comportamentais e de costumes, promovendo uma defesa dos valores do Evangelho. Contudo, parlamentares como Lysâneas Maciel⁹⁰ e Benedita da Silva, a ala mais à esquerda da Bancada⁹¹, preocupavam-se também com a participação evangélica em questões sociais que eram igualmente “problemas vitais do Evangelho” (Freston, 1993, p. 229). Todavia, os constituintes evangélicos ocuparam comissões como a de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher e a de Família, Educação e Cultura promovendo uma “vontade de presença pública como guardiões da moralidade privada” (Pierucci, 1996, p. 173).

Assim, trouxeram em seus discursos o “lar” – a base de “luta social” evangélica – para o cerne das discussões de temas controversos como a “orientação sexual” e a legalização do aborto. Para Pierucci (1996) a participação política de evangélicos na ANC objetivava, sobretudo, “preservar a família patriarcal” e o sexo como restrito às relações matrimoniais heterossexuais. Para Baptista (2009) a “mobilização estratégia” de evangélicos na política se pauta pela

⁸⁹ No que tange à participação de evangélicos na Constituinte Pierucci (1996) utiliza o termo “bancada evangélica”. Do mesmo modo, vale dizer que os protestantes históricos consideram a validade da democracia laica e republicana (cf. Freston, 1994; Baptista, 2009). Igrejas, por exemplo, como a Congregação Cristã, fundada em 1910, contemporânea da Assembléia de Deus, não indica candidatos oficiais nem participa desta proposta de “refundação da sociedade”.

⁹⁰ O constituinte concorreu com Ulisses Guimarães ao cargo de presidente da ANC. Como sabemos, perdeu a eleição, contudo, obteve 69 votos. (cf. Lima, 2009, p. 127).

⁹¹ Lysâneas Maciel e Benedita da Silva não se posicionavam mais “à esquerda” somente na Bancada evangélica, vinham de partidos (o PDT e o PT) que foram considerados “partidos da esquerda” (juntamente com PCB e PC do B) da composição política da Constituinte (Lima, 2009, p. 115). A saber: partidos que lutaram pela transformação social, contra o *status quo*, logo, anticapitalistas e pela igualdade e distribuição de renda. (idem, p. 88). Contudo, há que se diferenciar o posicionamento ideológico de cada constituinte mesmo aqueles pertencentes a partidos ditos “de direita”.

“denúncia de questões que solapam a sociedade e evidenciam uma influência diabólica no mundo, conforme a teologia própria do grupo, tais como: liberação do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo, imoralidade na televisão e assuntos, em geral ligados a costumes” (p. 159).

Nesse mesmo sentido, Baptista (2009) aponta que tal “mobilização estratégica” evangélica na política também visava

“a defesa de interesses institucionais, mobilização de recursos para garantirem condição mais vantajosa no jogo competitivo do mercado religioso, emulação entre corporações do mesmo sub-campo pentecostal e necessidade de maior inserção no espaço público, para exercerem influência direta em questões que incomodam, ligadas à preservação da família tradicional, costumes, sexualidade e liberdade de culto, no estilo pentecostal, evidentemente” (p. 160).

Ora, a entrada evangélica na política institucional se baseia num “novo pacto nacional” (Baptista, 2009, p. 160) cujo propósito, de fato, seria a “refundação da sociedade brasileira” por meio de propostas condizentes com a moral cristã e com a “fé do povo”⁹². Logo, projetos que fugiam a tal regra moral cristã eram considerados pelos constituintes evangélicos um “desvio”, uma “anomalia” da ordem estrutural de mundo tal como construído por Deus e validado pelos evangélicos. Exemplifico esta perspectiva do autor com a situação de disputa entre constituintes laicos e religiosos pelo emprego da acepção “orientação sexual”⁹³ no artigo 3º da Constituição que versa sobre as formas de discriminação (Pierucci, 1996, p. 186).

Tive acesso⁹⁴ ao arquivo de todas as Comissões constitutivas da Assembléia Nacional Constituinte quando pude averiguar tal disputa. O relator do processo, senador José Bisol⁹⁵, duelou com os evangélicos na Comissão de Soberania e Direitos do Homem e

⁹² Esta perspectiva garantiu também a presença no espaço público de símbolos cristãos, como o crucifixo e a bíblia aberta sobre a mesa do Congresso (cf. Baptista, 2009, p. 160). O debate sobre a validade estes símbolos em espaços públicos de uma democracia laica e republicana emerge com a proposição contida no PNDH-3 que propõe a retirada destes símbolos de tais espaços. Proposição esta que acabou sendo retirada do PNDH-3 por conta da pressão de setores religiosos no Congresso Nacional.

⁹³ Artigo que ficou assim registrado: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 21 de março de 2011.

⁹⁴ Obtive o arquivo a partir de uma solicitação feita junto a Biblioteca da Câmara dos Deputados. Após alguns dias, recebi por e-mail um arquivo zipado contendo as atas e transcrições de todas as reuniões realizadas por todas as Comissões da ANC.

⁹⁵ Segundo Lima (2009) durante o processo de análise do relatório, as idéias do relator Bisol foram duramente atacadas. O deputado Farabulini Júnior (PTB/SP) afirmava que “o relatório era contra a família brasileira; que atentava contra a moral tradicional, além de ser socialista” (p. 249). Já o deputado Costa Ferreira (PFL/MA) sustentava que era necessário que “o relator produzisse um documento que agradasse a

da Mulher pela validação da categoria nas letras da lei, como podemos ver na ilustração, que se segue, de algumas falas do relator e de parlamentares evangélicos. Na ata da 9ª reunião, ocorrida em 8 de junho de 1987, o assunto estava sendo debatido pelos participantes da Comissão. O senador José Bisol alertava aos pares que seu posicionamento favorável à “orientação sexual” considerava os homossexuais como “seres humanos” e que no espaço público, homossexuais e heterossexuais devem seguir as regras impostas pela sociedade de “não atentar ao pudor”, contudo

“na intimidade deles, eles farão o que quiserem, porque nós na nossa heterossexualidade, fazemos. Ou não fazemos! Porque somos livres! Que negócio é esse de restringir a liberdade dos outros, quando eles não afetam a nossa liberdade? Não é este o discurso de todos, ou seja, que todo mundo é livre naquilo que não afeta os outros?” (Ata da 9ª reunião da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, p. 58-59)

A querela continuou na 10ª reunião da mesma Comissão, ocorrida em 08 de junho de 1987, na qual o assunto continuava a ser debatido e novamente José Bisol explicitou o argumento de sua relatoria acerca da “orientação sexual”:

“[...]. Se estou relacionando as discriminações, não posso retirar do juízo geral discriminação alguma: V. Ex.^a não acham isso lógico? Se, por exemplo, estou dizendo que é proibida a discriminação sobre sexo, não posso retirar a proibição da discriminação sobre a orientação sexual, pois na verdade, isto já está implicado no juízo geral. Então, se eu retirar, reparem bem – do juízo geral, só posso retirá-lo por exceção. Então, não estou admitindo discriminações entre pessoas ou entre grupos. Porém, de repente, quero discriminar um grupo, o dos homossexuais. Quem quiser discriminar este grupo terá que achar uma saída para essa questão lógica. Ela é uma aporia lógica. E vou dizer qual é a saída. Tem que apresentar emendas, mais ou menos, nesse sentido: “É permitida a discriminação dos homossexuais”. Sejam moralmente responsáveis. Se quiserem retirar a orientação sexual do juízo geral da proibição das discriminações tirem-na, mas por exceção, não por manejos obscuros e caminhos tortuosos! Estamos perante a História. E o que está sendo dito e escrito, em termos de emendas, de projetos, de votos, vai ficar na História, sob responsabilidade nominal e individual” (Ata da 10ª reunião da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, p. 72).

Nas 9ª e 10ª reuniões da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher o tema foi debatido por parlamentares à direita e à esquerda no sentido de garantir, de um lado, o respeito aos preceitos morais da sociedade e, de outro, a necessidade de escrever uma constituição que validasse liberdades e direitos, em consonância com a nova ordem política vigente no país. Imagens diferentes que no espaço da 53ª legislatura do

todos os segmentos da sociedade brasileira, não a determinados grupos, a determinadas filosofias, ideologias ou aspirações, pois poderia cometer injustiças” (p. 249).

Congresso Nacional duelaram no sentido de ser atendidas pelo Estado em detrimento da outra.

Na ata da 11ª reunião, realizada em 09 de junho de 1987, os evangélicos entram em cena. Seus posicionamentos e discursos trazem à baila tanto a fusão quanto a fissão entre eles⁹⁶. Antonio de Jesus (PMDB/GO, Assembléia de Deus) argumentou que o relatório do relator ainda conteria em seu artigo 3º, inciso III, a expressão "orientação sexual" e defendeu que

“Isso precisa ser eliminado, pois a sexualidade se apresenta sob várias formas, dentre elas a sexualidade normal, que norteia a procriação. Isso, Deus garante. Mas há também os desvios do sexo. Há a sexualidade anômala, que abrange as perversões sexuais. E tudo isso se insere no contexto da orientação sexual. Existe, ainda, a sexualidade criminosa – isso, do ponto de vista científico. [...]. Toda essa anarquia existe na sociedade. [...]. Portanto, se abrirmos aqui esse precedente, Srs. Constituintes, futuramente nossos filhos, nossos netos, pagarão um alto preço pela nossa omissão, por havermos contribuído para que determinados exageros fossem legalizados constitucionalmente. Ademais, temos não só um compromisso moral – não tenhamos medo – quanto ao aspecto econômico, mas, igualmente quanto ao aspecto social: o de zelar pelo patrimônio comum. Ou conservamos o que é justo e ideal para termos uma Constituição sensata, justa, sólida, praticável, ou vamos entregar isso aqui à mercê de uma minoria que não quer ser responsável, que não quer pagar o preço que nós estamos pagando por sermos Constituintes em pleno século XX. Quero chamar a atenção de todos os meus companheiros Constituintes para a necessidade de nos unirmos e não termos medo de condenar aquilo que é indevido e injusto, pernicioso e nocivo para a sociedade. Não vamos ter medo, vamos ser corajosos e varonis. Vamos ser, realmente, homens de verdade, neste momento em que a Nação exige e espera algo de nós”. (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 86, Grifos Meus).

Costa Ferreira (PFL/MA, Assembléia de Deus) concordou com o colega e “irmão” referindo-se à “astúcia” dos grupos que sugeriram algo tão “espúrio”, “uma erva daninha que poderá acarretar uma grande maldição para a nossa Pátria” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 87). Assim, o parlamentar solicitou que seus pares, até mesmo aos ateus, atentassem para o fato de que “Deus é o criador de todo o universo”, logo,

“Deus não aceita, de modo algum, que se legalize a prática do sodomismo, da libidinagem, enfim, de todas essas perversões sexuais, como o homossexualismo, o bissexualismo, o heterossexualismo. É uma pena que alguém nasça com esse problema. Mas a pessoa vai vivendo e fazendo o que quer por ai afora. Não podemos, porém, tornar

⁹⁶ Benedita da Silva e Lysâneas Maciel foram os únicos integrantes da Bancada evangélica na Constituinte que votaram a favor da inclusão da “orientação sexual” nas letras da lei constitucional e no rol das formas de discriminações a ser validadas pelo Estado democrático de direito (Freston, 1994, p. 227-228).

público essas aberrações, como, por exemplo, o casamento entre homossexuais” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 87) (Grifos Meus).

Outrossim, a nova Constituição não poderia “modificar aquilo que Deus criou” (p. 87): o homem só deve ter uma companheira e ao se unir a mulher tomam-se uma só carne. Deus disse: “não separe o homem aquilo que Deus juntou”. Por isso,

“Não queremos, Srs. Constituintes, fazer proselitismo para trazê-los para a nossa causa, para aquilo que defendemos, contrariando aqueles que defendem a permanência da expressão “orientação sexual”. O que desejamos é que todos sintam que já consta da Constituição que a discriminação contra o sexo é um crime. E quem for pervertido, que pratique suas atividades às escondidas, que faça o que quiser, mas não venha querer explicitar demais isso, que é algo íntimo e pessoal. Com isso é possível até que venhamos a angariar a antipatia de muita gente, mas estamos certos de que cumprimos um dever perante a Nação brasileira. Temos certeza de que cumpriremos nosso mandato à risca (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 87). (Grifos Meus).

José Genoíno (PT/SP) ao defender o relatório de José Bisol advertiu aos pares que a nova Constituição deveria se inclinar “à realidade concreta de hoje”. Do mesmo modo, lembrou que a validação de um direito a um determinado grupo não significa que a Constituição obrigará aqueles que “tem um dogma” a realizar as práticas deste grupo. Nesse sentido, há que se atentar para a laicidade do Estado, por isso,

“A Constituição tem que contemplar a multiplicidade de uma sociedade multifacética. Se colocarmos na Constituição uma visão apenas vai-se ter uma sociedade moldada por determinado conceito. E é também uma conquista da humanidade – chamo a atenção para isto – a separação entre a Igreja e o Estado. Assim, não há como vincular valores religiosos, valores cristãos ao Estado, como norma para o Estado, como influência para as decisões do Estado, como influência para as normas constitucionais. Tem que haver essa separação, que, repito, é uma conquista da humanidade, desde o final do Século XIII”. (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 88) (Grifos Meus).

Seguindo a acepção José Genoíno (PT/SP), o constituinte Lysâneas Maciel (PDT/RJ, Igreja Cristã de Confissão Reformada) alertou para o fato de que alguns desejavam realizar uma “catalogação de pecados” que “não tem sentido jurídico” nem mesmo bíblico, pois, o Evangelho prega a conciliação, o perdão e o amor ao próximo. Assim, quando preconizam a condenação, estes constituintes deveriam se lembrar de Mateus, no capítulo 25, no versículo que narra que quando o “Senhor da História” ao

separar “salvos” e “perdidos” disse que quaisquer atos contra os “famintos” é também um ato contra Deus.

Do mesmo modo, Lysâneas Maciel fez questão de esclarecer que “o choque” entre “a instituição Igreja e os verdadeiros mandamentos cristãos existe há séculos” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 90). Nesse sentido, reafirmou: “este é o Evangelho da reconciliação, não o da catalogação de pecados, não o Evangelho das condenações, não o Evangelho da imposição de determinada fé” (idem). Ainda segundo o mesmo constituinte,

“fé que precisa de defesa é ideologia. Assim, quando a fé precisou defender-se, em certa época, transformou-se na Inquisição. A fé, para ser defendida em determinado ponto da História, transformou-se em Inquisição. Assim também a democracia, que nesses últimos anos precisou ser defendida, transformou-se em tortura, em violação dos direitos humanos. Não há necessidade da defesa da fé. A nossa relação com o Senhor da História é uma relação solitária, mas a decisão é solidária com os nossos semelhantes. Então, acho que aqui é preciso fazer um reparo: não houve momento algum – sejamos claros e honestos – em que o Constituinte José Paulo Bisol viesse aqui defender o homossexualismo ou a sua caricaturização. Em nenhum momento S. Ex.^a defendeu qualquer prática de atentado ao pudor público. Então, por que estamos estabelecendo tanta celeuma em torno disso?” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 90) (Grifos Meus).

Deste modo, para o constituinte evangélico a Constituição não deve se pautar por tal “catalogação de pecados”, mas sim pelas mudanças advindas da sociedade civil e dos pleitos acionados pelos novos atores sociais. Por que a instituição Igreja já “jogou gente na fogueira porque discordava de sua doutrina”, do mesmo modo “condenou pessoas que eram a favor do divórcio, como eu sou”. Esta mesma instituição Igreja já defendeu “a idéia de que a mulher sequer pode ter igualdade em relação ao homem”. Assim, finalizou o constituinte: “esta instituição nada tem a ver com os verdadeiros princípios do cristianismo” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 90). Já João de Deus, identificado com a ala direita da Bancada evangélica, discordando do “irmão em Cristo” reafirmou quais princípios deveriam ser grafados pelas letras da lei e em nome de qual Povo, estavam ali, participando da Constituinte

“Não estamos aqui defendendo os pretensos interesses de uma minoria depravada e pervertida, que está tentando chegar a esta Carta para receber direitos que não tem. Estamos defendendo, aqui, a família, os valores morais, que estão desaparecendo. Podemos dizer, até, usando um termo simbólico, que somos os "últimos dos mohicanos". Estamos aqui defendendo os últimos resquícios da célula mater da sociedade, que se

esforça por manter-se em meio ao apodrecimento dos costumes e da moral nessa sociedade licenciosa. [...]. Estamos aqui porque este é o tempo que Deus nos trouxe. Nós somos sal e estamos temperando esta sociedade que ainda espera alguma coisa de nós. Temos absoluta certeza de que não somos poucos, não somos minoria. Somos maioria, porque não estamos sozinhos, porque Deus prometeu que estaria conosco. Estamos defendendo aqui a vida sob todos os aspectos. Estamos defendendo a indissolubilidade do casamento. [...]. Estamos tentando defender o que há de mais precioso, que são os nossos filhos. Temos certeza de que o povo evangélico, que nos mandou para cá, não queria saber se eu tinha posições ideologicamente definidas. Ele me mandou para cá sabendo que eu ia defender os princípios cristãos evangélicos e aqueles que Jesus Cristo também defendeu. [...]. Quero dizer que não somos minoria aqui dentro. Somos mais de trinta e estamos fechados em bloco temos certeza de que V. Ex.^a [o relator] vai respeitar o nosso pensamento” (Ata da 11ª reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 1987, p. 91, Grifos Meus)

Ora, a Constituição Federativa do Brasil promulgada em 1988 não abarcou apenas demandas religiosas. De fato, a questão da entrada da orientação sexual na redação final da Carta não foi considerada, assim no artigo 3º (Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil) em seu § IV lê-se: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação⁹⁷”. Todavia, entidades feministas que propunham a descriminalização do aborto realizaram o que ficou conhecido como *Lobby de Batom*: movimento de sensibilização dos parlamentares a fim de que a Carta Magna considerasse as demandas das mulheres. O objetivo era garantir a construção de uma sociedade guiada por uma Constituição cidadã e democrática.

Se a descriminalização do aborto não entrou no rol da Constituição, tal movimentação feminista permitiu que o artigo 5º (que trata da inviolabilidade do direito à vida) fosse redigido com a aceção “em geral, desde a concepção” sem que se retirasse a expressão “em geral” como desejavam setores conservadores. A expressão "em geral" garante a ponderação jurídica e não introduz um direito absoluto. Organizadas de forma suprapartidária, a Comissão Nacional de Direitos das Mulheres, movimentos feministas e bancada feminina, através do “lobby do batom”, garantiram outras demandas do movimento de mulheres na redação final da Constituição de 1988.

Podemos perceber que na Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher da Assembléia Constituinte havia tanto um grupo evangélico preocupado com a defesa da família heterossexual sadia (o que excluía o aborto e a homossexualidade),

⁹⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 28 de julho de 2011.

quanto aqueles deputados que defendiam temas ligados à justiça social e valores democráticos. Deste modo, se a ala a direita evangélica na ANC preconizava que a Carta Magna validasse valores morais e religiosos, parlamentares como Benedita da Silva e Lysâneas Maciel debatiam que a Constituição deveria prover a Nação de valores usurpados pela ditadura militar. Assim, os debates na ANC sobre temas como orientação sexual apontam para dissensos entre evangélicos em relação a estas temáticas. Se na 53ª legislatura o projeto político evangélico baseava-se na provisão de “boas safras” para a sociedade, a FPE também entende que a luta pela justiça e igualdade social devem ser questões caras aos evangélicos.

José Duque, ministro de louvor da FPE, ressalta dois propósitos dos evangélicos na política. O primeiro diz respeito à “responsabilidade de cada parlamentar dentro desta visão constitucional em relação a Projetos de Lei que a gente considera prejudicial à sociedade e não só a Igreja”. Ou seja, a FPE, enquanto entidade mobilizada, “tem uma coerência” em “defender os projetos que são bons e ser contra os projetos de lei que, principalmente, do ponto de vista moral são ruins”. O segundo versa sobre a “responsabilidade parlamentar” do evangélico de “fazer uma política mais social, mais justa”, de acordo com o princípio cristão. Deste modo, é dever do parlamentar evangélico se comprometer com “um Estado mais justo, mais eficiente, uma sociedade mais igualitária”, logo, “todos eles tem esta visão, uns mais conservadores, outros menos”. No “Seminário A família, a Igreja e o PNDH-3” João Campos reforçou que a FPE não lida apenas com “negócio espiritual”, pois, a igreja também se engaja em assuntos importantes para a sociedade brasileira e não apenas em temas de cunho moral. Nesse sentido, o deputado trouxe ao argumento a necessidade do crente envolvido nas atividades da política conferir “mais qualidade a atuação e representação do nosso segmento”. De fato, há um valor ético do crente de promover mais igualdade e justiça social.

Todavia, são questões morais e controversas aqueles possíveis de ser traduzidas em termos religiosos, numa linguagem religiosa. Logo, é o destino político dos evangélicos enquanto “protagonistas” (cabeça e não cauda) da elaboração de um Brasil do futuro (sem vícios) o discurso que faz efeito no plano da política. **Ora, a invocação do religioso no espaço do fazer política dissolve as fronteiras entre templo e sociedade, público e privado, Igreja e Estado, religião e política.** Deste modo, estas esferas, antes separadas

radicalmente, se relacionam (no sentido de fusão e fissão) nos espaços e tempos do Parlamento brasileiro. Vejamos como.

Cultuando o Deus Vivo no legislativo brasileiro.

“Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer”⁹⁸.

Voltei à Casa de Leis na minha terceira ida ao campo procurando exercitar uma espécie de *skill* (Ingold, 2000) que me permitisse construir uma atitude de observação de detalhes minuciosos das formas de agenciamento naquele e daquele mundo. Ressalto que a narrativa etnográfica deste capítulo não procura estabelecer uma linha histórica cronológica e causal dos eventos observados. Por isso mesmo, dedico-me a análise etnográfica dos cultos evangélicos⁹⁹ por mim observados durante minha “estada” na casa legislativa. Rituais que aconteceram durante todo o período do trabalho de campo sendo, pois, entremeados pelos demais eventos a serem considerados nesta dissertação. Ressalto ainda que não irei etnografar densamente cada um destes cultos. Trata-se apenas de delinear um “tipo ideal” permeado, entretanto, por minúcias e aspectos mezinhos. Considero, etnograficamente, os cultos evangélicos realizados no subterrâneo do legislativo, enquanto rituais que possuem ordem e padrão, mas também “encruzilhadas e dilemas” que possibilitam “encaminhar mudanças e transformações” (Peirano, 2003, p. 47).

Sendo assim, como disse, volto ao campo em 07 de abril de 2010. Naquele dia, participei do “culto de louvor” realizado pela FPE, mormente, no Plenário 13, ocupado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A promoção de tais cultos, como apontei, foi uma “estratégia” adotada pelos fundadores da FPE a fim de criar

⁹⁸ João 17: 4.

⁹⁹ Os cultos promovidos pela FPE obedecem ao calendário oficial do Congresso Nacional. Assim, o primeiro culto do ano é realizado na quarta-feira seguinte ao primeiro dia útil de fevereiro quando se inicia o ano legislativo na Câmara dos Deputados. No ano de 2010, participei dos cultos realizados pela Frente nas seguintes quartas-feiras: 17 de março, 24 de março, 07 de abril, 14 de abril, 28 de abril, 05 de maio, 19 de maio, 26 de maio, 02 de junho, 09 de junho, 16 de junho, 23 de junho, 30 de junho, 07 de julho e 14 de julho. Os cultos cessaram por causa do “recesso branco” na Casa por conta das eleições majoritárias. Em, 18 de agosto de 2010 (na semana de “esforço concentrado”) a FPE realizou mais um culto (do qual também participei). Em 10 de novembro de 2010, voltei ao campo para tentar “fechar questões”. Na ocasião, assisti ao culto no qual a FPE apresentou os novos deputados eleitos.

um tempo e um espaço ritual nos quais os deputados evangélicos “unidos” pudessem tornar demandas religiosas, realizações concretas no Parlamento. Como todo ritual religioso, os cultos evangélicos no legislativo seguem uma ordenação litúrgica marcada por “graus variados de formalidade (convencionalidade), esteriotipa (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição)” (Peirano, 2003, p. 11). Contudo, há sempre a possibilidade dos rituais serem alterados, transformados dependendo dos tipos de atividade social em jogo. Por isso mesmo cabe ao antropólogo apreender as minúcias formais e fractais dos rituais.

A formalidade daquela cena social marca-se pela ocupação da sala de comissão pelos “Missionários da Casa” tornando, pois, aquele espaço máximo da República brasileira num templo sagrado. Assim, a mesa central ocupada nas sessões ordinárias pelo presidente e pelo secretário geral da comissão naquela cerimônia torna-se um púlpito no qual se postavam o dirigente, o orador do dia e o mestre de louvor e seu aparato instrumental¹⁰⁰. Já a membresia (deputados, assessores, funcionários, convidados) estava disposta nas mesas localizadas a frente da mesa central. Os deputados ocupavam as primeiras fileiras destas mesas que também são ocupadas por eles nas sessões ordinárias das Comissões da Casa. Em todos os cultos que participei procurei me sentar nas cadeiras avulsas localizadas próximas a entrada da sala a qual acessamos pelo corredor principal das salas de Comissões¹⁰¹. Admito que esta localização me possibilitou observar, de modo panorâmico, a cena social (sua ocupação, o modo como as pessoas andavam, com quem falavam, como agiam).

Como disse, naquele dia cheguei à Casa legislativa a fim de assistir ao culto. No caminho em direção ao plenário 13 observei que em outro plenário da *Casa* estava sendo realizada uma missa católica com altar e indumentárias próprios, um padre e um coroinha¹⁰². Participavam da celebração cerca de quinze pessoas. Adentrando o Plenário 13, pontualmente, percebi que o mesmo estava ainda esvaziado. Contudo, o culto acontece

¹⁰⁰ Os dirigentes e oradores dos cultos são escolhidos (pelo dirigente do culto anterior) ou se prontificam a conduzir a liturgia no próximo culto.

¹⁰¹ Todas as salas de comissões possuem duas entradas. Uma que pode ser acessada através do corredor principal (onde os cidadãos, funcionários e transeuntes circulam). A visão desta entrada é a mesa principal da sala da Comissão. A outra entrada é acessada pelo corredor no qual apenas parlamentares e funcionários autorizados circulam. A visão da sala de comissão fornecida por tal entrada são as mesas ocupadas pelos partícipes da Comissão. Esta é uma entrada exclusiva utilizada por deputados em ocasiões quando a Casa está muito tumultuada (quando ocorre do outro corredor ficar intransitável) ou quando a própria sessão ordinária da Comissão está julgando algum PL que mobiliza afetos e grande movimentação social. Trata-se, de fato, de um “corredor de escape” dos parlamentares que atuam na *Casa do Povo*.

¹⁰² Missa católica que não presenciei novamente durante a continuidade do trabalho de campo.

sempre às quartas-feiras, de 08h30min as 09h45min, como havia me dito Pr. Isaías no meu primeiro dia de campo. A composição dos cultos conta com uma maioria de homens (deputados, alguns assessores e funcionários da *Casa*). Às vezes, convidados dos deputados (advindos de suas bases religiosas ou políticas) participam da celebração quando estão em Brasília por causa de algum pleito político.

Como de costume, naquele dia Pr. Isaías também me cumprimentou com beijos e abraços e perguntou se eu precisava de alguma “ajuda” ou “informação”, conversamos um pouco e perguntei se ele poderia me conceder uma entrevista. “Quem sou eu!”, retrucou. Na verdade, naquele momento, gostaria de esclarecer a ele os objetivos da pesquisa e o meu posicionamento enquanto pesquisadora. Reafirmei o convite e Pr. Isaías respondeu: “Ah, hoje não, por que eu assisto as Comissões e também o dia é cheio”. Fato é que todos os dias eram tumultuados e nunca consegui realizar tal entrevista. Do mesmo modo, nenhum dos secretários da FPE solicitou que eu me explicasse “oficialmente” para a FPE acerca de minhas intenções¹⁰³. Neste momento, Jacó, assessor do deputado Pedro Ribeiro, veio ao meu encontro e se desculpou por não ter conseguido ainda gravar para mim o primeiro culto do qual participei.

- “Tatiane, né?”

- Sim.

- Não esqueci o DVD não. Deixa acalmar um pouco e eu faço. Pode deixar que você não vai perder os DVDs não...”. - “Você tá aqui estudando, né?”

- Sim.

- “Você fica até quando com a gente?”

- Até final de junho, antes do recesso parlamentar

- “Ah, ta”. E saiu.

Naquele dia, o dirigente do culto era o deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG). Frequentemente, o dirigente do culto ou o presidente da FPE, deputado João Campos

¹⁰³ Contudo, no culto de 09 de junho tive a informação que as classificações nativas foram exacerbadas a ponto de comprometer minha permanência em campo. Por isso, tracei uma estratégia a fim de não ter que parar de freqüentar, especialmente os cultos e a sala da FPE. Passei a não mais gravar os cultos (o que havia sido autorizado verbalmente pelo Pr. Isaías e pelo Pr. Herculano), nem mesmo fazer qualquer anotação. Do mesmo modo, passei a não mais chegar cedo aos cultos, mas sim em seus 20 minutos finais quando nem mesmo sentava, permanecendo, pois, de pé. A despeito de “não ter sido expulsa”, o clima do trabalho de campo mudou muito tanto de minha parte em relação a eles quanto deles em relação a mim. De fato, antes deste acontecimento, já havia sentido nas semanas anteriores “o ar pesado”, quando alguns dos assessores dos deputados da FPE não me cumprimentavam mais, nem mesmo à distância.

(PSDB/GO), lembra aos irmãos sobre a importância daquela cerimônia, explicitando, sobretudo, que aquele espaço é de adoração ao Senhor e o seu tempo não é o da política, mas sim o da igreja. A saber: a invocação do religioso no Parlamento brasileiro faz tempo da Igreja englobar o “tempo da política”, sem, contudo, o excluir. Do mesmo modo, comumente o dirigente realiza preleção antes de passar a palavra para o orador do dia. Naquela cerimônia, Leonardo Quintão orou pelo deputado Pedro Ribeiro que, como disse, estava deixando o cargo por que estava em exercício de suplência¹⁰⁴. Entretanto, concentrou seu discurso na importância daquela celebração a fim de “livrar” os pecadores dos males da carne¹⁰⁵:

“Multiplica, esta ação que estamos fazendo de orar, pelo Brasil que a obra é do Senhor. E que o senhor possa tocar no coração de cada um. Cada servo do senhor para estar aqui também junto de nós, mas independente de números, Senhor. Nós sabemos que a obra é Tua. E nós sabemos que tu abençoa os teus servos que não têm condições de estar aqui hoje conosco, abençoa a vida deles. O casamento, os filhos, multiplica as finanças, livra do mal. Espírito de prostituição de adultério, de traição, de mentira, de lascívia, de inveja, Senhor tira de nossos corações, isso. Coloca em nossos corações o desejo de ler a sua palavra a cada dia, coloca em nossos corações senhor desejo de obedecer a tua palavra. Senhor não deixa o nosso coração de encher de ódio, não deixa nosso coração encher de inveja, não deixa encher de melancolia, de lamentação, pois o senhor é o Deus do impossível, da vitória; diz aqui [apontando para a bíblia] e a vitória não é apenas externa, ela é interna também. Deus eu clamo para que o Senhor nos dê nobreza de vencê-los, pois o espírito pode estar preparado, mas a carne é fraca. Nos dê esta capacidade de dizer não às coisas do mundo. Nos dê a capacidade de dizer sim apenas para as coisas do Senhor, para que possamos depender apenas das coisas do Senhor” (Grifos Meus).

Em seguida, o deputado Leonardo Quintão passou a palavra para o orador do dia que realiza a liturgia a partir de um tema específico. A adoração é sempre muito fervorosa

¹⁰⁴ Durante o culto, Pr. Pedro Ribeiro fez ainda uma solicitação para que a FPE não deixasse José Duque desamparado, nem Pr. Isaias e seu filho, Josué. Isso por que todos eles tinham cargo no gabinete do deputado, logo, com a sua saída, estavam todos desempregados. José Duque foi aclamado pelo deputado como indispensável para a continuidade dos cultos. Após a saída do deputado do cargo, José Duque continuou como mestre de louvor e conseguiu “uma vaga” no gabinete de outro deputado evangélico. Contudo, Pr. Isaias e Josué não conseguiram outros cargos na Casa. Sendo assim, em uma das minhas últimas visitas a FPE Pr. Isaias me disse que iria deixar a Frente por que a mesma não lhe cederia mais um computador e uma linha telefônica. E como era “assim eu ganhava dinheiro”, sem tais meios de trabalho, Pr. Isaias não tinha mais como se manter, já que a FPE não lhe pagava salário. Seu vínculo empregatício era com o Pr. Pedro Ribeiro.

¹⁰⁵ Em Gálatas 5:16-23 lê-se “Digo, porém: Andai em Espírito, e não cumprireis a concupiscência da carne. Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis. Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei. Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, prostituição, impureza, lascívia; Idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias; Invejas, homicídios, bebedices, glotonarias, e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei”.

e a Igreja de Cristo conclama por meio de glórias, aleluias e aplausos¹⁰⁶. Frequentemente, a pregação é direcionada a um dos deputados (por conta de algum momento de indecisão ou de aflição pessoal) ou abarca ainda a consideração da FPE sobre algum acontecimento político. Ou seja, tempo da igreja e "tempo da política" se imbricam. Coisas e bens religiosos se fundem com coisas e bens políticas. Deste modo, naquele dia, Pr. Pedro Ribeiro orou pelo seu futuro político na *Casa* e também pelo deputado Walter Pinheiro (PT/BA):

“Senhor, pedimos que este culto seja o reforço, o fortalecimento, o alimento poderoso para que ultrapassemos não só os minutos que estamos aqui, mas toda a quarta-feira e quem sabe sexta, sábado, domingo até a outra quarta. [...]. Abençoa a reunião que teremos com o teu servo, João Campos, nosso presidente, que tudo seja feito conforme sua orientação, tudo conforme a tua vontade. Eu te oro também pelo seu servo Walter Pinheiro que sabemos já estar de volta a esta *Casa*, [...], como ele tem demonstrado de estar aqui, todo desejo, carinho e compromisso com esta obra. Que ele esteja se lembrando, que ele tenha se lembrado, que ele esteja aqui. E que se engaje senhor de uma forma maravilhosa”.

Pastor Pedro Ribeiro continuou a pregação que passou a se concentrar no compromisso que os deputados filiados à FPE devem ter com aquela obra. Logo, Pastor Pedro Ribeiro lembrou aos irmãos do “pacto que nós temos, de orar pelo menos quinze minutos”. Por isso, Pr. Pedro Ribeiro rogou ao presidente João Campos que não deixasse aquele louvor cessar, assim

“Te peço, Pai fiel aos homens e a ti, não deixe este trabalho sofrer qualquer abalo mas pelo contrário que se fortaleça. Que cada um se anime, o pastor Pedro não está, mas o senhor está, e Ele que gosta de ser glorificado, exaltado e merece a nossa oração que está aqui nesta casa, que está em nossas vidas. Por que eu vou estar lá mas a nossa exaltação está aqui nesta casa. Põe isso no coração de cada deputado, de cada crente. Pessoas maravilhosas que não faltam este culto. Que precisam de sua palavra. Que glorificam sua palavra. Que esta glorificação permaneça não importa o Plenário. Que estejam sempre cheios glorificando o Teu nome. [...]. Mas Tu sabes Senhor, o valor deste culto, desta adoração aqui a cada quarta-feira”. (Grifos Meus).

Num tom profético, Pedro Ribeiro lembrou aos irmãos que outros cultos estavam sendo realizados em outros espaços da república federativa. Eram eles: os cultos debaixo das árvores do Anexo IV da Câmara dos Deputados e os cultos nos prédios dos Ministérios do governo federal. Todos estes cultos eram realizados pelos “servidores do Senhor” cuja

¹⁰⁶ Vale dizer que em nenhum dos cultos por mim observados ocorreu à manifestação do falar em línguas estranhas – glossolalia – que é um dos carismas do Espírito Santo (profetizar, curar, falar línguas estranhas, exorcizar) recebidos pelos crentes. Fenômeno identificado como pertencente aos primórdios do pentecostalismo (cf. César & Shaul, 1999).

Igreja “se espraia, se estende por esta *Casa*, pelo Congresso Nacional” como afirmou Pedro Ribeiro. Ora, conclamou o pastor: “usa [Senhor] cada dia mais, do servidor mais simples até o nível mais alto. Usa os funcionários da Casa!”. Em mais uma convocação dos irmãos para a obra de Deus na *Casa*, Pr. Pedro Ribeiro deixa explícito o significado daqueles cultos: a invocação do religioso no espaço da política sacraliza discursos e posicionamentos políticos daqueles religiosos:

“Pai levanta os teus filhos e filhas para que tenham aquele sentimento que invade o meu coração, que tem o privilégio de ser Teu missionário no Congresso Nacional. [...] Aqui é um lugar de proeminência, lugar estratégico da nação. É um privilegio ser missionário nesta casa. Anima cada coração, queima cada coração repreenda todo medo, a falta de coragem de trabalhar, faça a partir desta casa que a nação seja abalada, não com as críticas Senhor, com o descrédito que temos, mas dizer que no Congresso Nacional saem coisas maravilhosas, pessoas que anunciam a salvação, a redenção do senhor e o tempo que nos aguardam. [...] Anima cada um. O tempo urge, o tempo se aproxima, nos preparemos para a tua vinda, Senhor, abramos os olhos para o que está acontecendo na sociedade, que ele [apontando para um dos deputados presentes] seja a atalaia poderoso ó Pai, assim como os demais que aqui, estão anunciando a Sua mensagem. É que eu Te rogo agradecido em nome de Jesus. Amém e amém!” (Grifos Meus).

De todo modo, em alguns momentos do ritual, o tempo da igreja suplanta o da política. Sendo assim, a liturgia do culto é entremeada, pois, por hinos ministrados pelo José Duque que sempre solicita que os irmãos “fiquem de pé para glorificar ao Senhor!”. Naquele dia, um destes hinos falava que o crente deveria se diminuir para que o Senhor crescesse, pois, a presença dele é o “verdadeiro prazer” do crente. O outro hino versava sobre o “verdadeiro adorador” de Cristo cuja “vitória vem mesmo que pareça que é o fim”¹⁰⁷. Dois outros momentos ocorrem de forma rotineira durante o tempo do ritual litúrgico.

¹⁰⁷ *Recebi Um Novo Coração*, grupo Frutos do Espírito: “Recebi um novo coração do Pai Coração regenerado, coração transformado, Coração que é inspirado por Jesus! Como fruto deste novo coração Eu declaro a paz de Cristo, Te abençôo, meu irmão, Preciosa é a nossa comunhão! Somos corpo, e assim bem ajustado talmente ligados, unidos, vivendo em amor. Uma família sem qualquer falsidade Vivendo a verdade, expressando a glória do Senhor! Uma família, vivendo o compromisso Do grande amor de Cristo Eu preciso de ti, querido irmão, precioso és para mim, querido irmão! Eu preciso de ti, querido irmão, precioso és para mim, querido irmão”. Disponível <http://letras.terra.com.br/frutos-do-espírito/191006/> acesso em 28 de março de 2011.

Fiel a Mim, Eyshila: “Sei que estás aqui, Senhor, Podes perceber quem sou, Podes ver se há em mim Um verdadeiro adorador A minha oferta, Eu ofereço a ti, Deus meu Pra reconhecer que nada tenho, tudo é teu Quero te adorar ainda que a figueira não floresça Quero me alegrar mesmo se o dinheiro me faltar A vitória vem mesmo que pareça que é o fim. Pois tu és fiel, Senhor, fiel a mim, Tu és fiel, Senhor Eu sei que tu és fiel Tu és fiel, Senhor Eu sei que tu és fiel E ainda que eu não mereça permaneces assim Fiel, Senhor meu Deus Fiel a mim, Fiel, Senhor meu Deus, Fiel a mim”. Disponível em <http://letras.terra.com.br/eyshila/216083/> acesso em 28 de março de 2011.

O primeiro destes momentos é o testemunho público dos oradores sobre sua conversão ao Evangelho ou ainda sobre fatos importantes que estejam acontecendo em suas vidas, seja pessoal, seja parlamentar. Assim, Pr. Pedro Ribeiro naquele dia testemunhou sobre sua vida decaída antes da conversão, reafirmando, pois, a mudança em sua vida assim que aceitou ser transformado por Jesus

“Deus me transformou, ele me trouxe para o Congresso Nacional, me fez vereador de Fortaleza. Aqui nesta *Casa* sou amado e considerado por muitos aqui nesta casa. Ele me fez ser conhecido no Brasil por lideranças evangélicas. Só o milagre de Deus. Eu só fui crescer na vida quando me tornei crente, vitória mesmo em minha vida só depois de aceitar Jesus”.

Então, se o “Senhor dos milagres” restaurou sua vida, seria Ele quem reconduziria Pastor Pedro Ribeiro ao Congresso Nacional em 2011. Deste modo, mais uma vez o parlamentar da FPE realizou a fusão do púlpito com o palanque

“Agora eu estou enfrentando uma disputa ferrenha, nunca tive concorrentes, agora tem dois evangélicos, entrando na minha igreja, falando com meus irmãos. Mas se Ele quer me usar aqui no Congresso Nacional ainda, é Ele quem vai tocar no coração. É ele quem vai fazer milagres. Ele que não recua nunca, não vira as costas”.

Após seu testemunho pessoal a “comunidade de fé”, Pastor Pedro Ribeiro realizou a leitura da Palavra utilizada pelos oradores do dia seja como corroboração de um pensamento, como metáfora para algum argumento da oratória ou como retórica mesmo da oração. No caso, a citação bíblica utilizada pelo Pastor versava sobre a justiça da ação de Deus na vida de todo aquele que crê. Logo, os empecilhos na vida do crente servem para “testar” a sua fé no poder sobrenatural de Deus. Assim, a palavra bíblica trazida por Pedro Ribeiro corroborava tal pensamento: mesmo em situações adversas quem está no comando da vida ordinária do crente é Deus, por que, sua lei é sempre justa e reta.

“Que diremos pois? que há injustiça da parte de Deus? De maneira nenhuma. Pois diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia. Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece. Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra. Logo, pois, Deus compadece-se de quem quer, e endurece a quem quer (Romanos 9: 14-18).

Após relacionar citação bíblica e oratória devocional Pastor Pedro Ribeiro mais uma vez reafirmou: “o mais importante na vida é sermos dependentes do Senhor, é

amarmos o Senhor, é nos espelhamos Nele, é contarmos com Ele”. Em seguida, conclamou: “saíamos daqui para viver uma quarta-feira quiçá de quarta a quarta feliz, alegres, animados, cantando, [...], para gente viver esta vida felizes na presença de Deus”. Por fim, Pastor Pedro Ribeiro realizou o segundo momento rotineiro do ritual quando ao final da pregação, o orador faz a pergunta que, uma vez confessada publicamente, transforma a vida da pessoa

“alguém aqui quer aceitar Jesus como seu Salvador?, tornar-se vitorioso? É o que falta para você ser feliz, feliz em seu coração, você sairá transformado, registrado no livro da vida do senhor, [...], nunca mais se quebrará a sua aliança de fé com o Senhor”.

Naquele dia, ninguém “aceitou Jesus¹⁰⁸”. E, após este momento do ritual, como a fé é viva e é para este mundo, ocorre do orador do dia perguntar se algum irmão estaria passando por dificuldades. Caso haja alguém, toda a Igreja unida ora pela restauração espiritual do “irmão”. Naquele dia, como ninguém solicitou oração, Pr. Pedro Ribeiro passou a palavra para João Campos, não sem antes fazer a propaganda do *compact disk* “Pedras do Ribeiro” lançado por ele em parceria com Pr. Isaías, Josué, Marcos e Jacó.

Acontece do tempo do ritual ser interrompido pelos parlamentares que desejam informar ou solicitar algo à Igreja, antes da finalização do culto. Todas estas “cortes” do tempo ritual do culto são próprios do caráter rotineiro do rito. Frequentemente, neste momento, o “tempo da política” invade o espaço sagrado, contudo, este já foi devidamente sacralizado pelo segundo. É o espaço de exacerbação das filiações entre aqueles parlamentares, sejam religiosas, sejam políticas. Naquele dia, o deputado Major Fábio (DEM/PB) pediu a palavra ao Pr. Pedro Ribeiro a fim de solicitar que ele orasse pela vida do pastor da Assembléia de Deus do Acre que lá estava para conhecer “as atividades da Frente”. Do mesmo modo, solicitou a adesão dos “irmãos” da FPE para a obstrução¹⁰⁹

¹⁰⁸ Dos quinze cultos por mim observados, apenas em um deles alguém aceitou publicamente “Deus como seu único Salvador”. Na ocasião o deputado Leonardo Quintão fazia a oração final e ao fazer a pergunta, um funcionário do setor de limpeza da Casa, foi até a frente do púlpito e disse aceitar Jesus. Todos aplaudiram e o deputado solicitou que ele passasse no seu gabinete por que ele iria ganhar uma Bíblia.

¹⁰⁹ O regimento da Câmara dos Deputados. Na Seção II. Da Ordem do Dia. Artigo 82, § 6º fala da obstrução parlamentar: “A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, à ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas Lideranças e comunicada à Mesa”. (Regimento Interno da Câmara, Resolução no 17, de 1989, p. 98). Disponível em www.camara.br acesso em 22 de fevereiro de 2010.

regimental ao Projeto de Emenda à Constituição/PEC¹¹⁰ 300 que propunha alterar a redação do § 9º, do artigo 144 da Constituição Federal¹¹¹.

Após o pedido do deputado Major Fábio, João Campos, presidente da FPE, toma a palavra e reafirma a adesão da *Frente* a PEC 300: “conte conosco”. Em seguida, dá início aos costumeiros relatos administrativos que abarcam ainda referências às autoridades políticas e religiosas presentes nos cultos. Naquela ocasião, João Campos registrou a presença do pastor Rafael, “meu amigo”, da Assembléia de Deus de São Paulo que “fez também a viagem a Israel” quanto estabelecemos uma “comunhão muito sadia”. Outros deputados solicitaram ainda “um minuto” a João Campos a fim de informar a presença de “amigos, irmãos e parceiros” na cerimônia e estes receberam as boas vindas daquele ao culto da FPE.

Por fim, João Campos pediu permissão ao Pr. Pedro Ribeiro para que o “nosso irmão deputado Raimundo” (Santos, um dos idealizadores da FPE) fizesse a oração final. Contudo, antes de proferir a oração final, Raimundo Santos deu um testemunho espiritual no sentido de corroborar com as palavras de Pr. Pedro Ribeiro em relação ao comprometimento do “irmão” José Duque à vida evangélica. Mais uma vez, a retórica religiosa toma a cena se sobrepondo às coisas da política, mas sem excluí-las. Raimundo lembrou, então, que José Duque tinha sido seu assessor parlamentar quando foi deputado estadual no Pará¹¹². Naquela época uma “irmã” da Assembléia de Deus de Paragominas/PA teve uma visão na qual ele e José estariam “com um monte de autoridades cantando e clamando”. Ora, “os anos se passaram e aqui nos reencontramos, quando fundamos na legislatura passada um ministério de louvor”. Deste modo, ressaltou que o “testemunho apaixonado” de Pr. Pedro sobre José Duque é condizente com os propósitos de Deus, pois, “José foi convocado por Deus, chamado por Deus para fazer este trabalho [ser ministro de louvor dos cultos]”.

¹¹⁰ Projeto de Emenda à Constituição trata de uma atualização da Constituição Federal. É uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal. Em função disso, requer quórum quase máximo e dois turnos de votação em cada uma das Casas legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. (cf. Regimento Interno da Câmara Resolução nº 17, de 1989, p. 161-162).

¹¹¹ “§ 9º: A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do = 4º do artigo 39, sendo que a das Polícias Militares dos Estados, não poderá ser inferior a da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também o Corpo de Bombeiro militar desse Distrito Federal, no que couber, extensiva aos inativos”. (Notas do Projeto de lei de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá e outros).

¹¹² Segundo José Duque ele foi assessor de Raimundo Santos quando este foi deputado estadual em 1986. José trabalhou para a família “Santos”, em diversos cargos de confiança, durante os anos que morou no Pará.

Em seguida, Pastor Raimundo Santos se volta à “comunidade de fé” ali reunida e profere uma oração pelos “irmãos” que iriam concorrer aos cargos do legislativo nas eleições de 2010. Assim, o tempo da política volta à cena sacralizada pela invocação da filiação religiosa existente entre aqueles parlamentares. Nesse sentido o Pastor Raimundo proferiu a leitura de Isaias 55: 10-11 para reafirmar que

“assim como desce a chuva e a neve dos céus, e para lá não tornam, mas regam a terra, e a fazem produzir, e brotar, e dar semente ao semeador, e pão ao que come; Assim será a minha palavra, que sair da minha boca; ela não voltará para mim vazia, antes fará o que me apraz, e prosperará naquilo para que a enviei”.

Utilizando este versículo que fala de profecia e fé na palavra de Deus, Raimundo Santos profetizou: “Amém? se Deus falou com você a vitória é sua, tudo está na vontade de Deus!” Em seguida, Raimundo Santos, de modo inverso, invocou a filiação religiosa existente entre aqueles parlamentares a fim de solicitar que a mesma fosse considerada no plano da política, sagrada e sacralizada. Deste modo, aproveitando o tempo e o espaço adquiridos naquele ritual, Pr. Raimundo solicitou o apoio da FPE em relação a “nossa reivindicação de plebiscito pelo Estado de Tapajós e Carajás, apelo que vem de lá do nosso povo de Santarém/PA”. Então vamos orar, solicitou Raimundo Santos.

Em mais uma interrupção do tempo do ritual (agora não rotineiro, logo, fora do padrão) uma das “irmãs”, funcionária da *Casa* pediu um espaço para proferir uma palavra a “amada Igreja”, a “esposa de Jesus”. Pastor Raimundo concedeu um instante a ela que leu uma mensagem cujo tema versava sobre a fé que o crente deve depositar no poder sobrenatural de Deus – “sê fiel, quando o inimigo se erguer com furor, ele não te abaterá, o Inimigo te ataca com furor, mas o Senhor, o abaterá”. Toda a Igreja aplaudiu a mensagem, sob aleluias e glórias. Pastor Raimundo retomou a direção do culto pronunciando uma oração final na qual rogava que Deus continuasse abençoando Pastor Pedro Ribeiro que iniciou aquela “grande empreitada” quando os parlamentares evangélicos poderiam invocar o religioso num tempo e num espaço da política. Por isso mesmo, Raimundo Santos rogou

“Unja Senhor, dote de capacidade os deputados para discernir esta grande iniciativa que seu servo teve [Pedro Ribeiro]. Dê capacidade para discernir, a sabedoria para dar o seu recado e te acompanhando Senhor e vivendo no seu Espírito Santo, direcionando os seus passos, do presidente João Campos, de cada um que aqui está, abençoe as nossas famílias, dê-nos uma semana maravilhosa, abençoada. Que sigamos na tua direção, este é o nosso louvor, a nossa oração, em nome de Jesus, amém!”

Finda a benção final, Raimundo Santos passa a palavra para João Campos que finaliza o culto “em nome de Jesus!”, mas não sem antes solicitar que todos os irmãos cumprimentassem “a pessoa ao seu lado e desejasse a ela um bom dia”. Todos os “irmãos” se saudaram. Como já ressaltai, durante o trabalho de campo, percebi que o deputado João Campos sempre terminava o culto proferindo estas frases. Tratava-se, de fato, de um aspecto marcado pela redundância presente na formalidade do ritual, tal como apontada por Peirano (2003). Inclusive, na maioria dos cultos dos quais participei, fui agraciada com a saudação e o aperto de mão dos irmãos.

Após os cumprimentos fraternais, os parlamentares evangélicos se dirigem as salas das comissões das quais participam. Os pastores ou políticos locais convidados, entretanto, aproveitam para conversar ali mesmo ou “marcam uma hora” algum deputado¹¹³. Outrossim, parlamentares conversam entre si, assessores levam documentos para serem assinados, secretários da FPE conversam com os parlamentares. Neste tempo do ritual, percebemos os efeitos simbólicos da palavra da política após o culto religioso. A invocação da linguagem religiosa autoriza que atividades próprias da política legislativa – estabelecimento e reafirmação de laços, afetos, filiações religiosas e políticas – aconteçam.

Ora, se a palavra agora é da política, dos acordos e alianças, dos negócios e das negociações entre a grande política e sua “base eleitoral” (Bezerra, 1999) estes são realizados por que o nome de Deus foi evocado para fazer a aliança entre os irmãos. Mais do que trânsitos e deslocamentos entre o “tempo da política” e o tempo da igreja, há, pois, sobreposições entre o púlpito e o palanque quando o espaço do sagrado sacraliza as boas novas proferidas pela FPE no espaço da política. Assim, política sacralizada e política profana se justapõem dependendo das operações estratégicas em jogo nas relações políticas.

¹¹³ De acordo com Bezerra (2001) o modo brasileiro de fazer política compreende uma imbricação entre a política institucional e a política local. Nesse sentido, os deputados federais devem estar atentos aos pleitos do município ao qual sua candidatura, logo, seu mandato parlamentar, está vinculado. Deste modo, é um “dever” do parlamentar obter os recursos para as localidades que representam” (p. 204). Isso por que, assegurar recursos avalia, de certo modo, a “eficácia e [o] poder” que possui o parlamentar no Congresso Nacional. Logo, “o poder do parlamentar estaria fundado no reconhecimento pelas lideranças e população de sua capacidade e força para atuar em um outro plano de relações e assegurar certos benefícios e favores para as localidades e seus habitantes” (p. 205). Do mesmo modo, espera-se que os deputados sejam “mediadores de demandas locais e interesses relacionados às suas redes políticas” (idem, ibidem). Ou seja, atender as bases eleitorais seria uma das formas da representação política .

Da liminaridade da situação etnográfica aos achados antropológicos.

“Alegrei-me quando me disseram: Vamos à casa do Senhor!” Salmos 122: 1

Mesmo tendo participado em meu primeiro dia de campo do culto evangélico promovido pela FPE na *Casa* legislativa, nos demais cultos por mim observados continuava a sentir-me intrusa, incomodada, sem saber como agir. Preocupava-me com os possíveis decotes em minha roupa, em não demonstrar feições e gestos que pudessem ser “lidos” de forma errônea. Preocupava-me demais comigo. Olhar só para si cansa e não permite que o pesquisador se deixe afetar pelas muitas ervas do diabo que estão espalhadas pelo mundo (subterrâneo ou não) no qual ele se aventura¹¹⁴. Assim, durante os cultos, me sentia enfrentada pelos assessores e secretários da FPE por que eles “me encaravam”, me observavam como se dissessem “então, vai lá, aceita Jesus”. Do mesmo modo, sentia desconforto em cumprimentá-los com beijos na face (como se fossem meus amigos), a despeito de eles sempre me cumprimentarem com um aperto de mão e em seguida o danado do beijo na face. Com o tempo, contudo, estas neuroses foram me afetando menos. Mas outras tantas apareceram.

De todo modo, os evangélicos do Congresso Nacional me ensinaram sobre os modos pelos quais classificamos as coisas e as pessoas que habitam o mundo. Sendo assim, a antropóloga que vos escreve, por certo, não ficou isenta de tal sistema classificatório, nem isentou a Frente Parlamentar Evangélica. Contudo, o modo como eles me atribuíram valores me permitiu transitar por “lugares sociais” diferenciados: “nossa amiga da UnB” e a “feminista financiada por agências internacionais”, “uma pesquisadora profunda” e “aquela que nos persegue e sabe tudo da gente” ou “a possível futura nora de pastor” e uma

¹¹⁴ Mesmo “iniciada” no trabalho de campo no mundo pentecostal, participar de cultos devocionais sempre nos possibilita “sentir coisas que não sabemos explicar”. Esta sensação já fora por mim sentida durante os cultos observados na Igreja da Pastora Inês, um das mulheres evangélicas analisadas em minha monografia final de curso. Em um destes cultos, durante a exaltada pregação do Pastor João, dirigente de uma congregação, muitos fieis começaram a falar em línguas estranhas (um dom do Espírito Santo). “É a presença do Senhor! Ele está aqui!”, dizia o pastor. Assim, toda a pregação foi marcada pela manifestação do Espírito Santo que “se deu a conhecer no mundo sensível através de profecias, clamores, gritos exaltados, lágrimas e do falar em línguas estranhas” (Duarte, 2010, p. 165). Como descrevi: “naquele momento, eu mesma senti uma ‘forte sensação de que estava acontecendo algo que eu não sabia descrever’! Além disso, me percebi tomada de ‘susto’ e como pesquisadora experimentei um sentimento contraditório de estranhamento e de identificação, ainda que por pouco tempo, com os sujeitos da pesquisa: ‘o Espírito Santo está aqui!’, pensei” (Duarte, 2010, p. 165).

“mulher madura”. Do mesmo modo, pude experimentar o constrangimento de ser observada atentamente por eles: “os antropólogos são rígidos dentro do que eles pensam”, “pensei que você fosse evangélica, sempre está nos cultos”, “bom dia irmã”, “ela é pesquisadora da UnB”, “quem sabe na sua procura, você encontra Deus”.

Estas formas de classificação de um agente que está habitando um mundo desconhecido, por certo, causam neuroses debilitantes. No caso, não era eu um ser limiar, em estado de transição, creio que nem poluidora era, nem anti-estrutural. Era à época uma mulher de 27 anos, antropóloga, solteira, que morava sozinha em Brasília e que não afirmava suas crenças num cenário repleto delas. Na contramão desta perspectiva reside à própria teologia pentecostal que permite que qualquer ser errante seja redimido, ao aceitar Jesus. Deste modo, enquanto “mulher madura” e “pesquisadora da rede feminista” que eu poderia me tornar um dia uma “irmã”. Se eu tinha algum poder, este residia no fato de ser aquela que escreveria uma “história” sobre a FPE.

Talvez a classificação que faziam a meu respeito era por que “outras pessoas já vieram aqui” e depois “falaram mal da gente”, como me falou Pr. Isaias. Por isso mesmo, Pr. Isaias sempre me perguntava: “como está a pesquisa?”, “depois quero muito ler o que você escreveu da gente”. Todavia, aqueles agentes os quais estava conhecendo mais de perto também mostraram certa afeição e preocupação comigo, pois, sempre me alertavam para ter cuidado com os assédios sofridos pelas mulheres na *Casa* – “cuidado nestes corredores!” – e até mesmo explicitando que eu poderia procurá-los caso sofresse qualquer “embaraço”: “pode dizer que você está com a Frente Parlamentar Evangélica!”.

De fato, minhas primeiras incursões ao campo foi como andar numa corda bamba, controlando pulsões corporais, procurando me equilibrar em uma linha reta a fim de não cair num “campo minado”. Por certo, o próprio tempo do trabalho de campo – e o exercício da *dwelling perspective* – me ensinou como agir naquele ambiente. Assim, estar em contato com aquelas pessoas que me desafiavam aguçava uma espécie de treino para situações adversas, tensas e ambíguas a despeito dos medos e das indecisões constantes. Entretanto, continuava em mim uma espécie de constrangimento moral (de ordem laica) quando estava lá, participando de um culto em pleno espaço do legislativo. Esta aflição demorou a cessar, por isso, sempre questionava: como poderia haver um tempo e um espaço para um culto no lugar mais democrático da República? Esta aflição demorou a cessar, inclusive, durante o momento de escrita desta dissertação. De fato, foi quando

“voltei ao meu estado normal” fui orientada que os cultos eram o meu achado etnográfico, logo, um fenômeno de caráter inédito etnografado por mim. Logo, merecia ser analisado.

Considerando este feito, entendo que estes cultos podem ser analisados a partir da literatura antropológica que lida com os fenômenos, os rituais e as relações que são agenciadas no mundo pentecostal. Waldo César e Richard Shaull (1999) falam da “exuberância da palavra” no “reinado pentecostal” onde “as palavras têm poder”. Logo, “a palavra cantada, gritada, murmurada. Não apenas o pastor. Todos podem se expressar de alguma forma nos hinos, nas aleluias, na saudação aos irmãos, no testemunho – ou em línguas estranhas” (p. 67). Nesse sentido, como lembra Júlia Miranda (1999b), a cosmologia religiosa da comunidade pentecostal baseia-se na interpretação da Bíblia que orienta a conduta dos fiéis (individual e coletivamente). Deste modo, o acesso a Deus é reforçado através de louvores e cânticos quando “a coesão dos fiéis não se expressa por uma apresentação sistemática da fé ou da confissão religiosa, mas sim, pela comunidade vivida, pelas orações, pela participação ativa na liturgia e na diaconia” (Miranda, 1999b, p. 44).

Do mesmo modo, há o emprego de uma linguagem mediada por gestos e por várias formas de expressão das emoções. Nesse sentido, o mundo pentecostal abarca uma oralidade¹¹⁵ que significa a relação entre coisas ditas e formas sociais de escrita, formas de pensar o mundo e de agenciá-lo (idem, p. 66). Por isso mesmo podemos afirmar que a “palavra domina o culto pentecostal” (César & Shaull, 1999, p. 68) aquela que “faz as coisas” (Bourdieu, 2004b, p. 71) quando proferida em um lugar reconhecido e em situações específicas.

Ora, durante os cultos “a palavra se conjuga às rotinas do dia-a-dia, ganha novas dimensões e produz, como no drama da conversão, efeitos imediatos” (César & Shaull, 1999, p. 74). Do mesmo modo, os fiéis dispersos no mundo se unem naquele rito cuja repetição de palavras, gestos e “gritos de guerra” versam sobre a “libertação do vício, do pecado”, ressaltando uma “vida exemplar, o domínio sobre o demônio, a certeza da salvação total” (idem, p. 75). Trata-se, pois, de um discurso não rebuscado, contudo, que se liga aos fatos e ao cotidiano “incorporando a realidade da vida ‘como ela é’, [assim] o

¹¹⁵ A autora ressalta que é necessário ampliar o escopo analítico acerca do uso da oralidade pelos pentecostais, pois, este não se reduz apenas à glossolalia e aos meios de comunicação de massa (Miranda, 1999b, p. 67).

culto pentecostal se torna uma nova chave litúrgica e hermenêutica” (César & Shaull, 1999, p. 76). A saber: “na fusão interno/externo, pela palavra, unifica-se e adquire significado o que antes estava dividido na consciência e na vida real dos crentes” (idem, *ibidem*).

Não me oponho a tal forma de análise dos cultos evangélicos, pois, entendo que esta literatura procurou entender os efeitos simbólicos dos cultos no interior mesmo dos templos sagrados. No caso dos cultos evangélicos que estou analisando a palavra tem poder não apenas quando pronunciada por um emissor que recebe a “delegação” da instituição para falar em seu nome (como os dirigentes e oradores). Afinal, durante o tempo litúrgico pentecostal “todos podem falar” por que a convencionalidade do ritual abarca não apenas rigidez, mas também “oralidades improvisadas”. O que importa nos cultos evangélicos é a “eficácia performativa do discurso” (Bourdieu, 1996, p. 82) cujo “poder do verbo” (César & Shaull, 1999, p. 69) possui efeitos no plano da política.

O que estou procurando apontar aqui é uma imbricação entre mundos outrora separados. Os cultos da FPE na Casa do Povo promovem a máxima que a Igreja está no mundo, logo, sagrado e profano¹¹⁶ se conjugam legitimando, pois, a participação evangélica na política. Nesse sentido, o compromisso evangélico de salvar outrem que vive nas ruas (onde muitos crentes também já estiveram) continua a ser realizado com as tentativas de conversão de cunho pessoal. Todavia, o que proponho é que os cultos da FPE no legislativo não intencionam apenas “ganhar almas” de funcionários e deputados da Câmara para Jesus. O objetivo da FPE é grandioso, pois, a partir da invocação do religioso travestem as bandeiras do Evangelho em projetos de lei tornando-as retóricas políticas utilizadas pelos parlamentares evangélicos como instrumento de conversão da Nação brasileira. A meu ver, a FPE agencia sua participação na política brasileira utilizando-se de uma missão política que conecta templo e rua, Igreja e sociedade, sagrado e profano.

¹¹⁶ Durkheim (2003) afirma que todas as religiões são "sistemas de representações", logo, as categorias mais apropriadas para abordar o fenômeno religioso seriam as noções de sagrado e de profano. Apesar de a vida religiosa caracterizar-se pela separação entre um mundo sagrado e outro profano, o autor distingue a natureza dessa separação. Assim, ao analisar as causas dos sistemas de interdições, próprios dos ritos que ordenam os cultos negativos, Durkheim traz à tona a noção de contágio como um mecanismo social próprio do tornar-se sagrado (p. 345). Nesse sentido, o sagrado tende sempre a contagiar o mundo profano, isto é, ele mesmo demonstra a existência dos dois domínios e sua separação intrínseca. Ora, tal distinção seria anterior à constituição do pensamento religioso, uma vez que surge da classificação necessária ao ordenamento da vida social. Do mesmo modo, uma mesma coisa pode ser sagrada ou profana dependendo da posição que ocupa em um determinado mundo.

Logo, se o ritual convencional do culto me causava certa aversão, era naquele espaço de “louvor” e naquele tempo legislativo que a FPE exercia a fusão (união entre os irmãos e filiações e adesões políticas), a repetição (do discurso da missão política dos evangélicos de prover “boas safras” para a Nação) e a rigidez (da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes). Ora, naqueles cultos no legislativo vínculos e relações religiosos e políticos eram criados e recriados. Tornando-se, pois, o tempo e o espaço nos quais os crentes produziam e reproduziam crenças e laços políticos bem como formas de agenciamento entre o mundo espiritual e o mundano. Por isso mesmo, o culto evangélico pode ser analisado enquanto um ritual que transmite valores e conhecimentos, que consolida laços, resolve conflitos e reproduz relações sociais (Peirano, 2003, p. 10). Nesse sentido, o ritual do culto evangélico na *Casa do Povo* é uma ação eficaz (Peirano, 2003, p. 47), pois, aciona crenças religiosas que constituem a visão de mundo evangélica em contraposição a valores preconizados pela sociedade contemporânea (como a diversidade e o relativismo cultural).

Logo, a metáfora “ser um missionário” no Congresso Nacional, proferida por Pedro Ribeiro, pode ser entendida em dois sentidos. O primeiro versa sobre o comprometimento do crente com a obra de Deus, por exemplo, por meio da continuidade da realização dos cultos. O segundo considera que o exercício da política pelos evangélicos deve se pautar pela luta em prol das “bandeiras do Evangelho”: a vida desde a concepção, a família heterossexual e a extinção de vícios como a pornografia, a pedofilia e as drogas da sociedade brasileira. É nesse sentido que Pr. Pedro Ribeiro trouxe naquele tempo do ritual o discurso acerca do comprometimento dos “missionários da *Casa*”, no plano da política, com as bandeiras do Evangelho. Deste modo, os deputados deveriam ser “servidores de Cristo” na *Casa* legislativa atuando não apenas num mundo espiritual, mas também no/para o mundo mundano.

Deste modo, a defesa das bandeiras do Evangelho a partir da participação de evangélicos na política promove o deslizamento da Igreja “fora-do-mundo” (das coisas e bens religiosos) para a Igreja “dentro-do-mundo” (das coisas e bens da política) que, por fim, deságua na Igreja-para-o-mundo: estar no mundo, na política permite que os escolhidos de Deus verbalizem o religioso e promovam a conversão religiosa da Nação. Nesse sentido, a imbricação entre ideologia religiosa e participação política permite que os evangélicos saiam dos muros da Igreja (e dos cultos realizados “dentro” dos templos) e

ocupem o mundo (o “fora”) “invadindo”, por exemplo, o espaço e o “tempo da política”. Assim, os crentes doutrinados numa vida espiritual “dentro-do-mundo-da-igreja” (especialmente durante os cultos) também podem

“entrar no mundo, vencer o mundo, quebrar os laços que o prendem às forças do mal. Para que isso aconteça, deve-se viver intensamente no mundo, embora como se nele não estivesse; e usar todos os momentos do cotidiano para anunciar a vontade de Deus na purificação e transformação dos seres humanos. A partir desta convicção, pastores, obreiros, crentes tornam-se missionários nos desafios do dia-a-dia, onde tudo parece negar as ‘boas novas’ anunciadas nas prédicas, cânticos, orações, na entrega pessoal, no êxtase manifesto pelos dons do Espírito – enfim, em todos os momentos passados dentro do templo” (César & Shaul, 1999. p. 94, Grifos Meus).

Sendo assim, considero que o deslizamento Igreja-fora-do-mundo para Igreja-dentro-do-mundo se revela justamente no ritual litúrgico promovido pela FPE na *Casa* legislativa, conclamando, deste modo, uma Igreja-para-o-mundo que pressiona regras universais que consideram o Estado republicano como naturalmente “laico”. Logo, a proposta da FPE de “ser missionário de Deus” no Congresso Nacional, na Igreja e no mundo é especialmente permeável ao deslizamento do “tempo da igreja” para o “tempo da política” (e vice-versa) a partir da premissa de que a Igreja deve estar também *para o mundo*, como lembrou o deputado Henrique Afonso no seminário sobre o PNDH-3

E nós é que temos que ser a boca de Deus, a atitude de Deus onde nós estivermos, [...], que nós temos que exercer o nosso poder de influenciar as diversas áreas da sociedade, os diversos segmentos. Que possamos sonhar com o Brasil onde possamos colaborar influenciando na eliminação das injustiças sociais, na diminuição das desigualdades sociais, na... se Deus quiser, um dia nós teremos uma sociedade sem violência, uma sociedade onde possamos ter uma melhor distribuição de renda, onde possamos respeitar as crianças, os idosos nos seus direitos mais sublimes. E o direito à vida, à família e às liberdades que elas sejam asseguradas num país que tem dentro da sua constituição a laicidade sim, mas no seu aspecto republicano e democrático, onde garante as liberdades” (Grifos Meus).

De todo modo, a etnografia ora descrita versa sobre como a FPE agencia formas de politização pentecostal e de sacralização da política. Por isso mesmo considero ainda a relação entre o mundo da política e outras esferas nas quais os políticos profissionais adquirem disposições e competências necessárias às funções de representação política (Canêdo, 2002). Em tais domínios (como o da igreja) há “experiências múltiplas de politização das relações sociais que permitem mediar às relações entre os chamados ‘políticos profissionais’ e a ‘sociedade’” (Damasceno & Duarte, 2009, p. 2).

No caso dos políticos da FPE, as disposições necessárias para participar da política profissionalizada (Canêdo, 2002) vinculam-se às demandas que tratam da promoção de projetos de leis que defendam os bons costumes da família religiosa brasileira. Do mesmo modo, tais projetos propõem a defesa da “vida em si” como uma retórica peculiar a partir da qual estes “políticos profissionais” empreendem e mobilizam sua participação nos meandros do legislativo.

Por outro lado, tais disposições e competências também vinculam o mandato de parlamentares evangélicos a outras filiações como as partidárias, ideológicas, regionais, de classe e os vínculos laborais e trabalhistas. Por isso mesmo, considero que outras “bandeiras” são preconizadas pelos “missionários da Casa legislativa”, especialmente aquelas que pleiteiam a obtenção de recursos (materiais ou imateriais) para a base eleitoral (política e religiosa). Exemplificado no culto etnografado neste capítulo com o pedido do deputado Major Fábio que os irmãos da FPE aderissem a PEC 300.

Nesse sentido, José, secretário da FPE, apontou para a relação entre base ideológica partidária e preceitos da Igreja. Segundo ele, a Igreja evangélica condena quaisquer formas de violência bem como entende que não se pode invadir a propriedade privada. Mas, alguns deputados da FPE – como Walter Pinheiro e Gilmar Machado, petistas – defendem a Reforma Agrária como meio de obtenção de “justiça social”. Ora, explicou José: o deputado crê que “não está roubando nada”, pois “ele é o Estado também, a sociedade é o Estado”. Já a Igreja tem “a visão de que não é do Estado que [a terra] pode ser de um fazendeiro”. Igreja e parlamentar possuem posicionamentos contrários sobre o tema da Reforma Agrária, mas a Igreja não “vai chamar a atenção” do deputado por que ele é a favor do MST “por que ai entra um ponto de vista ideológico que acaba justificando o ato”. Segundo José “o deputado tem “liberdade para pensar assim”, contudo, “ele só não pode nem pegar em armas nem matar, por que ai entra uma questão bíblica”.

Jose Duque ressaltou também que o comprometimento de parlamentares evangélicos com causas ideológicas e pleitos partidários não anula o comprometimento com a doutrina da igreja. Segundo ele, Walter Pinheiro (BA) e Gilmar Machado (MG), petistas e evangélicos, figuram a lista dos “mais assíduos nos cultos da FPE” e são os “deputados mais esquerdistas aqui na Câmara [entretanto] são os deputados que mais conheço o comportamento exemplar”. Deste modo, Walter Pinheiro e Gilmar Machado, reforça José, “já foram de sindicatos, de movimento estudantil”, logo, são “o pessoal da

esquerda mesmo”, mas são “os deputados que mais tem compromisso com a Igreja e com a Bíblia”.

De fato, estes múltiplos vínculos e laços da política operacionalizados pela FPE apontam para os modos pelos quais deputados evangélicos agenciam sua participação na política profissionalizada procurando atender demandas diferenciadas. Por certo, há também conflitos, dissensos, disputas entre doutrina da Igreja e projetos ideológicos do partido político¹¹⁷. Segundo a radiografia do Congresso Nacional realizada pelo DIAP (2011) as frentes parlamentares “perderão espaço na próxima legislatura, especialmente em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal que atribui aos partidos à titularidade dos mandatos” (p. 35). Assim, com esta decisão, o parlamentar (então dono do mandato) “agora terá que votar segundo o comando do partido” (idem). O DIAP (2011) entende que tal medida diminui o “poder de barganha das bancadas informais, que ameaçavam votar contra temas estratégicos para o Governo se seus pleitos não fossem atendidos” (idem), pois, “havendo conflito entre o interesse da bancada e a orientação do partido, o parlamentar terá que ficar com esta.” (idem).

Contudo, durante as “atividades da Frente” das quais participei, foram os projetos de lei a “favor da vida” que destacaram a participação da FPE no legislativo no ano de 2010 da 53ª legislatura. Por isso mesmo, projetos de lei a favor da vida tornaram-se temas das notas dos diários de campo e, conseqüentemente, enredos de minhas etnografias. Por isso, neste capítulo sublinhei como a invocação do religioso por um grupo religioso que se considera ungido por Deus marca uma passagem de um apolitismo para uma ação política cuja missão é reescrever a história do Brasil e que, embora atuante em múltiplas temáticas políticas, inscreve preferências temáticas.

¹¹⁷ Os deputados evangélicos participam ainda de outras Frentes Parlamentares como as chamadas “Bancadas Ruralistas” e “Empresarial”. São membros da “Bancada Ruralista” os seguintes parlamentares pertencentes a FPE na 53ª legislatura: Antonio Bulhões (PRB/SP), Bruno Rodrigues (PSDB/PE), Carlos Willian (PTC/MG), Cleber Verde (PRB/MA), Dr. Adilson Soares (PR/RJ), Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Fátima Pelaes (PMDB/AP), Filipe Pereira (PSC/RJ), Geraldo Pudim (PR/RJ), Iris de Araujo (PMDB/GO), Leonardo Quintão (PMDB/MG), LincMnato (PDT/ES), Lincoln Portela (PR/MG), Lindomar Garçon (PV/RO), Manato (PDT/ES), Marcio Marinho (PRB/BA), Mário de Oliveira (PSC/MG), Neilton Mulin (PR/RJ), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Paulo Roberto (PTB/RS), Sabino Castelo Branco (PTB/AM), Silas Brasileiro (PMDB/MG), Takayama (PSC/PR), Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Magno Malta (PR/ES). Disponível em <http://www.fpagropecuaria.com.br/institucional/composicao> acesso em 24 de março de 2011. São membros da Frente Empresarial os seguintes deputados: Arolde de Oliveira (DEM/RJ), Iris de Araujo (PMDB/GO), Leonardo Quintão (PMDB/MG), Lindomar Garçon (PV/GO), Manato (PDT/ES), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Sabino Castelo Branco (PTB/AM), Silas Camara (PSC/AM), Takayama (PSC/PR), Zé Vieira (PV/AC) (DIAP, 2011, p. 37-38). (Ver ainda anexo 2)

Nos capítulos 3 e 4 procuro precisar as diversas modalidades como os evangélicos (enquanto políticos profissionais) agenciam esta forma de representação e de participação políticas que vinculam o exercício cotidiano da fé a “uma espécie de investimento nas atividades do século [as coisas e bens da política], reinterpretando, assim, o histórico processo de secularização do estado” (Damasceno, 2004, p. 40). No meu entender esta reinterpretação da secularização do estado se faz atingindo temáticas específicas e não gerais. Os evangélicos enquanto políticos profissionais, ao invocarem o religioso, invocam uma sociedade moral e suas ações se transmutam na preferência por determinadas temáticas seculares específicas e ações e estratégias políticas prioritárias.

CAPÍTULO 3

Por que os parlamentares evangélicos ocupam o mundo da política?: a missão política do Povo ungido de restaurar a Nação brasileira.

“Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura”¹¹⁸”

No presente capítulo proponho apreender como os parlamentares filiados a FPE agenciam o mundo da política a partir de uma moralidade religiosa que visa ordenar o mundo, considerado por eles, sem regras e caótico. Sendo assim, o escopo deste capítulo é delinear aspectos da relação entre religião e política considerando, sobretudo, os projetos deste grupo para a Igreja e para o Brasil. Trago tal discussão por meio da etnografia de duas situações sociais cujo tema era o Programa Nacional de Direitos Humanos em sua versão terceira (apresentado pelo Governo Lula em dezembro de 2009) ocorridas na Câmara dos Deputados. O primeiro evento trata-se do Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH” organizado pela FPE e pela Jornada Nacional em Defesa da Vida ocorrido em março de 2010 que propunha exaltar a “voz profética do povo de Deus” contra os maléficos pontos do PNDH-3. A segunda situação trata-se da audiência pública, ocorrida em abril de 2010, promovida pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias/CDHM e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional/CREDN a fim de discutir o PNDH-3 quando podemos averiguar a participação da FPE no cotidiano das atividades próprias do legislativo.

“Guerra santa” no legislativo: o projeto de construção de uma Nação purificada pelo sangue do Cordeiro!

No primeiro culto evangélico por mim observado, descrito no capítulo 1, fui convidada pelo Pr. Isaías¹¹⁹ a participar de um “evento da Frente” que seria realizado na

¹¹⁸ Marcos 16:15.

¹¹⁹ Nome fictício.

quarta-feira seguinte. Parto em direção a Câmara dos Deputados a fim de me aventurar (novamente) nos labirintos do legislativo, em meu segundo dia de campo. Entretanto, tendo refletido acerca de como adentrei o subterrâneo do legislativo em meu primeiro dia de campo, sigo em direção a *Casa* do Povo procurando observar o fluxo e o movimento das pessoas que circulavam por aquele ambiente.

Naquele dia percebi que após o ônibus passar pelo Palácio do Itamaraty (sede do Ministério das Relações Internacionais do governo brasileiro) um grupo de passageiros acionou o sinal de parada. Desembarquei juntamente com eles. Seguia apenas uma espécie de intuição que permite o antropólogo rastrear sinais, o que me levou a perceber que os transeuntes desceram uma escada localizada ao lado do ponto de ônibus. Desci também, atrás deles, quase como se estivesse numa caçada. Seguindo-os pude entender que aquelas escadas dão acesso a um corredor que conduz a uma das entradas da Câmara dos Deputados. Percorri este corredor e cheguei à recepção. A recepcionista logo perguntou se eu tinha cadastro. Respondi que sim e informei o número da minha carteira de identidade. Em seguida ela me forneceu um adesivo (que deve ser colado ou na roupa ou na bolsa) que sinaliza que o visitante está autorizado a acessar os ambientes da *Casa*.

Deste modo, compreendi que aquela entrada conduzia diretamente ao corredor das salas das Comissões bem como é a entrada utilizada por aqueles que se direcionam a *Casa* de ônibus: sejam funcionários, sejam os cidadãos que vão reivindicar, participar ou “demandar pleitos”. Foi exatamente por tal entrada que passei a acessar o subterrâneo da *Casa* legislativa. Assim, naquele dia, pude me dirigir ao Plenário 13 a fim de participar do culto evangélico, sem me perder pelo caminho. Contudo, quando cheguei à sala, a mesma estava vazia. Voltei à recepção do Anexo II (onde está localizada a entrada que passei a usar para evitar me perder) e pedi a recepcionista para utilizar o telefone. Ela concordou e me explicou como eu deveria fazer para realizar a ligação. Liguei para o ramal da sala da Frente Parlamentar Evangélica. Um dos secretários, Pastor Herculano¹²⁰, me informou que o culto seria realizado no Auditório Nereu Ramos, antes do início do evento que a FPE estava realizando. Agradei e desliguei o telefone. Em seguida, agradei à recepcionista e perguntei onde ficava o Auditório Nereu Ramos, ela me explicou o caminho. Mais uma rota a ser gravada mentalmente.

¹²⁰ Nome fictício.

Percorri o corredor das salas das comissões até o salão Mario Covas cujo ambiente dá acesso a muitas rotas: a esteira subterrânea que conduz ao Senado Federal, a entrada que liga o Anexo II (onde estava) aos gabinetes dos deputados localizados no Anexo IV, a rampa que dá acesso ao corredor que conduz ao plenário da *Casa*, a biblioteca, as salas das secretarias de algumas das Comissões e ao setor administrativo. Naquele dia, o salão Mário Covas estava repleto de policiais e bombeiros fardados portando faixas que reivindicavam o plano de carreira da categoria. Ultrapassei a multidão de fardas e descii pelas escadas que dão acesso ao Auditório Nereu Ramos, localizado, portanto, no subsolo da *Casa*.

O auditório Nereu Ramos é um amplo salão que possibilita abarcar eventos de grande porte como o Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH” organizado pela FPE e pela Jornada Nacional em Defesa da Vida e da Família¹²¹. Quando cheguei às 8h30min no Auditório havia cerca de quinze pessoas, dentre elas, deputados da FPE, assessores de deputados e representantes de comitês e entidades “pró-vida” trajados com camisetas que referenciavam “a vida”. Tomei um assento na última fileira de cadeiras e iniciei a observação. Pastor Pedro Ribeiro estava postado por detrás da tribuna, na posição de condutor da celebração, aguardando a chegada de mais participantes. O secretário da FPE, Pastor Isaias¹²², que me recebera na semana anterior (quando conheci “de perto” alguns dos sujeitos da pesquisa) estava ao lado do Pastor Pedro Ribeiro.

Neste ínterim, Pastor Isaias me avistou, veio em minha direção e disse: “querida, você veio, que bom!”. Acenei positivamente, cumprimentando-o. Comentei com ele que fui até o Plenário 13 e, como estava vazio, liguei para a sala da *Frente* para saber onde seria o culto e que o Pastor Herculano havia me informado. Perguntei sobre os eventos promovidos pela FPE e o Pastor Isaias fez questão de me explicar sobre “a dinâmica dos cultos”, afirmando que eu poderia fotografar “sem problemas”, pois, “aqui não tem estes trâmites, não”. Perguntei como fazia para conseguir o programa do seminário e para me informar melhor sobre os objetivos do evento. Pr. Isaias perguntou se eu havia me inscrito, respondi que não, pois pensava que apenas lideranças evangélicas poderiam se inscrever. “Você também pode!”, respondeu ele. Assim, Pr. Isaias me conduziu à secretaria do evento

¹²¹ Evento “pró-vida” a nível nacional, organizado pelo Deputado Henrique Afonso (AC/PV) apoiado pela FPE.

¹²² Nome fictício.

onde preenchi um cadastro que solicitava os dados pessoais do participante como nome completo, data de nascimento, endereço, telefone e e-mail. E os dados da Igreja do participante como nome, localidade, nome do Pastor, se a Igreja tinha algum representante na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal e se o participante gostaria de receber notícias da FPE.

Voltando ao auditório, percebi que mais pessoas haviam chegado, totalizando cerca de cinquenta pessoas num espaço que abarca mais de duzentas pessoas sentadas¹²³. Marília¹²⁴ (assessora jurídica da FPE) cumpria a função de mestre de cerimônias e, naquele instante, avisou que o evento contava com a participação de deputados federais, deputados estaduais e vereadores (ligados aos “Comitês Pró-vida” em suas regiões) bem como líderes de igrejas. Como pude observar, a cena social marcava-se por homens trajados de terno, mulheres com a bíblia nas mãos e indígenas com cocares e chocalhos. Além de parlamentares, funcionários da *Casa* e assessores de deputados, sobretudo, da Frente Cristã. Marília voltou ao palco para explicar a platéia o motivo da convocação daquele Seminário: promover a “união cristã” a fim de lutar contra o “conteúdo lascivo do Programa Nacional de Direitos Humanos¹²⁵ a família brasileira”. Tal explicação foi bem esclarecedora, inclusive para mim.

Antes do início do Seminário, um breve culto foi ministrado pelo Pastor Pedro Ribeiro (PR/CE), então deputado¹²⁶, que lembrou: “o dia de hoje não seria como vai ser, se não iniciássemos com esse trabalho de adoração a Deus¹²⁷”. Deste modo Pastor Pedro Ribeiro, um dos fundadores da FPE, sacralizava o que seria ali proferido pelos

¹²³ O VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas organizado pela Comissão de Legislação Participativa ocorreu em 18 de maio de 2010 no Auditório Nereu Ramos que, na ocasião, estava repleto de manifestantes LGTT, inclusive, muitos deles, sentados no chão do Auditório.

¹²⁴ Nome fictício.

¹²⁵ O PNDH-3 foi lançado em dezembro de 2009 pela Presidência da República. O processo de construção das pautas do PNDH-3 passou sob o crivo de 11 conferências, da aprovação de Governadores Estaduais de diferentes partidos políticos e depois, por um grupo de trabalho tripartite que novamente debateu as pautas do Programa. Deste modo, o PNDH-3 é apresentado como um instrumento de fortalecimento da democracia brasileira que, não tendo força de lei, sendo apenas de uma sugestão do Executivo Federal aos demais Poderes republicanos. O PNDH-3 possui seis eixos temáticos: Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos e Direito à Memória e à Verdade. Eixos que pretende,

¹²⁶ Pastor Pedro Ribeiro era suplente da vaga, logo, com a volta do titular ele teve que deixar o mandato provisório.

¹²⁷ Transcrição feita por mim do áudio disponibilizado pelo COAUD do Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH, 24 de março de 2010.

parlamentares evangélicos. Em seguida, o deputado realizou um momento de adoração cantando juntamente com outros irmãos hinos da “Harpa Cristã¹²⁸”. Outros louvores foram cantados por eles, sob glórias e aleluias da platéia. Depois da exaltação ao Senhor, o Pastor Pedro Ribeiro avisou aos “irmãos” sobre a rotina dos “cultos ao Senhor” que acontecem todas as quartas-feiras “sempre com o mesmo fervor” e com o compromisso de “adorar a Deus, de servi-lo nesta *Casa*”. Do mesmo modo, o deputado advertiu acerca das adversidades enfrentadas pelos evangélicos no legislativo, mas também lembrou os “milagres enormes” alcançados pela FPE em prol da família brasileira. De fato, este momento de adoração não se constituiu num ritual de culto tal como etnografei no capítulo dois desta dissertação. Tratou-se de uma espécie de louvação ao Senhor. Eu entendo que seu sentido era o de invocar o religioso sacralizando o plano da política institucional e as palavras que seriam ditas pelos parlamentares religiosos em contraposição ao PNDH-3.

Findo este momento de louvor, deu-se início as atividades das mesas temáticas. A primeira mesa intitulou-se “PNDH-3 e o Direito dos Povos Tradicionais” contou com a participação de Edward Luz (antropólogo e presidente de uma ONG de missão evangélica¹²⁹), do Comandante Rocindes (Presidente da Missão Asas de Socorro, Representante da Associação das Missões Transculturais do Brasil/AMTB) e do Professor Eli Ticuna (Teólogo, Vice-Presidente do Conselho de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas/COMPLEI).

Na parte vespertina do evento, o deputado Pastor Pedro Ribeiro coordenou a segunda mesa na qual fizeram exposições o deputado Miguel Martini (Renovação Carismática de Minas Gerais), o escritor e pesquisador Claudemiro Soares, Dra. Marília, assessora jurídica da FPE, o deputado federal Rodovalho (Presidente da Igreja Sara Nossa Terra), o senador Magno Malta (da Igreja Batista do Estado do Espírito Santo). O atual presidente da FPE, deputado João Campos terminou o ciclo de palestras discorrendo sobre o tema “PNDH-3 e a Liberdade Religiosa”. Nesta mesa estiveram os deputados federais Marcio Marinho (da Igreja Universal, da Bahia), Zequinha Marinho (da Igreja Assembléia

¹²⁸ *Harpa Cristã* é um hinário das Assembléias de Deus do Brasil utilizado em diversos rituais litúrgicos da igreja a fim de enlevar o cântico congregacional e proporcionar o louvor a Deus.

¹²⁹ “A Missão Novas Tribos do Brasil, foi fundada em 1953, é uma agência missionária de fé, de caráter indenominal e cujo objetivo é alcançar grupos minoritários com o Evangelho de Cristo, e prestar assistência "integral" nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário”. Disponível em acesso em <http://www.mntb.org.br/> acesso em 16 de maio de 2011.

de Deus/CGADB do Pará) e Bispo Gê (do estado de São Paulo, e um dos líderes nacionais da Igreja Renascer em Cristo).

Naquele dia, João Campos propôs que as entidades e igrejas presentes assinassem o manifesto da liderança evangélica nacional e da FPE em defesa “da vida humana, da família, das comunidades tradicionais, da liberdade religiosa e da liberdade de imprensa”. Deste modo, a “Carta de Brasília” se dirigia à nação brasileira preconizando a

“defesa da vida humana desde a concepção até a morte natural, da família, das comunidades tradicionais, da liberdade religiosa e de imprensa. Acreditamos que ao defendermos esse conjunto de pessoas, entidades e valores, expressamos nossa crença nos princípios cristãos e agimos nos limites do direito à livre manifestação do pensamento, o qual está garantido a todos os brasileiros pela Constituição Federal”. (Carta de Brasília: Manifesto da liderança evangélica brasileira em face do PNDH-3, disponibilizado pela FPE durante o evento).

O deputado Henrique Afonso (PV/AC) encerrou o evento anunciando a criação de uma Comissão Nacional em Defesa da Vida, da Família e da Liberdade Religiosa e a preparação para o lançamento da campanha nacional “Toda Criança Tem o Direito de Ser Feliz Desde o Ventre Materno” que pretende alcançar e agregar todas as denominações evangélicas do país. Mas antes, o deputado solicitou que as lideranças evangélicas assinassem a “Carta de Brasília”, pois, tal documento continha “os pontos de nossas preocupações não só concernentes aos aspectos críticos ao plano [PNDH-3]”, mas também às questões que são de “importância estratégica para a garantia do direito a cidadania dos povos, das populações mais oprimidas desse país”.

Vale dizer que não realizarei um relatório de todas as falas proferidas neste evento. Por isso mesmo, para fins analíticos, aponto algumas temáticas que surgiram nas falas dos deputados da FPE (e da Frente Cristã) a fim de etnologizar como estes parlamentares religiosos imbricam fé e política no espaço republicano utilizando algumas argumentações retóricas. São elas: 1) a metáfora do Povo ungido aliada 2) ao desejo de restauração da Nação brasileira; 3) a unidade cristã e política aliada 4) a retórica da maioria moral religiosa; 5) o PNDH como instrumento do Inimigo e 6) a retórica moralizante religiosa como ameaça à diversidade cultural nos casos sobre legalização do aborto e união civil entre pessoas do mesmo sexo. Tais temáticas estiveram presentes nos discursos destes parlamentares não apenas neste evento, mas em outros tempos e espaços do legislativo nos quais eles atuaram.

Após o fim da breve louvação, João Campos (PSDB/GO), presidente da FPE, informou à platéia que nas pastas ofertadas aos partícipes do evento continha uma relação com os dados dos parlamentares da FPE. Assim, o deputado lembrou que em ano de eleição¹³⁰ “as lideranças de cada Estado devem estar acompanhando o desempenho do parlamentar da igreja”. Segundo o presidente da FPE as Igrejas devem julgar o mandato daquele deputado que traz em seu currículo político a filiação a uma denominação religiosa. Para João Campos, “não basta estar nessa casa e ser apenas um crente nominal. É preciso ter compromisso com o Reino”. A saber: que o deputado evangélico tenha “comprometimento durante o mandato com a bandeira da família, da vida e da liberdade religiosa”. É nesse sentido que o parlamentar ressaltou a necessidade do Povo evangélico se “comprometer com Cristo” no âmbito do legislativo. Em diversos momentos deste evento os deputados religiosos relacionaram união religiosa e adesão política a fim de que o Povo de Cristo obtivesse êxitos no plano da política.

Deste modo, lembrou Pedro Ribeiro, quando o PNDH-3 chegou ao Congresso Nacional, a FPE considerou que os políticos evangélicos deveriam alertar o seu Povo (em suas bases eleitorais) acerca dos malefícios preconizados pelo Programa. Assim, o deputado Henrique Afonso propôs que a FPE promovesse aquele seminário, ressaltando que os deputados católicos também fizeram uma mobilização dentro do Parlamento juntamente com a CNBB contra o PNDH-3. Pedro Ribeiro clamou, portanto, que as Igrejas divulgassem o PNDH-3 em suas Igrejas e que os pastores esclarecessem aos seus membros os pontos nocivos do Programa. Assim, Pedro Ribeiro solicitou que as lideranças participassem mais da “grande política” seja conhecendo o *site* da FPE e da Câmara dos Deputados, mandando e-mail para a FPE, conhecendo as causas defendidas pela *Frente*. O parlamentar insistiu ainda que se construísse uma aliança mais forte entre parlamentares federais, as câmaras estaduais, as assembleias legislativas e as denominações evangélicas. Ou seja, que as filiações religiosas se aderissem às políticas.

Em seguida, Pedro Ribeiro comentou seu “empenho” na Comissão de Direitos Humanos da *Casa* no sentido de solicitar uma audiência com o Ministro Paulo Vanucchi

¹³⁰ Anna Cunha (2007) em seu estudo sobre a revisão punitiva do aborto no Congresso Nacional também detectou que “as proximidades da eleição” acarretam alterações de demandas e de posicionamentos dos parlamentares. A autora descreve, então, como os grupos contrários à legalização do aborto foram “enfáticos em expressar, por exemplo, palavras de ordem como ‘deputado, preste atenção: 2006 tem eleição!’”. Assim, argumenta a autora: “o campo parlamentar mostrou-se profundamente suscetível ao *tempo da política* (Palmeira & Heredia, 1997; Palmeira, 2002), revelando ser o cálculo dos eventuais benefícios e prejuízos eleitorais uma questão fundamental nas decisões legislativas sobre o aborto” (p. 12).

da Secretaria de Direitos Humanos. Inclusive, àquela época, segundo o parlamentar, o Ministro Paulo Vanucchi prometera, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, “flexionar pelo menos quatro pontos básicos”. A saber: o aborto, os símbolos religiosos, a mediação de conflitos agrários e a questão da imprensa. O que, portanto, contemplaria parte das demandas evangélicas contra o PNDH-3. Contudo, Pedro Ribeiro acrescentou ser importante que

“desse nosso encontro hoje, a gente tire comissões com deputados e presidentes de igrejas, pra prepararmos, analisarmos profundamente com os juristas os pontos que mais nos importunam. E se possível sugerir como nós queremos que fiquem esses pontos”.

Nesse sentido, o parlamentar informou que a Igreja deveria reescrever o PNDH-3 “pelas mãos abençoadas do Povo de Deus”. Por isso, na audiência pública marcada para o dia 28 de abril de 2010 na Comissão de Direitos Humanos, a Frente Cristã já deveria levar as solicitações dos cristãos para o Ministro. E, naquela audiência, deveria, pois, oferecer “duas alternativas” ao Ministro. A primeira, “a alternativa do consenso, a alternativa da boa vontade, a alternativa do parlamento democrático”. A segunda, caso o Ministro não atendesse as demandas da Frente Cristã, “iremos ao debate”. O deputado Rodovalho (PP-DF), Bispo da Igreja Sara Nossa Terra, subiu a tribuna e também discursou sobre o posicionamento cristão frente ao PNDH-3 considerando, sobretudo, o ano eleitoral. Por isso, “Deus tem despertado a sua igreja” para os desafios na vida do crente que vem tomando para si “frentes de luta” (contra a pedofilia, o infanticídio, o aborto, a união civil de pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homossexuais) dentro do Congresso Nacional

De fato, o clima do "tempo da política" já pairava naquele espaço legislativo, mesmo sendo ainda, final do mês de março. Assim, num clima de campanha eleitoral, o senador Magno Malta (PR/ES) solicitou que o Povo de Deus questionasse os presidentiáveis no que tange ao posicionamento deles em relação a estes temas. Assim, a Igreja precisa saber sobre o posicionamento do presidente Lula e de sua candidata Dilma Rousseff em relação ao PNDH-3. Sendo favorável: “nós não estaremos com ele [Lula], por que Deus criou macho e fêmea”. Do mesmo modo, o senador ressaltou que “o diabo não tem autoridade pra constituir. Quem constitui é Deus”. João Campos também considerou ser importante que a Igreja de Cristo deveria “pensar no futuro”, a saber, nas campanhas eleitorais, logo,

“Nós temos que consolidar as nossas posições, para continuar garantindo vitórias, mas também numa direção preventiva, para que outros governos, outros setores de governo não venham num segundo momento buscar reverter esse quadro de novo. Nós temos que consolidar nossas posições e estabelecer também um procedimento de prevenção em relação ao futuro. E de prevenção em relação ao futuro, inclusive aproveitando o momento eleitoral, o ano eleitoral. Esse debate tem que ser levado para as eleições, para o debate político”.

Nesse sentido, João Campos explicou que os parlamentares cristãos preocupados com a causa da família, na configuração da *Casa*, são minoria por que “nem todos estão comprometidos”. Por isso, o parlamentar afirmou que a Igreja de Cristo precisava se fortalecer no legislativo através da união a fim de atuar contra pautas perniciosas à família brasileira. Nesse sentido, “não só a Frente [Parlamentar Evangélica], mas o segmento [cristão] como um todo precisa se posicionar em relação a elas [a estas bandeiras de luta]” e também em relação a

“bandeira contra a corrupção na política do serviço público. Nós enquanto evangélicos éticos que têm a Bíblia, temos que nos posicionar claramente contra a corrupção. Temos. Temos que nos posicionar claramente contra a alta carga tributária. Afinal de contas, crente também paga imposto (*risos*). Não é? Temos que nos posicionar claramente a favor dos aposentados desse país. Porque estar a favor de aposentado é cumprir a Bíblia, é defender órfãos, viúvas, idosos, gente que depende de forma muito intensa do poder público e do sistema previdenciário. Precisamos ter uma posição muito clara contra a violência, criminalidade no país. Crente também é vítima de crime todo dia”.

João Campos solicitou ainda que às lideranças presentes ao evento dispusessem de meios de comunicação que veiculassem em seus meios de comunicação o debate que estava sendo realizado naquele Seminário. A proposta da FPE com esta solicitação seria evidenciar a posição de parlamentares religiosos: “Porque fazendo isso você estará prestando um serviço à nação brasileira e você estará potencializando aquilo que está acontecendo aqui de forma muito positiva. É um pedido”, explicou João Campos.

Ressalto que a participação evangélica na política institucional marcou-se da passagem do apolitismo (antes de 1986) para uma entrada na política (na ANC) a fim de ter seus pleitos garantidos pela Carta Magna (como apontei no capítulo dois) até a instauração da FPE e de cultos religiosos no legislativo, em 2003. Fato é que no cotidiano recente da Casa legislativa a invocação do religioso pela FPE se imbrica aos modos pelos quais estes parlamentares procuram atuar na política justificando, sobretudo, a missão que se delegaram de restaurar a Nação enquanto povo ungido. Deste modo, religioso e político não se constituem esferas separadas. São, pois, como mônadas (Tarde, 2007) que se

repelem, se atraem, se conjugam no espaço legislativo brasileiro a partir de retóricas diversificadas e diferentes mobilizações estratégicas.

Miguel Martini (PHS/MG), deputado católico, neste sentido, afirmou que aqueles que são a imagem e semelhança de Cristo devem revelar Jesus aos não crentes. Assim, a segunda missão dos cristãos (depois de participar da política) é “ser capaz de reconhecer o Cristo no outro”, pois, cada ser humano tem a imagem de Jesus uma vez que ele está “em cada rosto, em cada cor, em cada raça, em cada um”. Para o deputado, aqueles que se identificam enquanto “seguidores de Jesus” devem entender que “seguir Jesus implica em assumir a missão do Senhor Jesus. E a missão é salvar as almas sim, mas é salvar as vidas todas também”. Por isso mesmo, o deputado Henrique Afonso reforçou que a igreja de Cristo deveria levar

“A mensagem de Deus para o mundo, e a mensagem de Deus para o mundo é uma pessoa, tem um nome. Se chama Jesus Cristo. Essa é a grande mensagem de Deus para o mundo. E a nós seguidores de Jesus, somos chamados não só a revelar, a dar a conhecer. Romanos 8:29 diz: nós fomos chamados, criados para ser conforme a imagem do seu filho Jesus. Ou seja, nós somos chamados a revelar esse Jesus. Essa é a grande mensagem: que vejam Jesus através de nós, de nossas palavras, de nossas ações, de nossa atuação. Que sejamos reflexo da glória de Deus” (Grifos Meus).

Isso por que a fé não é apenas para o mundo sobrenatural, mas para o Reino “do aqui e agora” que deve promover “ações concretas na vida das pessoas”. Deste modo, a Igreja de Cristo deve monitorar e rechaçar “as ideologias anticristãs” inclusive no interior de suas denominações. Deve, portanto, continuar “acreditando na palavra de Deus que é a verdade e ela tem o poder de transformar, não só as nossas vidas, mas a nossa sociedade e o nosso país”. Logo, ressaltou Henrique Afonso: “quem deve ser a embaixatriz é a igreja, que deve levar o que Jesus pensa sobre política, o que a Bíblia pensa sobre economia, sobre arte, sobre literatura, sobre vida, sobre família”. Por isso,

“nós precisamos nos posicionar como protagonistas da construção de um Brasil diferente pra todos nós. Um Brasil diferente, eivado pela esperança que o anúncio das boas novas tem dado para o Brasil, do direito, do amor, do estabelecimento pleno da justiça enfim, de um Brasil redimido. Um Brasil que possa ter na sua política, uma política redimida, pelo sangue do Cordeiro. De uma economia redimida pelo sangue do Cordeiro. Dos meios de comunicação, da arte, da literatura, da educação, da saúde, do lazer, da cultura, enfim de todos os aspectos que possam estar aos pés da cruz, sendo redimidas. Nós estamos pensando no Brasil que possa ser ao mesmo tempo sujeito do estabelecimento concreto das boas novas aqui na Terra!”

A proposta daquele evento, segundo o deputado Henrique Afonso, era veicular “uma voz profética do Povo de Cristo” diante dos maléficis pontos do PNDH-3. Nesse sentido o deputado não teve dúvidas em afirmar que “o Senhor aguardava que o seu Povo levasse ao mundo “a Palavra” cuja “verdade é inquestionável”, especialmente, “contra marcos da pós-modernidade, dentre eles, o relativismo cultural”. Isso por que a Igreja “que tem a palavra de Deus como regra de fé e de prática” deve interferir em prol da sociedade na qual está inserida. Deste modo, Henrique Afonso afirmou: “a Bíblia Sagrada foi baixada pelo PNDH-3”. Assim,

“Esse seminário precisa, levantar palavra de Deus e dizer que essa verdade é de ontem, é de hoje e será eternamente. Que esta verdade é luz para os nossos caminhos e lâmpada para os nossos pés. E que a nações que olham para esta verdade, e tem esta verdade como luz, como lâmpada de construção de sua sociedade, haverá de ser uma nação como manancial de água, haverá de ser uma nação como um jardim regado por Deus e haverá de ser uma nação que estenderá as suas mãos aos pobres, aos injustiçados, aos aflitos. Será uma nação que olhará para as crianças que estarão desde o ventre materno e dará dignidade para a criança, dando direito de ser feliz até o ventre materno. Esta nação que olhar para esta verdade, levantar a bandeira do Evangelho e ver esta palavra como uma luz e uma lâmpada concluindo, ela cavalgará, mas ela vai cavalgar em lugares altos da terra. E o senhor a chamará de dizer: minha nação, ovelha! E nós seremos um povo redimido, uma nação redimida. Uma nação onde possa olhar para o futuro e dizer: estamos nas mãos do Nosso Senhor. Eis a razão deste Seminário”.

Edward Luz afirmou que faria uma “abordagem antropológica” sobre o Programa de Direitos Humanos calcado num “posicionamento laicista” que “desconstruiria conceitos cristãos edificados ao longo de cinco séculos”. Deste modo, “a sociedade cristã estaria sendo vítima de um plano ateu do governo brasileiro” que deturpava a laicidade do Estado favorável a liberdade religiosa. O PNDH-3 representaria, segundo ele, “uma nova ditadura” que aos poucos, em nome de direitos humanos universais, semearia valores díspares daqueles preconizados pela sociedade cristã. Tratar-se-ia, neste sentido, de um “plano de imposição ideológica de caráter totalitário, de contra valores em desacordo com a nossa cultura, a nossa história e a nossa fé brasileira”.

Logo, segundo o argumento de Edward Luz, o Estado laico estaria legislando em prol de uma minoria que descrê (pois, para ele, “ou se é cristão, ou se é ateu”). Assim, o PNDH-3 se basearia na premissa de que “somente quem não acredita em Deus, e não tem religião pode opinar, pode legislar, pode exercer cargos públicos, em suma, pode governar este país”. Deste modo, Edward Luz vincula laicidade e ateísmo quando a primeira ganha feições de laicismo. Diferentemente, os clérigos católicos distinguem o que entendem por

laicismo e por laicidade. É neste sentido que para o padre Francisco Faus o conceito de laicidade não dá a entender que

“os católicos e outros crentes devam abster-se de basear-se na "lei moral" em sua atuação social e pública: na defesa do valor da vida humana, da família, da educação, de justiça social, etc. É importante ter em conta que há uma ética, uma moral natural, aprofundada ao longo de milênios já pelos filósofos pagãos, que não é religiosa nem constituída por dogmas de fé. É racional, é a sabedoria acumulada ao longo dos milênios pelos sábios sobre os temas filosóficos mais importantes da "antropologia"; e as suas conclusões racionais são válidas para os crentes e não crentes que admitam usar a razão [...]” (Disponível em <http://www.padrefaus.org/wp-content/uploads/2011/04/laicidadeelaicismo.pdf> acesso em 21 de abril de 2011, grifos do autor).

Ou seja, para estes religiosos católicos fé e razão não se contrapõem, pois, a separação entre Igreja e Estado não impede que os cristãos dêem sua opinião e cumpra com seu direito de participar na vida pública do país, como qualquer cidadão. Assim, segundo Faus, um Estado que não respeita o espaço da Igreja na sociedade ou que negue o direito dos cidadãos religiosos (como qualquer outro cidadão) de expressar opiniões e opções políticas pessoais, estaria indo de encontro aos princípios democráticos. Sendo assim, o Estado democrático de direito advogaria uma “ditadura do relativismo” que nega a capacidade a existência de verdades objetivas e universais exaltando, pois apenas a “vontade, o puro e simples querer, apetecer, desejar” (idem).

Creio, contudo, que católicos e evangélicos concordam que o PNDH-3 é uma “ditadura do relativismo”, pois, não respeita a maioria moral (Pierucci, 1996) cristã presente historicamente na sociedade brasileira. A questão de divergência trata-se de termos categoriais. Enquanto católicos denominam certos pleitos de direitos humanos como laicistas, entretanto, afirmando a validade da laicidade do Estado brasileiro. Assim, a Igreja católica concorda com o caráter laico do Estado que valida a participação das religiões na sociedade civil, mas não com o laicismo que se entende, segundo Faus, como a “a única voz da racionalidade”, pois, trata-se de

"uma ideologia que leva gradualmente, de forma mais ou menos consciente, à restrição da liberdade religiosa até promover um desprezo ou ignorância de tudo o que seja religioso, relegando a fé à esfera do privado e opondo-se à sua expressão pública". (Disponível em <http://www.padrefaus.org/wp-content/uploads/2011/04/laicidadeelaicismo.pdf> acesso em 21 de abril de 2011).

Ou seja, os clérigos católicos não lidam com *modalidades* de laicidade, pois distinguem (ao menos a nível teórico) o que é laicismo e o que é laicidade. Já os

evangélicos, comumente, não falam de laicismo apenas de laicidade. Assim, para evangélicos a laicidade possui diferentes feições. A primeira delas é o próprio caráter laico do Estado que deve ser respeitado, inclusive, para garantir a liberdade de culto e de expressão religiosa. O segundo é de cunho ateu quando pressupõe garantir direitos de minorias, em detrimento a maioria moral. Por fim, a laicidade (quando não considera assuntos religiosos) torna-se um direito que se sobrepõe a liberdade religiosa, logo, antidemocrático sendo, pois, tal *modalidade* de laicidade um direito absoluto. Vale dizer que para estes religiosos a laicidade não é entendida como um direito constitucional e uma prerrogativa da sociedade brasileira assim como a liberdade religiosa e o tão clamado direito a vida. Logo, estes parlamentares religiosos não consideram que a laicidade conjugada aos mesmos valores e liberdades democráticas que garantem que Igrejas sejam livres para professar sua fé.

Todavia, ambos, católicos e evangélicos, entendem que o Estado que não abarca as convicções de religiosos, impõe um “dogma laico” (em oposição ao caráter da laicidade que respeita as religiões), violando, pois, o princípio de igualdade de direitos. Constitucionais. Por exemplo, quando o governo brasileiro lançou o PNDH-3 em contraposição aos grupos religiosos e às leis morais da sociedade brasileira.

Pastor Pedro Ribeiro retornou à tribuna para discursar sobre o caráter humanista do PNDH-3 que, segundo o deputado, seria uma “cartilha inspirada por um sentimento anticristão”. Ora, “feito numa reunião de intelectuais da pós-modernidade envolvidos com puro relativismo” preconiza tão somente o humanismo, uma filosofia cujo cerne é os homens e a racionalidade. Nesse sentido, segundo Pedro Ribeiro, tal filosofia se contrapõe a uma autoridade superior por que preconiza “um legado do sentimento do homem, do endeusamento ao homem, de o homem acima de tudo”. Deste modo, segundo Pedro Ribeiro se para o PNDH-3 “o homem tem valor”, pois, “há justiça social por que as minorias são respeitadas”, para os cristãos o que há é

“um desrespeito total aos princípios de Deus, às ordens de Deus, o que está estabelecido como a meta para o equilíbrio do homem inteiro, do homem por completo. Então, eu vejo nesse projeto muito mais do que um simples projeto avançado da modernidade. Eu vejo os tentáculos do Inimigo já querendo implantar, acostumar a sociedade, também a brasileira, nesta coisa. Primados de Deus? Base de Deus? Ordenanças de Deus? Isto já era. Nós temos que cuidar do homem. Veja que esse projeto permite que o homem faça tudo, ou tudo pelo homem, e tudo para o homem” (Grifos Meus).

Assim, o PNDH-3 travestido por este caráter “humanista” e “pós-modernista” seria uma “ameaça” aos princípios da sociedade cristã tradicional brasileira por que privilegiaria os homens e não Deus. É, neste sentido, que podemos apreender a advertência de Pedro Ribeiro sobre o PNDH-3

“Este decreto é muito mais do que um simples documento do humanismo, do relativismo. Isto aqui é o braço do inimigo, é a sutileza das astutas ciladas do inimigo contra a plenitude do evangelho, contra a autoridade de Deus. Pesa sobre nós um peso horrível de termos a consciência de trabalharmos contra isso o que aqui está. Muita coisa boa vem desse projeto pra nação, mas deifica o homem e o homem não é Deus. Deus é o Deus senhor dos exércitos de Israel, é o todo poderoso. Então muito obrigado e que Deus abençoe a todos em nome de Jesus!” (Grifos Meus).

De algum modo, Pedro Ribeiro advertia a Igreja de Cristo ali presente que o PNDH-3 seria um “plano ideológico do Inimigo” avesso aos “desígnios de Deus” e da natureza humana provedora de uma sexualidade sadia, adequada e geradora de mais almas para o Reino dos Céus. Ou seja, o PNDH-3 privilegiava o mundo sem regras preconizado pela “cultura pós-moderna” em detrimento do mundo reto fundado pelo sagrado. Nesse sentido, o modelo exemplar para a Nação proposto pela FPE se baseia numa separação entre sagrado e profano como formas de atuação do ser no mundo: os religiosos estão do mundo, participando da política, mas, o intuito é trazer a Nação para a moralidade religiosa, tornar ímpios, retos. Deste modo, a FPE não considera outras formas de reprodução, de comportamento, de *selves*, mas tão somente o que foi “ontologicamente fundado pelo mito” (Eliade, 2001, p. 85): a natureza humana foi criada por Deus, logo, há leis naturais que regem o comportamento dos homens que devem ser obedecidas como regras de conduta de uma vida reta.

Após o discurso de Pedro Ribeiro, Marília, mestre de cerimônias, convidou o deputado Miguel Martini (PHS/MG) (católico aliado da FPE na defesa da família e dos valores morais religiosos) para tomar a palavra. Miguel Martini iniciou sua fala esclarecendo o humanismo preconizado por seu partido (o humanista da solidariedade/PHS)

“Eu queria só fazer um adendo ao meu amigo, irmão Pedro Ribeiro, que existe o humanismo ateu em que o homem é o centro e não considera Deus. Esse nós execramos, esse nós repudiamos. Mas a doutrina social cristã propugna pelo humanismo cristão, em que o homem é dotado de dignidade, por ser a imagem e semelhança de Deus. Então é Deus e em razão de ter nos criado a sua imagem e semelhança, o homem é constituído em dignidade. Esse humanismo é o que o meu partido defende. Eu sou do partido

humanista da solidariedade. Então, não é o humanismo ateu que existe, que nós conhecemos. É o humanismo cristão. E todo evangelho ele é humanista cristão. [...]. E é lamentável que nós tenhamos que dizer evangelho integral. Bastaria dizer evangelho. Porque o evangelho ele alcança o homem todo, e se não alcança é porque não é evangelho, é cultura que se inventou em nome de um evangelho, em nome da verdade” (Grifos Meus).

O que o parlamentar afirmava é que o humanismo cristão considera que o homem, criatura criada à imagem e semelhança do Pai, tem direito a dignidade e respeito, sendo, neste sentido, destinatário das ações políticas. Todavia, as coisas do mundo e dos homens não podem ser consideradas pela política em detrimento das coisas de Deus. Logo, o PHS, partido do deputado Martini, advoga um humanismo cristão no qual o homem vive pela relação a Cristo, todavia, o valor de dignidade da pessoa humana é o preceito fundante. Entretanto, Pedro Ribeiro (e a FPE) entende o humanismo como uma das ideologias atéias presentes na pós-modernidade na qual Deus não tem lugar. Deste modo, o deputado considera o humanismo não apenas a partir da idéia de exaltação da dignidade humana, mas, especialmente, como proclamador de uma liberdade que pode e deve ser exercida tanto em relação à natureza quanto à sociedade. Logo, em oposição à idéia religiosa de que Deus é o governante das ações humanas.

Após o esclarecimento de que tipo de humanismo advogava, Miguel Martini afirmou que o PNDH-3 é “um engodo” que pretende “contrariar a verdade” através de uma linguagem permeada por “palavras malévolas, palavras enganadoras, palavras mentirosas”. Ora, “Não dizem que é casamento de homossexual. Não! É união homo afetiva de pessoas do mesmo sexo. Homo afetivas! 90% da população brasileira não vai saber interpretar. São sofismas!”. Finalizando o seu discurso, Miguel Martini corroborou o seu argumento de que o PNDH-3 seria a expressão de como a “cultura de morte” pretende atuar no país

“Mas eu queria dizer minha irmã, meu irmão, que a cultura de morte ela tem várias facetas. A lógica é não deixar nascer, como ampliar tudo que pode: orgulho lésbico, orgulho gay, casamento de gays e gay cada vez mais nas novelas em todo lugar. Porque gay não gera vida. O medo é gerar imagem e semelhança de Deus. [...]. Minha irmã, meus irmãos é hora de nos darmos às mãos. Eu creio que Jesus se alegra, quando o seu corpo, em que verdadeiramente Ele seja a cabeça, a partir dele nós nos unamos para impedir essa desgraça no nosso país. Porque a mão de Deus, sabemos que vai pesar. Sabemos que vai pesar. Mas também sabemos que seremos cobrados pelo que deixarmos de fazer, podendo fazer. Podemos nos unir? Podemos, devemos. Eu tenho dito em todos os lugares pra bispos, pra lideranças, onde eu vou, eu digo: contam no Congresso Nacional com os evangélicos, pras grandes bandeiras a favor da vida, contra o casamento de gays e contra a família que querem destruir. E as culturas de morte que vai, como eu disse, desde impedir geração de vida até assassinar pelo aborto, mas também querem eutanásia, mas também querem matar os velhinhos, porque é uma sociedade utilitarista.

O ser humano não vale nada, é apenas uma coisa que usamos, depois jogamos fora. Não precisamos mais, nos atrapalha, vamos jogar fora. Então, encerro primeiro agradecendo esse prazer, alegria de estar aqui e dizer que vamos nos unir” (Grifos Meus).

Para o deputado Rodovalho, o PNDH-3 é fruto de “uma inteligência ousada” que deseja dissolver a família, a moral e a Igreja¹³¹. Do mesmo modo, “esse documento não foi discutido conosco aqui no Congresso, [...]. Não foi discutido com as lideranças religiosas, não foi discutido com a imprensa, não foi discutido em nenhum segmento”, ressaltou Rodovalho. Nesse sentido, tratar-se-ia de um “engodo” que feriria tanto o compromisso democrático do programa de governo de Lula quanto o posicionamento contrário da sociedade brasileira em relação a estes temas morais. Por isso

“cabe a nós formadores de opiniões: pastores, líderes das comunidades, líderes das convenções, até mesmo os parlamentares, cabe a nós podermos, erguermos as nossas vozes e nos fazer ser ouvidos. Esse ano é um ano de eleição. Esse ano é um ano de escolhas. E ao se eleger, quem quer que seja que vem aí, nós temos aí aparentemente três candidatos muito bem definidos: nós temos o Serra, nós temos a Dilma, e nós temos a Marina. Acho que é hora da gente parar, e é hora da gente pensar e refletir qual a melhor estratégia!”

Deste modo, o deputado vinculou aquelas idéias de direitos e cidadania contidos no PNDH-3 a “segmentos que se sentem iluminados por sua inteligência e sua sabedoria” e autorizados, pois, a “legislar em nome de toda uma nação”. Nesse sentido, a Igreja de Cristo e seus representantes no Legislativo não podem aceitar a “sabedoria dos executivos, a ciência da toga”. Por isso, afirma Rodovalho, o “Estado é de todos. O céu que Deus criou é pra todos e o chão que nos abriga é uma bênção de Deus pra toda a humanidade, indistintamente”. Mas o país precisa “ser respeitado nas suas bases”, por isso,

¹³¹ Em uma entrevista durante um café da manhã na Câmara dos Deputados o Presidente da FPE João Campos (PSDB-GO) considerou “a necessidade de arregimentação e ajustamento de forças para atender as expectativas da igreja e da sociedade no tocante à prática de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico social, a erradicação da pobreza, da miséria e a promoção de aspectos espirituais, morais e éticos no Congresso Nacional”. Do mesmo modo, João Campos falou que “questões relacionadas ao aborto, homossexualidade, drogas e prostituição não são bandeiras da Frente e que perguntas desse dessa natureza lhe são feitas pelos corredores da Câmara. ‘Eu sempre digo que a Frente Parlamentar Evangélica está pronta pra combater essas bandeiras e que elas não nossas’, afirmou o deputado e acrescentou: ‘Nossas bandeiras são a manutenção da legislação vigente relativa ao conceito de família, o combate ostensivo às drogas, não desejamos que o corpo da mulher seja trocado por dinheiro e que essa prática seja reconhecida como profissão e defendemos a vida desde o ventre’”. Disponível em <http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/search?updated-min=2011-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&updated-max=2012-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&max-results=30> acesso em 11 de fevereiro de 2011.

Que nós possamos levantar aquilo que pra nós é caro: que é a vida, que é a família, que é a igreja. Que a gente possa não negociar outras coisas, mas negociar essas três grandes bandeiras. Que país queremos? Qual é o desenho? [...]. Que nós possamos ter uma unidade, para que unidos nós possamos representar a voz da igreja. Deus abençoe o seminário! Que Deus abençoe a nossa frente! Que Deus nos ajude! Tem hora que eu penso que a guerra é maior do que a gente. Pode ser maior do que nós. Mas não é maior do que Deus não. Porque o nosso Deus está acima de todas as coisas nos céus e na terra. [...]. Que Deus nos ajude a ter voz pela mídia, ter voz pela grande massa, ter consciência. E agora, a pergunta é: por favor instituições brasileiras, não calem a nossa voz. Aquilo que o Congresso fala, deixa-nos falar, porque nós fomos eleitos para isso. Ninguém de toga foi eleito pra legislar. Ninguém do executivo foi eleito pra legislar. Aqui na Câmara e no Senado, as pessoas depositaram os seus votos em função de idéias, pensamentos e compromissos. E que o Brasil respeite isso. Deus abençoe!". (Grifos Meus).

Em seguida, o senador Magno Malta (PR/ES) subiu a tribuna e discursou sobre a necessidade dos crentes multiplicarem o conhecimento não apenas sobre a escritura bíblica, mas também acerca dos vícios que pairam na sociedade. Ora, “a Bíblia diz que a quem muito é dado muito será cobrado”. Logo, os crentes, escolhidos e ungidos, devem se comprometer com as causas da família e combater o Inimigo e suas ações perniciosas, por exemplo, contra os pronunciamentos do ex-presidente FHC e do ex-ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc sobre a legalização das drogas.

Nesse sentido, para o senador (ainda referindo-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) estes “homens absolutamente inteligentes” e que “raciocinam muito” não se preocupam com a dimensão dos males que assolam o país, como as drogas. Pois, estes “intelectuais de Harvard” desejam que o nosso país, tal como a Holanda depois da legalização das drogas, vire “um cemitério humano de zumbis, de gente degradada do ponto de vista moral, espiritual e do ponto de vista físico”. A saber: que os cidadãos brasileiros se tornem “imprestáveis para vida por causa de uma ação de direitos humanos”.

Finda a fala de Magno Malta, João Campos, presidente da FPE, subiu à tribuna para lembrar que os evangélicos não são contra os direitos humanos, pois, “o que nós estamos fazendo é ressaltando determinados pontos que não têm a nossa concordância, com nossa convicção”. Assim, o deputado João Campos afirmou que a FPE é favorável a “uma política de direitos humanos para todos. Então é muito bom que a gente deixe claro o entendimento do segmento evangélico a cerca de direitos humanos”. Mas de que direitos humanos fala o presidente da FPE?

Para a FPE, o PNDH-3 advoga direitos para os homens em detrimento de Deus, propõem direitos a pares e não a casais, liberdade sexual e não o sexo somente no

casamento cuja finalidade é povoar a Terra. Tais direitos humanos não incentivariam a procriação dos homens, do mesmo modo estariam em contraposição a Carta constitucional e a Bíblia. Na verdade, para os crentes, o Programa não se preocupava com o futuro do país, pois, preconizaria o controle a natalidade do país, a partir da consideração da liberdade reprodutiva e sexual de mulheres. Estaria, pois, legislando para os ímpios, não para os retos.

Do mesmo modo, a argumentação dos religiosos versa numa aceção absoluta que todos aqueles que se opõe aos religiosos são contrários vida, logo, a proporcionalidade dos direitos humanos não é levada em conta nos discursos destes parlamentares religiosos. Não há, pois, um investimento de exercitar a ponderação entre duas expectativas de direito antagônicas. O que aponto é que os discursos de parlamentares religiosos não abarcam a idéia de que os direitos fundamentais não são absolutos e ilimitados, pois, encontram seus limites em outros direitos fundamentais, também consagrados pela Carta Magna. Ora, neste sentido, quando houver uma aparente contradição ou conflito entre direitos fundamentais utilizar-se-á da aplicação do princípio constitucional fundamental da proporcionalidade que concederá ao caso concreto uma aplicação coerente e segura da norma constitucional (Machado, 2011).

Sendo assim, a oposição de grupos religiosos as pautas do PNDH-3 seria um obstáculo aos processos de construção dos direitos humanos no país, uma vez que, estes sujeitos políticos e religiosos vem se opondo, sobretudo, no âmbito do legislativo, à linguagem dos direitos humanos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos direitos individuais dos homossexuais. Segundo Machado (2011)

“Esta posição se faz em nome da defesa da moralidade conservadora fundada na prevalência da figura ilusória de uma noção de família que invisibiliza a profunda desigualdade de poder presente na forma tradicional de família onde o respeito à integridade física e psíquica de cada um de seus membros e o respeito à autonomia das mulheres frente à sexualidade e à reprodução, não eram os princípios a serem defendidos. Da mesma forma resistem a admitir a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais à não discriminação e à união estável, em nome de uma moralidade que opõe heterossexualidade à homossexualidade tal como a tradição opunha o sagrado do casamento heterossexual ao pecado da sodomia, o normal da relação heterossexual ao patológico da relação homossexual” (s/p).

E como estes grupos vem realizando tal oposição que surte efeitos na garantia de direitos humanos das chamadas minorias? Como disse, a partir de retóricas diversificadas, dentre elas, a da unidade cristã e política e da maioria moral cristã. Considero que estas

idéias se imbricam nas falas dos deputados religiosos no sentido de que é a primeira enquanto mobilização estratégica que corrobora a segunda enquanto verdades posicionadas e discursos *from e for* (Abu-Lughod, 2006) dos religiosos da *Casa*.

No início do evento, o deputado Henrique Afonso (PV/AC) explicitou que o objetivo daquele Seminário era “promover resultados práticos e transformadores, de uma Igreja militante, no seio da sociedade, de uma Igreja viva e transformadora”. Assim, o deputado conclamou a dissolução das diferenças doutrinárias entre as Igrejas de Cristo a fim “promover entre os irmãos através de uma cerimônia ecumênica de novo tipo a consciência de que o Brasil precisa ser transformado”. Logo, é a Igreja que salvará o mundo e não o mundo que salvará a Igreja. Do mesmo modo, o deputado católico Miguel Martini (PHS/MG) afirmou que através da mobilização cristã no Congresso Nacional leis morais para a Nação poderiam ser elaboradas. Por isso mesmo, o parlamentar ressaltou que

“É hora de cristãos batistas, católicos, presbiterianos, Assembléia de Deus, enfim, os que se consideram verdadeiramente cristãos se unirem. Nós não vamos nos unir pela doutrina, que as divergências vão acontecer. Elas acontecem dentro da nossa igreja. Dentro da sua igreja tem divergência. Nós não vamos por aí. Mas se nós nos unificarmos na defesa das bandeiras do evangelho aí nós temos 100% de unidade. Porque todos nós somos contra o aborto, todos nós somos contra o casamento de homossexuais, porque é uma agressão. Todos nós somos contra o projeto 122 de homofobia, todos nós somos contra a adoção de crianças por casais homossexuais, todos nós somos contra essa cultura de morte que está por detrás desse Plano Nacional de Direitos Humanos”. (Grifos Meus).

Para Miguel Martini esta “cultura de morte” proclamada pelo PNDH-3 reivindica direitos já garantidos pela Constituição e “seleciona vidas” pelo aborto, pelo casamento de pessoas homoafetivas, pelo infanticídio, pela eutanásia. Do mesmo modo, Miguel Martini afirmou que o PNDH-3 objetivava “destruir a Igreja”, logo, os deputados cristãos do Congresso Nacional deveriam promover uma unidade a fim de garantir a vida no ventre materno, o respeito à família heterossexual sadia e a liberdade religiosa. Tratava-se, pois, de deixar de lado discussões doutrinárias, inclusive, durante as campanhas eleitorais de 2010, pois, o momento era de união e não de dissensos.

“É hora de nos unirmos. Eu tenho conversado bastante aqui com o Bispo Rodovalho, com Henrique Afonso. Eu estou torcendo pro Henrique dizer pra mim: eu sou candidato ao senado lá no Acre, porque na hora que ele disser isso eu já mobilizei toda a Renovação Carismática que vai apoiá-lo. Eu disse: nós precisamos fazer isso. Precisamos ter cristãos verdadeiros. [...]. Mas nos cargos majoritários nós temos que nos unir, pra senador, pra governador, pra presidente da república, nós temos que escolher alguém, de comum acordo, que esteja ou de acordo com as nossas bandeiras ou que aceite propostas

nossas para ser delimitado nas suas ações. Porque infelizmente, às vezes, a gente não tem muita opção. E vamos ter talvez de escolher o menos pior. Mas nós deveríamos estar unidos e não somos poucos, e não somos poucos. A Renovação Carismática Católica passa de vinte cinco milhões no Brasil. Mas não é só a Renovação Carismática Católica. A Igreja tá acordando também, a Igreja Católica tá acordando também. [...]” (Grifos Meus).

Ora, o que o parlamentar propunha era que os laços religiosos existentes entre eles deveriam ser reforçados no plano da política. Aqui, tempo da igreja e "tempo da política" se unem em prol de que os anseios morais preconizados pelos religiosos fossem garantidos pelo Estado em detrimento das proposições “atéias” contidas no PNDH-3. Nesse sentido, os parlamentares religiosos deveriam emitir “uma voz profética” a fim de continuar a obter êxitos no Congresso Nacional em relação às questões de cunho moral. Trata-se, pois, de lutar em prol “das bandeiras que nos une”, como ressaltou Marília durante uma fala.

Assim, o deputado Rodovalho (PP/DF) afirmou que “não passou nenhuma matéria nessa legislatura contra a vida, contra a família e contra igreja” por conta da “unidade que tivemos com os católicos.” No mesmo sentido, o senador Magno Malta (PR/ES) garantiu que a Lei de criminalização da homofobia “não passa” no Senado por conta da união entre parlamentares espíritas, católicos, a aliança com a CNBB, por conta de “todos nós que amamos a família e não queremos esse modelo”. O deputado Henrique Afonso asseverou, outra vez, a importância da unidade cristã “em torno de pontos que são importantes para a nossa nação entre elas a vida, a família, a economia, a política”.

Entretanto, católicos e evangélicos, especialmente, continuam, no cotidiano do exercício profissional da política, duelando pela gestão do monopólio dos bens de salvação, pelo espaço enquanto religião civil a ser atendida pelo Estado, pela concorrência enquanto “maioria moral” da sociedade brasileira. Se há união, a mesma se dá em determinados tempos e discursos do espaço da *Casa* legislativa, como vimos nesta etnografia. Todavia, há fissões e disputas entre irmãos, pois, ao passo que se unem a fim de se contrapor a leis não morais, eles estão, ao mesmo tempo, disputando pela gestão do monopólio do mercado de bens de salvação (Bourdieu, 2001).

Segundo José Duque, secretário da FPE, mesmo os católicos praticantes serem poucos dentro do Parlamento “quem é mais contra o aborto é a Igreja Católica, quem mais luta [aqui dentro] contra é a igreja Católica”, mesmo sendo os evangélicos também

contrários a interrupção da gravidez. Isso por que, a CNBB tem muita influência no jogo político da *Casa*. Entretanto, João Campos naquele seminário fez questão de dizer que

“quem efetivamente tem colocado a cara em relação a criminalização da homofobia somos só nós os evangélicos. E então, modéstia parte, graças a nós deputados e senadores é que esse projeto não se converteu em lei. É bom que a gente aproveite uma oportunidade como essa pra dizer isso com muita clareza”.

Por certo, filiação e adesão não são fenômenos extra-ordinários num contexto onde a negociação de demandas é cotidiana, como é o caso da Câmara dos Deputados. A princípio reafirmo que a unidade cristã não é um diálogo inter-religioso (Brito, 2010) entre as Igrejas de Cristo, mas uma adesão momentânea como é a facção política, costumeira e de caráter não permanente. No caso, a convicção de uma unidade espiritual entre aqueles que crêem em Jesus Cristo para lutar contra os Inimigos: todos aqueles que são “contra a vida” e contrários aos costumes morais da Nação.

Ora, em eventos, em tempos e em espaços do legislativo brasileiro, católicos, evangélicos e espíritas se unem sob a rubrica de que, a despeito de diferenças doutrinárias¹³², a unidade “vem por Cristo, pelo Cristianismo”. Assim, ressaltou José Duque durante uma entrevista: “a união vem de Cristo e não de bandeiras políticas”, pois, tal unidade seria um princípio cristão fundado por Cristo. Contudo, creio que a unidade cristã forjada por estes grupos religiosos advêm não apenas do laço religioso, mas sim também do argumento que enquanto maioria moral, o Povo ungido tem a missão de restaurar os costumes da Nação brasileira.

Logo, a partir da “mobilização estratégica” da unidade cristã este grupo eleito evoca a representatividade da maioria a fim de fazer frente às “artimanhas do Inimigo” no Congresso Nacional. Ou seja, unidos pelas bandeiras do Evangelho, evocam a preeminência do cristianismo na cultura e história da Nação brasileira que representam, atuando, pois, na defesa da vida desde a concepção e de valores morais da família. Por que são estas pautas de cunho moral que podem ser profetizadas a partir da invocação do religioso que realizam no cotidiano do legislativo.

De fato, a idéia de unidade propagada por estes parlamentares objetiva representar a maioria religiosa brasileira através da ocupação de cargos políticos.

¹³² José Duque disse que para os evangélicos os católicos são idólatras, pois, cultuam imagens de homens e mulheres santos que “nunca morreram e ressuscitaram como Jesus”! Deste modo, eles “cultuam pessoas mortas e não o Deus Vivo”.

Considero que é a partir da participação nas atividades da política que os religiosos garantem vez e voz para impedir projetos de lei que firam “a moral e os bons costumes” que preconizam para toda a sociedade. Logo, por meio da unidade cristã e da retórica da maioria moral que se alçam enquanto Povo ungido que restaurará a Nação dos pecados aclamados por “militantes de direitos humanos”, como ressaltou Miguel Martini.

Sendo assim, a metáfora da maioria moral foi utilizada por diferentes atores que discursaram naquela cena. Edward Luz, apresentado como antropólogo, enfatizou que a sociedade brasileira sendo majoritária e culturalmente cristã estava sendo “ameaçada” pelo PNDH-3 que possuía “uma base ideológica que visava uma desconstrução da cultura e da sociedade brasileira”, preconizava tão somente “direitos humanos corrompidos”. Por isso mesmo, Edward Luz rogou aos deputados que o PNDH-3 fosse combatido e rejeitado “por vocês parlamentares que estão aqui para representar uma população cristã, consciente de seus direitos e deveres”.

Já para o deputado Rodovalho o PNDH-3 “feriu compromissos, feriu bandeiras, feriu escolhas, opções da nossa grande maioria da nossa sociedade”. Continuando a argumentação, o deputado questionou também o papel dos três poderes numa república federativa democrática: “o Congresso diz não, o judiciário está dizendo sim ou o executivo passa por cima”. Trata-se de uma ingerência das esferas de atuação dos poderes. “Que Brasil é o Brasil de hoje? Cadê o Congresso? Cadê a força da voz do nosso Congresso? Ora, segundo o parlamentar, os direitos das minorias não poderiam “ferir a nação” nem tão pouco “passar por cima de um Congresso que foi legitimamente eleito para representar seus cidadãos”. Por que os três poderes devem dialogar numa democracia, logo, se as minorias têm o direito de ser ouvidas, a Igreja enquanto maioria também tem. Outrossim, asseverou Rodovalho: garantir de “direitos de minorias” não significa “ferir consensos da maioria”.

Henrique Afonso, idealizador do Seminário, reforçou que o segundo objetivo daquele evento era vislumbrar uma “visão estratégica para essa nação a partir dos fundamentos dos nossos valores e princípios bíblicos cristãos”. Sendo assim, o Povo de Deus unido e consciente do momento político do país poderia gerenciar o “movimento pela restauração da nação brasileira”. Deste modo, estes deputados são porta-vozes de uma Nação que também defende costumes e moralidades, pois, é majoritariamente religiosa. Nesse sentido, os partícipes da Igreja de Cristo representam “a cultura do país”, logo,

enquanto maioria tem o dever de se contrapor aos projetos destrutivos da sociedade brasileira. Assim, estes parlamentares religiosos evocam demandas de uma “comunidade imaginada” que os autoriza a falar para a Nação, no cotidiano do legislativo, de que são eles que podem provê-la, de boas safras.

É nesse sentido que José Duque, secretário da FPE, corrobora com a idéia de que se os evangélicos defendem uma “visão bíblica” sobre tais temas “muitas pessoas não cristãs também entendem os fatos por esta visão”. Isso por que: “se você fizer uma pesquisa, a maioria da população brasileira é contra até por que é uma questão cultural, menos por uma visão bíblica mais por uma questão moral mesmo”. João Campos, presidente da FPE, também considera que a sociedade se posiciona de forma contrária a tais matérias, logo, o Parlamento “não pode aceitar mais uma ingerência do Poder Executivo, impondo uma agenda pró-aborto, pró-casamento gay e de flagrante preconceito religioso quanto aos símbolos religiosos”.

Sendo assim, sob a rubrica da maioria moral, estes parlamentares religiosos pleiteiam a liberdade religiosa de culto e de expressão como um direito constitucional, que, pretende, na verdade, corroborar preceitos morais preconizados pelas Igrejas. É nesse sentido que a liberdade religiosa, como um direito absoluto, deve ser sempre atendida pelo Estado. Para alcançar êxito, parlamentares religiosos utilizam em seus discursos tanto a retórica da maioria moral em oposição a quaisquer minorias quanto a idéia de que o Povo eleito tem a missão de falar para a Nação, promovendo, pois, sua salvação. Assim, o direito da liberdade religiosa torna-se um direito absoluto em detrimento de outros direitos validados pela Constituição como os direitos individuais e o próprio direito a liberdade religiosa de outras confissões religiosas, sobretudo, não-cristãs. Do mesmo modo, a partir desta acepção absoluta cidadãos (como as mulheres e homossexuais) são destituídos de seus lugares enquanto sujeito de direitos. Assim,

“O instituto de ponderação constitutivo da discursividade jurídica, perde seu espaço nesta discursividade religiosa que se apropria e se autoriza a partir da produção científico-genética. Recusa-se a ponderar. Seu a priori é o lugar fixo e rígido atribuído, de um lado, às mulheres, de outro, aos embriões-pessoas. São eles que devem ser protegidos diante das mulheres. Além da apologia da ilusória inocência do conceito, às mulheres só cabe levar a termo a gestação” (Machado, 2010, p. 158).

Ou seja, nas demandas religiosas não há relativismo nem ponderação, pois, uma vez que pecado é vinculado a crime, todos aqueles que se contrapõe aos ideais morais

preconizados por eles, devem ser punidos pela Lei. Assim toda a Nação está sob a vigência de uma moral globalizante cujas regras impositivas são para todos e todas, sem restrição. Diferentemente da proposição máxima dos Direitos Humanos: o homem é livre para ser e viver como desejar, sendo punido apenas se ferir ou retirar o direito de outro ser humano.

Em relação ao tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo. O senador Magno Malta considerou que os candidatos a presidência deveriam também se posicionar sobre o PL 122¹³³ (que propõe a criminalização da homofobia): “esse monstrengo, esse animal que tentaram criar e depois legalizá-lo no sentido de criar o império homossexual no Brasil”. Do mesmo modo, Edward Luz lembrou que o PNDH-3 sugere a união entre pessoas do mesmo sexo¹³⁴ mas que a Constituição Federal¹³⁵ no capítulo VII (Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso) no artigo 226 (A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado) versa que para efeito da proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e mulher, como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento (§ 3º). Ora, argumentou o Edward Luz: “quando se busca dar o mesmo status de família para casais homossexuais, homoafetivos pode-se dizer que a Constituição Federal nada vale, foi obliterada, foi esquecida, pois se quer mudar uma causa pétrea”.

¹³³ Caso seja aprovado no Congresso Nacional, o PL alterará a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, caracterizando crime a discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero como um direito equiparado a discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero. Logo, “todo cidadão ou cidadã que sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero poderá prestar queixa formal na delegacia. Esta queixa levará à abertura de processo judicial. Caso seja provada a veracidade da acusação, o réu estará sujeito às penas definidas em lei”. Disponível em <http://www.naohomofobia.com.br/lei/index.php> acesso em 17 de maio de 2011.

¹³⁴ Na diretriz 10: garantia de igualdade na diversidade (PNDH, 2009, p. 112), Objetivo estratégico V: Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Ações programáticas: a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social. Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça Recomendação: Recomenda-se ao Poder Legislativo a aprovação de legislação que reconheça a união civil entre pessoas do mesmo sexo. c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos. Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Recomendações: Recomenda-se ao Poder Judiciário a realização de campanhas de sensibilização de juízes para evitar preconceitos em processos de adoção por casais homoafetivos. Recomenda-se ao Poder Legislativo elaboração de projeto de lei que garanta o direito de adoção por casais homoafetivos. Parceiros: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego (p. 120-121).

¹³⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 15 de fevereiro de 2011.

Nesse sentido vale ressaltar que em 2009 o deputado Paes de Lira (PTC-SP), católico e o deputado Capitão Assunção (PSB-ES), evangélico, propuseram o Projeto de Lei nº 5167/2009 que altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406 de 2002 que institui o Código Civil. Tal PL (que aguarda entrada na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família) diz que nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento entre homem e mulher, logo, uma união *homoafetiva* não poderia ser entendida pelo Estado enquanto “entidade familiar”. Tal projeto se opõe ao PL 2285/2009, conhecido como Estatuto das Famílias¹³⁶, proposto pelo deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA) que tramitava à época na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania/CCJC.

Em uma audiência pública, em maio de 2010, realizada pela CCJC representantes ligados à igreja católica e às denominações evangélicas rejeitaram o Estatuto das Famílias que no Capítulo III, art. 164 diz: “É facultado aos conviventes e aos parceiros, de comum acordo, requerer em juízo o reconhecimento de sua união estável ou da união homoafetiva” (Notas do PL, Grifos Meus). Do mesmo modo, se opuseram ao Capítulo IV do projeto que trata exclusivamente da união homoafetiva. Na ocasião Abner Ferreira, representante da Assembléia de Deus, argumentou que tanto “pelas leis de Deus” quanto pela Constituição Federal o casamento dá-se através da união de um homem e uma mulher. Logo, o Estado não deve salvaguardar “formas alternativas de família”, como é o caso da união *homoafetiva*.

O tema da união homoafetiva também foi discutido no Seminário pelo “escritor e pesquisador Claudemiro Soares” que discorreu sobre a diversidade sexual e sobre a natureza dos argumentos utilizados pelo movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros/LGBTT para “persuadir a população brasileira”. Claudemiro Soares afirmou que a Igreja de Cristo sendo “sal da Terra” deve protestar contra “um decreto que quer ser empurrado goela abaixo pelo Governo”.

Segundo o convidado, o “movimento gay” apresenta “discursos travestidos de cientificidade” que procuram legitimar a homossexualidade como uma “prática natural”. Assim, Claudemiro Soares afirma que, através do “uso da ciência”, a prática da homossexualidade torna-se ora “natural” (biológica) ora “cultural” e até mesmo desliza

¹³⁶ Contudo, na Comissão de Seguridade e Família, foram excluídos pelo Relator Padre José Linhares (PP/CE) os dispositivos que tratam da entidade homossexual, assegurando o direito à diversidade e a constituição da entidade *homoafetiva* como entidade familiar.

entre tais fronteiras. Para Claudemiro Soares há que ser “cético” em relação aos preceitos da Ciência e ao que é veiculado pela “imprensa relativista”. Isso por que algumas teses procuram “validar para os seres humanos os comportamentos que são naturais aos animais”, então, “nós teremos que validar o incesto e o canibalismo”. Trata-se de “buscar na natureza algum padrão pra o nosso comportamento humano é nos igualar aos animais”. Ora, “tem cadelas que come os próprios filhotes. Isso é natural. Querem trazer algo da natureza e colocar no nosso comportamento humano”, mas “nós somos feitos a imagem e semelhança de Deus”.

Os argumentos do escritor Claudemiro Soares, por certo, apontam para um ethos cristão que valida uma “heterossexualidade compulsória” (Weiss de Jesus, 2010, p. 134) calcada numa exegese bíblica que trata da divisão entre o “natural” (virtudes) e a “cultura” (o pecado). Deste modo, Claudemiro Soares trouxe ao argumento o conceito de cultura vinculando-o ao “comportamento reto” do homem e não ao relativismo que aceita “o cruzamento entre seres do mesmo sexo, como também o aborto”. Exacerbando o argumento, o escritor afirmou que

“quem acha que as táticas do movimento homossexual não são táticas nazistas ou desconhece o nazismo ou desconhece o movimento homossexual. [...]. Então aqui eu espero nessa tarde, compartilhar com vocês, em que se fundamenta isso, qual é o aspecto fraudulento, equivocado e discriminatório que está nesse plano como sendo algo da diversidade sexual. Muitas pessoas acreditam que a homossexualidade seja genética, que ela sempre existiu e que ela existe até junto aos animais. Então baseado nisso de que se observa comportamento homossexual entre os animais e supostas pesquisas dão conta de uma origem genética da homossexualidade e que historicamente ela sempre existiu, então, torna quase impossível nós a igreja do senhor, resistir a uma idéia dessa. Se a gente resistir a algo desse jeito, fica parecendo que somos tapados, somos fechados ao que a ciência diz, ao que a história diz, ao que a própria natureza mostra”.

Deste modo, Claudemiro Soares se contrapôs a reivindicação de garantia de “diversidade sexual” preconizado pelo PNDH-3 trazendo, pois, sua própria conversão ao Evangelho como exemplo de que um homossexual pode ser regenerado. Para Claudemiro Soares “pela graça de Deus, onde abundou o pecado, superabundou a graça”, logo, é possível que o ser errante se redima e obtenha a “cura” do vício. Especialmente através da conversão religiosa¹³⁷, uma vez que,

¹³⁷ Para Clara Mafra (2000) o processo de conversão abarca tanto um “exercício individual de transformação do *self*” (p. 59) quanto “a experimentação sobre a mudança de sentido produzida pela Conversão” (p. 60). Logo, “não é mais tanto o pastor ou o corpo de fiéis — a congregação — que ensina e guia de perto as opções abertas para o novo converso, mas ele mesmo vai adequando sua nova postura até, como dizem, se ‘sentir bem’”. Sendo assim, “o campo de negociação de significados sobre o que deve ser recusado e o que

“o pentecostalismo trabalha para transformar a mente das pessoas pela reconstrução da realidade. Isso provoca mudança nas formas de interação dos seguidores com o mundo ao seu redor. [...] É a maneira, de todas as terapias que eu pesquisei, o método mais eficaz pra vencer a homossexualidade, pra se tornar heterossexual é mediante o conhecimento e a prática das escrituras sagradas”.

Os argumentos do escritor sobre a conduta errante dos homossexuais versam sobre uma ética sexual normativa na qual o homem não pode transformar a natureza que lhe criou. Do mesmo modo, estão em jogo as relações entre moral religiosa e cultura sexual, pois, para ser retos, o homem não pode praticar a homossexualidade (um pecado vicioso). Todavia, segundo o argumento de Claudemiro Soares, é a Igreja de Cristo que pode salvar estes homens decaídos, através da “posse da palavra”, em virtuosos e sãos.

Ainda sobre o PL 122, João Campos afirmou naquele dia que o projeto só não foi aprovado por causa da mobilização evangélica e católica no sentido de parar a tramitação da matéria na *Casa*. Trata-se de uma vitória importante, segundo ele, especialmente por que a matéria tem “o apoio do presidente Lula, do seu governo, da mídia, do movimento feminista, do movimento homossexual”. Nesse sentido, o parlamentar enalteceu, mais uma vez, a mobilização evangélica no colégio de líderes da Câmara dos Deputados que permitiu retirar a proposta da *Casa*.

José Duque, em uma entrevista realizada posteriormente a este evento, explicou detalhadamente por que a FPE se opunha ao PL 122¹³⁸ alcunhado de “Lei da Mordça” pelos segmentos evangélicos. Segundo ele, “você pode falar contra Deus, contra o Presidente, que ele não manda te prender” por causa da liberdade de expressão. Entretanto, com a aprovação do PL 122 “se você disser contra, você vai preso”. Uma pena de 3 a 5 anos, reforçou. A preocupação maior, segundo José, é que os pastores não poderão pregar o que está escrito na Bíblia, ferindo, assim, o princípio democrático da liberdade de expressão religiosa.

José Duque entende que “Deus deu livre arbítrio para cada um”, logo, “eu não posso obrigar que você ache que estou correto, então eu não posso ser obrigado a dizer que

deve ser aceito, o que tem valor de persuasão e o que deve ser combatido porque se revela ilusório, tende a responder a um diálogo entre a trajetória pessoal e o imaginário cosmológico pentecostal. A contraparte é a formação de coletivos mais plurais no interior dessas igrejas, tanto no que diz respeito a referentes culturais anteriores, como a estilos de vida a serem conquistados a partir da conversão” (p.60).

¹³⁸ O PL 122 tramita atualmente no Senado Federal tendo como relatora Marta Suplicy (PT/SP) militante do movimento LGBTTT. Entretanto, o Projeto já foi alterado pela relatora no sentido de garantir que dentro de templos religiosos, pregações ou quaisquer outros itens ligados a fé, desde que não incitem a violência, o PL 122 não será aplicado.

eles estão certos”. De todo modo, o segmento evangélico “não deseja agressões contra ninguém nem violência contra nenhum ser humano”, pois, os “evangélicos não tem nenhum tipo de furor, raiva e intenção contrária ao homossexual”. Por isso mesmo, ressaltou José Duque: “nós não somos homofóbicos por que não somos contra os homossexuais, mas sim contra a prática que é considerada pecado, anti-bíblica, a pessoa é amada por Deus”. Segundo José, a FPE se posiciona de forma contrária a temas como legalização do aborto, união civil de pessoas homoafetivas por que

“Nos evangélicos qual a visão que temos? Lutamos para que estas coisas não sejam aprovadas como Lei, por que a partir do momento que estas coisas são aprovadas como Leis, nós somos obrigados a cumpri-las, cumprir a Lei do país, então, eu sou pastor de uma Igreja e chega um casal de homens homossexuais e diz José eu quero me casar aqui na Igreja, eu sou obrigado a abrir a Bíblia que é a palavra de Deus e dizer que a relação sexual deles não é pecado. Vou ter que procurar, não sei onde vou ler para poder casar os dois, por que eu não encontra aqui dentro [apontando para a bíblia sobre a mesa] nenhum texto que diz que [esta prática] não é pecado”.

Por isso, o segmento evangélico considera o PL 122 uma “arapuca” por que entende que o mesmo está sendo pleiteado pelo “movimento gay” tão somente para “mandar prender que é contra”. Então, ressaltou José: “a partir do momento que a lei for aprovada aquele casal que ‘se converteu’ e que quer continuar a ser homossexual tem o direito de pedir o casamento religioso”. Do mesmo modo, “eles vão querer se casar de qualquer custo mesmo que o pastor afirme que é pecado”. Apocalípticamente, José advertiu: “e a fúria será tão grande contra os evangélicos que um monte de homossexuais vão para a Igreja só para casar”.

Sobre a questão da legalização do aborto aconselhada no PNDH-3, segundo João Campos, a proposição violaria a Carta constitucional uma vez que vai de encontro ao seu artigo 5º que garante a inviolabilidade do direito à vida do ser humano. Mas não desde a concepção¹³⁹. A questão aqui é o direito à vida sendo considerado de forma absoluta em detrimento aos demais direitos garantidos pela Constituição. Do mesmo modo, a proposta de legalizar a prática de interrupção voluntária da gravidez seria uma afronta aos valores

¹³⁹ Diretriz 9: combate às desigualdades estruturais; objetivo estratégico III: garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania. g) Apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos (PNDH, 2009, p.112). Responsáveis: Ministério da Saúde; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Ministério da Justiça Parceiros: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Recomendação: Recomenda-se ao Poder Legislativo a adequação do Código Penal para a descriminalização do aborto (idem, p. 113).

cristãos que entendem que “o direito à vida é muito mais que um mero benefício social”, tratar-se-ia de

“uma dádiva de Deus, sem a qual todos os demais direitos humanos, protegidos por nossa Carta Magna se esvaziam e, desse modo, deve ser reconhecida e reverenciada por todos e promovida e protegida pelo Estado, em consonância e obediência à nossa própria Carta Constitucional. Assim, não aceitamos a indicação no PNDH-3 da descriminalização do aborto no Brasil”. (Carta de Brasília: Manifesto da liderança evangélica brasileira em face do PNDH-3, disponibilizado pela FPE durante o evento).

O parlamentar lembrou também aos “irmãos” sobre a emenda constitucional que criou o divórcio, aprovado quase por unanimidade na Casa, mesmo com a oposição dos parlamentares cristãos que defendem “o casamento na forma bíblica”. A emenda propõe que em quaisquer crises entre o casal, mesmo sem uma tentativa de conciliação, já pode se pedido o divórcio, ora, “daqui um pouco inclusive, *on-line*” ressaltou João Campos. Para ele “este projeto que está no Senado enfraquece a instituição familiar”. Igualmente, João Campos discursou ainda sobre o que chamou de “incoerência dos setores relativistas”: por que de um lado se pede a “desconstituição do casamento e o enfraquecimento da instituição familiar” enquanto, ao mesmo tempo

“há um conjunto de projetos que quer fortalecer a instituição do casamento em relação aos homossexuais. Uma contradição. Hetero acaba com o casamento, homo faz o casamento. Uma contradição. Mas tá aqui na casa um conjunto de projetos pra consolidar as relações conjugais entre homossexuais, e um conjunto de projetos pra acabar com as relações conjugais entre os heterossexuais. Um absurdo! São essas e tantas outras questões que nós estamos enfrentando aqui, e que o nosso segmento precisa se preocupar nessas eleições, para se fortalecer ainda mais sob pena de sermos vencidos, atropelados” (Grifos Meus).

É neste sentido que, sendo todos os cidadãos iguais nas letras da Lei (dos homens e de Deus), não há o porquê conceder direitos a “cidadãos especiais” (como os homossexuais) nem por que relativizar o direito absoluto do conceito à vida. Mulheres e homossexuais tem o direito como pessoa humana criada por Deus à dignidade, a não violência, ao respeito, mas suas reivindicações no plano de direitos humanos são invalidadas por que ferem direitos absolutos e inalienáveis. Nesse sentido, segundo Machado (2010), o movimento pró-vida omite que o princípio de inviolabilidade absoluta da vida não está presente na Constituição Brasileira, em função dos embates do *lobby do batom* (como apontei no capítulo dois).

Logo, o artigo 5º da Constituição, assim como os demais direitos, pode ser ponderado dependendo do caso. Deste modo, o direito da mulher de interromper uma gravidez, por exemplo, em caso de estupro pode ser precedido do direito à vida do concepto. Pois, nos termos da Lei, há que se dar precedência a um direito em detrimento do outro, não atribuindo primazia absoluta a quaisquer direitos constitucionais. É neste sentido que Machado (2010) afirma que “qualquer direito, qualquer defesa de um bem jurídico, não pode ser entendida como absoluta, diante de interesses conflitantes, daí, o princípio da ponderação” (p. 153).

Sendo assim, as demandas de grupos considerados minoritários pela FPE são, pois, englobadas pela cultura religiosa cristã com suas acepções moralizantes, uma vez que os direitos divergentes não são ponderados. Sob a rubrica da maioria moral, os grupos religiosos do legislativo brasileiro produzem efeitos não apenas no plano da política, mas sobre a demanda de corpos desejantes (mulheres e homossexuais) que procuram ter seus direitos garantidos pelo Estado. Assim, estes grupos religiosos reificam acepções moralizantes a partir de suas crenças, tornando-as retóricas políticas cujo objetivo é transformá-las em leis para toda a sociedade brasileira.

É a partir desta idéia que o PNDH-3 é interpretado pelos arautos da moralidade (a FPE aliada a segmentos católicos e espíritas representados no Parlamento) como uma ação nociva do Inimigo que deseja “impor uma nova ditadura no Brasil” por meio de uma “ideologia atéia” interessada em ferir os princípios morais da família tradicional. Isso por que, estes parlamentares religiosos, sobretudo a FPE, entendem que sendo os homossexuais a anti-família e as mulheres que desejam abortar, a anti-reprodução a maioria moral deve se contrapor a tais pecados/crime.

Do mesmo modo, a FPE deseja que a liberdade religiosa não seja subsumida por direitos demandados por minorias. Ao conceber o cristianismo (por meio da união entre catolicismo, protestantismo, espiritismo e pentecostalismo) como a religião oficial da maioria da população brasileira, estas bancadas religiosas se alçam como representante desta maioria que expressa uma fé cultural e historicamente validada no país. Outrossim, considerando as propostas de parlamentares cristãos, a pluralidade religiosa brasileira cai por terra por que estes agentes não consideram segmentos religiosos não cristãos como partícipes da cultura religiosa que advogam. Sendo assim, reafirmo que as contraposições da FPE ao PNDH-3 baseiam-se num direito absoluto (a vida, do concepto, dos retos)

quando a garantia dos direitos humanos requer tanto considerá-los enquanto universais quanto ponderá-los.

É neste sentido que este cenário marca-se por uma dificuldade de “universalizar direitos em um contexto de desigualdades” (um dos eixos temáticos do PNDH-3) por conta da reorganização de entidades, pessoas, Igrejas que se posicionam no espaço público e no espaço do legislativo brasileiro contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres bem como a garantia de direitos individuais de homossexuais (Machado, 2011). Sendo assim, este grupo, calcado numa moral conservadora, reifica papéis de gênero, desigualdades de poder entre homens e mulheres, deslegitimando, sobretudo, a autonomia da mulher diante de seu corpo, sexualidade e reprodução.

Ora, os discursos e posicionamentos da FPE desconsideram a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais, pois, entendem o mundo dividido entre o sagrado e o profano: o casamento heterossexual versus o pecado da sodomia, a relação heterossexual normatizada versus a relação homossexual patológica (idem, p. 5). Do mesmo modo, como é a garantia de direitos individuais que permitem que “ímpios” sejam sujeitos de direitos, a FPE vem construindo uma argumentação normativa que privilegia uma maioria moral fundadora de um mundo de regras no qual a heterossexualidade é normalizada e a maternidade é obrigatória. Segundo o deputado Pedro Ribeiro as pautas do PNDH-3 não se preocupariam com o “futuro da sociedade”

“Nós estamos tendo mais longevidade. Então, nós já temos uma grande parte da nação brasileira, graças a Deus, que já passa dos oitenta, [...]. Então, nós vamos envelhecer e não nascem os filhos. Quem vai sustentar a nação brasileira, se não tem juventude? Quem vai pagar a pensão? Quem vai pagar as aposentadorias? Então essa coisa toda de formar família é uma coisa séria” (Grifos Meus).

Sendo assim, o direito reprodutivo e sexual das mulheres não pode suprir o direito à vida do “embrião-pessoa” (Machado, 2010). Aqui, o direito inalienável a vida contida no artigo 5º da Constituição brasileira torna-se um direito absoluto. O discurso trazido pela FPE, baseado numa moralidade religiosa, ganha uma conotação jurídica. Do mesmo modo, criminalizar a homofobia para a FPE é garantir direitos a “cidadãos especiais” o que vai de encontro a Constituição Federal que estabelece que todos são iguais perante à lei. Mais uma vez a retórica discursiva ganha uma feição jurídica e não religiosa.

A mesma estratégia discursiva utilizada pela FPE a fim de “barrar” a união civil entre homoafetivos, pois, segundo os parlamentares religiosos, a Constituição valida o

casamento somente entre homens e mulheres e apenas descendentes fruto desta relação formam uma “entidade familiar”. Logo, o parentesco para existir tem que ser heterossexual via relação sexual realizada tão somente no casamento. Neste caso, a sexualidade está condicionada exclusivamente às relações reprodutivas uma vez que o casamento torna-se a instituição central, pois, “confere estatuto legal” (Butler, 2003, p. 223) a família a imagem e semelhança de Cristo que será gerada pelo homem e pela mulher, a entidade família suprema.

Assim, os representantes da moral estabelecem o que é vida, o que é morte, o que é bom e reto, calcados, pois, numa moralidade impositiva (Machado, 2010) que não considera nem direitos individuais nem a igualdade entre os gêneros. Tendo em vista este cenário, as demandas de grupos sociais por direitos humanos parecem inconciliáveis com a “maneira absoluta” pela qual os religiosos do legislativo agenciam sua crença sem, pois, pensar na “possibilidade de colocá-la em termos relativos” (Segato, 1989, p. 2). Deste modo, tal cultura da maioria forjada por preceitos e projetos religiosos não abarca nem variedades, nem graus culturais (Sahlins, 1997). Este vínculo entre cultura e direitos (Wilson, 1997) realizado pelos Cristãos da *Casa* possibilita, portanto, que a primeira seja utilizada como retórica política e produza efeitos no plano da política da *Casa* legislativa, como vimos na situação etnográfica analisada.

Deste modo, concordo com Cunha (2007) que os debates parlamentares no âmbito do legislativo acerca de temas como a legalização do aborto consistem em estratégias narrativas utilizadas no jogo político calcadas por “diferentes estilos de retórica e mobilização, possibilitando inclusive enquadramentos interpretativos e sistemas ideológicos contrastantes (p. 99). Do mesmo modo, neste cenário a invocação do religioso se vincula a discursos e retóricas proferidas pela FPE no seu fazer política quando valores morais são travestidos em valores democráticos, preceitos religiosos se sobrepõem aos direitos humanos. Efeitos produzidos pela participação de evangélicos na política como o Povo ungido que tem a missão de restaurar a ordem moral da sociedade brasileira e construir a Nação que desejam.

Assim, em termos políticos o que esta moralidade única ecoada pela FPE diz é que temas como aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo (proposições contidas, como disse, no PNDH-3) traz “danação à Terra”. Como ressaltou José Duque aprovando leis ímpias, o Estado estaria

“legalizando o pecado. Como cristão conhecedor da Bíblia os evangélicos não vão aceitar que o Estado a qual ele pertence legalize o pecado porque isso traz a maldição para a Terra, para a sociedade brasileira. [...] Os EUA legalizou muita coisa equivocada, inclusive, pena de morte. E esta aí, legalizou muita coisa ruim e está onde está. Explodiu esta crise econômica. É o Estado que é quase sempre, vive na visão dos terroristas. Estado de adolescentes que entram na escola atirando e matando todo mundo e não se sabe por que. Estado problemático do ponto de vista da Nação. Os EUA sofrem muita coisa que acontece com sua população em função de muita liberdade nesta área de legalizar o que não presta” (entrevista gravada, concedida em 14 de abril de 2010, Grifos Meus).

Ora, “legalizar o que não presta”, como ressaltado por José, além de se contrapor aos preceitos da maioria moral é desvincular o crime do pecado, logo, é desautorizar a participação dos arautos da moral e dos bons costumes da cena política. Isso por que, a FPE participa das atividades da política por que entendem que ao “Povo ungido” cabe a iniciativa de promover ações “contra os males do mundo”. Por isso mesmo, este cenário marca-se por duelos em diversos ambiente da sociedade brasileira, seja face-a-face, *online*, na Tribuna do Plenário da Casa, nas sessões ordinárias das Comissões.

De todo modo, grupos religiosos utilizam o tempo e o espaço do legislativo a fim de ter seus projetos políticos abarcados pelo Estado¹⁴⁰. De fato, no caso evangélico, a arena da política torna-se o espaço de poder onde “os escolhidos de Deus” podem falar em nome de uma maioria moral e legislar em prol dos justos e dos retos. A meu ver, os políticos e as lideranças evangélicas ainda pensam que um Brasil de maioria evangélica seria diferente. Por isso mesmo, eles atuam no legislativo a partir da retórica religiosa da Guerra Santa (Deus e Diabo, bem e mal, incorruptíveis e ímpios) que torna não apenas a religião mais moral e mais ética (Mariz, 1997), mas sacraliza o plano da política. Igualmente, este discurso moraliza pessoas, costumes, comportamentos, hábitos. Pretende converter uma Nação. E quais os efeitos destas retóricas no jogo político?

Afirmou João Campos que o segmento evangélico estaria reivindicando tão somente alterações em pontos do PNDH-3 como outros segmentos da sociedade civil como a OAB, a imprensa, a Igreja Católica fizeram. Todavia, tais reivindicações resultaram no recuo do Governo Federal em relação a “questão da imprensa, em relação à questão do direito de propriedade, à exposição dos símbolos religiosos, ao aborto”. Vitórias possíveis,

¹⁴⁰ José afirmou que a FPE não tem inimigos, pois, “o que há são divergências e resistências”. Tais desacordos entre “bandeiras de luta” expressam tão somente um posicionamento contrário da FPE a certas propostas e não contra pessoas. Pois, os integrantes do “movimento gay” e do movimento feminista também são a “imagem e a semelhança de Jesus”.

segundo João Campos, por conta da mobilização de instituições que não apenas se posicionaram de forma contrária a certas pautas preconizadas pelo PNDH-3, mas que participaram do jogo político não apenas ecoando os preceitos que advogam, mas também realizando atividades próprias da política: acordos, trocas, parcerias, mobilizações e estratégias. Como veremos no próximo evento etnografado neste capítulo.

“A ordenança de Deus contra os tentáculos do Inimigo”: crentes e relativistas disputando crenças no legislativo.

No dia do Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH” pastor Pedro Ribeiro avisou que seria realizada uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minoria/CDHM com o Ministro Paulo Vanucchi sobre o PNDH-3¹⁴¹ em 28 de abril. Contudo, em 08 de abril estava na sala da Frente Parlamentar Evangélica conversando com Pr. Isaías sobre os objetivos da minha pesquisa. Ele me explicou que os pastores da FPE não iriam criar resistências em me conceder entrevistas gravadas. Na verdade, só tinha uma aproximação maior com Pr. Isaías, mas estavam também na sala Pr. Herculano (que conheci no dia do Seminário sobre o PNDH-3) e José (que é o mestre de louvor dos cultos).

Por certo, a profetização e as tentativas de conversão fizeram parte não apenas desta cena social. Mas de outras tantas. Naquele dia, Pr. Isaías afirmou que estar em contato com os evangélicos poderia me fazer encontrar Deus, especialmente por que “seus olhinhos brilham, de sede, de vontade de conhecer Deus”. Ele não estava de todo errado, já que conhecer como eles concebem a atuação de Deus na vida do crente é importante para se entender o *modus operandi* de políticos religiosos no legislativo. Na verdade, comecei a perceber os desafios e responsabilidades da minha pesquisa especialmente quando Pr. Isaías não teve dúvidas em dizer que minha escrita poderia ajudar nas causas dos crentes

¹⁴¹ Kauara Rodrigues, assessora da entidade feminista CFEMEA, em uma entrevista concedida, informou que a organização participou da discussão do PNDH-3 através da conferência de Direitos Humanos. Na ocasião, a Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB fez parte do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos que, por sua vez, fez parte do comitê organizador da Conferência e Direitos Humanos. A AMN faz parte do setor de monitoramento do PNDH-3 estando, pois, presente em toda discussão. Do mesmo modo, o CFEMEA tem uma campanha pela integralidade do PNDH-3 assim como outras entidades.

no Congresso Nacional. Ou que eu poderia ganhar dinheiro vendendo minha pesquisa para os lobistas da *Casa*.

Assim, naquele dia José me perguntou “o que fazia” lá: sou historiadora, respondi, mas faço mestrado em antropologia na UnB. Ele respondeu: “Adoro isso”. O que?, retruquei. “Ah, principalmente história”. E continuando a conversa José explicou a “barreira da FUNAI” quanto às missões evangélicas realizadas em tribos indígenas que praticam o infanticídio. Expliquei a ele que o tema abarca idéias polarizadas (tradição cultural nativa X direitos de uma Constituição branca) e que a prática do infanticídio não acontece em todas as etnias indígenas. Do mesmo modo, ressaltéi que a antropologia não estuda apenas “sociedades tradicionais”, pois, trata-se de uma forma de conhecimento que lida com quaisquer formas de organização social, em quaisquer tempos e espaços sociais.

Como ainda não havia conversado *face to face* com José, naquele dia, ele me contou que se lembrava de mim dos cultos e que havia me visto “umas duas ou três vezes”. Categoricamente disse: “pensei que você fosse evangélica”. Relembrei a eles minha posição de pesquisadora. O que não fazia muito “efeito”. Deste modo, José insistiu: “você tava lá, sabe fazendo o que? Louvando a Deus”. Assim, Pastor Herculano corroborou “você tem um objetivo, mas talvez você encontre outros ou até mesmo Ele [apontando pra cima, Deus]”. Sorri constrangida.

Os secretários voltaram às suas atividades. A sala da FPE é utilizada por eles tanto para realizar tarefas da *Frente* quanto para cumprir outros trabalhos que realizam na *Casa*. Como a FPE não é oficialmente legalizada na *Casa*, os secretários não são funcionários exclusivos da FPE, logo, trabalham também em gabinetes de deputados ou em entidades da *Casa*, em regime de contrato. Pastor Isaias, contudo, “ajuda” nas “atividades da Frente” por que João Campos permite que ele utilize a sala da FPE para “trabalhar e ganhar dinheiro”, pois, nenhum deles recebe remuneração por conta das tarefas que realizam para a FPE.

De todo modo, Isaias, José e Herculano estão cotidianamente na sala da FPE diferentemente dos deputados da FPE que não freqüentam a sala (em todos os dias que lá estive nenhum deles apareceu por lá). Os secretários da FPE se cumprimentam entre si bem como a todos que lá chegam com saudações carinhosas: “irmão”, “abençoado”, “amado”. Conversam de forma jocosa e descontraída sobre assuntos do cotidiano da igreja e da *Casa*. Naquele dia, estava sentada, como de costume, no jogo de três cadeiras de

escritório que fica entre a mesa de Pr. Isaías e a porta de entrada da sala da FPE. A sala é bem pequena (como são também os gabinetes dos deputados) contendo três pequenas mesas de escritório. A mesa que fica lateralmente de frente a porta da sala é ocupada por Pr. Isaías. Em frente a sua mesa estão as mesas de Pr. Herculano e de José. Cada uma destas mesas possui um computador. Acoplada a esta sala há outra pequena sala que contém uma mesa redonda de escritório. Esta sala é utilizada pelos secretários da FPE para realizar conversas pessoais com os irmãos que estão no Congresso Nacional bem como pequenas reuniões entre eles. A sala possui também dois armários de escritório utilizados para arquivar documentos da FPE, os quais eu não tive acesso.

Naquele dia, Pastor Isaías se dirigiu a mim, continuando nossa conversa sobre a minha pesquisa, dizendo: “vou falar para o João Campos, ele também é pastor, que tem uma pesquisadora muito agradável, bonita, muito profunda, ninguém vai se recusar”. Acenei positivamente com um sorriso amarelo afirmando que realmente gostaria de conversar com o presidente da Frente Parlamentar Evangélica. Pastor Isaías continuou a conversar comigo sobre eu não ter quaisquer receios de freqüentar a sala da FPE bem como conversar com eles. Todavia, fez-me um alerta: “tenha cuidado com os homens daqui, ao andar por aqui [pela Casa]”. Surpreendi-me com o comentário e, por certo, fiz alguma expressão facial de espanto. Pr. Herculano então complementa: “tenha cuidado com as mulheres também, por que hoje em dia, não se sabe”. Sorri mais uma vez e perguntei o motivo da cautela. Pr. Isaías desconversou não sem antes dizer que naquelas salas dos deputados ocorrem “muitas coisas” e retornou a conversa sobre meu encontro com Deus: “quem sabe você não volta pro Rio como pastora?” ou “como minha nora”? Tenho três filhos, lembrou-me. Em nossas conversas, Pr. Isaías sempre me lembrava de seus filhos até por que sabia que eu era “uma mulher madura” e solteira. Contudo, Pr. Isaías solicitava-me: “não coloque estas besteiras que falo em seu trabalho”. Desculpo-me pela desobediência, mas afeições são importantes para minha atividade enquanto antropóloga no mundo.

Ora, antes mesmo que eu pudesse mais uma vez tentar retrucar as tentativas de conversão, Pr. Isaías leu o e-mail de Marília, assessora jurídica da FPE, no qual havia anexado um vídeo de uma audiência pública sobre o PNDH-3 que estava acontecendo naquele instante no Senado Federal. Quando Pr. Isaías divulgou a notícia Pr. Herculano e José se alvoroçam. José logo disse: vou até lá. Eu prontamente respondi: vou com você.

Despedi-me apressadamente dos pastores Herculano e Isaías. Saímos correndo da sala, eu e José. Pegamos o elevador e chegando ao térreo, acessamos um túnel subterrâneo que liga o Anexo IV da Câmara (onde ficam os gabinetes dos deputados) ao Senado Federal. Chegando à porta do Senado, precisei me identificar, inclusive com a apresentação da identidade, mesmo que já estivesse com o adesivo da Câmara colado na camisa. José ficou me aguardando por que o crachá de funcionário da Câmara o possibilita ter acesso ao Senado, exceto ao Plenário. Uma vez autorizada a adentrar o espaço, segui José pelos corredores, devidamente perdida (mais uma vez), por que não conhecia o outro lado da *Casa*. José conhecia, por certo, onde ficavam as salas das comissões do Senado, contudo, como saímos da sala da FPE sem saber em qual Comissão estava sendo realizada a audiência pública, percorremos os corredores perguntando as pessoas que transitavam onde estava sendo realizada tal audiência.

Por fim encontramos o Plenário da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa que de forma conjunta com demais comissões havia convocado a audiência pública a fim de debater os pontos polêmicos do PNDH-3. Quando eu e José entramos no ambiente da Comissão nos deparamos com uma pequena sala, com muitos partícipes, alguns sentados no chão, outros encostados na parede. Imprensa, movimentos sociais, deputados, funcionários de ambas as *Casa*. Contudo, diferente da Câmara não havia conversas paralelas. A cena era mais formal. Eu e José nos postamos próximos da porta que dá acesso a ante-sala, pois, não havia mais espaço dentro da sala da Comissão. Em menos de uma hora, José foi embora, logo após as discussões sobre aborto e união civil de homoafetivos. De todo modo, tais temas não causaram debates tão calorosos, a despeito da presença do senador Marcelo Crivella (PR/RJ), evangélico. Os temas da Comissão de Verdade e Justiça (abertura dos arquivos da ditadura militar e exposição da “verdade” dos fatos) tomaram proeminência nas discussões parlamentares. Contudo, permaneci na audiência até o final, já à noite, por isso, não voltei naquele dia à sala da FPE.

O trabalho de campo continuou com minhas idas aos cultos, as sessões da CSSF e a sala da FPE. Na página da *Casa* tomei conhecimento que seria realizada uma audiência pública sobre o PNDH-3 no dia 20 de abril, véspera das comemorações pelo cinquentenário de Brasília, e não no dia 28 de abril, conforme a FPE havia comunicado. A audiência foi requerida pela deputada Iriny Lopes (PT/ES), presidente da Comissão de

Direitos Humanos e Minoria/CDHM, em conjunto com o deputado Emanuel Fernandes (PSDB/SP), presidente da comissão Relações Exteriores e de Defesa Nacional/ CREDN.

Assim, no dia 20 de abril – uma terça-feira – dirigi-me à Câmara dos Deputados. Cheguei às 13h40min no Plenário 1 (que é ocupado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania/CCJC) que ainda estava esvaziado. Ocupavam a cena apenas jornalistas da TV Câmara e de outras emissoras, posicionados com suas câmeras. E algumas pessoas que criam serem funcionários dos Ministérios. Sentei-me na penúltima fileira, ao lado de um jornalista da TV Globo. As primeiras fileiras da sala estavam reservadas aos parlamentares, como é de costume na *Casa*. Havia uma cópia do PNDH-3 para todos aqueles que garantissem um lugar sentado. Os funcionários da CCJC ajustavam os últimos retoques. Neste ínterim, o ministro Paulo Vannuchi chegou cumprimentando as pessoas presentes no recinto. Algumas pelos nomes. Diferente da audiência pública no Senado que fora realizada em uma sala pequena, onde as pessoas se aglomeravam, o Plenário 1 é o maior dos plenários da Câmara dos Deputados e abarca cerca de cem pessoas sentadas. Há uma pintura em tela que trata da sentença de Tiradentes¹⁴² no centro da parede que fica por detrás da mesa onde se postam palestrantes e deputados presidentes da Comissão.

Com o passar dos minutos, o plenário 1 estava repleto de jornalistas da imprensa nacional, representantes de movimentos sociais, clérigos da igreja católica, militantes pró-vida, advogados, assessores, funcionários da Casa e dos Ministérios. Creio que todos estes agentes transitam cotidianamente o espaço do legislativo. Logo, uma antropóloga era o único agente estranho naquele ambiente. Deputados evangélicos estavam ausentes até o início do evento às 14h15min. Marília foi à primeira evangélica a chegar, às 14h25min. Outros deputados estavam presentes desde antes do início da audiência. Na verdade, poderia classificar os deputados participantes daquela cena social entre a base aliada do governo Lula e os opositores e/ou cristãos.

Logo a audiência pública foi iniciada. O Ministro Vannuchi toma o microfone e informa que o motivo daquele evento era do Executivo “prestar contas” ao Legislativo que “não por acaso, na arquitetura de Brasília — cidade que comemora 50 anos amanhã —, ocupa o centro da Praça, para expressar sua soberania¹⁴³” (Notas taquigráficas, p.2). Outra

¹⁴² Não sei se a referida tela tratar-se-ia do Óleo sobre tela de Leopoldino de Faria (1836-1911) retratando a *Resposta de Tiradentes à comutação da pena de morte dos Inconfidentes*. Final do século XIX e início do XX, 452 x 600 mm, retratando a "Resposta de Tiradentes à comutação da pena de morte dos Inconfidentes".

¹⁴³ As falas referenciadas deste evento etnografado nesta seção foram adquiridas através das Notas taquigráficas da Audiência pública conjunta Direitos Humanos e Minorias / Relações Exteriores. Debate

ressalva do Ministro abarcou o processo de construção do PNDH-3 logo, aquela audiência pública pretendia estabelecer um “diálogo sem distorções” sobre as pautas do Programa. O Ministro inicia sua fala com uma digressão do sobre os direitos humanos na história da humanidade (Revolução Francesa, Declaração Universal de 1948) e o PNDH como mais um “passo” na caminhada do país rumo à consolidação de direitos humanos.

Segundo o Ministro o PNDH-3 passou sob o crivo de 11 conferências, da aprovação de Governadores Estaduais de diferentes partidos políticos e depois, por um grupo de trabalho tripartite que novamente debateu as pautas do Programa. Nesse sentido, o PNDH-3 seria ainda uma “como a coleta capilarizada, envolvendo milhares de participantes do segmento de direitos humanos, geralmente quem não costuma ter voz” (Notas taquigráficas, p. 7). Trata-se, pois das reivindicações deste segmento aliado às sugestões das 50 conferências nacionais ocorridas durante os 8 anos do governo Lula. Por isso, o PNDH-3 é apresentado como instrumento de fortalecimento da democracia brasileira, dos Poderes republicanos e do Poder Legislativo. Por isso, o Ministro ressaltou que o conteúdo do Programa Nacional de Direitos Humanos não tem força de lei, pois, considera o “pacto republicano, ele se curva perante os demais Poderes, recomendando, manifestando apoio a propostas colhidas democraticamente e, obviamente, entende que caberá o exercício da soberania autônoma dos demais entes federados, Estados e Municípios” (Notas taquigráficas, p. 7).

O Ministro então explica que o Brasil é signatário desde 1969 da Declaração Universal e do Pacto de São José da Costa desde 1998, “o que torna o Brasil monitorado”. Em 1993, a ONU realizou a sua maior conferência mundial sobre direitos humanos, na qual o Brasil participou. Essa conferência tinha como prerrogativa que os países construíssem seus Planos de Direitos Humanos. E assim, o governo FHC fez dois programas de Direitos Humanos e o Governo Lula apresentou a 3ª versão do Programa Nacional de Direitos Humanos. Segundo o Ministro, a versão terceira do PNDH se destaca pela grande participação das diferentes regiões em encontros e conferências e pela “interministerialidade” cujo trabalho resultou em 31 Ministérios assinando a idéia de direitos humanos como política de Estado.

sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Cf. BRASILIA: Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da Audiência pública conjunta Direitos Humanos e Minorias / Relações Exteriores. Debate sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, 20 de abril de 2010.

Como disse, estava sentada na penúltima fileira de cadeiras. Por volta das 15hs, vejo Pr. Isaías adentrar o recinto. Mesmo se o antropólogo desejar se esconder, seus sujeitos da pesquisa o acham. Creio que eles também adquirem um *skill* tal como o antropólogo de importunar as pessoas. Assim, logo após adentrar a sala Pr. Isaías me avistou, em meio a tantas pessoas, sentou ao meu lado, conversou, criticou as falas, me repreendeu. Naquele dia estava me sentindo livre para expressar minhas angústias referentes ao emperramento da abertura dos arquivos da ditadura militar e o estabelecimento da Comissão de memória e verdade, uma das pautas propostas pelo PNDH. Você leitor pode dizer: mas ela não foi até lá importunar as pessoas com sua pesquisa? Sim, fui. Mas maus humores também marcam a vida do antropólogo. Não sei se todos nós antropólogos assumem em suas etnografias, mas tem dias que as últimas pessoas que você quer encontrar são aqueles que você escolheu grafar. Aquele um dia como este.

De todo modo, fazer trabalho de campo no legislativo me possibilitou participar de instâncias da história e da memória política do país. E esta sensação de ver o destino do país e dos seus habitantes sendo negociados, por vezes, mexe com a gente. O tema da ditadura militar “abala minhas estruturas” desde a graduação. Se a Antropologia não tivesse me conquistado, por certo, meu tema de pesquisa na monografia final de curso seria sobre o período da ditadura militar no Brasil. Tratava-se, deste modo, de um assunto que não conseguia negociar; relativizar, então, torna-se tarefa árdua. Deste modo, naquela cena estavam Tatiane (historiadora interessada e cidadã) e a antropóloga (que se resignava por não conseguir relativizar o “estranho”). Isso por que, aquelas falas me interessavam não apenas para descrever numa etnografia, ensejavam em mim sentimentos caros e afeições que possuo com valores democráticos, justiça social, diversidade cultural, garantia de direitos humanos, eliminação de quaisquer formas de preconceito.

De modo geral, os deputados favoráveis aos direitos humanos concentraram seus discursos na consideração do PNDH-3 como instrumento que possibilita dar “voz e vez” aos movimentos sociais, ou seja, a consolidação da democracia conquistada no país após a ditadura militar e a garantia da laicidade do Estado. Nesse sentido, o deputado Luiz Couto (PT/PB) afirmou que o eixo principal do Programa é “universalizar direitos num contexto de desigualdades”, pois, leva em consideração “que vivemos numa sociedade de desiguais e que temos de trabalhar para efetivamente fazer com que os direitos humanos estejam presentes no dia a dia da luta de todos nós” (Notas taquigráficas, p. 48).

No mesmo sentido, o deputado Fernando Ferro (PT/PE) ponderou a polarização dos posicionamentos em relação ao PNDH-3 ao afirmar que o debate deve se pautar pela tolerância, pela tranquilidade e pela responsabilidade. Ora, se o Brasil “quer entrar na comunidade internacional como uma grande nação tem de cumprir a sua agenda de direitos, a sua agenda constitucional e de cidadania” (Notas taquigráficas, p. 49). Assim, Fernando Ferro afirmou que a discussão de um Programa extenso de direitos humanos não acontecerá sem polêmica ou divergência que são conceitos próprios do regime democrático. Deste modo, o deputado criticou a “cruzada de censura contra o Plano Nacional de Direitos Humanos” (idem) realizada especialmente pelos meios de comunicação que por meio do discurso de liberdade de imprensa escondem “interesses de empresas” e distorcem o PNDH-3 sem se preocupar com o conjunto de propostas contido no Programa.

Ivan Valente lembrou que o PNDH-3 é uma recomendação, logo, passará pelo Congresso Nacional que tem a prerrogativa de discutir “com a sua correlação de forças, vai fazer o que tiver que fazer e os partidos políticos que se exponham, que recuem sobre temas tão importantes no avanço dos direitos humanos” (Notas taquigráficas, p. 19). Logo, segundo o parlamentar, “o Governo não deveria retroceder em nenhum assunto polêmico. E deveria mandar o processo para cá. Aqui, a sociedade discute, o Congresso discute” (idem). Tal atitude tratar-se-ia, segundo o deputado Ivan Valente, desconsiderar a participação das entidades e dos militantes dos direitos humanos que estão sendo prejudicados por conta destes recuos do Governo. Ou seja, o recuo do Executivo significa continuar a privilegiar “os poderosos, as elites, os interesses retrógrados” e a ideologia atrasada que ainda jaz em nosso país” (idem).

O ministro Vanucchi procurou conduzir o debate sobre os direitos humanos na democracia considerando o “exercício de reconhecimento do outro, da alteridade” (p. 31), ou seja, abarcar visões de mundo diferentes, extremadas e controversas a fim de garantir a concretização das pautas contidas no PNDH-3. Nesse sentido, relembra o Ministro, o PNDH-3 apenas busca “sensibilizar para a importância do Legislativo, [...], e transformar demandas em projetos de lei, enfrentar o debate. Enquanto a maioria legislativa decidir que a legislação sobre aborto será a que temos, seguirá sendo assim!” (Notas taquigráficas, p. 35). Contudo, o deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ), não teve dúvidas em afirmar que aquela *Casa* continuará contra a pauta de Direitos Humanos que vão de

encontro a valores morais preconizados pela sociedade brasileira. Por isso mesmo, reforçou o parlamentar: “nesta Casa, a grande maioria dos Parlamentares, toda vez que tem oportunidade de se manifestar sobre esses temas, derrota-os de forma fragorosa, e deverá continuar derrotando” (Notas taquigráficas, p. 45).

O ministro Vanucchi explicou detalhadamente cada um dos seis eixos temáticos do PNDH¹⁴⁴. Do mesmo modo, ressaltou os pontos polêmicos e controversos do PNDH-3 veiculados pela mídia. Destaco dois deles: a proposta de recomendação da legalização do aborto e da união civil entre pessoa do mesmo sexo.

O primeiro ponto polêmico, como disse, trata da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Segundo o Ministro Vanucchi afirmou que as pautas no PNDH-3 surgem da resolução da 1ª Conferência Nacional LGBTTT a partir da qual 27 Governadores replicaram em seus Estados, em conferências estaduais. Assim, ressaltou que o tema envolve “milhões de brasileiros, muitos dos quais não têm ainda sequer direito de se apresentar às suas famílias, à sua vizinhança, aos seus locais de trabalho, às suas escolas” (Notas taquigráficas, p. 13).

Para o deputado católico Paes de Lira (PTC/SP) trata-se de um programa de traz a “expressão pernóstica” – desconstrução da heteronormatividade – que “impõe uma ideologia de gênero” (Notas taquigráficas, p.42). Tal ideologia estabelece aos

“pais brasileiros a perda do direito de educar o seu menino como menino, a sua menina como menina, sem que isso queira dizer desigualdade alguma, porque é perfeitamente possível criar meninas como meninas e meninos como meninos em regime de igualdade de oportunidade social, para o desenvolvimento conjunto dos dois sexos e não gêneros — essa expressão cunhada artificialmente —, para o seu desenvolvimento pleno como seres humanos” (Notas taquigráficas, p. 42).

Nesse sentido, Paes de Lira afirmou que o Poder Judiciário vem se tornando “um soviete” que atua contra o Estado democrático de Direito. Deste modo, o PLC 122 vem impor “a mordaza às pessoas que se atrevam a expor uma opinião diferente, e até mesmo aos Ministros religiosos que se atrevam a fazer o ensino da Bíblia, o ensino da Palavra de Deus a esse respeito, não é adequado democraticamente”. Neste ponto, o Ministro Vanucchi considerou ser necessário ponderar “duas sensibilidades”, inclusive por que a FPE conversou com o Ministro assinalando que uma lei criminalizando a homofobia

¹⁴⁴ Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Educação e Cultura em Direitos humanos e Direito à Memória e à Verdade.

poderia envolver violação da liberdade religiosa de culto. Isso por que, segundo os deputados religiosos, os pastores não poderiam mais fazer uso de frases bíblicas que condenam a homossexualidade.

Segundo o Ministro, “esta é a Casa legislativa, esta é a Casa do povo, o Parlamento; este é o espaço da República para definir se há possibilidade ou não de composição, para que não houvesse nenhum choque entre diferentes direitos que são direitos humanos” (Notas taquigráficas, p. 59). Todavia, ressaltou: os homossexuais são um “segmento” da população brasileira que fazem parte da “vida científica, cultural, intelectual e produtiva do País” (idem).

Sobre a legalização do aborto, o Ministro Vannuchi ponderou que o Parlamento deve discutir a questão ainda por alguns anos, principalmente por conta dos dissensos entre parlamentares com convicções diferenciadas. Entretanto, os dissensos, segundo ele, não impedem de haver mudanças de opinião, pois, “reformulações aconteceram em todos os países europeus. Deste modo, países como Canadá e Estados Unidos enfrentaram o mesmo debate, com plebiscito ou sem plebiscito, mas também com atritos envolvendo convicções religiosas e laicas, avaliou o Ministro.

De todo modo, segundo o Ministro a questão do aborto é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Deste modo, Vanucchi ressaltou que há recomendações da ONU, das Conferências do Cairo e de Pequim no sentido de que os países alterem, sempre que possível, as legislações punitivas sobre o aborto. O ministro ressaltou ainda que 56 países permitem a interrupção da gravidez inclusive países católicos como a Espanha. Num aparte ao Ministro Vanucchi, o deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) considerou que o tema recai sobre uma “questão muito sensível” que não enseja consensos, nem nos partidos, nem nas famílias. Por isso, a despeito de “toda a orientação de todas as Igrejas, o fato é que a grande maioria do povo brasileiro, a quase totalidade é religiosa, entretanto o aborto acontece” (notas taquigráficas, p.40).

Na contramão dos discursos que consideravam a integralidade da pauta de direitos humanos, os parlamentares religiosos utilizaram o direito inalienável à vida contido no artigo quinto da Constituição brasileira. Entretanto, o utilizaram considerando o termo “desde a concepção” (que não está na Carta), logo, como um direito absoluto. O deputado Paes de Lira (PTC/SP), católico, afirmou o PNDH-3 como um plano no qual o Estado brasileiro impõe de forma “ampla, geral e irrestrita de aborto, e, portanto, é um

documento que atenta contra o mais sagrado dos direitos humanos, que é o direito à vida” (Notas taquigráficas, p.41).

Segundo Paes de Lira, descriminalizar o aborto é um atentado a uma vida que “não pode se defender, [...], daquela pessoinha no ventre materno de sua mãe, porque não é embrião, não; não é feto, é um ser humano, cujo início de vida começa no momento da concepção” (idem). Assim, fez questão de dizer que seus argumentos não eram religiosos, mas científicos, que demonstram que a vida humana começa na concepção. Mas, em se tratando do PNDH-3 não importa o momento da concepção, mas o plano de “chacinar crianças no ventre materno até no 5º mês de gravidez” (idem).

Eduardo Cunha (PMDB/RJ), evangélico, vice-líder do PMDB na Casa, afirmou que a oposição ao PNDH-3 tem como objetivo apontar que o Programa contém “pontos que hoje não são autorizados por lei, pontos esses que, mesmo como sugestões de propostas de lei, já foram, nesta Legislatura, votados e rejeitados por esta Casa” (notas taquigráficas, p. 44). Como por exemplo, a descriminalização do aborto, matéria que foi rejeitada pela *Casa* por conta da “inconstitucionalidade” uma vez que “atentava contra o direito à vida, estabelecido na Constituição” (idem, p.44). Por isso mesmo, o deputado Eduardo Cunha ressaltou que os cristãos da *Casa* prosseguirão na “luta pela preservação da vida como um todo” (idem), por isso mesmo a FPE continuará a se opor aos “projetos que possam porventura tramitar, sob a égide do programa de direitos humanos, no que toca à vida, à legalização e descriminalização de aborto, união civil de mesmo sexo e legalização de prostituição” (idem).

Uma fala do Ministro Vanuchi em relação ao tema da legalização do aborto aponta para os efeitos da “pressão conservadora” nos debates sobre o PNDH-3 no Parlamento. Assim, o ministro avalizou que

“De qualquer maneira, quando surgiram as primeiras críticas ao aborto, imediatamente me dei conta de um erro cometido — e o erro é meu, não é de mais ninguém —, porque, de fato, a formulação que entra era diferente da aprovada nas 2 conferências nacionais da mulher, não corresponde à posição do Presidente Lula. O decreto é do Presidente Lula, não é meu. Minha posição é uma, mas a posição do Governo não é essa. Só aguardamos as duas audiências no Senado e na Câmara para eventualmente aproveitar essas audiências como fonte de orientações e sugestões para completar esse processo de ajuste.” (Notas taquigráficas, p. 14-15).

Ou seja, o Ministro explicitou claramente o recuo do Governo em relação à recomendação da legalização do aborto. Alguns parlamentares criticaram tal recuo do

Governo em questões importantes para a efetivação do PNDH-3 em sua totalidade. Ivan Valente (PSOL/SP) ressaltou que tal recuo do Governo seria um “retrocesso a um avanço civilizatório que é o Plano Nacional de Direitos Humanos 3” (p. 18), por que cedera às pressões da mídia e as chantagens dos militares. Assim, o deputado afirmou que ao recuar na questão do aborto, o Governo desconsiderou as lutas de gênero e o direito da mulher ao corpo. Ora, retificar esta pauta no PNDH-3 é “uma derrota” para o movimento de mulheres.

De algum modo, os parlamentares ligados as Forças Armadas – como o caso exemplar de Jair Bolsonaro (PP/RJ) – mostraram-se receosos ao alinhamento do país a uma democracia que primava por um Programa de Direitos Humanos calcado numa ideologia comunista e atéia. Assim, se alinharam a idéia da FPE e dos demais cristãos da *Casa* de que os direitos humanos contidos no PNDH-3 tratar-se-ia de um levante de subversivos que intencionam punir aqueles que primam pela ordem social. Deste modo, estes parlamentares consideraram o PNDH como uma lei presidencial que estabelece regras e não como um programa de Direitos Humanos que sugere proposições aos demais poderes e até mesmo ao Executivo. Assim, os discursos da FPE naquela cerimônia repetiram os argumentos utilizados por eles no seminário sobre o PNDH-3 também etnografado no capítulo três desta dissertação.

A discussão sobre as proposições contidas no PNDH-3 naquela cena marcou-se de um lado, por parlamentares desejosos que o Brasil garantisse direitos humanos a todos e todas, sem restrições. Do outro, por parlamentares ligados as Forças Armadas e as Igrejas Cristãs que viam o PNDH-3 como uma “falácia” de direitos humanos, pois garantia ou direitos a pessoas consideradas por eles não titulares de direitos ou retirava o direito mais inviolável que é o do nascituro. Assim, o debate foi bem acalorado, com manifestações emocionadas e exaltadas, algumas vezes com bate-boca e ofensas¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Por exemplo, quando o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) perguntou que “verdade” é essa que a Comissão de Memória e Verdade propõe. Deste modo, acusou a então Ministra Dilma Rousseff de ter roubado 3 milhões de dólares da casa do Adhemar no Rio de Janeiro, na época da ditadura: “queremos saber onde a ladra enfiou esse dinheiro”, acusou. O Deputado Flávio Dino (PC do B/MA) disse que tais palavras fossem retiradas dos autos. E que tratar-se-ia de uma acusação sem provas. O Deputado Fernando Ferro perguntou a Jair Bolsonaro se ele estava fazendo acusações ao PT sobre o caso Celso Daniel. Começou um bate-boca entre os deputados, causando tumulto a reunião. Assim, Fernando Ferro solicitou cópia do áudio da sessão para a presidente da comissão, Iriny Lopes (PT/ES) para instaurar um inquérito administrativo contra o deputado Jair Bolsonaro. Na verdade as discussões mais acaloradas se deram por conta da instauração da Comissão de Memória e verdade e sobre a regulamentação dos meios de comunicação.

Como afirmou o Ministro Vanucchi, o debate no Parlamento sobre estes dois temas polêmicos marcam-se por “duas sensibilidades” que, a meu ver, trata-se de uma guerra santa entre os puros e os impuros, entre religiosos e laicos, entre direitos humanos e cultura religiosa. Abdullahi Anna‘im (1991) propôs dialogar a tradição jurídica religiosa da *shari‘a* e o direito laico estatal por meio do *diálogo intercultural*: um mínimo denominador comum entre tradições culturais distintas. Sendo assim, a universalidade dos direitos humanos pode ser aceita desde que ela reconheça que culturas diferentes também possuem parâmetros normativos que possibilitam o diálogo entre elas. Por certo, o autor está se referindo a diferenças culturais entre Nações (a radicalidade nós/eles).

No caso do PNDH-3 de um lado há um grupo social que entende que sua tradição religiosa representa a cultura do país, logo, deve ser atendida pelo Estado democrático de direito. Do outro lado, há o esforço do Governo Federal e de parlamentares laicizados em prol da luta pela garantia de direitos humanos para todos e todas como forma de acesso a justiça social e a simetria das relações em um contexto de desigualdades. Ou seja, sem direitos para todos e todas, não há cidadania plena no Brasil. É neste sentido que o governo brasileiro afirma no prefácio do PNDH que

“Não haverá paz no Brasil e no mundo enquanto persistirem injustiças, exclusões, preconceitos e opressão de qualquer tipo. A equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares para que se alcance uma convivência social solidária e para que os Direitos Humanos não sejam letra morta da lei Este PNDH-3 será um roteiro consistente e seguro para seguir consolidando a marcha histórica que resgata nosso País de seu passado escravista, subalterno, elitista e excludente, no rumo da construção de uma sociedade crescentemente assentada nos grandes ideais humanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade” (PNDH, 2009, p. 13).

A meu ver, esta polarização nos debates sobre o PNDH-3 se deu em diversos tempos e espaços do legislativo, da Igreja e da sociedade. Fato é que neste cenário de múltiplos ecos e desejos, a discussão acerca dos direitos humanos se dá em tempos e espaços *controversos* marcados por imagens que não apenas cismam em se destruir, mas também por discursos e posicionamentos que produzem efeitos no plano da política legislativa. O principal deles, reafirmo, foi o recuo do governo em relação a temas como a proposição de legalização do aborto. Ou seja, uma derrota para as entidades feministas que procuram validar os direitos sexuais e reprodutivos e de não violência as mulheres no rol dos direitos humanos preconizados pelo Estado brasileiro (Machado, 2010). Do mesmo modo, entidades LGBTT continuam a pleitear no âmbito do Congresso Nacional que o

direito individual de homossexuais a não violência e a titularidade de direitos como a união civil sejam garantidos no rol dos direitos preconizados pela Constituição brasileira.

De todo modo, as “minorias” continuam a duelar contra argumentos da maioria moral religiosa que preconiza que apenas os justos são titulares de direitos e que os ímpios devem se curvar a uma moralidade reta que não abarca direitos individuais, mas tão somente valores travestidos por dogmas religiosos. É neste sentido que a (in)vocação do religioso pela FPE, em tempos e espaços do legislativo, legitima tais negociatas políticas interessadas em ordenar o mundo caótico. Retóricas que versam sobre as boas novas trazidas pelo Povo ungido, “costumes bons para a Nação” que transformam a política profana em política sacralizada, ímpios em retos, torna o Brasil uma Nação redimida por preceitos invocados, repetidos, consolidados, disputados no cotidiano mesmo do espaço máximo da República Federativa brasileira: o Congresso Nacional.

CAPÍTULO 4

A governança da “vida em si” e a mobilização estratégica evangélica em tempos e espaços do legislativo brasileiro.

“Por que a Escritura diz: Todo aquele que nele crer não será confundido”¹⁴⁶

O presente capítulo pretende investigar como os parlamentares vinculados a Frente Parlamentar Evangélica exercitam (enquanto políticos profissionais) uma forma de representação e de participação políticas que vincula o exercício cotidiano da fé a uma espécie de reinterpretação da secularização do estado através de temáticas específicas e não gerais. Deste modo, etnografo situações sociais que apontam como estes parlamentares (unidos pela “Bandeira do Evangelho”) atuaram no cenário da Câmara dos Deputados a fim de propor e aprovar, especialmente na Comissão de Seguridade Social e Família, proposições legislativas que defendiam a “vida em si” (desde a concepção). Ora, sob a bandeira de grupo eleito, celeiro do destino do país, estes políticos se posicionaram contrariamente a projetos que validavam direitos reprodutivos e sexuais de mulheres bem como direitos civis de homossexuais (união civil, adoção de crianças e a de punição da homofobia).

Analiso tais questões a partir das etnografias do 3º Encontro brasileiro de legisladores e governantes pela vida, realizado no final de abril de 2010. Este evento tinha como objetivo promover uma estratégia política a nível federal, estadual e municipal entre políticos e entidades “pró-vida” no sentido de que a “defesa da vida” desde a concepção bem como valores morais fossem garantidos em todas as esferas da política institucional brasileira. A segunda etnografia versa sobre a tramitação do Estatuto do Nascituro no âmbito da CSSF durante o primeiro semestre de 2010. Projeto de caráter *controverso* e *polêmico*, causador de disputas entre imagens iconoclastas.

¹⁴⁶ Romanos 10:11.

Um encontro pela vida: as imbricações dos laços espirituais e dos laços políticos no cotidiano do legislativo.

“Por mim reinam os reis e os príncipes decretam justiça¹⁴⁷”

Depois de quase seis semanas de campo, em uma de minhas idas a sala da FPE Pr. Isaías me avisou sobre a realização do 3º Encontro brasileiro de legisladores e governantes pela vida que seria realizado no final de abril. O blog da FPE noticiou que o evento objetivava “demarcar novas estratégias de ação” para as “Frentes Parlamentares Municipais e Estaduais em relação à implementação de políticas públicas de apoio à maternidade¹⁴⁸” em contraposição as ações do Ministério da Saúde. Deste modo, a FPE publicizou que “a nação brasileira” deveria se posicionar contra “às ameaças concretas à vida das crianças por nascer¹⁴⁹”: a FPE conclama “os detentores de mandato eletivo nos executivos e legislativos de nosso país e os militantes pró-vida a que unamos forças a fim de garantir o direito sagrado à vida¹⁵⁰”.

Recebi em 26 de abril de 2010 em minha caixa de correio eletrônico um e-mail da FPE contendo um resumo do Seminário sobre o PNDH-3 bem como um convite para participar do Encontro de governantes pela vida. Assim, no dia 28 de abril de 2010, me dirigi a Câmara dos Deputados a fim de observar mais um evento cuja pauta era a defesa da “vida em si”. Promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida contra o Aborto, o “Encontro de governantes pela vida” contou com a parceria da Frente Parlamentar Evangélica, da bancada católica e espírita e de entidades “pró-vida” como o Movimento Brasil sem Aborto/MBS. O evento aconteceu no auditório Nereu Ramos, ocupando os turnos matutinos e vespertinos de uma quarta-feira, dia de maior movimento na *Casa* legislativa.

Quando adentrei o recinto, observei que as poucas pessoas ocupavam o espaço, contudo, a maioria delas trajava camisetas de entidades que defendem “a vida desde a

¹⁴⁷ Provérbios 8: 14-16.

¹⁴⁸ Disponível em http://frenteparlamentarevangolica.blogspot.com/2010_04_01_archive.html acesso em 04 de dezembro de 2010.

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Idem

concepção”. Os parlamentares religiosos defensores “ferrenhos” do conceito lá estavam, desde cedo, ocupando seus lugares: Luiz Bassuma (PV/BA), Miguel Martini (PHS/MG), João Campos (PSDB/GO), Henrique Afonso (PV/AC), Paes de Lira (PTC/SP e Dr. Talmir (PV/SP). Avistei ainda Jaime Ferreira (vice-presidente do Movimento Brasil Sem aborto), Pr. Isaías, Pr. Herculano além de assessores dos deputados cristãos.

Antes mesmo de entrar no auditório uma das hotless do evento me chamou:

- “ei, já fez o seu cadastro?
- Não, sou da UnB, sou pesquisadora.
- “faz seu cadastro!”.

Fui ao encontro dela que me deu o material do seminário e uma ficha de cadastro: “põe seu endereço, seu telefone, email, para saber das notícias, ok?”. Preenchi o cadastro e ganhei uma pasta do evento que continha duas publicações sobre defesa da vida, uma lista de PL que tramitavam na *Casa* tanto que defendiam os nascituros quanto os que propunham legalizar a prática de interrupção voluntária da gravidez. Para minha surpresa, na pasta do evento havia também uma réplica de um feto de três meses. Algo tenebroso. Quando tomei assento no auditório, slides com informações sobre o aborto no Brasil eram transmitidos pelo telão. O vídeo “o grito silencioso¹⁵¹” também foi transmitido.

Jaime Ferreira, mestre de cerimônias, iniciou o Encontro cuja mesa inicial foi composta pelo terceiro secretário da mesa diretora da Câmara dos Deputados, deputado Aldair Cunha, o vice-presidente da Frente Mundial de Legisladores e Governantes pela Vida, fundador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida contra o Aborto do Congresso Nacional, deputado Luís Bassuma, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos e o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida contra o Aborto do Congresso Nacional, deputado Dr. Talmir Rodrigues. Após a composição da mesa, o hino nacional foi cantado por uma cantora lírica.

Findo esta parte cerimonial do evento deu-se início aos discursos dos componentes da mesa. Dr. Talmir foi o primeiro a falar e agradeceu a ajuda dos funcionários e assessores na realização do evento assim como as autoridades presentes. O deputado lembrou que a prática do aborto não feria apenas princípios religiosos, mas também científicos e até constitucionais uma vez que a vida humana é um direito civil. Inclusive lembrou que Ulisses Guimarães disse que para que a legalização do aborto no

¹⁵¹ Vídeo produzido por Dr. Bernard Nathanson famoso médico norte-americano que realizava abortos nos EUA. Disponível em <http://silentscream.org/index.html> acesso em 30 de março de 2011.

Brasil seja aprovada, seria preciso rasgar a Constituição. Por fim agradeceu as entidades presentes e lembrou que durante o evento pessoas e entidades que trabalham por um “Brasil pró-vida” seriam homenageadas.

O deputado Aldair Cunha parabenizou os pares pela iniciativa de promover um evento que tem como pauta pensar estratégias políticas de defesa da vida em todos os níveis da política. Assim, ressaltou o parlamentar que a “cultura da vida” deveria ser estabelecida “em todos os espaços de poder”. Logo, “aonde houver uma vida ameaçada, o poder público precisa estar intervindo, e especialmente no direito que é o mais elementar de todos os direitos, que é o direito de nascer¹⁵²”. Segundo o deputado aquele evento cumpria papel fundamental na organização dos entes da federação e dos poderes constituídos para que “a vida seja preservada, cuidada, e qualquer ameaça à vida seja banida”.

Luis Bassuma é o próximo a discursar e afirma que a razão de ter sido eleito deputado (uma vez que, segundo ele, nunca planejou entrar para a política), ou seja, “exercer o mandato político com seriedade, com honestidade e com ideal” foi para exercer um “sacerdócio”.

“a política, ou ela é um sacerdócio ou ela é um negócio, e a maioria nesse Congresso ainda trata a política como se fosse um mero negócio de interesse de uns poucos. Eu tive então, a satisfação e alegria de já descobrir a razão essencial que me fez tá aqui: foi estar ativo e atuante nessa luta em defesa da vida”.

Em seu discurso, Luis Bassuma não perdeu a chance de criticar a postura do PT em relação ao tema do aborto lembrando tanto a sua expulsão do partido por conta de seu posicionamento contrário as favoráveis deliberações petistas em relação ao tema quanto que o presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, agiria como “Pôncio Pilatos”. Isso porque, segundo o Luis Bassuma, o então presidente Lula sempre se declara pessoalmente contra o aborto, mas “deixava o seu governo funcionar normalmente nas políticas pró aborto”. Por isso mesmo, unindo laços espirituais a laços políticos alertou aos partícipes

“se o Brasil correr o risco de eleger Dilma presidente, aí é uma pessoa materialista, aí é uma pessoa que defende o aborto mesmo, e se ela na campanha disser o contrário, tará mentindo para a sociedade. Nós conhecemos todo o seu histórico. E aí o risco é enorme,

¹⁵² Todas as falas aqui referenciadas sobre o evento “Governantes pela Vida” foram transcritas pelo mestrando em História da UnB Clerismar Longo através do recurso por mim obtido junto ao Decanato de Pós-Graduação e Pesquisa/DPP da UnB por meio do Edital nº 06/2010 (apoio à pesquisa de campo a pós-graduandos).

porque aí seria uma presidente que vai usar a força do governo pra empurrar o rolo compressor no Congresso pra obrigar a legalização do aborto, isso seria o maior desastre para a nossa nação. O Brasil não pode permitir isso, seria como se nós estivéssemos agora resgatando a escravidão, algo desse tamanho. Esse impacto mundial, Brasil é liderança mundial, é potência mundial. Tem que ser potência verde, tem que ser potência da paz, da justiça, do amor, e tem que dar o exemplo dentro de casa, e que começa com as suas crianças desde o momento da fecundação!”

Entremeado as falas dos componentes da mesa, Jaime Ferreira, anunciava a presença de autoridades políticas e religiosas (espíritas, católicas e evangélicas) bem como dos comitês pró-vida que participavam do evento. Depois da fala de Bassuma, João Campos discursa em nome da FPE concordando com o colega no sentido da Nação cristã perguntar aos presidenciáveis acerca de seus posicionamentos em relação ao aborto

“não me refiro só a Dilma, a gente tem que saber o que o Serra pensa disso, o que a própria Marina que é evangélica, pensa disso, e o que o estatuto de cada um dos partidos põe a cerca dessas matérias. E aí não só os candidatos à presidência da república: os governadores, deputados federais, senadores. O nosso povo tem que levar isso em conta na definição do voto!”.

João Campos lembrou sobre a importância daquele evento a fim de promover “a capacidade de articulação, de comunicação entre nós mesmos e de estabelecimento de estratégias para enfrentarmos cada vez mais com inteligência e de forma estratégica essa questão, e mais precisamente a defesa da vida de forma integral”. Isso por que, a despeito das vitórias cristãs na Casa em relação à descriminalização do aborto, lembrou o deputado, outros PL e propostas transitam pelo parlamento e pelo judiciário, assim, “nós não podemos descansar”. No mesmo sentido, o governo federal “do meu ponto de vista, de desrespeito ao parlamento, e até com um viés totalitário” anunciou o PNDH-3 que recomenda ao parlamento para decidir sobre essa matéria no sentido de descriminalizar o aborto.

Ora, “por que eu digo que é um desrespeito ao parlamento com um viés totalitário”, pergunta João Campos: por que “nesta legislatura o parlamento rejeitou essa matéria [a descriminalização do aborto], ela sequer pode ser reapresentada nessa legislatura”, logo, o governo não pode apresentar um Programa Nacional de Direitos Humanos, nesta mesma legislatura, propondo que o parlamento volte a discutir essa matéria. “Isso não é razoável”, questionou.

Por isso mesmo, João Campos afirmou que as igrejas cristãs, as entidades pró-vida e mesmo setores da sociedade civil que se opõe a legalização do aborto devem “estar

permanentemente articulados, conversando, estabelecendo iniciativas para continuarmos na defesa da vida. Essa tem que ser uma tarefa, portanto permanente, perene e bem articulada. Todos tem direito à vida, todos”. Especialmente por que a Constituição Federal expressa “o compromisso [do país] com a vida”. Deste modo, na Casa legislativa a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, a FPE e os deputados cristãos (ou não) que se contrapõe ao aborto vem se organizando

“temos o Estatuto do Nascituro, temos a CPI do aborto, que não se pretende investigar as mulheres que por uma outra razão tenham se submetido a esse procedimento, mas ao contrário, investigar as clínicas que atuam à margem da lei, ganhando dinheiro ilicitamente, e que funcionam com intuito da morte e não da vida. A medicina deve ser uma ciência como é, em favor da vida e não da morte. E essa CPI precisa necessariamente ser instalada para cumprir o seu papel dentro dos propósitos que nós temos estabelecido aqui. Nós, e isso é sabido, nós todos aqui não temos uma postura em favor da criança e contra a mulher, nós temos uma postura em favor da vida, da vida de todas as pessoas”.

Outrossim, o deputado reforçou que o “o Estado brasileiro tem que ter esse compromisso de defesa da vida, em relação a todas as pessoas”. Por isso, os parlamentares “a favor da vida” tem o compromisso de defender a vida, de forma “integral” e de todos os cidadãos – “da criança, da mulher, do homem, enfim de todas as pessoas” – “sem nenhum preconceito, sem nenhuma discriminação, independentemente de raça, sexo, religião, [...], esse é o nosso compromisso, senão a gente não seria autêntico na defesa da vida”. Ora, segundo João Campos, para defender a vida há que se acionar (“independentemente da declaração universal dos direitos humanos e da Constituição Brasileira”) o código penal que é um instrumento “de proteção à vida”, pois, “estabelece a pena para aquele que mata”. Logo, a partir desta norma pode-se proteger “o ser humano ainda em formação, este que efetivamente não tem nenhuma possibilidade de defesa”.

Por fim, o parlamentar fez uma consideração bem interessante. Segundo ele, as literaturas e pesquisas apontam que “o número de mulheres cristãs, sejam elas católicas ou evangélicas, que se submetem ao procedimento do aborto é significativo”. Este fato, diz o parlamentar “nos conduz a uma reflexão de que antes das igrejas levarem uma mensagem pra fora, é preciso que a Igreja, as igrejas estejam conversando com seus fiéis”. Ou seja, se a mensagem é ecoada repetidamente para fora dos muros da Igreja, ela também deve fazer parte do doutrinamento religioso. Assim,

“Me parece que essa é uma recomendação de muito acerto, porque se nós ficarmos sem prejuízos dessa abordagem pra fora, é preciso que a gente faça essa abordagem com muita eficiência, com muita sabedoria, enfim dentro das igrejas abordando nossos fiéis, mostrando os riscos disso, mostrando que a nossa cultura, o nosso ensinamento, a nossa doutrina, tem um outro tipo de compromisso, porque assim nós certamente teremos resultados mais eficazes”.

Em seguida as falas dos parlamentares, Jaime Ferreira anunciou o lançamento da Campanha Nacional denominada: Legisladores e Governos pela vida – A vida depende do seu voto¹⁵³, realizada pelo Movimento Nacional da Cidadania pela Vida Brasil sem Aborto¹⁵⁴. Segundo Jaime Ferreira, a campanha objetivava que “o eleitor brasileiro possa nessa eleição levar em consideração também, dentre tantas outras considerações pra serem feitas no momento do voto, levar em consideração também a questão da defesa da vida desde a concepção”.

Dra. Lenize Garcia, presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida Brasil sem Aborto é chamada ao palco para fazer o lançamento da Campanha. Dra. Lenize Garcia apresentou a campanha como um instrumento de “o que pensam os candidatos a todos os cargos eletivos a respeito da questão do aborto, a respeito da defesa da vida em todas as circunstâncias, da concepção à morte natural”. Então, “a vida depende do seu voto” tem, pois, duas propostas. A primeira é questionar os candidatos sobre o tema através da parceria com os comitês locais pró-vida. A segunda é que eles assumam publicamente “o compromisso de ser parlamentares e governantes pela vida”. Do mesmo modo, a diretoria do movimento deseja que os políticos “pró-vida” participem na campanha a fim de que a mesma tenha “uma penetração nacional” a ponto de localizar e engajar “aqueles candidatos que realmente se comprometem com a vida, contra o aborto”.

Contudo, Lenize Garcia afirmou que o eleitor pode contemplar o partido, a religião, o sindicato (“essa diversidade que nós achamos muito importante do ponto de

¹⁵³ Segundo Lenize Gracia, que sempre se apresenta e é apresentada como “doutora”, a campanha já foi realizada nas eleições de 2006 e de 2008 para as eleições municipais.

¹⁵⁴ O movimento “é uma organização de natureza suprapartidária e supra-religiosa que defende a preservação da vida desde sua concepção, atuando de forma estruturada para pautar ações e argumentos a partir de evidências e pesquisas no campo da genética, da embriologia, da bioética e da legislação vigente”. O comitê nacional tem sede em Brasília cuja presidência nacional fica a cargo da Dr. Lenize Garcia e a vice-presidência a cargo de Jaime Ferreira. O MBS se opõe, inclusive, a realização da interrupção da gravidez em fetos anencéfalos e organiza sua resistência não apenas no legislativo, mas também no judiciário. O movimento realiza atos e marchas “pró-vida” pelo país através da parceria com seus comitês estaduais e municipais, em 16 estados da federação que tem como principal foco a mobilização da sociedade brasileira na luta contra a legalização do aborto. Disponível em <http://www.brasilemaborto.com.br/?action=areafixa&id=1&cache=0.30643277114676604> acesso em 31 de março de 2011.

vista eleitoral”) contanto que o candidato tenha compromisso com a vida. Ora, segundo ela,

“É a América Latina que está segurando em termos de legislação a defesa da vida, e nós queremos parar aqui essa onda abortista que corre o mundo pra devolver isso aos países que têm pedido muito a nossa ajuda, né? Os países que o aborto é aprovado, falam muito: não, o Brasil é um país onde o aborto não pode ser aprovado, e vocês tem que influir agora no mundo para que a legislação onde ela exista, regrida. Então, nós sentimos essa responsabilidade, e então por isso todos os candidatos, desculpa, todos os eleitores têm que ter essa preocupação concreta em termos do seu candidato, né? Ou seja, eu penso em votar nessa pessoa, como ele pensa essa questão em defesa da vida? É exatamente isso que nós queremos deixar muito claro pra todos os eleitores com a Campanha A Vida Depende do seu Voto, e pra isso eu conto com a colaboração de todos vocês”.

Como procedi no capítulo três com o evento do Seminário sobre o PNDH-3 não realizarei aqui uma exegese de todas as falas e mesas temáticas do evento “Governantes pela vida”. Sendo assim, explicitarei as mesas temáticas que compuseram o evento bem como as pessoas e instituições pró-vida homenageadas. O objetivo é apontar como as falas dos deputados cristãos exortavam os laços espirituais existentes entre aqueles que defendem a vida. Laços estes que deveriam ser transplantados para o mundo da política a fim do Povo de Deus obter êxitos no Congresso Nacional em relação a não aprovação de leis não morais. Laços que também deveriam ser levados em consideração pela Igreja de Cristo no "tempo da política" que se aproximava.

Do mesmo modo, tais discursos apontam para os modos pelos quais a imbricação entre religioso e política vem sendo realizada no âmbito do legislativo. Do mesmo modo, indica de que modo os cristãos vem organizando e mobilizando estrategicamente no espaço da política uma Frente pela “vida em si” contrária, pois, a certas garantias de direitos individuais de outros cidadãos. Logo, eventos deste tipo estão vinculados, sobretudo, a mobilização cristã no legislativo no sentido de se opor a leis contrárias vida e a união entre eles pela aprovação de leis morais e garantidoras da “vida em si”.

Findo este primeiro momento do evento deu-se início as atividades das mesas temáticas. Na parte matutina foi composta uma mesa temática que tratava da organização da defesa da vida pelos comitês “pró-vida” do Movimento Brasil sem Aborto a nível estadual e municipal. Foi convocado Iraponã Chaves de Arruda (coordenador do Comitê em Defesa da Vida Brasil sem Aborto, do estado de Pernambuco), Louro Ivan Macedo (coordenador do Comitê Goiano Brasil sem Aborto), sob a coordenação da Dr. Lenize Garcia. Os dois representantes falaram sobre as atividades que seus comitês realizam.

Vale ressaltar que antes da Dra. Lenize Garcia dar conclusão aquela mesa temática, Jaime Ferreira tomou a palavra para informar que naquele momento a Comissão de Seguridade Social e Família discutia o Estatuto do nascituro, de autoria dos deputados Luís Bassuma e Miguel Martini. Por isso mesmo, os deputados componentes da Comissão tiveram que se retirar do evento, informou Jaime Ferreira. Ora, “pode ser que neste dia do Terceiro Encontro Nacional de Legisladores e Governantes pela Vida a Câmara.

O último momento do evento na parte matutina abarcou a entrega da comenda Zilda Arnes em homenagem as instituições e pessoas que se destacaram no trabalho de defesa da vida. Jaime Ferreira solicitou que fosse transmitido um vídeo em homenagem a Zilda Arnês que morreu em decorrência do terremoto no Haiti, em janeiro de 2010. Henrique Afonso (que seria também homenageado) se retirou da cerimônia por que o Estatuto do Nascituro estava na iminência de entrar em votação na Seguridade Social e Família. Retirei-me juntamente com o deputado, sai correndo atrás dele, mas o perdi de vista no corredor que dá acesso as salas das comissões que estava lotado de jornalistas, pois, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça estava dando entrevista por conta da aprovação do projeto Ficha Limpa na Comissão e que seguia agora para o Plenário da Casa.

Passei espremida pela multidão que ocupava o corredor e, enfim, cheguei à sala da CSSF. Entretanto, não avistei nenhum “parlamentar pró-vida”. O alvoroço era total. Perguntei a secretária da Comissão o que havia sido deliberado: “propuseram o adiamento do requerimento [Nascituro] por dez sessões”. E completou: “esvaziaram a sessão a fim de não dar quorum e não votar [o PL]”. Um dos assessores do deputado Luis Bassuma criticou a postura da “oposição”: “vamos discutir aborto, mas na hora H não estão aqui, fogem”. De fato, a aprovação do pedido de adiamento da proposta feito pelo Deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) causara grandes mobilizações e tumultos generalizados. A porta da CSSF era um burburinho de manifestantes dos movimentos feministas, de assessores parlamentares, movimento pró-vida.

Permaneci na porta da Comissão a fim de observar o movimento dos manifestantes (feministas e “pró-vida”). Havia um grupo de mulheres conversando na porta da sala da Comissão, me dirigi a uma delas e perguntei a qual movimento elas pertenciam. Ela assim respondeu: “estamos aqui para ajudar a barrar estes projetos contra a

mulher”. E continuou: “nosso movimento é acolhido pelo CFEMEA. Viemos falar com mais deputados para ajudar na causa. Mas eles estão com medo por que é ano de eleição”.

- E você o que faz aqui?

- Sou pesquisadora.

- Mas você faz o que?

- Estudo a Bancada Evangélica.

- Como assim? Você está com eles?

- Não, sou antropóloga.

- Mas você é de movimento?

- Não, eu faço mestrado e minha pesquisa é sobre eles.

- E o que você faz aqui?

- Estou participando como pesquisadora de um encontro de governantes “pela vida”.

- E tá cheio?

- Muito esvaziado para um evento nacional.

- Acho estranho não ter o outro lado nunca. Eles falam para eles mesmos, mas estão se fortalecendo neste ano eleitoral.

- Você é da onde?

- Da UnB. Sou orientanda da Lia Zanotta.

O sorriso dela veio à tona. O nome mágico de minha orientadora para os movimentos feministas suavizaram o diálogo. Voltei ao “Encontro” e os parlamentares “pró-vida” também já haviam retornado. Jaime Ferreira ainda coordenava a entrega das comendas aos homenageados do dia. Sentei nas fileiras centrais do auditório. Estava lá observando a cena quando “de repente” aquela manifestante com a qual conversei na porta da CSSF aparece, senta-se do meu lado e diz: “o CFEMEA quer o seu número, anota aqui”. Não sabia o que fazer. Fiquei atônita, olhando para os lados como se eu estivesse praticando algum crime. “Acho que não deixei claro “meu lugar social para ela”. Senti-me uma espiã. “Que saia justa!”, pensei. Naquele momento, me percebi entre a cruz e a espada. Entretanto, dei meu telefone a ela. Contudo, ninguém do CFEMEA nunca entrou em contato comigo. Mas este momento crítico me fez perceber o campo minado no qual havia entrado. Antes de ir, ela perguntou: “o que tá rolando”? Homenagens, respondi. Ela

retrucou: “Ah, não tem discussão, queríamos ver o que eles falam [faz o gestual referente a dizer “papinho”]. Ela se despediu e foi embora.

Neste ínterim, Luis Bassuma sobe ao palco e pede a palavra para “dar uma informação” aos presentes.

“Agora enquanto tá correndo o terceiro congresso entrou em pauta pela terceira vez, tentou entrar em pauta na comissão de seguridade, o estatuto nascituro, né? Que é um projeto totalmente avançado no nosso ponto de vista, para garantir os direitos definitivamente daqueles que querem nascer. Aí pela terceira vez aqueles que defendem a legalização do aborto pediram que fosse votado um requerimento pra adiar por dez sessões essa votação. Aí nós discordamos, eu fui lá e posicionei, o Talmir também, conseguimos pegar toda a discussão, mas aí quando eles viram que podiam perder, eles se retiraram todos eles, esvaziaram a sessão e ela acabou de cair por falta de quórum, mas é mais uma vitória nossa. Terceira tentativa de colocar em pauta a discussão e é retirado o estatuto nascituro pela ação organizada deles. [...]. Vocês têm todo direito, vocês não podem fugir, o parlamentar não pode fugir de explicitar sua opinião pública. Quem é assassino deve dizer para o povo: sou assassino e defendo assassinato, Jesus perdoa todo mundo, e perdoa inclusive os assassinos. Agora, vamos assumir a posição publicamente sem medo. Porque o argumento deles é que é ano eleitoral, ano eleitoral não pode votar matéria dessa magnitude, quer dizer: é uma vergonha. [...], mas nós vamos semana que vem colocar em pauta de novo. E mais uma vitória!” (Grifos Meus).

Jaime Ferreira retorna ao palco e conduz as homenagens. As seguintes instituições foram agraciadas. O governo do estado do Amazonas por ter “instituído a semana de prevenção contra o aborto”. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB por ter “escolhido o tema da defesa da vida na Campanha da Fraternidade de 2008, cujo lema foi “Fraternidade e vida humana”. A Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB, por “promover o desenvolvimento integral das crianças pobres”. A Federação Espírita Brasileira por “seu trabalho de conscientização e de mobilização da comunidade espírita e de toda a sociedade brasileira, através das suas campanhas nacionais em defesa da vida”. A associação Nacional Estação da Luz que realiza trabalhos “no campo da defesa da vida desde a concepção”. A Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí, no Estado de São Paulo por conta da inclusão na nova Lei Orgânica do município, do direito à vida como direito humano fundamental. E o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida Brasil sem Aborto foi também agraciado com a contenda por causa de sua “enorme contribuição na luta contra o aborto e contra a sua legalização, ao promover manifestações públicas, mobilizando e organizando a sociedade civil brasileira”.

Após as homenagens as instituições, Jaime Ferreira conduz as homenagens as seguintes “personalidades públicas” defensoras da vida. O ex-governador do estado do

Amazonas (que não pode estar presente) por conta do seu “combate à prática do aborto” durante seu mandato. A segunda foi o deputado federal Luís Bassuma, criador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida”. Deputado Federal Henrique Afonso, idealizador e promotor das jornadas evangélicas em favor da vida e da família, “igualmente condenado pelo PT ao silêncio obsequioso e a retirar todos os seus projetos de lei em defesa da vida, o que evidentemente não aconteceu”. Jaime Ferreira fez ainda questão de dizer que: “essa homenagem ao deputado Henrique Afonso é estendida a todos os parlamentares evangélicos, e a todos os evangélicos brasileiros que defendem a vida desde a concepção”. A vereadora do município de Maceió, Heloísa Helena (PSOL/AL) também foi homenageada “por ser uma das referências nacionais na luta contra a legalização do aborto”. O jurista Dr. Ivis Gangra da Silva Martins, uma das vozes na defesa da vida desde a concepção no mundo jurídico brasileiro. Cláudio Fonteles, ex-procurador geral da república, propôs a ação direta de inconstitucionalidade ao artigo 5^o da lei 11.105 de 2005, conhecida como a lei da biossegurança, que autorizou a pesquisa científica com células tronco embrionárias. Por fim, a cantora Elba Ramalho que “sofreu pressões das ONGs pro aborto do país e do próprio Ministro da Cultura” para que fizesse o show de encerramento da Terceira Marcha Nacional da Cidadania pela Vida, em 2009, em Brasília.

O deputado Dr. Talmir fez o encerramento da entrega da comenda Zilda Arnes em defesa da vida ressaltando que “todos os defensores da vida” mereciam aquela comenda. “Então, de coração, sintam-se contemplados [...]. A gente sabe do esforço de cada um em estar presente hoje aqui, a gente sabe que nós somos seres humanos e ao mesmo tempo divinos”. Em seguida, Jaime Ferreira retorna à direção do evento e convida as deputadas Raquel Teixeira (PSDB/GO), Solange Almeida (PMDB/RJ) e a vereadora Heloísa Helena para comporem a mesa cujo tema era “O pensamento de mulheres ocupantes de cargo eletivo que são contra a legalização do aborto: razões éticas, filosóficas e políticas”.

A deputada Raquel Teixeira sem delongas, devido ao atraso do início da mesa, passou a palavra para Solange Almeida que é a relatora do Estatuto do Nascituro. A parlamentar iniciou sua fala afirmando ter ficado “estarecida por ver a quantidade de parlamentares que se mobilizam a favor do aborto”, contudo, “a maioria do parlamento é contra a legalização do aborto. Mas a mobilização é feita por aqueles que são a favor do aborto. É uma coisa assim triste da gente ver”. Assim, lembrou a parlamentar

“o estatuto nascituro na semana que vem, ele vai ser colocado em pauta, e nós precisamos contar com todos os deputados da comissão de seguridade social que são favoráveis à vida. Quero pedir a cada um de vocês que estão aqui, se conhecem um deputado, que peçam, se ele for suplente ou titular da comissão de seguridade, que ele esteja presente, não arrede o pé de lá. A gente sabe que os compromissos aqui na câmara são enormes. Mas pra ficar lá, pra garantir, que a gente comece a discutir o estatuto do nascituro, porque hoje, gente eu não consegui nem ler o relatório que foi amplamente discutido em audiências públicas, com os juristas católicos, com seguimentos da sociedade que tem interesse na vida, foi amplamente discutido. Foram retiradas algumas coisas polêmicas, como a questão da criminalidade, das penalidades, justamente pra que a gente possa avançar e dizer que a vida começa na concepção. Esse vai ser o grande ganho do estatuto do nascituro” (Grifos Meus).

Em seguida, a vereadora Heloísa Helena discursou afirmando que a legalização do aborto é um tema de “alta complexidade filosófica, espiritual, jurídica”. Do mesmo modo, ressaltou que foi criado um vínculo entre “ser feminista” e defender “bandeiras, quase como se dogmas sagrado fosse, como é a legalização do aborto”. Assim, a ex-senadora afirma que esta parcela da esquerda crê na legalização do aborto como dogma sagrado. Em seguida, fez uma crítica à “hipocrisia no debate”, inclusive, por parte de “defensores da vida” que “ocupam as primeiras filas dos templos da igreja e das sinagogas”, mas “quando seus filhos ilustres engravidam as pobres filhas das empregadas negras e pobres, eles também pagam o aborto para se livrar”.

Antes de terminar a mesa temática, mais uma vez o "tempo da política" se fez pauta dos discursos. Neste sentido, a deputada Raquel Teixeira advertiu que era

“ano eleitoral e é preciso que haja pressão. Essa casa é uma casa que funciona sob pressão, e não é no sentido pejorativo não, é no sentido real. Quer dizer: ninguém vai defender uma causa se ela for oculta, [...]. Se não há uma mobilização, se a sociedade não mostra o que deseja, passa batido. Então, a sociedade tem que realmente se mobilizar, porque quando eu digo essa casa funciona sob pressão, porque até por sobrevivência, eles querem ser eleitos e reeleitos. Então, esse é um ano muito importante” (Grifos Meus).

Do mesmo modo, a deputada ressaltou o “esvaziamento do evento” em uma Casa de Lei que se mostrou “contra o aborto” em uma sociedade que “todas as pesquisas mostram ser contra o aborto”. Por isso, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o aborto, reafirma Raquel Teixeira, “precisa parar pra refletir porque a gente tá trazendo tão pouca gente pra esse terceiro encontro, e definir algumas estratégias de atuação da frente ao longo do ano que se inicia”. Jaime Ferreira, no papel de mestre de cerimônias finaliza as atividades da manhã e pede aos partícipes que o Encontro seria transferido para um

“auditório menor” – o Auditório Freitas Nobre: “esperamos todos lá daqui a pouco. Um grande abraço!”, concluiu.

Fui almoçar no restaurante da Casa e depois, como de costume, fazia meus pedidos de solicitação de áudio, ia a biblioteca escrever diário de campo ou apenas andava pelos corredores a fim de conhecer melhor a Casa. Naquele dia, fui à Comissão de Legislação Participativa/CLP¹⁵⁵ me informar por que o arquivo da transcrição do Seminário que discutiu o tema da anencefalia e da eutanásia não estava disponível *online*. Cibele, uma das secretárias da Comissão, verificou minha informação e confirmou que o arquivo da transcrição estava “fechado”. Contudo, anotou meu nome e meu e-mail para assim que o mesmo fosse disponibilizado, ela entraria em contato comigo. Mas, “você quer que eu imprima pra você?”, perguntou. Não precisa, eu aguardo, respondi. Agradei e fui embora bem contente por ter sido “bem recebida”¹⁵⁶.

Sai da sala da CLP e me dirigi ao auditório Freitas Nobre onde seria realizada a parte vespertina do evento que contou com menos pessoas do que a matutina. O auditório Freitas Nobre, também localizado no subsolo da *Casa*, é bem pequeno e tem espaço para cerca de 80 pessoas sentadas. Contudo, havia apenas cerca de 20 pessoas na platéia. Quando cheguei ao auditório Zacarias, um dos funcionários da Associação de Secretários, Parlamentares, Requisitados e Comissionados do Congresso Nacional/ASSERCON, evangélico, me cumprimentou: “olá teóloga”. Balancei a cabeça positivamente. Fiquei sem

¹⁵⁵ A CLP é a mais nova das comissões da Casa. Foi criada em 2001, pela deputada Luiza Erundina (PT/SP) com o objetivo de estimular as organizações, entidades e movimentos sociais a participar diretamente no processo de feitura das Leis. A CLP também não participa das emendas feitas ao orçamento anual. Tal prerrogativa foi retirada em 2006 pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA). Do mesmo modo, a CLP não faz parecer de PL, apenas, acolhe propostas feitas pelas organizações da sociedade civil e possibilita que o mesmo tramite pela Casa.

¹⁵⁶ Acabei estabelecendo um contato muito íntimo com a CLP. Depois desta situação, a assessoria da CLP mandava para minha caixa de correio eletrônico os eventos que a Comissão iria realizar. A despeito da Comissão não ser aquela privilegiada pelos meus nativos foi muito bom conhecer todos aqueles funcionários que me mostraram outra feição e afeição da Câmara dos Deputados. Do mesmo modo, pude aproveitar minha estada na Casa para ajudar a CLP na realização da audiência pública sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas, pedido feito por meu amigo de mestrado Gustavo. Esta oportunidade de conhecer bem de perto o modo de fazer reivindicações e de participar do legislativo me foi muito gratificante. De fato, a CLP passou a ser um grupo de amigos durante o trabalho de campo. Deste modo, todos eles me ajudavam a percorrer melhor corredores, rotas e acessos da Casa. A conhecê-la. Todos me conheciam pelo nome, sabiam que estava ali fazendo pesquisa, solicitavam que eu “mobilizasse os jovens da UnB”. Visitava-os após o almoço, mormente. Sônia, secretária geral da Comissão, me ensinou muito de política e da vida subterrânea na Casa. Compartilhamos muitas coisas em comum, como o desejo de ter um Congresso Nacional isento de corrupção, permeado por parlamentares comprometidos com a “justiça social” para todos e todas. Assim, estabelecendo afetos participei de aniversários, de comemorações, ganhei carona. Fiz amigos. Por isso grafo seus nomes, sem alterá-los. Por que faço questão que eles estejam aqui, nesta dissertativa, ela mesma produto final de tantos afetos gerados também pelo meu encontro com os funcionários da CLP.

saber o que ele queria dizer com isso. Mas imediatamente considerei: ela pensa que sou evangélica!

Logo em seguida, Jaime Ferreira inicia a segunda parte do “Encontro” com as seguintes mesas temáticas. A primeira delas tinha como tema “o Direito à Vida desde a Concepção como um Direito Humano Fundamental”. Compuseram a mesa: Dr. Cláudio Fonteles, ex-procurador geral da república, Dr. Tiago Cintra Essado, promotor de justiça do Estado de São Paulo, fundador e presidente da Associação Jurídico Espírita do Estado de São Paulo, o vereador Márcio Pacheco, presidente da Frente Parlamentar pela Vida da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o deputado Paes de Lira (PTC/SP).

Finda esta mesa temática foi instaurada outra mesa intitulada “a importância da articulação e a mobilização política nos estados e municípios” cujo objetivo é estimular a instituição das frentes parlamentares, seja nas Assembléias Legislativas dos estados, seja nas Câmaras Municipais. Compuseram a mesa: deputado Dr. Talmir Rodrigues, para a coordenação, o vereador Adriano Ventura (PT), da Câmara Municipal de Belo Horizonte, da Frente Parlamentar Municipal pela Vida de Belo Horizonte; o vereador Vereador João do Suco da Câmara Municipal de Curitiba, presidente da Frente Parlamentar pela Vida, o vereador e professor Hermes Rodrigues Neri (PHS), que é presidente da Câmara Municipal de São Bento Sapucaí e a Dra. Lenize Garcia do MBS.

Durante esta mesa temática Paula (uma jovem evangélica e ser presidente de uma entidade pró-vida) chegou ao evento e se sentou perto de mim e perguntou “como estava o trabalho”. Respondi que não era um trabalho para uma disciplina, mas uma dissertação de mestrado. Ela começou então a prestar atenção nos discursos. Já havia me encontrado com elas em algumas idas a sala da Frente Parlamentar Evangélica, mas nunca havíamos conversado. Continuando a conversa Paula se virou e disse: “Tenho mais o que fazer, debate sem mulher, só tem homem”. Concordei com ela. “Debate difícil né?, retruquei. Paula respondeu: “Temos 500 Deputados, 45 mulheres, um debate como esse é feito por homens? Não ajudam as mulheres mais pobres!”, questionou.

Em seguida, ela se levantou e se despediu: “tenho uma campanha para cuidar” (ela estava concorrendo à deputada federal pelo Distrito Federal). E saiu. Este discurso da Paula me deixou bastante curiosa. Apesar de Paula ser presidente de uma entidade jovem pró-vida, ela mostrou senso crítico em relação ao tema do aborto. Deste modo, em outros encontros Paula sempre questionava a forma como as mulheres que abortavam eram

tratadas pelos discursos machistas “dos homens que fazem as leis”, inclusive pelos discursos de evangélicos. A despeito de ser “pró-vida”, Paula não acusava as mulheres que praticam o aborto, mas sim, procurava analisar os problemas estruturais e as carências sociais nas quais as mulheres brasileiras se encontravam. Deste modo, o argumento de Paula não se utilizava de uma acepção maniqueísta para analisar o tema do aborto.

Após as falas dos participantes daquela mesa temática, foi aberto um espaço para que pessoas da platéia se pronunciassem. Algumas delas agradeceram a oportunidade de participar de um evento “pró-vida” na Casa de Lei Federal, outras falaram de suas lutas nas bases pró-vida. Contudo, muitas delas se queixaram da falta de publicização do evento no sentido de convocar a participação de pessoas e de entidades que se mobilizam em torno da defesa da vida. Do mesmo modo, solicitaram que fosse pensado numa estratégia de mobilização no judiciário brasileiro, pois, a despeito da legalização do aborto ser rejeitada no legislativo, o judiciário continua “liberando”.

Finalizando o evento, o deputado Dr. Talmir solicitou aos presentes uma saúva de palmas para Jaime Ferreira que esteve “vinte e quatro horas no ar pra chamar o Brasil inteiro”. Do mesmo modo, o deputado Dr. Talmir requereu ainda que os “verdadeiros missionários da vida” enviassem para Frente Parlamentar em Defesa Da Vida e Contra o Aborto a “colaboração por escrito” por que “todos vocês são considerados parceiros, todos fazem parte do Movimento Brasil sem Aborto!”.

Jaime Ferreira retomou a palavra para responder como coordenador do evento sobre os problemas de comunicação relatados pelos participantes. Relatou, pois, que a Frente enviou cerca de 12 mil correspondências, logo, “se as pessoas não estão aqui, mas pelo menos elas sabem que existe um movimento no Congresso Nacional que reúne legisladores e governantes pela vida”. Neste sentido, Jaime Ferreira explicitou que o objetivo do evento era estimular “nas bases eleitorais” a adesão a campanha a “vida depende do seu voto” bem como “identificar quem são os candidatos pró-vida em cada estado”. Por isso mesmo, concluiu Jaime, esta “campanha tem que ser uma campanha nacional ou a gente não tem influência nas eleições!”.

É neste sentido que o deputado Miguel Martini sobe a tribuna a fim de reafirmar o seu compromisso contra a cultura de morte que “avança de todas as formas”

“Ontem eu fiquei sabendo, eu estou dando aqui em primeira mão, que o movimento gay declarou guerra a Miguel Martini – guerra ferrenha. Certamente, eles vão mais uma vez inundar meu site com pornografia, vão espalhar notícias pelo site, mentirosas, vão usar a

mídia pra me caluniar, mas a pastora Marília sem saber, não sei se ela já sabia disso, mas ela ontem sem saber já oraram, dizendo assim: tem que fortalecer vocês. A morte, essa cultura de morte, nós temos que conhecer e saber que ela começa desde o movimento gay, o estímulo ao movimento gay, o orgulho gay, o orgulho lésbico, o casamento de gays, tudo isso, porque gay não gera vida – imagem e semelhança de Deus. Não gera. E quando geram eles matam. É o Herodes, né? Até parafraseando, podemos usar Apocalipse 12, que eu preguei sobre isso lá no sul de Minas, né? Os nossos mineiros aí. Dizendo a eles: esperando a criança nascer, porque tão logo irá nascer o dragão que irá devorar. Só que agora o dragão não tá mais esperando criança nascer, não. Ele já quer matar é lá dentro do ventre materno, covardemente assassinar” (Grifos Meus).

Assim, o deputado corroborou com a importância da aprovação do Estatuto do nascituro, pois, “quanto mais defeso, quanto mais provido, quanto mais desprotegido, mais proteção, mais apoio ele precisa”. Do mesmo modo, ressaltou que os cristãos e defensores da vida deveriam continuar a luta de defesa da vida a partir da unidade religiosa e também política na inter-relação entre esferas federal, estadual e municipal. Deste modo, Miguel Martini afirmou que tal mobilização deveria ser feita “com “radicalidade” por que “sem tomar uma posição mais radical vamos ser engolidos. Todos os espaços. Isso vale para as câmaras municipais, vale para a Assembléia Legislativa, vale para a Câmara Federal, vale pro Senado Federal”.

Por isso mesmo ressaltou o parlamentar o movimento “pró-vida” precisa de “verdadeiros aguerridos. Não basta dizer: eu sou contra o aborto. Isso é bom, mas não é suficiente. Eu sou um militante pro vida contra o aborto. Esse nós queremos. Esse interessa”. Ora, “temos que nos unir, [...]. Cristãos, seguidores de Jesus. Uns são católicos, outros são evangélicos, são todos seguidores de Jesus, isso é que importa. A bandeira é a mesma. Eles vão tentar nos impedir. Nós não podemos deixar”. Assim, a Frente de Cristo, segundo Miguel Martini, teria que se unir não contra os “gays” (que são seres humanos e merecem respeito), mas sim contra o movimento gay que “são os mentores que estão por detrás, querendo fazer o povo brasileiro engolir as idéias deles, que são contrárias aos princípios, não só os cristãos, mas a própria lógica da sociedade. Respeitamos, respeitamos, mas lutamos contra”. Encerrando sua fala, Miguel Martini lembrou que

“Há um projeto de sociedade que foi apresentado no Plano Nacional de Direitos Humanos, e está claro, sem meias palavras, eu disse pro ministro Vanucchi. É uma sociedade atéia, aonde não há lugar para religioso, é uma sociedade com aborto, é uma sociedade com casamento de gays, com crianças adotadas por gays, com legalização da profissão de prostituta, e sem direito a propriedade, com a mídia controlada. Essa é a sociedade que está colocada. [...] Cabe a nós dizer não, não! Não dou aborto, não, não dou o casamento de gay. Sim, a família valorizada, sim a vida. Pra quê o congresso, se não tem vida, hein? Se o ser humano não nasce, pra quê que eu vou pensar em saúde?

Ele não nasceu. Pra quê que eu vou pensar em esporte, educação, saneamento básico, pra quem? Eu matei. O melhor modo de não ter que trabalhar é isso: mata, né? [...]. Jesus no Evangelho ele disse ‘eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância’. Seguir Jesus é defender vida, vida em todas as dimensões. Mas a ameaça maior é a cultura de morte, e é o aborto. Por isso nós temos que ser radicalmente contra. Que Deus nos abençoe!” (Grifos Meus)

Ora, as falas e posicionamentos marcados nesta etnografia apontam pistas sobre como crenças religiosas travestidas de projetos políticos vem ocupando o espaço da política através da participação de religiosos que defendem, sobretudo, leis morais que objetivam tornar o mundo dos ímpios, no mundo dos retos. Sendo assim, o cotidiano mesmo da política institucional é o espaço privilegiado da guerra santa que os crentes travam contra os incrédulos.

Nesse sentido, o evento “Governantes pela vida” aponta para duas questões. A primeira delas versa sobre como a peleja iconoclasta entre defensores da vida e conclamadores da cultura de morte, ocorrida no “tempo da política” de 2010 (apontada no capítulo 1), estava sendo engendrada no subterrâneo do legislativo antes das campanhas eleitorais. A segunda questão diz respeito aos modos pelos quais eventos promovidos por Frente parlamentares e entidades “pró-vida”, políticos de Cristo da esfera municipal e estadual e a Igreja cristã incitavam a imbricação entre laços espirituais e políticos. Naquela ocasião, especialmente, tal imbricação se deu no sentido tanto de instigar a Igreja a votar em candidatos com compromisso pela “vida integral” quanto arregimentar mais fiéis para a causa de Deus.

De todo modo, tais vozes dissonantes e produtoras de efeitos continuaram a duelar no espaço do legislativo durante toda a minha permanência em campo (até o recesso de Julho) como veremos na próxima etnografia grafada neste capítulo.

Uma contextualização do legislativo contemporâneo. A defesa de Projetos de lei “pela vida em si” na *Casa do Povo*.

*“São justas todas as palavras da minha boca,
não há nelas nenhuma coisa tortuosa nem pervertida”¹⁵⁷*

¹⁵⁷ Provérbios 8:8.

Projetos de lei que tratam de direitos sexuais e reprodutivos, saúde e corpo da mulher, vida e morte, gravidez e aborto, nascimento e óbito, eutanásia e anencefalia, planejamento familiar e fármacos vem sendo *rastreados* pela FPE especialmente por que muitos de seus deputados integram a Comissão de Seguridade Social e Família que analisa o mérito de tais matérias na *Casa*¹⁵⁸. De fato, na 53ª legislatura (2007-2010) a FPE se posicionou “a favor da vida” “contra a cultura de morte” conclamada, segundo eles, por movimentos sociais (como o feminista). Mobilizada em torno da idéia de “unidade cristã” (entre evangélicos, católicos e espíritas) a FPE procurou cerc[e]ar parlamentares identificados como “contrários” à causa da vida por conta, sobretudo, da iminência das eleições majoritárias do ano de 2010. Assim, os deputados cristãos se constituíram num grupo de oposição a projetos de leis concebidos enquanto “contrários a vida” como a união homoafetiva e a despenalização do aborto. A argumentação, como disse, baseia-se na idéia de que “outras prerrogativas” não devem ferir a garantia constitucional inalienável: “o direito à vida”.

Kauara Rodrigues, assessora do CFEMEA, ressaltou que a articulação de grupos religiosos na 52ª legislatura (2003-2006) da Câmara dos Deputados não se dava de forma tão mobilizada e estratégica¹⁵⁹. Segundo ela “existia na legislatura passada uma organização forte” intra Igrejas e não entre Igrejas cristãs. Ou seja, não havia uma unidade cristã articulada “no sentido de aprovar ou rejeitar projetos de lei”. Por isso, para o CFEMEA esta mobilização estratégica se trata de “um fenômeno mais recente”. Do mesmo modo, segundo ela, a oposição da FPE contra as reivindicações feministas não era tão acirrada.

Entendo que tal mobilização cristã mais exacerbada no Congresso Nacional se inscreve numa contorção ofensiva religiosa ao processo político a favor dos direitos sexuais e

¹⁵⁸ “Segundo análise do CFEMEA, **70** dos 288 (**24%**) **novos projetos de lei apresentados na atual legislatura** (2007-2011) até maio de 2009, **tiveram como tema os direitos sexuais e reprodutivos**. Somando-se a estes os projetos mais antigos, ao todo o **CFEMEA monitora hoje 166 proposições** organizadas em três eixos principais: 1) direitos do nascituro, ou ser que está por nascer; 2) aborto; 3) planejamento familiar. Destas, [proposições] **25% são retrógradas em relação a direitos conquistados**. Entre esses 25% há propostas legislativas que tornam o aborto crime hediondo; criam serviços especiais para receber denúncias de aborto clandestino; criam medidas assistenciais para evitar o aborto por estupro; proíbem a participação de empresas ou capitais estrangeiros nas ações e pesquisas de planejamento familiar; ou criam cadastro obrigatório de gravidez em todas as unidades de saúde para constituir prova de prática do aborto. Em suas justificativas, expressa-se o caráter condenatório da autonomia reprodutiva das mulheres e de violação de seus direitos humanos - como o direito à vida, à saúde, à privacidade, ao planejamento familiar e à igualdade, entre outros - todos previstos na Constituição Federal e em tratados internacionais” (Freitas, 2001, p. 14, Grifos Meus).

¹⁵⁹ Entrevista realizada em 12 de novembro de 2010.

reprodutivos de mulheres e da descriminalização do aborto que teve início em 2005 com a instauração da Comissão Tripartite de revisão da legislação punitiva do aborto. Esta Comissão, coordenada pela então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM, elaborou um texto favorável à legalização do aborto que foi incorporado ao PL 1135/91, de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG), que também propunha a legalização do aborto cuja relatora era a deputada Jandira Feghali (Cunha, 2007; Freitas 2011). Em 2007, o PL 1135/91 – com nova redação que incorporava o conteúdo do anteprojeto da Comissão Tripartite – foi posto em debate em audiências públicas, na CSSF ainda naquela legislatura (a 52ª, 2003-2006) (Freitas, 2011). Todavia, o PL 1135/91 não foi analisado pela CSSF em 2006. Em 2007, o PL 1135/91 ganha um novo relator, o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) presidente da CSSF e evangélico. O relator solicita audiências públicas para a discussão do PL. Contudo, seu parecer era pela rejeição da matéria e manutenção do *status quo* legal em relação ao aborto. Ao contrário das discussões calorosas e polarizadas das audiências públicas, a deliberação deu-se por unanimidade e pelo número máximo de votos, 33 a zero. No mesmo ano foi também rejeitado o PL 1135/91 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania/CCJC, que se manifestou pela inconstitucionalidade da matéria e também contrária ao mérito (o relator era o deputado Eduardo Cunha – PMDB/RJ, evangélico).

Ainda em 2005, é criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida contra o Aborto, e nos anos seguintes outras frentes similares ganharam espaço no Congresso Nacional. Segundo Freitas (2011) estas frentes tem uma base política confessional, pois, representa “interesses da hierarquia católica e de segmentos evangélicos e da comunidade espírita” (p. 12). Deste modo, para a autora, a atuação de tais frentes contradiz o princípio do Estado laico bem como demonstra a “influência da moral cristã na história política e social do Brasil” (idem).

Deste modo, entendo que a mobilização cristã, no âmbito da CSSF, na 53ª legislatura é fruto, em parte, deste processo político iniciado na legislatura anterior. Por isso mesmo, entidades feministas – como o CFEMEA – apontam o contexto de assimetrias nas correlações de poder no âmbito do legislativo. É nesse sentido que Kauara Rodrigues ressaltou que a conjectura atual na Câmara dos Deputados é “desfavorável a nós do movimento feminista”, pois, aquele espaço marca-se como um espaço de homens brancos, em sua maioria.

Esta característica da *Casa*, segundo ela, influencia na “forma como estes parlamentares de marcação tão machista e de patriarcado tão presente nos enxerga [o movimento feminista] também. Isso a gente pode identificar como um obstáculo a atuação”. Por isso mesmo, o CFEMEA avalia que “em termos da política mais institucional foi um ano [2010] marcado por retrocessos”. Isso por que, segundo Kauara Rodrigues em quase todas as semanas havia na pauta da CSSF projetos de lei “que exigiam da gente evitar que fossem aprovados”. Algumas pessoas, segundo ela, afirmavam: “isso não vai aprovar, é absurdo”. Mas “você que está lá sabe, está vendo”. Ora,

“tem espaço para aprovar quaisquer tipos de absurdos, o debate não é qualificado, são pautados por aspectos morais e religiosos e estes parlamentares respondem as suas bases a partir desta atuação nestas temáticas então você observa parlamentares que estão ali toda semana, não levantam daquelas cadeiras. Por que tão comprometidos com esta pauta. Então é muito forte o comprometimento destes parlamentares [religiosos]”. (Entrevista gravada e concedida em 12 de novembro de 2011).

Todavia, a despeito de tal conjectura de correlação de forças assimétricas, segundo Kauara Rodrigues, as entidades feministas procuram dialogar com os deputados componentes da CSSF, entretanto,

“a gente tem dialogado bem com um grupo pequeno de parlamentares, a CSSF já teve outra composição muito mais favorável, de discursos mais equilibrados, em termos de demandas feministas e demandas vamos dizer assim de um viés mais religioso. Esta última legislatura há um desequilíbrio visível então a gente tem um grupo muito pequeno de parlamentares que a gente se articula e dialoga né?” (Kauara Rodrigues, assessora do CFEMEA, entrevista gravada e concedida em 12 de novembro de 2010).

Nesse mesmo sentido, numa rápida entrevista no corredor das salas de Comissões da *Casa*, a deputada Jô Moraes (PC do B/MG) avaliou que a sociedade brasileira presenciou no século XX “grandes avanços em relação à mulher” no sentido de “compreensão dos fenômenos da necessidade da mulher e do seu corpo”. Contudo, “particularmente no início de 2010 e no início do século XXI entidades da sociedade civil, sobretudo as instituições religiosas passaram a atuar substituindo o velho estado interventor no sentido de intrometer-se na atividade de geração e de sexualidade”. (Entrevista gravada concedida em 10 de novembro de 2010). Do mesmo modo, segundo a deputada Jô Moraes, ao passo que durante os oito anos do Governo Lula houve conquistas de Políticas Públicas para as mulheres também ocorreu a “participação ativa de setores da

sociedade civil particularmente de instituições religiosas que passaram a querer normatizar as questões relativas às funções de gerar e da sexualidade da mulher”.

Todavia, segundo Kauara Rodrigues, o CFEMEA a cada ano legislativo (até por que a presidência e ocupação das Comissões mudam anualmente¹⁶⁰), procura se articular com deputados e partidos mais sensíveis as causas feministas. Entretanto, trata-se de

“uma articulação complicada por que envolve interesses e acordos políticos grandes e a forma como o nosso sistema político funciona, a estrutura, desmobiliza muito a atuação dos movimentos sociais neste momento de composição de comissões e de momentos importantes”. (Entrevista gravada e concedida em 12 de novembro de 2011).

Deste modo, entendo que a CCSF é uma “comissão muito estratégica” tanto para movimentos feministas quanto para bancadas religiosas. Segundo Kauara Rodrigues, a CSSF vem passando por um esvaziamento de parlamentares qualificados para os debates e temas a ela perenes por conta, sobretudo, do esvaziamento da CSSF de parlamentares do PT que historicamente possuíam “uma formação mais densa neste tema da seguridade social, saúde”. Isso por que, o partido vem preferindo ocupar vagas em Comissões que são mais importantes para o governo como a de Finanças e Tributação/CFT e a de Constituição Justiça e Cidadania/CCJ. “Então o que a gente vê é um esvaziamento de um debate de qualidade neste espaço da CSSF”, avalia Kauara, quando “em especial nesta última legislatura você vê um predomínio, uma ocupação nesta comissão por parlamentares ligados a segmentos religiosos”, reforça.

Segundo Kauara Rodrigues tal acumulação desigual de forças no âmbito das sessões da CSSF acaba por ser corroborada por dois outros movimentos. O primeiro pela atuação de entidades “pró-vida” em outros espaços da sociedade. O segundo pela “ação coercitiva” de parlamentares ligados a grupos religiosos que ameaçam os demais deputados: “olha seu nome vai estar lá na paróquia, como abortista, como aborteiro, como defensor de homicídio de criancinha”. Ora, há “uma capilaridade muito grande destas

¹⁶⁰ Vale dizer que a cada eleição do novo Congresso Nacional os partidos elegem uma bancada. Assim, o presidente da *Casa* distribui as presidências das Comissões da Casa pelos partidos. Os partidos que elegeram mais deputados tem precedência na escolha das presidências das Comissões que desejam assumir naquele ano da nova legislatura. Cada partido, de acordo com o número de deputados eleitos na legislatura, tem um número de vagas em cada comissão. Número de vagas que só se altera numa nova legislatura. A escolha dos membros do partido que comporá a comissão é comunicada pelo líder do partido à presidência da *Casa*. Já a escolha do deputado que ocupará a vaga de presidente, de vice-presidente e de 2º e 3º vice-presidentes da Comissão dá-se por meio de uma votação partidária feita pelos deputados membros da Comissão. A cada ano legislativo os cargos de presidente, vice-presidente e de 2ª e 3ª vice-presidentes são alterados de acordo com a nova indicação do partido e nova votação dos pares. (cf. artigo 25, 26, 27 e 28 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1989, 47-50).

informações nos cultos, nas igrejas e nas paróquias que estão em toda a parte”. Para o CFEMEA trata-se de efeitos que poderiam, inclusive, ter impactado os resultados das urnas. Pois, tal capilaridade entre “grande política” e base eleitoral promovida através de discursos *online* e nas Igrejas foi utilizada nas últimas eleições presidenciais quando se fez um “uso político do tema do aborto pra ganhar votos”, ajuizou Kauara.

Outrossim, o CFEMEA aponta para duas questões interessantes. A primeira que este “espaço dominado” ou “espaço de desequilíbrio” não pode ser lido a partir de uma divisão ideológica partidária. Por que “a maioria dos projetos e propostas no legislativo que tramitam na CCSF que retroagem nos direitos [de mulheres] são feitos por parlamentares do PT e PV partidos indicados com a esquerda”. Do mesmo modo, naquele ano de 2010, a demanda de entidades feministas pela defesa de projetos de lei que tratam de aborto e direitos reprodutivos sofreu o impacto da proximidade do “tempo da política”. Assim, o CFEMEA avaliou que as “dificuldades em conseguir aliados” naquele contexto se deram tanto por causa deste

“processo que de esvaziamento da comissão de um debate qualificado quanto pelo próprio momento de proximidade do último ano com as eleições. E como este tema [do aborto] é difícil de ser defendido neste contexto, os deputados fogem desta temática. Não é interessante pra eles que querem se reeleger defender esta pauta”.

De fato, segundo a deputada Jô Moraes, “o estatuto do nascituro é parte deste processo” uma vez que esta proposta “integra um conjunto de iniciativas que nesta legislatura foram apresentadas para tentar fazer esta intervenção [na gerência do corpo feminino]”. A deputada apontava que o Estado brasileiro (pós- redemocratização) optou pelas liberdades laicas e democráticas, escolhendo, pois, não mais intervir diretamente nas escolhas e ações individuais de seus cidadãos. Um contraponto ideológico aos anos de chumbo marcado por censura, repressão e torturas. Contudo, “o que presenciamos hoje na CSSF é uma nova forma de instrumentalização do papel interventor do Estado realizada pelas bancadas religiosas” que objetiva através de projetos de lei tanto retroagir direitos já conquistados pelas mulheres quanto exercitar um controle dos corpos, das sexualidades e dos desejos femininos, considerou a deputada.

Nesse sentido o CFEMEA avaliava no final da 53ª legislatura que a próxima legislatura da Câmara dos Deputados (54ª, de 2011-2014) prevaleceria à força das bancadas religiosas articuladas e mobilizadas, especialmente, no âmbito da CSSF. Fato é que a FPE aumentou o seu número de parlamentares eleitos de 56 para 71, a despeito da

redução da bancada católica. De todo modo, listo alguns projetos de lei pró-vida propostos pela “Frente cristã” na 53ª legislatura (2007-2010). Propostas que intencionam, sobretudo, moralizar costumes e restaurar a ordem cultural perniciosa defendida por “militantes de direitos humanos”.

Em 2008, o deputado Miguel Martini (PHS/MG), católico, apresentou diversos projetos “pró-vida”. O Projeto de Decreto Legislativo/PDC nº 1050/2008 que propõe sustar os efeitos da Portaria nº 1.707/2008 do Ministério da Saúde que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Processo Transexualizador (conhecido como mudança de sexo), a ser implantado nas unidades federadas. O projeto aguarda parecer do relator Chico D’angelo (PT/RJ) na CSSF. No final da legislatura passada (2007-2010) o PL foi arquivado, sob o regimento da Casa que estabelece que todas as proposições sejam arquivadas. Todavia, no início da nova legislatura um parlamentar pode solicitar o desarquivamento do projeto a fim de que seja reapresentado na *Casa*.

O PL 3207/2008 proposto por Miguel Martini (PHS/MG) que inclui o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (eutanásia) e o aborto provocado como crimes hediondos. O projeto aguarda relator na CSSF. O projeto foi desarquivado no início da atual legislatura em 17 de fevereiro de 2011 por Givaldo Carimbão (PSB/AL). O deputado propôs também o PL nº 3204/2008 que obriga à impressão da advertência “aborto é crime” nas embalagens de produtos que detectam a gravidez. O mesmo tramitou na CSSF tendo como relator o deputado Dr. Talmir (PV/SP), mas fora retirado de pauta atendendo ao pedido regimental da deputada Cida Diogo (PT/RJ). Atualmente encontra-se arquivado.

Em 2009, o deputado Paes de Lira (PTC/SP), católico, e o deputado Capitão Assunção (PSB/ES), evangélico, propuseram o PL nº 5167/2009 que altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406 de 2002 que institui o Código Civil. O PL (que aguarda entrada na pauta da CSSF) diz que nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento entre homem e mulher, logo, uma união homoafetiva não pode ser entendida pelo Estado enquanto “entidade familiar”. O PL foi recebido em 2010 pela CSSF não tendo sido designado um relator. No final da legislatura passada foi arquivado sendo desarquivado em 08 de fevereiro de 2011 pela deputada Manuela D’Ávila (PC do B/RS). Tal projeto trata-se de uma oposição ao PL 2285/2009, conhecido como Estatuto das Famílias, proposto pelo deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA) que

tramita na CCJC. Contudo, na Comissão de Seguridade e Família, foram excluídos pelo Relator Padre José Linhares (PP/CE) os dispositivos que tratam da entidade homossexual, assegurando o direito à diversidade e a entidade homoafetiva como entidade familiar¹⁶¹.

Já o deputado evangélico Henrique Afonso (PV/AC) apresentou o PL 5634/2009 que cria o “Dia do Irmão” a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo do mês de julho. A proposta foi relatada na Comissão de Educação e Cultura pelo deputado Marcelo Almeida (PMDB/PR) tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, foi conduzida a CCJC tendo como relatora a deputada Sandra Rosado (PSB/RN) que apresentou em um parecer em 21 de maio de 2010 pela “constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa” da proposição. No final da legislatura passada a proposição foi arquivada tendo sido desarquivada em 02 de fevereiro de 2011 pelo deputado Henrique Afonso (PV/AC).

O deputado Henrique Afonso (PV/AC) é organizador das Jornadas pela família (um movimento pró-vida) e autor do PL nº 1057/2007 conhecido como “Lei Mwadji” que “dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais” (Notas originais do PL). A proposição foi encaminhada para a CDHM tendo como relatora a deputada Janete Rocha Pietá (PT/SP). Em 17 de julho de 2008 a deputada apresentou o parecer pela aprovação com substitutivos. A proposta foi ao longo da legislatura passada foi retirada da pauta do dia da CDHM pela relatora, reconduzida a mesma, pedido de vistas ao PL foi feito pelo deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) e a deputada Iriny Lopes (PT/ES) solicitou o adiamento da discussão do PL. Projetos de cunho polêmico, mormente, mobilizam afetos e também barganhas e acordos políticos. No final da legislatura passada o PL foi arquivado sendo desarquivado em 08 de fevereiro de 2011 a pedido do deputado Henrique Afonso. Em 17 de maio de 2011, a deputada Janete Rocha Pietá (PT/SP) apresentou novamente seu parecer, pela aprovação na forma do substitutivo.

¹⁶¹ Durante o VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas, realizado em 18 de maio de 2010, Léo Mendes, Secretário de Finanças da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ironizou: “Quantas pessoas pagam impostos? Nós pagamos impostos. As igrejas, não. (Palmas.) Eu pago. Quem está aqui paga energia, os salários dos servidores, os salários de V.Exas. As igrejas não pagam. Elas não pagam os salários de V.Exas. Portanto, não têm de ouvir quem não paga imposto. Somos 20 milhões pagando impostos; 20 milhões mantendo viva esta Casa” (BRASILIA: Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas do VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. Evento conjunto das Comissões de Legislação Participativa, de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura, 18 de maio de 2010, nº: 0611/10, p. 48).

Em 01º de junho de 2011, numa sessão ordinária da CDHM, foi aprovado unanimemente o parecer, com alteração no substitutivo.

O deputado Cléber Verde (PRB/MA) em 2008 o PL que institui o dia nacional do Evangélico, a ser comemorado em 30 de novembro. O PL seguiu para a CEC tendo como relator o deputado Gilmar Machado (PT/MG), evangélico. Em 07 de novembro de 2008 o deputado apresentou o parecer pela aprovação do PL. O parecer do relator foi aprovado por unanimidade na sessão ordinária da CEC de 03 de dezembro de 2008. Seguiu a CCJC tendo como relator o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), também evangélico. Em 07 de abril de 2009, o relator apresentou o parecer. O deputado Pedro Ribeiro (PR/CE), evangélico, pediu vistas ao parecer do colega em 09 de julho de 2009. Em 14 de julho de 2009, Eduardo Cunha apresentou a complementação de voto (considerando, pois, a sugestão de Pedro Ribeiro). Em seguida, apresentou o parecer com complementação de voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas. Em 26 de agosto de 2009, foi aprovado por unanimidade, numa sessão ordinária da CCJC, o parecer com complementação de voto do deputado Eduardo Cunha. A matéria sendo de caráter conclusivo nas Comissões da Câmara dos deputados seguiu ao Senado Federal onde tramita.

Em 2010, três propostas apresentadas por parlamentares evangélicos suscitaram polêmica na *Casa* legislativa. O deputado Robson Rodovalho (PP/DF) apresentou o PL nº 7022/2010 que inclui um dispositivo na Lei nº 10.406 de 2002 (Código Civil) dispendo sobre o registro público da gravidez cujo objetivo é reduzir a prática ilícita do aborto. O PL foi conduzido a CSSF tendo como relator o deputado Armando Abílio (PTB/PB). O parecer da matéria não chegou a ser relatado em nenhuma das sessões ordinárias da CSSF. No final legislatura passada a proposição foi arquivada. A proposição permanece arquivada.

Zequinha Marinho (PSC/PA) apresentou o PL nº 7018/2010 que veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo. O PL foi conduzido a CSSF tendo como relator o deputado João Campos (PSDB/GO), presidente da FPE. O parecer da matéria não chegou a ser relatado em nenhuma das sessões ordinárias da CSSF. No final legislatura passada a proposição foi arquivada. Todavia, a proposição foi desarquivada em 02 de fevereiro de 2011 pelo deputado Zequinha Marinho.

O deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) apresentou o PL n° 7382/2010 que “penaliza a discriminação contra heterossexuais”¹⁶². A idéia do referido projeto de lei que “combate a heterofobia” surge durante a audiência pública realizada em maio de 2010 para debater o Estatuto das famílias, proposto pelo deputado Vacarezza (PT/SP). Naquela ocasião, o representante da Assembléia de Deus, Abner Ferreira disse “eu acho que precisa tramitar nesta Casa, Srs. Deputados, imediatamente, um projeto de lei que pune os crimes contra a heterofobia. Essa é a grande verdade”¹⁶³. O deputado Eduardo Cunha logo concordou: “esse manifesto [o estatuto das famílias] distribuído com palavras e formas, inclusive, insultantes a todos aqueles que têm posição contrária, isso sim é que é uma incitação à heterofobia!” (idem, p. 88). Do mesmo modo Eduardo Cunha argumenta, pois, que “a preocupação com grupos considerados minoritários [os homossexuais] tem escondido o fato de que a condição heterossexual também pode ser objeto de discriminação [sic], a ponto de que se venha tornando comum a noção de heterofobia [sic]” (Notas do PL original).

Uma vez apresentada a proposição seguiu para a CCJC tendo como relator o deputado Carlos Willian (PTC/MG), evangélico. O parecer da matéria não chegou a ser relatado em nenhuma das sessões ordinárias da CCJC, naquela legislatura, logo, ao seu final a proposição foi arquivada. Todavia, a matéria foi desarquivada em 02 de fevereiro de 2011 pelo deputado Eduardo Cunha. Reconduzida a CCJC nesta legislatura, foi designado em 23 de maio de 2011, o deputado João Magalhães (PMDB/MG) como novo relator da proposição.

Heterofobias a parte, o Estatuto do Nascituro de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PV/BA) e Miguel Martini (PHS/MG) fora o causador do maior debate entre crentes e relativistas no âmbito das sessões ordinárias da CSSF em 2010.

¹⁶² A justificativa do PL finaliza com a seguinte proposição: “Se não se tem em conta as possíveis formas de discriminação contra heterossexuais ao se propor políticas públicas antidiscriminatórias referentes à orientação sexual pode-se transmitir a impressão de que a afetividade da pessoa homossexual, bissexual ou transgênero encontra-se em um patamar de relacionamento humano mais elevado que a afetividade heterossexual. Recorremos, por isso, às normas vigentes ou propostas em diplomas destinados a combater a homofobia para trazer essa discussão à tona, mas agora em sentido inverso. Talvez possamos, assim, dar à discussão sobre o tema, em andamento no Congresso Nacional, um maior equilíbrio”.

¹⁶³ BRASILIA: Câmara dos Deputados, Notas taquigráficas, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Audiência Pública sobre o Estatuto das Famílias, 12 de maio de 2010, p. 49.

A Comissão de Seguridade Social e Família: espaço de salvaguarda da “vida em si”.

“Eu vim para que tenham vida e a tenham com abundância”¹⁶⁴

A Comissão de Seguridade Social e Família é uma das comissões permanentes da Casa que são “órgãos técnicos criados pelo Regimento Interno da Casa e constituídos de deputados(as), com a finalidade de discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas à Câmara¹⁶⁵”. Após ser apresentado no plenário da Casa, o projeto de lei é enviado à comissão julgadora de seu mérito. Todos os projetos são enviados a CCJC, alguns a CFT. Os PL se dividem em conclusivos nas Comissões ou conclusivos no Plenário. No primeiro caso, depois de aprovados nas comissões da Câmara seguem direto ao Senado Federal, no segundo caso devem passar pelo Plenário da Câmara e, se aprovados, seguem ao Senado. Os PL de teor mais polêmicos e controversos, mormente, passam pelo Plenário da Casa antes de seguir ao Senado Federal.

A CSSF foi criada no Regimento Interno da Câmara dos Deputados de 1989 (em seu Art. 32, XII, parágrafo único) tendo como atribuições legislar em torno das temáticas de família, previdência social, saúde, assistência social¹⁶⁶. Por isso, trata-se de uma comissão “muito estratégica” para movimentos feministas e de mulheres por que nela tramita “a maioria de PL que dizem respeito aos nossos direitos” afirmou Kauara

¹⁶⁴ João 10:10.

¹⁶⁵ Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes> acesso em 10 de junho de 2011.

¹⁶⁶ As atribuições da Comissão de Seguridade Social e Família se dão nas seguintes áreas: a) assuntos relativos à saúde, previdência e assistência social em geral; b) organização institucional da saúde no Brasil; c) política de saúde e processo de planificação em saúde; sistema único de saúde; d) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas; vigilância epidemiológica, bioestatística e imunizações; e) assistência médica previdenciária; instituições privadas de saúde; f) medicinas alternativas; g) higiene, educação e assistência sanitária; h) atividades médicas e paramédicas; i) controle de drogas, medicamentos e alimentos; sangue e hemoderivados; j) exercício da medicina e profissões afins; recursos humanos para a saúde; l) saúde ambiental, saúde ocupacional e infortunistica; seguro de acidentes do trabalho urbano e rural; m) alimentação e nutrição; n) indústria químico-farmacêutica; proteção industrial de fármacos; o) organização institucional da previdência social do País; p) regime geral e regulamentos da previdência social urbana, rural e parlamentar; q) seguros e previdência privada; r) assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência; s) regime jurídico das entidades civis de finalidades sociais e assistenciais; t) matérias relativas à família, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional ou deficiente físico; u) direito de família e do menor. (BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara, Resolução nº 17, de 1989, p. 61-62).

Rodrigues do CFEMEA. De fato, a CSSF avalia o mérito de projetos de lei relacionados a quaisquer esferas da “família”. Logo, projetos sobre interrupção de gravidez, adoção de crianças, eutanásia, planejamento familiar são avaliados nesta Comissão.

Sendo assim, evangélicos, católicos e espíritas ocuparam assentos na CSSF no ano de 2010 da 53ª legislatura (Ver anexo 4). Dos **33 parlamentares titulares** que compunham a CSSF **seis deles eram cristãos. Três evangélicos** (a 1º Vice-Presidente, deputada Sueli Vidigal (PDT/ES) da Igreja Batista; o 3º Vice-Presidente, deputado Manato (PDT/ES) da Igreja Maranata; o deputado titular Henrique Afonso (PV/AC) da Assembléia de Deus) e **três católicos** (Miguel Martini (PHS/MG) (da Canção Nova rede midiática da Renovação Carismática Católica), Dr. Talmir Rodrigues (PV/SP) (presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida contra o Aborto) e Padre Linhares (PP/CE)). Dos 32 deputados suplentes da CSSF **seis eram evangélicos** (Takayama (PSC/PR) da Assembléia de Deus, João Campos (PSDB/GO) da Assembléia de Deus, Antonio Bulhões (PRB/SP) da IURD, Antonio Carlos Chamariz (PTB/AL) da Assembléia de Deus, Dr. Nechar (PP/SP) da Assembléia de Deus e Fátima Pelaes (PMDB/AP) da Assembléia de Deus), **um era católico** (Paes de Lira (PTC/SP) e **um era espírita** (Luiz Bassuma (PV/BA)). **Totalizando oito deputados suplentes na CSSF a favor da “vida em si”.**

Vale ressaltar que, não há uma obrigatoriedade no que tange ao Regimento Interno da Casa, que o deputado titular participe de todas as sessões ordinárias da comissão a qual faz parte. Até por que, o mesmo deputado pode participar de mais de uma Comissão da *Casa*. Nas regras do jogo político das Comissões da *Casa*, deputados titulares e suplentes são figuras de igual “valor”. Deste modo, o deputado (titular e suplente) pode escolher em qual Comissão, de acordo com os interesses em jogo, participará em determinada sessão ordinária. Assim, o deputado suplente pode ocupar a vaga, também de acordo com os interesses em jogo. Logo, os deputados se revezam nas sessões ordinárias das Comissões a fim participarem das votações de matérias que sejam do interesse, da frente parlamentar a qual faz parte ou de seu partido político.

Nesse sentido, no âmbito das votações nas Comissões da *Casa*, os deputados suplentes tem direito a voto desde que o titular da vaga a qual faz parte não esteja presente na sessão ordinária. Logo, ser suplente na CSSF para os cristãos é uma estratégia eficaz no que tange a apresentação de PL a favor da vida ou no sentido de barrar PL contrários a seus interesses. Fato que pude verificar *in locu* quando os deputados cristãos suplentes da CSSF

se fizeram presente em todas as sessões ordinárias da Comissão as quais assisti. Considerando deputados titulares e suplentes em equivalência, num total de 33 parlamentares que tem direito a voto nas sessões ordinárias da CSSF, em 2010, **quatorze deles eram cristãos a favor “da vida” (cerca de 42 %) sendo nove deputados evangélicos, um espírita e quatro católicos.**

No capítulo 1, etnografei minha primeira ida a uma sessão ordinária da CSSF a fim de acompanhar dois projetos de lei que haviam sido recebidos pela comissão para ser apreciados. Sendo assim, durante meu trabalho de campo participei das sessões ordinárias da CSSF sempre após observar os cultos evangélicos promovidos pela FPE, pois, os cultos ocorriam das 08h30min às 09h45min e as sessões ordinárias da CSSF se iniciam às 09h30min. Logo, saia do Plenário 13 até o Plenário 07, onde se instaura a CSSF. Ambos Plenários estão localizados no mesmo corredor. Etnografo, pois, brevemente, minha rotina durante a observação participante nas sessões ordinárias da CSSF.

Como disse, após os cultos me conduzia a CSSF, inclusive alguns secretários da FPE e assessores de parlamentares evangélicos realizam, comumente, o mesmo deslocamento. Chegando ao plenário 07 procurava obter uma cópia da pauta do dia com uma secretária da CSSF que se postava de pé atrás numa pequena mesa ao lado esquerdo da porta de entrada da sala. Em seguida, procurava um local adequado para visualizar a cena. Os plenários da *Casa* são semelhantes entre si no que tange a forma como os objetos (mesas, câmeras, cadeiras) são disponibilizados no cenário. O tamanho das salas de comissão varia a despeito de todas elas possuírem um chão acarpetado em tom cinza. A sala conta com uma pequena saleta (do lado esquerdo de quem entra no ambiente) na qual está localizado o setor de áudio, gravação, vídeo e transmissão *online*.

Há uma mesa disposta de forma central, locada num batente elevado acarpetado em cinza, que é ocupada nas sessões ordinárias pelo presidente da comissão e pelo secretário da comissão. Do seu lado esquerdo há uma pequena mesa com um computador ocupada por um funcionário da comissão. Do outro lado, há também uma mesa para os funcionários da Comissão. Na plenária da sala de comissão há seis fileiras de mesas acopladas umas as outras com cadeiras. As primeiras fileiras são exclusivas dos parlamentares, as demais podem ser ocupadas pelas demais pessoas. Do lado direito da sala há cadeiras avulsas encostadas na parede. Mais a frente destas cadeiras há um cordão de isolamento que separa até onde os cidadãos podem circular no ambiente. A sua frente,

um segurança autoriza a passagem de deputados, assessores e funcionários. Esta passagem permite, portanto, que a pessoa acesse o outro corredor que também dá acesso as salas de comissões da *Casa*, mas que é transitado, exclusivamente, por parlamentares, assessores e funcionários autorizados. Câmeras e repórteres da TV Câmara e de outros setores da mídia nacional marcam a cena.

O clima da sessão ordinária é sempre muito intenso. Representantes de movimentos sociais, entidades da sociedade civil, funcionários do Executivo e do Judiciário. Falatórios, celulares tocando, pessoas atendendo seus telefones celulares, conversas paralelas, passos apressados, calor, reivindicações. Como narrei no capítulo 1, trata-se de um ambiente ensurdecido. A sessão ordinária¹⁶⁷ inicia-se após haver quorum suficiente para que a mesma tenha início, ou seja, metades de seus componentes (artigo 50 do Regimento Interno) devem assinar a lista de presença e permanecer no Plenário da comissão. Cumprida esta exigência, o presidente da Comissão dá início a sessão: “havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Os deputados, por favor, tomem seus lugares”.

Em seguida, o presidente pergunta aos pares se há necessidade de verificação de quórum quando se lê nominalmente o nome de todos os deputados participantes da comissão (artigo 50, § 2º do Regimento Interno). Pelo menos metade dos membros da Comissão deve assinar a lista de presença, no caso da CSSF deve haver 17 parlamentares membros para que a sessão possa ser iniciada (artigo 50 do Regimento Interno). Após este procedimento, o presidente da comissão “consulta a plenária se há necessidade de realizar a leitura da ata do dia”. Geralmente, um dos deputados pede, verbalmente, a dispensa da leitura. O presidente então consulta a plenária: “aqueles que concordam com a dispensa, permaneçam como estão”. E prossegue: “os deputados que concordam, permaneçam como estão”. Assim, tendo a concordância da plenária o presidente diz: “sendo dispensada a

¹⁶⁷ Segundo o regimento interno da Casa (1989) na Seção VII (Das Reuniões, p. 73-75) em seu Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito que se realizarem fora de Brasília. § 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional. § 6º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência. § 7º As reuniões das Comissões Permanentes das terças e quartas-feiras destinar-se-ão exclusivamente a discussão e votação de proposições, salvo se não houver nenhuma matéria pendente de sua deliberação. Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V. Art. 48. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário. Seção VIII (Dos Trabalhos, p. 76-77) Art. 51. As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos seus trabalhos, observadas as normas fixadas neste Regimento e no Regulamento das Comissões, bem como ter Relatores e Relatores substitutos previamente designados por assuntos.

leitura da ata, colocamos a ata em discussão”. Comumente a ata também não é discutida, por isso, o presidente da Comissão profere: “não havendo quem queira discuti-las, colocamo-las em votação” não sem antes informar as correspondências recebidas e os informes. O procedimento seguinte da cena ritual é dar quinze minutos para que os parlamentares presentes solicitem inversão de pauta ou preferência de um PL.

As Comissões da *Casa* seguem o Regimento Interno que organiza como estas devem funcionar, mas que também confere autonomia para que as Comissões funcionem “como achar melhor” a fim de dinamizar as votações dos PL. Os PL são classificados de urgência, de prioridade e os ordinários. Os PL de urgência tem o prazo de 5 sessões pra ser apreciados, os de prioridade 10 sessões e os ordinários, 40 sessões. Assim, a ata da reunião é montada seguindo uma numeração na qual consta esta ordem prioritária. Em 2010, na CSSF, os deputados presentes, sendo relatores ou autores de PL constantes na pauta, podem pedir preferência (de votação) ou retirada da pauta de dia. Do mesmo modo, cada parlamentar tem o direito de fazer um pedido: ou a preferência (“inversão” do PL na ordem da pauta do dia) ou a retirada de um PL da pauta do dia¹⁶⁸. (Entrevista com o secretário geral da CSSF, 18 de agosto de 2010)

Este é o procedimento que se repete em todas as sessões ordinárias de todas as Comissões da Casa. Dependendo da pauta do dia, há disputas, barganhas, acordos entre os deputados, como foi no caso do Estatuto do Nascituro. O Estatuto do Nascituro (PL n° 4787/2007) de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PV/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), foi apresentado no plenário da Casa em 19 de março de 2007. Trata-se do mesmo projeto apresentado (n° 489/2007) em 20 de março de 2007 pelo deputado Odair Cunha (PT/MG) membro da Bancada católica. Ao projeto do Estatuto do Nascituro foi apensado o PL n° 489/07 (que também dispunhasobre o Estatuto do Nascituro), o PL n° 1.763/07 (que dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro) e o PL n°

¹⁶⁸ A sessão ordinária é aberta quando há quorum no Plenário. Em seguida, o presidente pergunta aos pares se há acordo para não ler a pauta do dia nem realizar a conferência nominal dos deputados presentes. Logo depois, o presidente pergunta se os deputados desejam retirar algum PL da pauta do dia ou inverter a ordem da pauta, ou seja, solicitar que um determinado PL seja discutido fora da ordem estabelecida pela pauta. Cada parlamentar tem o direito de pedir inversão de pauta para um PL. Somente o autor ou o relator do PL pode solicitar sua retirada da pauta, contudo, se outro parlamentar solicitar a retirada do PL da pauta, o mesmo deve ser votado e aprovado pela maioria dos deputados presentes.

3.748/08 (que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à mãe que mantenha criança nascida de gravidez decorrente de estupro)¹⁶⁹.

O Estatuto do Nascituro chega a CSSF em 30 de março de 2007. Em 04 de junho de 2007 é designada como relatora a deputada Solange Almeida (PMDB/RJ). Segundo a deputada, numa entrevista concedida, ela contou que foi escolhida relatora do Estatuto do Nascituro por conta de seu posicionamento contrário ao PL 1331/1991, de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT/SP) e Sandra Starling (PT/MG) que propunha legalizar o aborto. Segundo Solange Almeida (PMDB/RJ), á época que o PL 1331/1991 voltou a *Casa*, o deputado Thadeu Mudalen (DEM/SP), então presidente da CSSF e evangélico, “me escolheu por conta da minha posição e pelo fato de eu ser mulher por que por incrível que pareça aqui é muito difícil ter uma mulher contra o aborto. A maioria da bancada feminina é a favor da legalização do aborto”. Por isso mesmo, como membro da Frente Parlamentar pela Vida, ainda sobre a relatoria do PL, a deputada afirmou: “nunca pensei em vir pra cá para participar de algo assim, eu sempre achei que isso já estava sedimentado na sociedade de se posicionar contra o aborto” (Entrevista gravada, concedida em 18 de agosto de 2010).

Em 26 de novembro de 2009, numa sessão ordinária da CSSF, a deputada Solange Almeida apresentou o parecer sobre o Estatuto do Nascituro pela aprovação deste com substitutivo. A CSSF fez uma audiência pública em 13 de dezembro de 2007 para discutir o Estatuto do Nascituro. Todavia, durante a tramitação do Estatuto do Nascituro pela CSSF o mesmo fora retirado da pauta do dia em diversas sessões ordinárias da Comissão por diferentes deputados. Tratar-se-ia de uma das estratégias regimentais, próprias da lógica do jogo político, utilizadas tanto pelos deputados favoráveis quanto pelos contrários a proposta. Em 09 de dezembro de 2009, Solange Almeida (PMDB/RJ) retirou o PL da pauta do dia da CSSF. Em 17 de março de 2010 – meu primeiro dia de campo – o PL foi retirado de pauta a requerimento da Deputada Sueli Vidigal (PDT/ES).

¹⁶⁹ A deputada Solange Almeida em sua relatoria apensou dois outros projetos ao Estatuto do Nascituro que regulamenta expectativas de direitos daqueles *cidadãos* ainda não nascidos. O PL n° 1.763/07 de autoria do deputado evangélico Henrique Afonso (PV/AC) e da deputada Jusmari Oliveira dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro. O PL n° 3.748/08 de autoria da deputada evangélica Sueli Vidigal (PDT/ES) que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à mãe que mantenha criança nascida de gravidez decorrente de estupro.

Em 24 de março de 2010¹⁷⁰ – segunda semana de campo –, a deputada Solange Almeida apresentou o parecer da relatoria pela aprovação do Estatuto do Nascituro, do PL n° 489/2007, do PL n° 1763/2007 e do PL n° 3748/2008, apensados, com substitutivo. O argumento do relatório era que o Estatuto do Nascituro traz à baila a temática da “distinção entre direito e expectativa de direito no que concerne ao nascituro” (Relatoria do PL, p. 2). Nesse sentido, o nascituro é um “ser humano que já existe, com o seu patrimônio genético plenamente definido desde o início da sua existência com a concepção, é efetivo titular de direitos” (idem, p. 3).

Em 14 de abril de 2010, o Estatuto do Nascituro foi retirado da sessão ordinária da CSSF pelo deputado José Linhares (PP/CE). No dia 05 de maio de 2010, em sessão ordinária da CSSF, a entrada do Estatuto do Nascituro na pauta do dia foi disputada entre os deputados favoráveis a proposta e os contrários. O auditório estava lotado, assessores de deputados andavam de um lado para o outro. A cena marcava-se por falatórios na plenária e manifestações calorosas de entidades e organizações feministas. O deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) requereu a retirada da pauta do dia do Estatuto do Nascituro. Naquela sessão ordinária, os deputados iniciaram um debate acerca do pedido de requerimento do deputado Perondi. O presidente da CSSF, Vieira da Cunha (PDT/RS), lembrou aos pares que a sessão ordinária da semana anterior acabou sendo encerrada por falta de quórum. O que o deputado Vieira da Cunha solicitava aos pares é que por conta “desta matéria” (o Estatuto do Nascituro) os demais PL que iam ser apreciados naquela sessão acabaram não sendo discutidos. Por isso, reforçou o presidente da CSSF, “o que eu não gostaria é que isso acontecesse de novo, pois, temos oito projetos em preferência para discutir”.

O deputado Paes de Lira (PTC/SP) pediu a palavra afirmando que o requerimento tratava-se de uma “manobra regimental” daqueles deputados que não queriam se comprometer em ano eleitoral com matérias polêmicas. Solange Almeida (PMDB/RJ), relatora do Estatuto do Nascituro, solicitou aos pares que o pedido de requerimento feito pelo deputado Perondi “nem fosse votado”. Deste modo, a deputada pediu para que o Estatuto do Nascituro entrasse na pauta de preferência do dia a fim de ser, ao menos, discutido pelos deputados componentes da CSSF. Solange Almeida lembrou ainda que

¹⁷⁰ Neste dia não acompanhei a sessão ordinária da CSSF, pois, estava participando do Seminário “A família, a Igreja e o PNDH-3” (promovido pela Frente Cristã e pela Frente Parlamentar a Favor da Vida do Congresso Nacional).

aqueles deputados que se opunham ao Estatuto do Nascituro poderiam pedir, regimentalmente, vistas ao projeto, após a leitura do parecer do PL.

Darcísio Perondi (PMDB/RS) toma a palavra afirmando que votar aquela matéria naquele momento não seria prioridade da Comissão. Do mesmo modo, o deputado lembrou que a audiência pública que foi feita para discutir o tema foi “unilateral e rasa” quando apenas um lado foi ouvido. Assim, o deputado solicitou aos pares que a matéria fosse analisada pela CSSF de forma mais densa e que, após as eleições, o PL fosse discutido, logo, requeria que o PL não fosse “votado agora”. Do mesmo modo, Darcísio Perondi afirmou que, apesar da deputada Solange Almeida “ter limpado o PL em seu substitutivo¹⁷¹”, a proposição continua, implicitamente, ferindo “códigos penais e diretrizes do Governo Federal” ao sobrepor expectativas de direitos do nascituro aos direitos de sujeitos, as mulheres.

O presidente da CSSF, Vieira da Cunha, ameniza aos ânimos exaltados afirmando que o requerimento apenas solicitava a retirada do PL da pauta daquela sessão ordinária. Por isso, sem mais delongas, solicitou que o requerimento feito pelo deputado Perondi fosse logo votado a fim de que os demais PL constantes na pauta do dia pudessem ser apreciados naquela sessão ordinária. Antes da votação, Vieira da Cunha, deu a palavra para Luis Bassuma (PV/BA), um dos autores do Estatuto do Nascituro que discorreu sobre o pedido de requerimento: a despeito de ser regimental, os deputados deveriam ter “bom senso” no debate, uma vez que, foram eleitos para “apreciar e votar leis que tratam dos anseios da sociedade”.

Do mesmo modo, o deputado lembrou que a CSSF já havia, na legislatura anterior, “rechaçado o projeto de lei que propunha legalizar o aborto no Brasil”. Por isso mesmo, segundo ele, “já é de conhecimento público o posicionamento de cada deputado da comissão em relação ao tema”. Deste modo, Bassuma afirmou que o Estatuto do nascituro é a antítese da legalização do aborto, logo, aqueles deputados que estavam se posicionando contra a matéria, eram favoráveis, pois, a legalização do aborto no Brasil. Outrossim, não teve dúvidas em afirmar categoricamente: aqueles deputados que se opunham ao Estatuto do Nascituro eram favoráveis “ao assassinato de crianças que continua a ser feito de forma impunemente no Brasil”!

¹⁷¹ BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei N° 478/2007, Deputada Solange Almeida, Comissão de Seguridade Social e Família, 2010.

Cida Diogo (PT/RJ) toma a palavra e discorre sobre o modo como os parlamentares estavam “querendo levar o debate”. Assim, ressaltou a deputada que “chamar deputados como Jô Moraes, companheira de luta e Darcísio Perondi, presidente da frente parlamentar da saúde, de assassinos de crianças já mostra o que eles querem fazer às vésperas das eleições”. Logo, lembrou Cida Diogo, os membros da CSSF devem ter o entendimento que discutir projetos polêmicos às vésperas das eleições “não é adequado”, pois, matérias controversas requerem realizar debates qualificados antes de o projeto ser apreciado pelos deputados e votado pela CSSF. Debates estes que, segundo os deputados contrários ao Estatuto do Nascituro, não haviam sido realizados no âmbito da CSSF.

O deputado Talmir Rodrigues (PV/SP), médico e presidente da Frente Parlamentar a Favor da Vida e Contra o aborto, apontou que o Estatuto do Nascituro estaria “respaldado em bases científicas”. Do mesmo modo, ressaltou que os deputados eram parlamentares daquela legislatura, logo, deveriam apreciar e votar os projetos de lei que tramitavam na *Casa* e não postergá-lo: “devemos votar e que vença a verdade!” O deputado Dr. Rosinha (PT/PR) criticou alguns dos pares que se referiam à “verdade” como “como se alguns fossem donos da verdade” e não a opiniões e posicionamentos distintos sobre a proposição. O deputado lembrou que já é membro da CSSF desde 1999 quando “imperava a razão e não a manipulação”, mas “nesta legislatura aqueles que falam em nome do século XXI, pensam no fundamentalismo religioso da Idade Média”. Deste modo, o deputado afirmou que o debate sobre direitos tem que “respeitar todos os homens e todas as mulheres que vivem na sociedade bem como a concepção de cada um”.

Após a fala do deputado Dr. Rosinha, o presidente da CSSF, deputado Vieira da Cunha, abriu a votação do requerimento pedido pelo deputado Darcísio Perondi. O requerimento é aprovado por onze votos favoráveis contra dez votos contrários, logo, o Estatuto do Nascituro foi retirado da pauta daquela sessão ordinária da CSSF¹⁷². Nesse sentido, por três sessões ordinárias da CSSF parlamentares contrários ao Estatuto do

¹⁷² Em 12 de maio, na sessão ordinária seguinte a esta, mais uma vez, o Estatuto do Nascituro foi objeto de disputa, uma vez que o PL estava na pauta do dia da CSSF a fim de ser apreciado. Naquele dia, após a abertura da sessão, a dispensa da leitura da ata e a dispensa da votação da ata, o presidente da CSSF, Vieira da Cunha, abriu espaço para os pedidos de inversão de pauta e de preferência. Naquela sessão, foi pedido um requerimento de adiamento do PL feito pelo deputado Darcísio Perondi por nove sessões ordinárias da CSSF. O requerimento foi votado tendo sido negado quinze votos contrários e dois votos favoráveis. Em seguida, o deputado Darcísio Perondi pediu vistas ao projeto (que significa estudar o PL e apresentar um voto separado argumentativo ao projeto). O deputado Hidekazu Takayama (PSC/PR), assembleiano, pediu vistas conjunta. Neste dia não estive presente na CSSF, estas informações foram obtidas através do Áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 12 de maio de 2010.

Nascituro conseguiram postergar a votação do PL utilizando-se de instrumentos regimentais como: pedido de vista, verificação de quórum, adiamento e retirada de pauta ou estratégias como esvaziar o Plenário para que não houvesse quórum a fim de que a sessão ordinária da CSSF fosse cancelada.

Na sessão ordinária de 19 de maio de 2010 da CSSF, o Estatuto do Nascituro estava mais uma vez na pauta do dia. Naquela ocasião havia cerca de vinte aposentados (com mais de 70 anos) do IBGE presentes a CSSF, pois seria votado o PL de autoria da deputada Jô Moraes sobre a restituição das perdas salariais da categoria. O deputado Darcísio Perondi, líder da Frente parlamentar da saúde, contrário à proposta do Estatuto do Nascituro, solicitou verificação de quórum (confirmação verbal da presença do deputado membro da CSSF¹⁷³). Tal pedido gerou um bate-boca entre os parlamentares. Os que eram favoráveis ao Estatuto do Nascituro reclamaram que o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Perondi era uma tentativa de “derrubar a sessão”. Já o deputado Perondi afirmava que seu pedido era regimental. Assim, o PL dos aposentados do IBGE se misturou as disputas do Estatuto do Nascituro no jogo do parlamento e nas negociações para a votação deste projeto¹⁷⁴.

Toda esta discussão se dava por que, até aquele momento, havia apenas 16 deputados presentes, o que impedia que a sessão continuasse, uma vez que, o Regimento da Casa requer que, pelo menos, metade dos membros da Comissão esteja presentes na reunião para que a mesma possa ocorrer. No caso da CSSF, 17 deputados. Deste modo, com a verificação de quórum nominal, a sessão ordinária seria cancelada, pois, não havia número mínimo regimental para que a mesma acontecesse. Depois de muitos debates entre os parlamentares, Darcísio Perondi fez um acordo com os parlamentares “pela vida”.

¹⁷³ Artigo 50, § 2º Para efeito do quórum de abertura, o comparecimento dos Deputados verificar-se-á pela sua presença na Casa, e do quórum de votação por sua presença no recinto onde se realiza a reunião. (Regimento Interno, 1989, p. 77).

¹⁷⁴ Para Kauara Rodrigues/CFEMEA “o papel da presidência [da Comissão] é fundamental nas votações, que é capaz de pesar em todo o debate e em todas as votações, a nossa avaliação, é que ele [o deputado Manato, evangélico] não estava lá à toa. E que ele facilitou a aprovação. Por que apesar de ter um regimento interno, na verdade, o regimento é o tempo todo, atravessado por acordos políticos a própria comissão tem suas próprias formas de funcionamento. Cada comissão tem uma dinâmica própria e o presidente tem um papel fundamental pra determinar qual vai ser esta dinâmica. O Vieira da Cunha estabeleceu esta dinâmica de pauta cheia. Toda semana tinha todos os PL na pauta. E colocar tudo na pauta. A CSSF nunca funcionou assim, a partir da presidência dele (só pra dar um exemplo de como o papel do presidente é fundamental) fortemente decide o que é votado, não é votado, o que entra na pauta, o que não entra, quem fala quem não fala, quem vai ter a palavra, quem não vai ter. Por que existem vários mecanismos regimentais levantados para impedir aquela votação mas quando existe um grupo majoritário na votação e quer votar e o presidente está articulado com estes grupos não tem regimento que dê conta. Isso é concreto” (Entrevista gravada, concedida em 12 de novembro de 2010).

Retirava a obstrução¹⁷⁵ (o pedido de verificação de quórum), mas o PL dos aposentados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deveria ser votado antes das demais preferências de PL e inversões de pauta.

Contudo, após a retirada da obstrução, o primeiro deputado a levantar a mão a fim de solicitar regimentalmente o pedido de preferência de PL fora Miguel Martini a favor do Estatuto do Nascituro. Mais uma vez, o deputado Perondi solicitou, também regimentalmente, o adiamento do Estatuto do Nascituro por dez sessões. Abre-se a votação do requerimento solicitado pelo parlamentar que é negado. Como Darcísio Perondi havia pedido vistas ao Estatuto do Nascituro na sessão ordinária anterior, naquela sessão o deputado deveria apresentar o voto em separado sobre o PL. Antes, a deputada Solange Almeida, relatora do Estatuto do Nascituro, teve o direito de fala garantido regimentalmente pelo presidente em exercício da CSSF, Carlos Manato (PDT/ES), médico e evangélico

“Senhor presidente, para falar em defesa do PL 478, devo dizer devo dizer que tenho muita satisfação e alegria por ter sido relatora deste projeto. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Ou acreditamos que existe vida ou não acreditamos que existe vida e não vamos lutar pela vida. Isto não tem meio termo. Temos que lutar pela vida em todas as suas instâncias” (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010).

Após a fala da deputada, Darcísio Perondi leu o voto em separado e discorreu a favor da liberdade e da igualdade enquanto “pilares das democracias contemporâneas¹⁷⁶”. Logo, uma proposta como a do Estatuto violaria “a liberdade de crença e de pensamento [...] e a dignidade das mulheres¹⁷⁷”. Deste modo, afirmou o deputado: a matéria “institucionaliza a tortura e o terrorismo de Estado¹⁷⁸” ao propor a “proteção ao nascituro ao custo dos direitos das mulheres¹⁷⁹”. Após cerca de 40 minutos de leitura, o presidente em exercício, Carlos Manato (PDT/ES), solicitou que o “nobre colega” concluísse a leitura do voto em separado. Toda a morosidade na leitura do voto em separado constituir-se-ia

¹⁷⁵ Obstrução significa barrar a votação do PL utilizando algum dispositivo do Regimento a fim de impedir a continuidade da sessão ordinária ou da votação de algum PL.

¹⁷⁶ Transcrição realizada por mim do áudio fornecido pelo Setor COAUD da Câmara dos Deputados referente à 53ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010.

¹⁷⁷ Idem

¹⁷⁸ Idem

¹⁷⁹ Idem

em uma nova tentativa de adiar a votação do PL, pois, uma vez iniciada a Ordem do Dia no Plenário as Comissões devem finalizar as sessões ordinárias¹⁸⁰.

Após a leitura do voto em separado realizada pelo deputado Perondi abriu-se o espaço para a discussão do Estatuto do Nascituro. O Estatuto do Nascituro estabelece o “início da vida” na concepção e garante proteção jurídica ao *não nascido* ainda “no ventre materno”. O parecer favorável da relatora deputada Solange Almeida (PSDB/RJ) contou com modificações do projeto original. A primeira alteração considera que o nascituro tem *direitos* e não apenas “expectativas de direito” partindo da idéia de que é um “ser humano que já existe, com o seu patrimônio genético plenamente definido desde o início da sua existência com a concepção, é efetivo titular de direitos¹⁸¹”. Seguindo este entendimento, a relatoria sugere que o nascituro deve ter todos os direitos resguardados desde a concepção (art. 4º do PL nº 478/2007). Assim, o *não nascido* se equipara ao *nascido* em direitos, portanto, não pode ser vítima de quaisquer tipos de negligências ou de “atos delituosos” seja por parte do Estado, seja por parte dos genitores. Do mesmo modo, o nascituro não pode sofrer quaisquer formas de discriminação ou por conta de deficiência ou de patologias.

A segunda modificação apresentada pelo PL versa sobre o fato de que qualquer atentado aos direitos do nascituro teria efeito penal, contudo o parecer da relatora retirou qualquer forma de penalização. Segundo Solange Almeida (PSDB/RJ), a proposta inicial do Estatuto do Nascituro era enquadrar o aborto no rol de crimes hediondos. Todavia, “o estatuto do nascituro como estava anteriormente (antes do substitutivo), era “bem polêmico” por que envolvia punições severas, anencefalia, células-tronco embrionárias e casos de estupro”. Contudo, segundo a deputada “ou tem vida ou não tem vida, isso não pode ter meio termo, eu amadureci muito aqui, é vida, não pode ter meio termo, a partir do momento que você percebe que tem vida desde a concepção”. (Entrevista gravada, concedida em 18 de agosto de 2010).

¹⁸⁰ O Regimento Interno da Câmara (1989) na Seção VII (Das Reuniões) em seu artigo 46 diz que: “§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário (da sessão ordinária de uma Comissão permanente da Casa) poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional” (p. 74).

¹⁸¹ Brasília: Câmara dos Deputados, RELATORIA do Projeto de Lei Nº 478/2007 (Apenso os PLs 489/07, 1.763/07e 3.748/08) Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Relatora: Deputada Solange Almeida. Comissão de Seguridade Social e Família, 2010.

Todavia, temas polêmicos acabam por mobilizar no Congresso Nacional ações controversas, inclusive, daqueles que os defendem com “radicalidade”. Nesse sentido, Solange Almeida ressaltou que, em reuniões com a CNBB, foi deliberado que, em relação à relatoria do Estatuto do Nascituro, “se faria uma coisa menos polêmica para conseguir ter algum avanço”. Ou seja, a relatora deveria propor substitutivos ao PL original a fim de “recuar para avançar”, no caso, significaria permitir que o PL tanto continuasse tramitar na *Casa* quanto pudesse ser aprovado. No entendimento da CNBB, segundo Solange Almeida, “daquele jeito que tava [o Estatuto do Nascituro] não seria aprovado”. Ora, a proposta da CNBB de recuar em alguns pontos do Estatuto do Nascituro baseava-se no entendimento das regras do jogo político próprio da *Casa* legislativa: “por que a gente tem que ter o entendimento que aqui nós temos para construir uma coisa temos que recuar para avançar e a partir disso a gente pode construir outras coisas”, ressaltou Solange Almeida. Contudo, a deputada fez questão de ressaltar sua opinião em relação ao Nascituro.

“por mim eu não retiraria não, eu deixaria [as questões penais]. Meu relatório, se não fosse por este entendimento, eu não tiraria do meu relatório a questão do aborto de anencefalo, eu não permitiria mais. Nem em caso de estupro. Eu não permitiria mais. Se não fosse um consenso eu agiria desta maneira” (Entrevista gravada, concedida em 18 de agosto de 2010).

Assim, retirada as questões penais, o Estatuto do Nascituro estabelece que a vida começa com a concepção, inclusive, para anencéfalos, pois, “não se pode fazer tudo em cima da ciência”, considera a deputada. Há, portanto, que se preconizar “outros valores”. Isso por que, segundo Solange Almeida

“você não pode um ser humano, matar um ser humano para beneficiar outro. Por que uma pessoa tá presa aí a gente pega um órgão dela para beneficiar outro, por que ela tá presa? Ou então assaltam minha casa matam meu pai, minha mãe, minha família, aí eu quero pena de morte? Então assim não tem meio termo, ou eu quero ou não quero, ou somos a favor da vida ou não somos. Hoje eu sou contrária as pesquisas com celular embrionárias porque é um ser humano. Fica um ser humano em prol de uma ciência”. (Entrevista gravada, concedida em 18 de agosto de 2010, Grifos meus)

Luis Bassuma, um dos autores do projeto, explicou o que era “o coração e o pulmão do projeto” que, segundo ele, “está deixando indignados os deputados que no passado lutaram para legalizar o aborto, para aprovar o PL n° 1135/95”:

“O Estatuto reconhece desde a concepção a dignidade e a natureza humana do nascituro, conferindo ao mesmo a plena proteção jurídica. Este é o grande avanço. A Constituição de 1988 reconhecia o direito à vida, mas não deixava claro quando começava a vida. Mas

com este projeto isto fica claro. A vida começa no momento da fecundação. E todos temos que ter responsabilidade, inclusive as clínicas que fazem fertilização in vitro, elas tem que ser responsabilizadas, pois estão lidando com vidas, não estão trabalhando com papéis nem com computadores! Portanto, agora eu vou encerrar. (Transcrição realizada por mim áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010, Grifos Meus).

Ou seja, o Estatuto do Nascituro intenciona retirar o “em geral” do artigo 5º que fala do direito à vida da Constituição. Assim, a proposta do Estatuto do Nascituro é “resgatar o princípio do direito à vida desde a concepção (rejeitado pela Constituição de 1988)” (Freitas, 2011, p. 14). Inclusive os embriões *in vitro*. É neste sentido que Miguel Martini, co-autor do Projeto, afirmou que a proposta do Estatuto do Nascituro é “proteger a humanidade”, por isso, “estamos querendo preservar que a vida começa na concepção”. Segundo o deputado

“o capítulo 5 da Constituição Federal no seu inciso décimo garante a vida e não há dúvida nenhuma quando ela começa, que é na concepção. O que estamos fazendo com este Estatuto é exatamente isso. Podem sofismar e dizer que o Estatuto anula o Código Penal. O Estatuto não anula nada. Se fosse assim, teríamos colocado no Estatuto que revoga-se isto ou revoga-se aquilo, e isto não está sendo feito. O Estado tem que cuidar que esta mãe não sofra violência, que tenha direito ao pré-natal, que tenha direito de gerar com dignidade. Seu filho, porém, é uma outra vida, que precisa também ser amparada, e esta outra vida depende substancialmente, essencialmente, de que nós criemos um mecanismo para que ela seja protegida, porque o que nós percebemos mundo afora é que não é considerado ser humano aquele que está no ventre materno, apesar de todo o avanço tecnológico que nós temos. E é esta vida que queremos proteger em todas as instâncias, desde a concepção até o seu termo final”. (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010, Grifos Meus).

Sendo assim, os defensores da vida fizeram questão de anunciar que as decisões e posicionamentos dos deputados da CSSF sobre o tema seriam tornados públicos. Nesse sentido, o "tempo da política" entrava em cena acionando disputas entre adversários políticos trazendo a baila uma imagem iconoclasta que pretendia fixar insígnias díspares: os defensores da vida e os defensores da morte. Nesse sentido o deputado Luis Bassuma informou:

“Quero parabenizar todas as organizações da sociedade civil a favor da vida que estão publicando o que está acontecendo nesta Casa. E espero que elas publiquem em todo o Brasil o nome daqueles deputados e deputadas que hoje estão se posicionando a favor do aborto” (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010, Grifos Meus).

Assim, o Estatuto do Nascituro garante a inviolabilidade do direito à vida quando a vida torna-se um bem absoluto, incondicional. É deste modo que a “vida em si”, tal como formulado pelo Projeto e defendido pelos grupos religiosos, vai de encontro a qualquer decisão em favor da legalização do aborto. Pois, ser favorável ao aborto esbarra nesse artigo pétreo, fere, portanto, um princípio constitucional por definição imodificável, mesmo pelo Estado legislador. Logo, o direito a “vida em si” seria uma garantia constitucional dotada de uma especial força de tutela.

Do mesmo modo, a “vida em si” torna-se um direito que não pode ser ponderado quando defrontado com outro direito constitucional. Deste modo, se opõe a idéia jurídica de ponderação de direitos quando nem a vida, nem a pessoa têm direitos absolutos. Ou seja, todos os direitos podem ser ponderados quando conflitantes, não sendo assim inconstitucional limitar direitos à vida do conceito. É neste sentido que o Estatuto do Nascituro tratar-se-ia de um “processo de seqüestro dos direitos das mulheres” (Machado, 2010, p. 153), uma vez que, confere direito aquele que *poderá vir a ser* em detrimento daquele que é sujeito de direitos. Deste modo, a garantia do direito do nascituro à vida integral e absoluta não leva em conta a distinção entre expectativas de direitos e sujeitos de direitos: quem já é uma pessoa jurídica com direitos e o embrião que somente se tornará pessoa depois de nascido, e somente então pessoa com direitos jurídicos. Isso por que a noção de direitos é pensada como um bem jurídico atribuído a pessoas, notando-se que a definição de pessoa é sempre jurídica e o direito à vida se subordina ao direito das pessoas.

O Estatuto do Nascituro tem um caráter polêmico por que alguns artigos defrontam temas como os casos de anencefalia bem como o direito das mulheres garantido desde o Código Penal de 1940 de realizar a interrupção da gravidez em caso de estupro. Assim, a redação do texto propõe proteção em quaisquer casos ao nascituro, contudo, no âmbito penal, o projeto não anula o Código de 1940¹⁸².

O artigo 13º do Estatuto do Nascituro, ponto mais controverso da matéria, *garante* a mulher violentada, em caso de não abortamento, o *direito* de receber pensão alimentícia, seja do estuprador, seja do Estado. O parecer favorável da deputada Solange

¹⁸² O artigo 128 do Código Penal de 1940 assegura a prática de abortamento quando a gravidez resulta de violência sexual ou quando há risco de morte para a gestante. Em 1998, a garantia do exercício do direito de realizar tal prática foi implementada no âmbito do SUS garantida pelas Normas Técnicas do Ministério da Saúde. A esta época exigia-se o Boletim de Ocorrência para comprovar o estupro. Em 2005, a mudança desta Norma ensejou a reabertura do debate sobre o aborto legal na legislação brasileira, sobretudo por que a partir de então bastaria “a palavra da mulher” para comprovar que houve a violência sexual (Machado, 2010).

Almeida manteve os direitos do nascituro concebido em decorrência de um estupro como assistência pré-natal, acompanhamento psicológico da mãe, encaminhamento para a adoção (caso seja da vontade da mãe) e pensão alimentícia. Entretanto, tal benefício disponibilizado pelo Estado só será conferido à gestante que não dispuser de meios financeiros para cuidar da criança.

Deste modo, o parágrafo único do artigo 13º causara grande “revolta” de mulheres dos movimentos feministas presentes à sessão ordinária uma vez que este item subscreve que “se for identificado o genitor, será ele o responsável pela pensão alimentícia a que se refere o inciso II deste artigo; se não for identificado, ou se for insolvente, a obrigação recairá sobre o Estado” (Notas do PL original). A deputada Jô Moraes (PC do B/MG) argumentou de modo incisivo contra o Estatuto do Nascituro e, em especial, ao artigo 13º: “de repente nós criamos mecanismos que praticamente quase descriminalizam o estupro¹⁸³”. E continuou: esta Lei “dá o direito do estuprado de dar pensão ao seu filho! Coitadinho do estuprador! [...] Isto é Bolsa Estupro!¹⁸⁴”.

Rita Camata (PSDB/ES) se pronunciou enquanto contrária à legalização do aborto, mas como favorável “aos direitos históricos conquistados pela mulher”, logo, segundo ela, não poderia ser favorável a um projeto que pretende minar a conquista de tais direitos. Do mesmo modo, a deputada (que foi também constituinte) alertou que e-mails estavam sendo enviados relatando que aqueles parlamentares que se contrapunham ao Estatuto do Nascituro eram contrários à vida. Para a deputada, “isto é uma mentira, uma covardia apócrifa!”. Votando favorável ao voto em separado do deputado Darcísio Perondi, a deputada conclui que se posiciona sim a favor da vida, mas não pode retirar o direito de escolha das mulheres de realizar a interrupção voluntária da gravidez nos casos já previstos pelo Código Penal de 1940.

A deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP), evangélica, relatou naquele momento seu “drama pessoal” de ser “fruto de um estupro”. Deste modo, a parlamentar considerou que mesmo sendo uma situação difícil “dá-se um jeito. Consegue-se sobreviver. Consegue-se, não é fácil, mas é possível”. Deste modo, questiona

¹⁸³ Transcrição realizada por mim do áudio fornecido pelo Setor COAUDI da Câmara dos Deputados referente à 53ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010.

¹⁸⁴ Idem

“que direito nós, mulheres, temos de eliminar uma vida? Que direito nós temos? Como é feita esta vida? Ela está ali, e se não houver um nascituro, não teremos depois os seres humanos que estão aqui presentes para trabalharem pela vida. Esta Casa recebe milhares de pessoas do Brasil todo, buscando seus direitos, sempre para melhorar a sua vida. Como é que nós agora vamos querer eliminar uma vida, ali, no seu início? (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010).

Em seguida, Henrique Fontana (PT/RS) avalia que o debate acerca do Estatuto do Nascituro não poderia

“dividir todos nós, seres humanos, entre aqueles que defendem a vida por ter uma determinada posição em um determinado assunto e aqueles que seriam contra a vida por terem uma posição diferente neste mesmo determinado assunto. Todos nós aqui defendemos a vida”. (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010).

Neste sentido, o parlamentar solicitou aos pares que os e-mails os quais continham os nomes dos deputados contrários ao Estatuto do Nascituro não fossem mais distribuídos: “não vamos disseminar na nossa sociedade a idéia de que este projeto é um teste de quem é a favor ou quem é contra a vida”. Em concordância com o colega, José Genoíno (PT/SP) argumenta a favor da liberdade de religião, contudo, ponderou

“Quando, no terreno da Filosofia, no terreno da Religião ou terreno da Ética cria-se um pensamento maniqueísta, de uma verdade única, e associa-se esta verdade única ao Estado, todos nós sabemos como este processo começa, mas não sabemos como este processo termina. Este raciocínio maniqueísta produz um tudo ou nada e o tudo ou nada, da maneira como ele é colocado em um debate sobre esta questão é associar uma verdade como sendo obrigatória para todos. Aí é que está o germe e a raiz da intolerância, do maniqueísmo, do absolutismo, do monolitismo, porque trata os outros como inimigos daquela verdade. É isto que produz um raciocínio simplista. Quando quero resolver uma polêmica com uma norma, isto se chama maniqueísmo com um viés absolutista. E, pela maneira como estes discursos estão aqui sendo feitos, aqueles que não tem a elaboração subjetiva destes discursos irão interpretar à sua maneira, o que conduzirá à negação de algo fundamental da condição humana, que é a pluralidade de idéias, de religião, de crença e de convicção!” (Transcrição realizada por mim do áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010, grifos meus).

Ora, segundo o parlamentar uma vez que “a vida em si” torna-se um direito absoluto transforma-se não apenas numa “verdade absolutista”, mas numa prerrogativa garantida pelo Estado que deve ser acatada para todos e todas. Miguel Martini toma a palavra e se contrapõe a argumentação do deputado José Genoíno afirmando que os parlamentares favoráveis ao Estatuto do Nascituro não estavam se utilizando de argumentos religiosos, mas sim, jurídicos e científicos. Deste modo, Miguel Martini

afirmou que “impingir a nós o discurso religioso é, no mínimo, não sustentar a verdade”. Deste modo, percebemos como estes parlamentares imbricam linguagem jurídica a moralidade religiosa, uma vez que,

“a moralidade religiosa pode se expressar na discursividade jurídica, sem ter que revelar seu profundo suporte religioso. Basta, para isso, não utilizar a terminologia religiosa. Recurso já institucionalizado nas Declarações eclesiais e nas Encíclicas Papais, onde, ao lado dos ‘argumentos de fé’, são nomeados ‘argumentos a luz da razão’. Na linguagem religiosa a vida deve ser sacralizada desde a concepção. Logo, discursividades religiosa, jurídica e científica se imbricam” (Machado, 2010, p. 152).

De todo modo, vale dizer que, a votação do projeto na CSSF foi marcada por debates acalorados e a utilização de categorias que envolvem significantes diferenciados que ora me interessam: razão e dogma, crença e saber da ciência. Darcísio Perondi solicitou aos pares que prestigiassem a ciência e não os dogmas religiosos. Miguel Martini afirmou que havia ali “um grupo decidido a implantar a cultura de morte no país”. Jô Moraes afirmou que se trataria de uma “legislação adequada a dogmas”.

Antes do início da votação, os deputados Arlindo Chinaglia, Jô Moraes e Dr. Rosinha ponderaram que o artigo 12 do Estatuto do Nascituro estabelecia que: “É vedado ao Estado ou a particulares causar dano ao nascituro em razão de ato cometido por qualquer de seus genitores” (Notas da complementação de voto do PL, p. 4). O que significava, portanto, a revogação do artigo 128 do Código Penal. Segundo os parlamentares, o que estava sendo votado era uma matéria que preconizava que nem os médicos, nem o Estado poderiam realizar o procedimento de interrupção voluntária da gravidez em caso de estupro ou de risco de vida a gestante. Um retrocesso aos direitos já garantidos pelas mulheres no Código Penal de 1940 e na Constituição de 1988.

Findo os discursos, o PL 478/2007 foi posto em votação. Mesmo com toda a oposição ao Estatuto do Nascituro, o “projeto da vida” com os devidos substitutivos¹⁸⁵ fora aprovado por uma diferença de votos notável¹⁸⁶. Ao final da votação¹⁸⁷, os deputados

¹⁸⁵ Vale lembrar que a matéria ainda passará pela Comissão de Tributação Financeira, pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania e pelo plenário da Câmara dos Deputados.

¹⁸⁶ Votaram contra o projeto os seguintes deputados: Darcísio Perondi (PMDB/RS), Jô Moraes (PC do B/MG), Rita Camata (PSDB/ES), Pepe Vargas (PT/RS), Arlindo Chinaglia (PT/SP), Henrique Fontana (PT/DF) e Jofran Frejat (PR/DF). Votaram a favor do PL, os deputados: Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Luis Bassuma (PV/BA), Padre Linhares (PP/CE), Henrique Afonso (PV/AC), Miguel Martini (PHS/MG), Paes de Lira (PTC/SP), Fátima Pelaes (PMDB/AP), Solange Almeida (PMDB/RJ), Antônio Cruz (PP/MS), Talmir Rodrigues (PV/SP), João Campos (PSDB/GO), Neilton Mulim (PR/RJ), Leandro Sampaio (PPS/RJ).

favoráveis projeto gritavam: “Viva a vida!”. “Bolsa vida” abonada aos *nascituros* prenhos de “personalidade jurídica” e de direitos avalizados em detrimento dos *já nascidos*. Para os cristãos a corroboração do direito inviolável “à vida”. Para a oposição a instituição de uma “Bolsa estupro” garantida às mulheres violentadas duplamente. Primeiro, por que o Estado não fora capaz de promover a segurança constitucional às suas cidadãs. Segundo por que a proteção de *não nascidos* tal como proposto pelo Estatuto fere “os princípios fundamentais do estado democrático de direito¹⁸⁸” ao ignorar por um lado a igualdade, a liberdade e a dignidade e, por outro, o reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres.

De todo modo, a tramitação do “Nascituro” na Câmara dos Deputados enseja esquadriñar *densamente* as categorias em jogo e as formas pelas quais elas são acionadas pelos parlamentares procurando, sobretudo, detectar as controvérsias e as negociações que uma matéria como essa evoca na Casa legislativa e na sociedade civil. Nesse sentido, algumas questões devem ser consideradas no que tange a negociação política e o lugar de demandas no modo de “fazer política” à brasileira. Deste modo, a votação de um projeto de lei enseja considerar outras relações que não as de equivalência simples: um parlamentar, uma ideologia, um voto.

Isso por que, a aderência a um voto se relaciona também as diretrizes do partido e suas bases ideológicas, pleitos de movimentos sociais, convicções pessoais, dádivas e dívidas existentes entre parlamentares e partidos. Do mesmo modo, o *sentido* do voto constrói e desconstrói, portanto, alianças de caráter sempre momentâneo bem como os conflitos instaurados entre atores com demandas diversificadas. Se há certo maniqueísmo nos discursos marcadamente posicionados (como no caso do Estatuto do Nascituro) a atividade da política dar-se através de um movimento constante de aderência e de separação. Participar *na* política¹⁸⁹ é realizar o que *comumente* seus partícipes *fazem*:

¹⁸⁷ Após o desligar das câmeras, representantes de entidades feministas e assessores de deputados cristãos “bateram boca” dentro do Plenário da Comissão. Inclusive, a deputada Solange Almeida participou da cena. Os seguranças da *Casa* apartaram a discussão, expulsando, pois, a sociedade civil do recinto. Mas antes, laicos e crentes trocaram acusações: assassinos de crianças X assassinos de mulheres, “lésbicas não geram vida” X “ser lésbica não é crime, ser estuprador é”.

¹⁸⁸ Fala do deputado Darcísio Perondi. Transcrição realizada por mim do áudio fornecido pelo Setor COAUDI da Câmara dos Deputados referente à 53ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010.

¹⁸⁹ Como sugere Márcio Goldman (2006), participar na política indica que ela não é “um domínio específico da vida social, visto que pode irromper em desfiles de blocos afro ou em eventos religiosos, por exemplo. Mas ela tampouco parece ser compreendida como um *aspecto* ou *dimensão* de toda relação social, uma vez que, ao menos idealmente, um grande número dessas relações (o parentesco, a religião etc.) *deveria* estar livre da política. Nesse sentido, a concepção local de política afasta-se tanto do substantivismo quanto do

“acordos, arranjos, favores, pedidos, promessas, articulações, manipulações, acusações, barganhas” (Goldman, 2006, p. 118). Assim, ao considerar a política enquanto *atividade* privilegia-se não o modo como ela deveria ser, mas sim, como é praticada.

Deste modo, a atividade *na* política envolve lutas agonísticas marcadas por relações simétricas e assimétricas no que tange o controle do uso da “palavra”. Aquelas que “fazem coisas” quando pronunciadas em *posições* e em *situações* específicas (Bourdieu, 1996). Nesse sentido, a atividade *na* política expressa tanto conflitos e disputas por posições de poder quanto possibilidades de *adesões* entre parlamentares e suas demandas diferenciadas. Lembremos que facções são de caráter não permanente logo as atividades *na* política possuem reciprocamente diferenciadas filiações (partidárias, ideológicas, religiosas, morais). Como me afirmou categoricamente Pr. Isaias, secretário da Frente Parlamentar Evangélica: “esta *Casa* é um grande balcão de negócios”. Eu, deliberadamente, completo: e de negociações constantes.

De todo modo, o Projeto de Lei considera o nascituro (embrião-pessoa) como um ser humano por que pertence a um código genético humano, entretanto, o nascituro não pode ser entendido enquanto pessoa. A categoria pessoa requer o exercício da *personalidade* que supõe algumas prerrogativas como capacidade de viver a vida, consciência e nascimento com vida. Nesse sentido, segundo aspectos científicos, o nascituro constituir-se-ia apenas um estágio do desenvolvimento celular de uma vida (humana) que começou há milhares de anos. Assim, estabelecer o início desta vida na concepção é admitir uma única crença, portanto, dogmática.

Na mesma linha argumentativa, entidades como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria/CFEMEA entendem que o Estatuto do Nascituro impõe uma “moralidade hegemônica”, pois não considera a pluralidade de saberes (como a biomedicina, a biologia, o direito e a ética). Apesar de ser uma proposta legítima (proteger os nascituros) a redação do PL torna-se incompatível com os princípios fundamentais do Estado democrático de direito, pois ignora a igualdade, a liberdade, e a dignidade das mulheres. Assim, a contra-ofensiva de entidades feministas ao Estatuto do Nascituro se baseia em argumentos da ciência e de saberes ocidentais, como o direito e a ética¹⁹⁰. É nesse sentido que, para o CFEMEA, o Estatuto do Nascituro é

formalismo, entre os quais parecem se dividir as concepções antropológicas e acadêmicas em geral, acerca da política (p.119).

¹⁹⁰ Texto disponibilizado pelo CFEMEA.

“gritantemente um retrocesso imenso no que diz respeito aos direitos das mulheres. Vamos dizer privilegia o direito do não nascido que na nossa constituição é portador de uma expectativa de direitos. Em detrimento dos direitos das mulheres que pela legislação já são sujeitos de direito. Então ele traz muito a defesa do nascituro e a total desconsideração das mulheres como sujeitos de direitos” (Entrevista gravada com Kauara Rodrigues, concedida em 12 de novembro de 2010).

Neste sentido, para Machado (2010) a defesa da “vida em si” realizada pelos grupos religiosos do Parlamento traz a baila a idéia de “DNA da alma” quando o embrião-feto se aproxima da imagem do bebê. Aqui não há mais a divisão entre natureza e cultura, pois

“A primeira célula viva capaz de se reproduzir já representa o corpo e a alma da criança que ainda não é, que pode vir a ser, e que, de fato, pode vir a não ser. Ou seja jamais vir a ser o que se diz que poderia vir a ser. O “vir a ser imaginário” torna-se mais importante do que o ser e do que o vir a ser. Na era do DNA, da alma, como singularidade do indivíduo/pessoa não se pode mais dizer que é somente uma fugidia idéia. Como representante material da singularidade, tudo se espera do DNA: das semelhanças físicas com seus genitores, às profundezas do seu temperamento. **A alma se naturaliza finalmente. Encontra seu lugar na materialidade do DNA” (p. 141)**” (Grifos da autora).

É deste modo que, segundo Cunha (2007) estes grupos religiosos entendem que a lei dos homens não pode ferir a Lei de Deus. Assim, “acima da Constituição Federal, acima de qualquer lei ou tratado, estaria a lei de Deus” (p. 127). Do mesmo modo, se há uma “hierarquia oficial que o processo parlamentar e jurídico deve obedecer, existiria, ainda, uma outra hierarquia não contemplada nos textos propriamente jurídicos, mas que seria igualmente relevante para alguns deputados” (idem): a Lei divina. É deste modo que a FPE aliada aos demais cristãos da *Casa* legislativa institui

“uma moral pública, que para parte das mulheres é também capaz de ser princípio orientador, enquanto para outras, as decisões privadas sobre aborto levam em conta, não princípios, mas avaliações das condições de possibilidade de levar adiante uma gravidez” (Machado, 2010, p. 162).

Em uma entrevista Kauara Rodrigues, assessora do CFEMEA, afirma que há uma moralidade na sociedade brasileira que prefere “resolver as questões [sobre o aborto, especialmente] no âmbito do individual da individualidade e não tanto em reconhecimento de direitos”. Para ela, “as pessoas em geral não são contra o aborto, mas não se mobilizam pela luta pra mudar a legislação”. Do mesmo modo, “é também uma perspectiva de uma classe média que quando precisa realizar um aborto o faz, sem grandes conseqüências, mas

que também não se mobiliza por reconhecimento de direitos¹⁹¹”. Kauara Rodrigues avalia também o contexto da CSSF. No caso do Nascituro “a assimetria era tão desfavorável a nós que não havia número de deputados lá dentro pra votar a favor de nós, contra o PL”. Logo, “nesta conjuntura, nesta última legislatura evitar este PL nesta Comissão tão importante que analisa o mérito” era, pois tarefa árdua para as entidades feministas. Deste modo, para o CFEMEA, há também a questão do espaço público nas mídias que

“estes grupos, estes discursos retrógrados vem ganhando no momento em que estes PL estão em pauta, então esse é um aspecto que nos traz preocupação, por que há um fortalecimento destes discursos, há estratégias bem articuladas destes grupos, no sentido de ocupar lugares estratégicos no Congresso Nacional, pegar presidente de comissões, pegar relatoria destes PL [sobre aborto], tudo isso, traz poder pra estes grupos, e há uma perspectiva pelo levantamento que a gente fez, que na próxima legislatura as coisas vão ficar como estão, não vão piorar mas, também não melhora então a gente vai enfrentar o mesmo cenário que nesta legislatura com a atuação deste grupos fortalecidos com estes PL nas pautas, a tentativa de criar novamente a CPI do aborto” (Entrevista gravada, consentida em 10 de novembro de 2010).

De fato, argumentos científicos (como os da biociência e a da biotecnologia) vêm sendo incorporados aos projetos que tratam de “corpo” e de “pessoa” no legislativo (Cunha, 2007. p. 63). De fato, categorias acionadas pelos parlamentares – como direito a vida, conceito – se travestem, muitas vezes, de *expertises* médicas, jurídicas, científica. No caso do Estatuto do Nascituro podemos afirmar que “os conceitos técnicos são igualmente conceitos políticos” (Idem, p. 9). Sendo assim, a FPE (e os demais cristão da *Casa*) vem preconizando em seus discursos e posicionamentos que o Estado na modernidade deve se preocupar, sobretudo, em “cuidar da vida”, mas não de qualquer vida. A vida que ora preconizam, a do nascituro, não apenas obtém direitos em detrimento de direitos já garantidos das mulheres: “parece cobrar da mulher o sentido simbólico ocidental dado ao intercuro sexual. Sua realização com efeitos reprodutivos não somente produz o conceito, mas faz ao mesmo tempo a mãe” (Machado, 2010, p. 126). Sendo assim, tal premissa

¹⁹¹ Fato é que, segundo Kauara Rodrigues, “o perfil de mulheres que aborta no Brasil é o de mulheres em idade reprodutiva, de 20 a 29 anos, que já tem filho, tem escolaridade mediana, que tem um relacionamento estável, que se declaram católicas, mas que realizam aborto. Agora o perfil de mulheres que morrem por aborto inseguro são mulheres pobres, negras e jovens. Tem também um aspecto de justiça social colocado nesta discussão muito forte”. (Entrevista gravada, concedida em 12 de novembro de 2010). Sobre uma pesquisa mais detalhada sobre o quadro e conjuntura do aborto no Brasil, cf. DINIZ, Débora & RIBEIRO, Marcelo. *Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna*. Ciência & Saúde Coletiva, 15(Supl. 1): 959-966, 2010.

entende a maternidade como obrigatória as mulheres que não podem negar a natureza que lhe foi dada. Nesse sentido,

“Tal é o mito de criação/procriação que faz do intercuro sexual o lócus simbólico do poder criador da natureza sobre as pessoas humanas. A natureza do ato sexual permite criá-las. Às pessoas culturais cabe dominar e fazer a natureza produzir, mas desde que respeitem que são geradas pela lei natural (também vista como desígnio divino) do intercuro sexual entre um homem e uma mulher, mesmo que ele jamais venha a estar presente como pai. O homem procria com a mulher, o filho, faz da mulher mãe biológica/social, sem que se faça pai social, a menos que o decida. Desta forma, sacraliza-se o intercuro sexual e os efeitos reprodutivos na mulher recipiente deste ato de criação” (idem, p. 158)

Deste modo, há a proposta de racionalizar uma prática governamental no sentido de *fazer viver* os conceitos em consonância com uma técnica *disciplinar* (Foucault, 2005) que controla corpos e mentes de cidadãos, tornando-os, domesticados e retos. Há duas formas de designar a vida: *zoé* que é ato de viver e a *bios* quando a “vida natural” torna-se vida qualificada (Agambem, 2007). Nesse sentido, os discursos e as práticas da FPE no legislativo, de algum modo, apontam para a indissociabilidade entre vida nua e política quando “o corpo biológico” ocupa posição central nos cálculos e nas estratégias deste grupo. Se “o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (Foucault, 2005. p. 134), ele também é um cidadão “em cujo corpo natural está em questão a sua própria política (Agambem, 2007, p. 193). De fato, se a FPE do legislativo discursa “a favor” de um nascituro cuja *zoé* expressa a sua própria *bios*, as entidades feministas e secularizadas primam pelos direitos sexuais e reprodutivos como parte da garantia de direitos conquistados pela mulheres.

Ora, há “guerra entre estas imagens” no Congresso Nacional no sentido de fazer com que determinada imagem sobre gerência de corpos e de sexualidades ocupe lugar privilegiado nos cálculos legislativos do Parlamento brasileiro? Por certo sim, por que neste cenário imagens iconoclastas são produzidas a fim de fixar emblemas e signos. Entretanto, há, também, uma espécie de cismogênese¹⁹² entre estas duas imagens, mas que não se dá do mesmo modo, em todos os tempos e espaços do Parlamento. Por que na

¹⁹² A cismogênese como considerada por Gregory Bateson (2008) se refere a uma continua diferenciação resultante das relações cumulativas entre os indivíduos, logo, a diferenciação não chega a um nível de ruptura (p. 223). Deste modo, indivíduos reagem a reações de outros indivíduos de forma sempre contrabalanceada, pois, se a cismogênese fosse somente progressiva, acarretaria em colapsos e rupturas. De fato, a cismogênese batesoniana é circular e opera como um circuito causal autocorretivo e por isso não leva à destruição das relações em oposição (p. 318).

própria fabricação de fatos (retóricas e posicionamentos polarizados) seja por grupos religiosos, seja por entidades feministas são gerados efeitos no plano da política.

Todavia, vemos nos discursos pró-vida ecos que ecoam o mesmo discurso moral e ideológico marcado por “novas formas de justaposição do cultural/natural, social/biológico” (Rohden, 2002, p. 175). Nesse mesmo sentido, Aletta Biersack (2001) afirma que as mulheres possuem um poder social diferencial, uma vez que, são elas as responsáveis pela geração. Logo, elas devem ser, de algum modo, desapropriadas ou escamoteadas por meios simbólicos. Deste modo, o que a autora propõe é que gerando segundo a natureza, as mulheres criam a sociedade. Assim, quando as mulheres não geram segundo a natureza elas condenam a humanidade à morte.

Entendo que é neste sentido que o tema da legalização do aborto seja tão importante para estes grupos religiosos. Todavia, paradoxalmente, o mesmo ato da natureza (gerar cidadãos em seus ventres) que condena as mulheres ao fardo de povoar o mundo é aquele que lhes confere poder de condenar à humanidade a morte social. Por isso mesmo, parlamentares religiosos se posicionam com tanta radicalidade no legislativo contra a legalização do aborto: por que é através do controle da reprodução, das pulsões e dos desejos corporais das mulheres que eles podem produzir “a sociedade que desejam”. E para isso, o Estado deve exercer a função de tutela e de cuidado para que o corpo feminino domesticado negue preceitos da cultura pós-moderna (contraceptivos, aborto, relações sexuais fora do casamento). Deste modo, a mulher pode “seguir a natureza que Deus lhe deu”, ou seja, a natureza que lhe deu a vida.

Faye Ginsburg (2006) fez dialogar as narrativas de grupos díspares no que tange aos direitos reprodutivos. Utilizando *life scripts* de mulheres de grupos pro-life e pró-choice a autora empreendeu um esforço para entender como o debate sobre o ciclo de vida feminino acabava sendo o ponto fulcral das questões filosóficas elaboradas por cada grupo. Talvez tenha procurado realizar este mesmo empreendimento de aproximação de imagens díspares, mas que possuem um mínimo denominador comum (An-na'im, 1995): a discussão sobre a “natureza” do corpo feminino “posições de gênero”. Deste modo, procurei entender as *posicionalidades* (Abu-Lughod, 2006) neste jogo de cena, compreendendo os lugares de *fala* de políticos evangélicos, considerando, portanto, suas “verdades posicionadas” (p. 142) e os discursos *for e from* que profeririam nestes tempos e espaços.

Todavia, no caso brasileiro, encontrar um mínimo denominador comum em meio a éticas tão díspares em relação à efetivação de Direitos Humanos para “grupos minoritários” em um Estado não confessional, contudo, marcado por mentalidades religiosas moralizantes, parece tarefa árdua. Como vemos no caso do Estatuto do Nascituro. Nesse sentido, o argumento utilizado por estes parlamentares travestem-se, sobretudo, de aspectos jurídicos, científicos e legais (Cunha, 2007), mas que denotam, entretanto, “a natureza humana” tal como construída por Deus. Logo, esta “natureza” deve ser preservada corporal e mentalmente e deve produzir somente aquilo para qual foi feita.

No caso das mulheres “o dom natural” de “reproduzir” e de “ser mãe”. No caso dos homossexuais, a regeneração de sua natureza “natural”, deturpada pelo pecado, através do Evangelho. Deste modo, a FPE repete, em diversas ocasiões, a acepção “a favor da natureza humana”, a saber: que as mulheres não podem se curvar a uma cultura que degrada aquilo que a natureza criou. Assim, as mulheres não podem desejar controlar sua reprodução nem negar o direito à vida do concepto. Aqui, os sujeitos de direitos são aqueles que ainda nem nasceram. E as mulheres são somente receptáculos dos embriões-pessoa (Zanotta, 2010) dotados de personalidade jurídica.

Ora, mais do que contendas por “legitimidades de falas” e por direitos há uma guerra entre sujeitos de desejos que desejam vidas e sociedades díspares num Estado laico e republicano que não pode abarcar, em termos promulgação de leis, o desejo e os direitos pleiteados por todos estes corpos desejantes. De fato, estas imagens dissonantes, neste tempo e espaço do legislativo, são elas mesmas destruidoras uma da outra. Iconoclastas. Mas não apenas. Trouillot (1991) afirma que há que se considerar a multiplicidades de binômios no modo de fazer antropologia na contemporaneidade.

De fato, a oposição de grupos religiosos às proposições legislativas contrárias “a natureza humana” criada por Deus marca o cenário do legislativo brasileiro contemporâneo. Todavia, o que procurei realizar nesta dissertação foi rastrear controvérsias (nas falas, posicionamentos e argumentos) em minhas notas de campo, especialmente da FPE, em relação a temas de caráter polêmico, como a legalização do aborto e da união civil de pessoas do mesmo sexo. Assim, retirando a terra do seu ambiente, trazendo-a para o meu laboratório, fabrico aqui outros fatos e fetiches considerando, contanto, uma “cascata de imagens” e de efeitos (iconoclastas ou não) que

traz desafios analíticos tanto para a teoria antropológica quanto para a teoria feminista (Zanotta, 2010).

CONCLUSÃO

“Existir é diferir”

Gabriel Tarde

O escopo desta dissertação consistiu em apontar, a partir do trabalho de campo realizado nas “atividades da Frente”, os modos pelos quais a FPE imbrica fé e política em diferentes tempos e espaços do Parlamento brasileiro. Sendo assim, a despeito de considerar como os evangélicos entraram para a política institucional em 1986 bem como participaram na elaboração da nova Constituição Federativa brasileira (1988) durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987) este trabalho circunscreve aspectos da recentíssima participação evangélica no legislativo brasileiro.

Durante a redemocratização do país o intento dos evangélicos era garantir que certos valores morais fossem validados pela Carta Magna. Todavia, no início deste século, estes valores morais tornam-se retóricas políticas que balizam a participação e o destino político dos evangélicos de transformar o Brasil numa Nação lavrada pelo sangue do cordeiro. Trata-se não apenas uma conversão religiosa frequentemente de cunho pessoal realizada no interior dos templos ou da utilização da política para garantir benefícios para a seita (Pierucci, 1996). Ora, através da invocação do religioso no legislativo, a política é sacralizada e valores religiosos são travestidos em projetos políticos intencionando moralizar costumes e garantir que o Estado legisle em prol dos cidadãos retos.

É neste sentido que, se a política é vocação, a missão dos ungidos de Deus é pela família heterossexual, pela vida desde a concepção e pelos bons costumes da sociedade. Como as etnografias desta dissertação apontaram as contendas por direitos (humanos, civis, sexuais e reprodutivos) no âmbito do legislativo foram disputadas entre deputados seculares e estes políticos religiosos que “vivem para a política” e se colocam “a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida” (Weber, 1998, p. 65).

Assim, os parlamentares evangélicos se alçam como provedores de uma agenda política para o país que preconiza a remissão de comportamentos e valores decaídos pelas “boas novas do Evangelho”. O texto bíblico enquanto expressão cultural e histórica de uma maioria moral torna-se uma espécie de Constituição a ser seguida por todos os cidadãos brasileiros, crentes ou não. Sem pleitear direitos includentes, a FPE considera que é a

Palavra “cuja verdade é inquestionável” que alforria os pecados da Nação, redime, unge, purifica aqueles que estão sendo envolvidos por projetos perniciosos, sob a rubrica da defesa dos direitos humanos. Logo, se os parlamentares evangélicos tomam o lugar de provedores de bons frutos para a Nação é por que a Palavra tem poder para restaurar a “tragédia teológica” da pessoa humana como criatura impura (Sahlins, 1992).

Sendo assim, os evangélicos se diferenciam daqueles homens que estão no “estado de danação” (Weber, 2004, p. 139) através da “comprovação” de uma conduta de vida distinta do “estilo de vida do homem ‘natural’” (idem). Estes homens ungidos exercitam, como disse, um “controle metódico de seu estado de graça na condução da vida” orientado por “uma forma de conformação racional de toda a existência, orientada pela vontade de Deus” (idem). Tratar-se-ia de um exercício ascético que deixou o claustro, uma vez que, se propõe a invadir com sua “metódica” “a vida mundana de todo dia” transformando-a numa vida sã, reta e em conformidade com os desígnios de Cristo.

Nesse sentido, considero que a participação destes parlamentares (em situações como a que descrevi) baseia-se numa “guerra santa” quando os “ungidos” duelam contra o Inimigo que ocupa o mundo da política visando restabelecer a ordem moral do mundo externo, que antes renegavam. É nesse sentido que suspeito que, contemporaneamente, evangélicos participam do espaço da política atuando “para-o-mundo” (mesmo se opondo a certas coisas do mundo) agenciando, pois, o espaço público brasileiro por meio da lógica não sectária (Mariano, 1999, p. 90). Deste modo, os evangélicos procuram não apenas se tornar a Igreja do amanhã (concorrendo com a Igreja Católica pela posição de religião civil). Mas, sobretudo, tornar, através da sua participação na política, o mundo dos ímpios no mundo dos justos.

De fato, trata-se de um projeto grandioso, pois, intenciona moralizar e transformar uma Nação. Nesse sentido, o projeto evangélico¹⁹³ parece ser a tomada da “posse para Deus, por meio da guerra espiritual e da ação concreta, das coisas de que o Diabo por muito tempo governou” (Mariano, 1999, p. 103). A saber: restaurar a ordem

¹⁹³ Mariano (1999), contudo considera este projeto muito mais vinculado ao ideal neopentecostal que não parece ter quaisquer receios de “ocupar o mundo”, como é o caso da IURD. Vale dizer que a FPE abarca tradições pentecostais e neopentecostais. Entretanto, considerando as formas de sua atuação na política, considero pertinente tal aceção trazida pelo autor. Outra consideração feita por Mariano (1999) é que as “novas formas de inserção e de acomodação à sociedade” (p. 104) engendradas pelas Igrejas evangélicas não abarcam a entrada deste grupo em sindicatos e em movimentos sociais amplos, como o MST, por exemplo. Contudo, a fala de José demonstra que a não inserção evangélica em movimentos sociais se relaciona mais com a base ideológica do partido bem como com sua trajetória pessoal do que por causa de uma imposição da FPE ou da Igreja.

moral cristã através do uso da mídia e da ocupação em cargos políticos, objetivando estabelecer uma “dominação cristã do Estado e da vida privada” (idem, p. 104). Tal prerrogativa permite, portanto, que a FPE direcione sua representação e participação políticas para a conversão, a moralização e a evangelização, objetivando, pois, governar o destino dos costumes da Nação.

Todavia, as atividades *na* política requerem formas particulares de aquisição de sutilezas e de competências necessárias a fim de profissionalizar o político e as relações políticas nas quais eles se engajam. No caso, os evangélicos também têm que aprender tais habilidades especialmente por que estão no processo de construção de uma “herança [histórica] na política” (Canedo, 2002, s/p). Lembremos que a carreira política de evangélicos está atrelada, sobretudo, a transmissão de capital político via Igreja, via família consanguínea ou fruto de uma notoriedade em segmentos da mídia (música, rádio, televisão do setor *gospel* ou mesmo secular).

Por isso, avalio que o processo mesmo de estruturação de evangélicos de disposições e competências necessárias às funções de representação da política profissionalizada se dá através da aprendizagem não apenas de formas oficiais da política, mas também de “formas de politização das relações sociais” (Canedo, 2002, s/p). Logo, ao passo que atendem demandas de bases religiosas, a FPE está também comprometida com a aprendizagem de regras da chamada “ordem democrática” (idem). Ora, entender como a política é praticada e não como ela deveria ser (Bezerra 1999; Goldman, 2006) envolve saber como os políticos evangélicos estruturam, no tempo e no espaço do legislativo, capitais e habilidades de lhes permitem disputar instâncias de poder.

De fato, o espaço do legislativo sendo próprio para enaltecer disputas e adesões, negociações e alianças, controvérsias e polêmicas há que se compreender a negociação política e o lugar de demandas a partir “da grade de inteligibilidade do nosso sistema político” (Goldman, 2006, p. 29). Se há uma distância estrutural¹⁹⁴ (Evans-Pritchard, 1978) que organiza o tempo e o espaço do legislativo, ela se dá no sentido de fissão e fusão (ideológica, partidária, interessada) entre estes sujeitos. Do mesmo modo, tal distância estrutural abarca reputação, honra, nome, biografia e história de cada parlamentar que influencia como ele joga cada jogo, como seu oponente o considera, quais jogadas são

¹⁹⁴ Deste modo, “os valores atribuídos à residência, parentesco, linhagem, sexo e idade diferenciam grupos de pessoas através de segmentação, e as posições relativas que os segmentos ocupam uns em relação aos outros” (Evans-Pritchard, 1978, p. 123).

realizadas, o que está em jogo, qual o cenário e o contexto do próprio jogo político em questão. A saber: se a dinâmica da *Casa* legislativa pode ser lida como um jogo de xadrez alguns deputados são torres outros peões. E sempre há reis, rainhas e bispos. Por isso, o deslizamento do campo religioso para o político realizado pela FPE deve ser entendido tanto por sutilezas, fluxos transitivos e ações fugidias quanto por uma “mobilização estratégica” (Baptista, 2009) ampla e interessada num cenário onde “transações políticas ocorrem o tempo todo” (Goldman, 2006, p. 150).

É neste sentido que considerei que “efeitos políticos” (Canêdo, 2005, p. 504) são produzidos a partir dos discursos da FPE sobre moralidade dos costumes e formação de uma Nação redimida (lembramos as controvérsias engendradas nas eleições de 2010, apontadas no capítulo 1). Outrossim, procurei avaliar como os rituais dos cultos (no capítulo 2) e como nos eventos organizados pela FPE (no capítulo 3) e a participação evangélica nas atividades próprias da política (capítulo 4) bem como o discurso proferido pela FPE arranja símbolos (religiosos e moralizantes) em “alegorias políticas”.

Deste modo reflito, ainda que brevemente, se a participação deste grupo no âmbito do Congresso Nacional guiada pelo projeto de “redenção da Nação ao Evangelho” seria uma ameaça aos valores preconizados pela democracia e pela Constituição Federal brasileira como a laicidade, a não discriminação religiosa e a garantia de direitos humanos para todos os cidadãos. Podemos considerar a oposição de segmentos religiosos em relação à garantia de direitos humanos uma ameaça à democracia?

Paul Freston (1999) já fez esta pergunta questionando sobre que “sociedade civil” fortaleceria a democracia pretendida pelos setores secularizados (p. 329-330). Segundo Freston (1999) para há dois modos de analisar esta questão. A primeira delas é considerar que a relação entre religião e esfera pública impede o avanço democrático uma vez que a primeira tende a se relacionar com aspectos autoritários (idem, p. 332). O segundo viés analítico supõe considerar que a religião ganha importância “no desenvolvimento democrático *via* o ‘princípio da associação’ que reconcilia a liberdade com a igualdade” (idem, p.333). Ora, ou o fenômeno da inserção da religião evangélica na política é positivo para a democratização ou as práticas internas do pentecostalismo se conectam a valores autoritários.

Outra questão acerca da participação política da FPE no legislativo recai na questão da laicidade do Estado brasileiro como imagem oposta à fé. Logo, como ícone que

garante a validação de direitos humanos e de princípios democráticos. Mas “quem ainda acredita no mito da laicidade?”, perguntou Casanova (1999, p. 11). Como afirmou a deputada Jô Moraes (PC do B)

“O grande desafio que nós temos neste século XXI é retomar o debate do estado laico. Este Congresso Nacional que representa o conjunto da sociedade brasileira e é uma das instâncias do estado brasileiro. No mundo, em alguns países muçulmanos, a idéia de estado laico é uma conquista civilizatória, então esta é uma discussão que nós teremos que retomar. Ao mesmo tempo evidentemente estas instituições que se dizem pró-vida são instituições que tem programas que impedem a defesa da vida, programas que proíbem que os portadores de AIDS usem camisinha. Logo, permitindo que a transmissão de uma doença letal seja possível, instituições que impedem que uma mãe cardiopata possa interromper a sua gravidez nos primeiros dias, por que senão ela poderá morrer na mesa de parto. Então ao contrário do seu nome não são intuições que defendem a vida. São instituições que tem programas obscurantistas que defendem a morte. Eu acredito que nós vamos ter que fazer um enorme desafio para resgatar a idéia de estado laico. Que cada pessoa tem seu direito inalienável de professar a sua fé que ele escolha que cada um seja respeitado em sua dimensão religiosa, mas que ninguém seja obrigado a exercer aquilo que não é sua convicção. Eu sou de um partido político que garantiu por uma emenda a constituição, de 1946, a liberdade religiosa naquele período só havia uma religião oficial que era a católica. Foram Deputados do PC do B que mudaram a constituição para garantir a liberdade religiosa. É fundamental que cada pessoa tenha o direito a exercer a sua fé e que seja respeitado em seus templos em seus espaços no exercício da fé, agora não é possível que eu tendo uma fé queira impor ao outro a minha fé por que as pessoas tem o direito inalienável de fazer as suas opções. Do jeito que elas tem a sua consciência”. (Entrevista gravada, concedida em 10 de novembro de 2010, Grifos Meus).

Ora, é a laicidade que permite minar “as convicções obscurantistas” de parlamentares religiosos por que nossas mentes ainda se interessam em entender porquê conceitos democráticos como modernidade, cidadania, laicidade, direitos parecem ausentes da vida política brasileira. Por que afinal as coisas estariam fora do lugar?

Danièle Hervieu-Léger (1999) propõe identificar as *modalidades* próprias do “retorno do religioso” em cada civilização (p. 19). Deste modo, a autora aponta para uma *laicidade em pane* que traz novas problemáticas sobre a questão da laicidade no mundo contemporâneo. No caso francês, a questão do Islã tem suscitado, por exemplo, pensar sobre o agenciamento da laicidade na regulação institucional do religioso no regime republicano. Nesse sentido, Hervieu-Lèger (1999) entende que a participação de lógicas religiosas no espaço laico de repúblicas contemporâneas requer a necessidade de uma maior atuação do Estado na gestão e na racionalização da delimitação prática da liberdade religiosa. Para Hervieu-Léger (1999) de um lado, há uma “desregulação institucional” da religiosidade e de outro, a disseminação de novas formas de expressão religiosa ou uma

“religiosidade flutuante” de elaborações sincréticas inéditas. Nesse sentido, presenciamos uma “bricolagem de crenças” em detrimento do monopólio das religiões cristãs. Se considerarmos a invocação do religioso dentro de cultos evangélicos semanais realizados na *Casa* legislativa bem como a mobilização cristã dentro desta mesma *Casa* podemos dizer que tempos e espaços sociais brasileiras são ainda marcados pelo monopólio do Cristianismo. Ora, mas não teria a cultura ocidental se secularizado por meio de valores cristãos? (Zanotta, 2010).

No espaço público brasileiro, ao que parece, a laicidade e religião rivalizam-se e se reforçam mutuamente (Burity, 2008, p. 85). Sendo assim, o discurso da FPE tem preconizado tanto que o Estado “não pode se meter em assuntos religiosos” (por que é laico) quanto que demandas religiosas devem ser atendidas pelo Estado. Por isso mesmo, no caso brasileiro, analisar fé e política requer, sobretudo, pensar em “modernidades alternativas” (Velho, 2007). E não apenas em imagens iconoclastas. De fato, a participação de religiosos no legislativo requer que lidemos com este fenômeno sociológico considerando tanto seu processo histórico quanto outras trilhas etnográficas e debates analíticos (Giumbelli, 2008, p. 95). Por isso, há que se considerar elementos heterogêneos e caracteres históricos (Asad, 1993, p. 54).

Especialmente por que, no Brasil, presenciamos (como algumas etnografias aqui apontaram) um contexto de reivindicação de cidadanias plenas num Estado democratizado, e, na contramão, Igrejas deixam seus claustros e ocupam de forma voraz o espaço público do país reivindicando direitos morais e inalienáveis. Deputados religiosos promovem uma espécie de cruzada santa que, por meio de uma “moral civilizatória” única, “salva vidas” e sana o Mal que assola a humanidade errante, acometida pelo pecado do aborto, do homossexualismo, do divórcio, da pedofilia, das drogas, da eutanásia e da corrupção. Deste modo, esta dissertação intencionou assinalar para outros modos de ver, ouvir e escrever etnograficamente sobre a participação de deputados evangélicos (e cristãos) no espaço do legislativo brasileiro. De todo modo, considero que religião, laicidade, Estado e política se possuem reciprocamente ao passo que rivalizam e se reforçam mutuamente em relações infinitesimais de repetição (Tarde, 2007) no espaço público brasileiro.

Assim, procurei apontar as controvérsias e os efeitos políticos da participação destes religiosos no legislativo considerando que se há um projeto político da FPE de remissão da Nação, ele não se constitui num “fato social total” que ocupa todos os espaços

e tempos da sociedade brasileira. Por certo, a FPE articula suas propostas morais com movimentos e comitês “pró-vida” e com as comunidades de fé. Todavia, desconfio que haja uma “força evangélica” suficiente para misturar fé e política em todos os espaços e tempos sociais de forma exitosa no que diz respeito a aprovação de projetos de lei a favor da “vida em si” no Congresso Nacional.

Ora, há mais coisas entre o céu e terra. E muito mais complexidade do que simplicidade neste cenário. Assim, há que se considerar um mundo em movimento para além de imagens congeladas. Se há binômios, o mundo tal como é ou como nos apresenta, não pode apenas ser “lido” por meio deles. É neste sentido que devemos entender esta “guerra de imagens” (iconoclastas ou não) a partir da complexificação dos fatos e efeitos que ela nos apresenta. Pois, um mundo “sem complicação”, apenas com linhas retas, sem enigmas e incompreensibilidades não precisa ser conhecido, nem mesmo palavreado pelo antropólogo.

EPÍLOGO

Uma anedota ou um caso etnográfico...

“As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”

Paulinho da Viola

Como disse no capítulo 1 fui iniciada na antropologia numa pesquisa etnográfica que procurava entender aspectos da relação entre política local e religiões evangélicas. O município de Seropédica situa-se na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O aspecto mais relevante da cidade versa sobre a “força” e expressão numérica evangélica. Apesar da maioria dos municípios da chamada Baixada Fluminense possuir um alto índice de evangélicos, Seropédica foi apontado como o “mais evangélico” do estado do Rio de Janeiro ocupando o 76º lugar, dentre os mais de 5.500 municípios brasileiros.¹⁹⁵ Este quadro torna-se mais significativo quando se considera que o estado do Rio de Janeiro ocupa o quarto lugar em número de evangélicos do país.¹⁹⁶

Considerando este contexto, nos empreendemos nas atividades do “tempo da política” e “do tempo da igreja” seropedicense de 2004 a 2007. Como disse, conheci algumas mulheres e participei de inúmeros e diversos rituais, situações e eventos relacionados ao campo religioso evangélico e político local. Sendo assim, observei cultos em Igrejas ou em espaços públicos, convenções partidárias, rituais de campanha, plenárias, reuniões entre candidatos e correligionários, desfiles cívicos, comícios e showmícios de candidatos, rodeios, cavalgadas e passeatas promovidas por políticos, rituais de comensalidade, shows gospel.

Observei ainda no ano de 2005 a reestruturação do novo poder local. Estivemos presentes em reuniões do novo governo, no cotidiano da prefeitura e da Câmara Municipal. Participamos dos eventos em comemoração a emancipação da cidade quando são promovidos shows, rodeio, desfile cívico, homenagem na Câmara Municipal aos “cidadãos seropedicenses” escolhidos pelos vereadores e pelo prefeito. Neste mesmo ano, participamos de rituais promovidos pelas igrejas evangélicas em prol da restauração da

¹⁹⁵ <http://www.fgv.br/cps/religioes/inicio.htm> Acessado em 22/05/2008.

¹⁹⁶ <http://www.fgv.br/cps/religioes/inicio.htm> Acessado em 22/05/2008. Nesse mesmo sentido, Paul Freston (1993) já apontava que nos inícios dos anos 90, o Estado do Rio de Janeiro ocupava o nono lugar em número de evangélicos do país. (p.33)

cidade que estava passando sob o crivo de ter elegido um prefeito que, meses depois, fora acusado de compra de votos. Dentre estes rituais destacam-se o Café da manhã dos pastores da cidade e o Clamor por Seropédica que consistia numa série de cultos promovidos pelas igrejas evangélicas no espaço público da cidade. Realizamos ainda entrevistas com alguns atores políticos e/ou religiosos da cidade.

Em todos estes eventos, rituais e situações sociais dos quais participei como bolsista de Iniciação Científica, em nenhum deles houve quaisquer referências a um projeto evangélico de restauração da Nação. As palavras aborto, união civil de pessoas homoafetivas, eutanásia, “ditadura gay”, “assassinato de criancinhas” não foram, pois, proferidas por nenhuma daquelas pessoas por nós pesquisadas. Nem mesmo nos rituais de Clamor pela Cidade, a despeito da referência a ação do Inimigo, o Mal, se existia, era outro. Do mesmo modo, a união evangélica naquele momento se dava a fim de restaurar a honra evangélica e a da própria cidade que havia sido corrompida pela ação errônea do prefeito eleito pelo “Povo de Deus”.

Do mesmo modo, a despeito de ter mais de 300 templos espalhados pela cidade e possuir uma população com mais de 70% declaradamente evangélicos, apenas um “irmão” foi eleito ao legislativo, desde que a cidade foi emancipada. Entretanto, as Igrejas evangélicas indicavam seus candidatos, mesmo modo, apoiavam seus pretendentes nas campanhas eleitorais. Ocuparam cargos nas gestões municipais, promoveram Leis em prol da comunidade evangélica (como o dia do evangélico). Todavia as igrejas evangélicas pareciam ocupar o mundo apenas para “beneficiar a seita”, pois, continuavam a privilegiar doses de sectarismo.

Assim, se desejavam que todos fossem crentes, a conversão se dava no interior mesmo dos templos, uma vez que, se havia em Seropédica um projeto político de remissão, este era engendrado apenas no espaço do sagrado e no plano individual. Por isso desconfio do projeto político da FPE de remissão como um “fato social total” que ocupa todos os espaços e tempos sociais. Por certo, estou ciente que a FPE articula suas propostas com movimentos e comitês “pró-vida” bem como com as comunidades de fé. Não estou negando este fato. O que desconfio é de uma “força evangélica” que consiga misturar fé com política em todos os espaços e tempos de forma exitosa.

Edmund Leach (1996) já nos ensinou que se há formalização das estruturas, há também espaços para manipulação, novas estratégias e planos de ação. Por isso, trago mais

um exemplo da pesquisa que participei em Seropédica. Dona Genoveva, diaconisa da Assembléia de Deus, mãe de José Camilo, a quem “devemos muito” por ter nos inserido nos espaços e tempos da política e da religião evangélica local. Após a emancipação de Seropédica, Dona Genoveva sempre atuou como cabo eleitoral do seu filho e de alguns políticos locais, estabelecendo assim vínculos e alianças políticas. Como evangélica, Dona Genoveva agradece a Deus por tê-la ajudado a criar sete filhos com um marido alcoólatra e que depois “caiu doente”. Por isso, sempre trabalhou, algumas vezes em cargos vinculados a Prefeitura, outras em empresas privadas.

Contudo, Dona Genoveva nos narrou que durante muitos anos ocupou o cargo de “dinamizadora de políticas de prevenção” no posto de saúde da cidade. Sua função exigia “mexer com este negócio de anticoncepcional”, ou seja, orientar mulheres sobre como se prevenir contra Doenças Sexualmente Transmissíveis e gravidezes indesejáveis. Assim, ela aplicava injeções contraceptivas, distribuía camisinhas e participava “das campanhas de evitar filho”. Perguntada se isso não a incomodava como evangélica ela nos respondeu: “era meu trabalho, eu sou evangélica, não sou a favor disso, mas como profissional não posso deixar de orientar as mulheres que vão procurar ajuda”. E continuou: “para a Igreja isso pode ser errado, mas eu não posso obrigar as pessoas a ser como eu, se elas fazem [sexo fora do casamento], elas tem que se prevenir”.

Tais palavras soam ainda para mim muito reveladoras sobre como o mundo é complexo para cogitarmos descomplicá-lo em palavras certas. Este caso etnográfico trazido neste epílogo pretende apenas apontar que se há um discurso radical dos evangélicos no plano da política institucional que ecoa moralidades para toda a sociedade, há outros discursos evangélicos na “base”. Há, nesse sentido, um *gap* entre local e nacional. Por certo, a FPE engendra lógicas, ecoa moralidades, profere nomes e certezas, formaliza estruturas. Entretanto, considero que as pessoas vivem no mundo não apenas a partir das Instituições as quais fazem parte.

Há, pois, crentes batendo em nossas portas a fim de nos evangelizar, adventistas que reivindicam não trabalhar no dia sagrado do sábado. Há crentes pregando pelas ruas, nos trens, nos ônibus. Estes mesmos crentes nos atendem em hospitais, bancos, comércios, lecionam, fazem ciência, se candidatam, distribuem camisinhas em postos de saúde. O exemplo de Dona Genoveva me ensina sempre que um mundo “lido” somente a partir de binômios é um mundo empobrecido, vazio de complexidade, vago de pessoas humanas,

oco de imprevistos. E coisas e pessoas que não instigam pensamentos, não se tornam sujeitos de etnografias, nem engendram conhecimento antropológico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. *Writing Against Culture*. In: LEWIN, Ellen (edit.). *Feminist anthropology: a reader*. USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 153-169.
- AGAMBEM, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ALCOROFADO, Michel F. *Cenas da Política: uma Etnografia do Plenário do Senado Federal*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UnB, 2010.
- AN-NA'IM, Abdullahi (ed.) *Human Rights in Cross- Cultural Perspective: A quest for consensus*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1991.
- ASAD, Talal. *Genealogies of religion. Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- AUSTIN, John L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- BAILEY, F. *Gifts and poison* In: BAILEY, F. *Gifts and poison. The politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Izabela Hendrix, 2009.
- BARREIRA, Irllys. *Chuvas de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BATESON, Gregory. *Naven*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BEZERRA, M. O. *Em Nome das Bases. Política, Favor, e Dependência Pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- _____. *Políticos, representação política e recursos públicos*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 181-207, julho de 2001
- BIESARK, Aletta. "Reproducing inequality: the gender politics of male cults in the Papua New Guinea Highlands and Amazonia". In: GREGOR, Thomas & TUZIN, Donald. (edit). *Gender in Amazonia and Melanésia*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2001. p. 69- 90.

BIRMAN, Patrícia. “Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos”. In: SANCHIS, Pierre (Org.) *Fiéis & Cidadãos. Percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 59-86.

BONETTI, Aline. *O Rei está nu! O diário de campo cru e a exposição das etnógrafas*. In: SCHUCH, P, VIEIRA, M. & PETERS, Roberta. (orgs.) *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 165-176.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p.693-713.

_____. *Gênese e estrutura do campo religioso* In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 26-78.

_____. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004b.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília : SEDH/PR, 2009.

BRASÍLIA: Anais da Assembléia Nacional Constituinte, Ata da 9ª reunião da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, 8 de junho de 1987 (mimeo).

BRASÍLIA: Anais da Assembléia Nacional Constituinte, Ata da 10ª reunião da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, 08 de junho de 1987 (mimeo).

BRASÍLIA: Anais da Assembléia Nacional Constituinte, Ata da 11ª reunião da Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, 09 de junho de 1987 (mimeo).

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara, Resolução nº 17, de 1989

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados, Ata da 193ª Sessão, 18 de setembro de 2003 (mimeo).

BRASÍLIA, Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXIV, n. 147. Quinta-feira 26 de agosto de 2009. (Mimeo).

BRASILIA: Senado Federal. Notas taquigráficas da Audiência pública conjunta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Legislação Participativa et alli. Debate sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, 08 de abril de 2010.

BRASILIA: Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da Audiência pública conjunta Direitos Humanos e Minorias / Relações Exteriores. Debate sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, 20 de abril de 2010.

BRASILIA: Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Estatuto das famílias, 12 de maio de 2010.

BRASILIA: Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas do VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. Evento conjunto das Comissões de Legislação Participativa, de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura, 18 de maio de 2010.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. PROJETO DE RESOLUÇÃO DA CÂMARA, nº 113/2008. Altera a redação do artigo 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Deputado Filipe Pereira, 2008.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. PROJETO DE LEI, nº 478/2007. (Dos Srsº Luiz Bassuma e Miguel Martini). Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências, Comissão de Seguridade Social e Família , 2007.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei Nº 478/2007, Deputada Solange Almeida, Comissão de Seguridade Social e Família, 2010.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. RELATORIA do Projeto de Lei Nº 478/2007 (Apensos os PLs 489/07, 1.763/07e 3.748/08) Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Relatora: Deputada Solange Almeida. Comissão de Seguridade Social e Família, 2010.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. VOTO EM SEPARADO. Projeto de Lei, nº 478/2008. Deputado Darcísio Perondi. Comissão de Seguridade Social e Família, 2010.

BRASÍLIA: Câmara dos deputados, Áudio referente à 53ª Legislatura, Comissão de Seguridade Social e Família, 19 de maio de 2010.

BRASÍLIA: Câmara dos deputados, Áudio referente ao Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH, 24 de março de 2010.

BRENNER, Suzane April. *The domestication of desire: women, wealth and modernity in Java*. Princeton University Press, 1998.

- BRITO, André Souza. *Fermento da Massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação de mestrado em História, Estado e Relações de Poder, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 11, volume 18(2): 7-48, 2007.
- BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, 2008. p. 83-113.
- BUTLER, Judith. *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* *Cadernos Pagu* (21) 2003, p.219-260.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. & MACHADO, M. (org.). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editorial Massangana, 2006.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. *Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)*. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002. Disponível em <http://leticiacanedo.blogspot.com/search/label/Artigos> Acessado em 21 de setembro de 2009.
- _____. *Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política*. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.) *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 477-506.
- CARTA de Brasília: Manifesto da liderança evangélica brasileira em face do PNDH-3, 2010.
- CASANOVA, José. *Public Religions in the modern world*. Chicago and London: University Chicago Press, 1999.
- CÉSAR, Waldo & SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs. Promessas e desafios*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1999.
- CHAVES, Christine. A. “Eleições em Burity: a pessoa política”. In: Palmeira, Moacir & Goldman, Márcio. (Org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 127-164.

CIFUENTES, Rafael, L. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e na Constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CUNHA, Anna Lúcia S. *Pessoa e Direito, Corpo e Ciência: negociando preceitos cosmológicos em torno da legalização do aborto*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UnB, 2007.

DAMASCENO, Caetana . *Do Dom ao Voto: Ethos Religioso e Representação Política em um município da Baixada Fluminense/RJ*. 2004a (Mimeo).

DAMASCENO, Caetana & DUARTE, Tatiane. Repensando novos contextos de negociação política e o lugar das demandas e das identidades religiosas na política institucional e de facções: um estudo de caso In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33, 2009, Trabalho Completo... Caxambu: ANPOCS, 2009, 1-30.

DAVIE, Grace & HERVIEU-LEGER, Daniele. *Identité religieuse en Europe*. Paris: La Découverte, 1996.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. 4. São Paulo: Ed. 54, 1997

DIAP. Série de estudos políticos. *Radiografia do novo Congresso Nacional*. Legislatura (2007-2011). Edição nº 4, Ano IV. Brasília, 2006.

_____. *Os “cabeças” do Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. Edição nº 16, Ano XVI, 2009.

_____. *Os “cabeças” do Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. Edição nº 17, Ano XVII, 2010.

_____. Série de estudos políticos. *Radiografia do novo Congresso Nacional*. Legislatura (2011-2015). Edição nº 5, Ano IV. Brasília, 2011.

DINIZ, Débora & RIBEIRO, Marcelo. *Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1): 959-966, 2010.

DUARTE, Tatiane dos S. *Repensando fronteiras sociológicas e estratégias de atuação: o religioso na arena política*. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 157-177, outubro de 2010.

- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: b Martins Fontes, 2003.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978 [1940]. _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorga Zahar, 2005.
- FONTANARI, Ivan P. de P. *Nu, em público: o diário de campo fora do lugar*. In: SCHUCH, P, VIEIRA, M. & PETERS, Roberta. (orgs.) *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 145-156.
- FRAVET-SAADA, Jeanne. *Être Affecté*. In: “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira. São Paulo: Cadernos de campo, nº 13, 2005, p. 155-161.
- FREITAS, Ângela. *Aborto: guia para profissionais de comunicação*. Recife: Grupo Curumim, 2011.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1993.
- _____. *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. In: Vários autores. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994b.
- _____. *Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembléia de Deus*. In: *Religião e Sociedade*, 16/3, 1994b.
- _____. *As Igrejas Protestantes nas eleições gerais brasileiras de 1994*. *Religião e Sociedade*, 17(1-2): 160-188, 1996.
- _____. *Protestantismo e democracia no Brasil*. *Lusotopie*, 1999, p. 329-340
- _____. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal, 2005.
- GINSBURG, Faye. *Procreation stories: reproduction, nurturance, and procreation in life narratives of abortion activists*. In: LEWIN, Ellen. *Feminist Anthropology. A Reader*. Blackwell:USA, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 143-179.

GIUMBELLI, Emerson. O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000a.

_____. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 21(1): 87-119, 2000b.

_____. *Para além do “trabalho de campo: reflexões supostamente Malinowskianas*. In: RBCS, vol. 17, nº 48, fevereiro, 2002.

_____. Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.18, n. 52, p.1-13, 2004.

_____. *A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, Marcio & SANT’ANNA, Ronaldo dos Santos. *Elementos para uma análise antropológica do voto*. In: GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir (org.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, pp.13-40.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final de século XX” In: DA SILVA, Tomaz T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 39-129.

HERMON-BELOT, Rita & FATH, Sébastien. La République ne reconnaît aucun culte. *Archives de sciences sociales des religions*, n. 129 (janvier - mars 2005). Postado na URL em 9 de novembro de 2005. Disponível em <http://assr.revues.org/document1119.html>

HERVIEU-LÉGER, Daniele. *La religion en mouvement. Le pèlerin et le converti*. França: Flammarion, 1999.

INGOLD, Tim. *To journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation*. In: INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Routledge and Taylor and Francis Group, 2000.

_____. *Lines: a brief history*. London and New York: Routledge and Taylor and Francis Group, 2007.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Santa Catarina: EDUSC, 2002.

_____. *O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte : (1986-1988)*. Brasília: Edições Câmara, 2009.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. São Paulo: Editora Francis, 2010.

_____. *Sexualidade, Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência contra a Mulher*. Paper apresentado no Seminário "Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher". Palácio Itamaraty . FUNAG. Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil. In: LOREA, R.A. (org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Relatos compartilhados: experiências de conversão ao pentecostalismo entre brasileiros e portugueses*. Mana, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, Apr. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Feb. 2011. doi: 10.1590/S0104-93132000000100003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].

MARIANO, Ricardo. *O futuro não será protestante*. Ciências Sociais e Religiao, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 89-114, set. 1999.

_____. *Competição e pluralismo religiosos na esfera política: a concordata e a Lei Geral das Religiões*. In: Encontro Anual da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 34, Trabalho Completo... Caxambu: ANPOCS, 2010, p. 1-31.

MARIZ, Cecília. *O Demônio e os Pentecostais no Brasil*. In: BIRMAN, P. (org.) *O mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, pp. 45-61.

- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1923-24].
- MENEZES, Cynara. *Na Idade Média*. Carta Capital, 13 de outubro, ano XVI, n. 617, p. 23
- MIGNOLO, Walter. *The movable Center: ethnicity, geometric projections, and coexisting territorialities*. In: MIGNOLO, Walter. *He darker side of renaissance: literacy, territoriality and colonization*. USA: The University of Michigan Press, 2003.
- MIRANDA, Júlia. *Horizontes bruma os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Editora Maltese, 1999a.
- _____. *Carisma, Sociedade e Política: Novas Linguagens do Religioso e do Político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999b.
- MONTERO, Paula. “Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74: 47-65, 2006.
- MOORE, Henrietta. *The Subject of Anthropology: gender, symbolism and psychoanalysis*. Cambridge and Malden, Polity Press, 2007.
- ORO, Ari P. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996. 129 p.
- _____. “Religião, laicidade e cidadania”. In: A. P. Oro. (Org.). *A Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos*. São Paulo: Hucitec, 2008, v. , p. 212-239.
- ORO, Ari P. & STEIL, Carlos A. (Orgs.) . *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. 262 p.
- PALMEIRA, Moacir. *Política, facções e voto*. In: GOLDMAN, Márcio & PALMEIRA, Moacir (org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, pp. 41-56.
- PALMEIRA, Moacir. & HEREDIA, Beatriz. *Política Ambígua*. In: BIRMAN, Patrícia (org.) *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997, p.159 -184.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995
- _____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deis em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 165-191.
- ROHDEN, Fabíola. *As novas tecnologias reprodutivas e a velha oposição natureza/cultura na visão de Marilyn Strathern*. Florianópolis: Ilha, v.4, n.2, dezembro de 2002, p. 175-195.

- SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. In: *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 27-43, oct. 2001.
- SEGATO, Rita Laura. *Antropología y derechos humanos: alteridad y ética en El movimiento de los derechos universales*. Série Antropologia n.356. Brasília, 2004.
- SAHLINS, Marshall. *Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do “Sistema Mundial”*. Religião e Sociedade. No 16/1-2. Rio de Janeiro: Iser, 1992, p. 8-25.
- _____. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I)*. Mana 3(1): 41-73, 1997.
- STEIL, Carlos. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 115-129, 2001.
- STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- TARDE, Gabriel. *Monodologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- TEIXEIRA, C. C. “O Preço da Honra”. *Série Antropologia*, 253. Brasília: UnB, 1999. pp. 1-24.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Anthropology and the Savage Slot: the poetics and politics of otherness*. In FOX, Richard (ed.). *Recapturing Anthropology. Working in the present*. Santa Fé: School of American Research Press, 1991.
- VELHO, Otávio. *Mais Realistas do que o Rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro; Top Books, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. Mana 8 (1):113-148, 2002.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cuktrix, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004.
- WEISS DE JESUS, Fátima. *A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “igreja inclusiva” no Brasil*. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 131-146, outubro de 2010.
- WILSON, Richard. *Human Rights, Culture and Context. Anthropological perspectives*. London:Chicago, Press, 1997.

Documentos disponíveis na Internet:

<http://www.fgv.br/cps/religioses/inicio.htm> Acessado em 22/05/2008.

<http://bispomacedo.com.br/2010/09/28/dilma-e-vitima-de-mentiras-espalhadas-pela-internet/> acesso em 23 de outubro de 2010.

<http://diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancada-evangelica-cresce-no-congresso> acesso em 07 de outubro de 2010.

<http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/2010/02/blog-post.html> acesso em 05 de maio de 2011.

http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/2010_04_01_archive.html acesso em 04 de dezembro de 2010.

http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/2010_11_01_archive.html acesso em 21 de março de 2010.

<http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/search?updated-min=2011-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&updated-max=2012-01-01T00%3A00%3A00-08%3A00&max-results=30> acesso em 11 de fevereiro de 2011.

<http://letras.terra.com.br/eyshila/216083/> acesso em 28 de março de 2011.

<http://letras.terra.com.br/frutos-do-espírito/191006/> acesso em 28 de março de 2011.

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0OI4747074-EI15315,00-CNBB+bispos+tem+direito+de+orientar+fiéis+sobre+candidatos.html> acesso em 22 de outubro de 2010.

<http://silentscream.org/index.html> acesso em 30 de março de 2011.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/marina+rebate+declaracoes+de+pastor+evangelico+silas+malafaia/n1237789584105.html> acesso em 24 de outubro de 2010.

<http://www.brasilsemaborto.com.br/?action=areafixa&id=1&cache=0.30643277114676604> acesso em 31 de março de 2011.

<http://www.cbjp.org.br/index.php/nota-da-comissao-brasileira-justica-e-paz> acesso em 16 de outubro de 2010

<http://www.cbjp.org.br/index.php/nota-da-comissao-brasileira-justica-e-paz> acesso em 16 de outubro de 2010

<http://www.cbjp.org.br/index.php/sobre/historia-da-cbjp> acesso em 19 de abril de 2011.

<http://www.cnbb.org.br/site/notas-e-declaracoes/4906-nota-da-cnbb-em-relacao-ao-momento-eleitoral> acesso em 16 de outubro de 2010.

<http://www.divulga-mpf.pgr.mpf.gov.br/conteudo/mpf-atuante/corruptao/corruptao-menu> acesso em 23 de março de 2011.

<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=38566> acesso em 23 de março de 2011.

<http://www.fpagropecuaria.com.br/institucional/composicao> acesso em 24 de março de 2011.

<http://www.ministeriosilasmalafaia.com.br/> acesso em 24 de outubro de 2010.

<http://www.mntb.org.br/> acesso em 16 de maio de 2011.

<http://www.naohomofobia.com.br/lei/index.php> acesso em 17 de maio de 2011.

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2010/10/16/noticiapoliticajornal,2053694/padre-critica-panfleto-contra-dilma-e-tasso-reage.shtml> acesso em 23 de outubro de 2010.

http://www.padrefaus.org/?page_id=349 acesso em 21 de abril de 2011.

http://www.padrefaus.org/?page_id=349 acesso em 21 de abril de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 21 de março de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 28 de julho de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em 15 de fevereiro de 2011.

<http://www.youtube.com/watch?v=OSiubDgIASY> acesso em 24 de outubro de 2010.

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes> acesso em 10 de junho de 2011.

INFORMATIVO AO POVO DE DEUS. Agosto de 2010, p. 5. Disponível também em http://peppercomm.3cdn.net/b4276dcbb22d5590a3_fdm6rkq9l.pdf acesso em 23 de outubro de 2010.

<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/bancada-feminina-aumenta-de-55-para-57-no-congresso> acesso em 24 de março de 2011.

<http://www.diap.org.br/index.php/legislativo/53o-legislatura-20072011/bancada-sindical-20072011> acesso em 24 de março de 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

Composição da Frente Parlamentar Evangélica na 52ª legislatura (2003-2006)¹⁹⁷

	Nome	Profissão	Igreja	UF	Partido	Reeleição em 2006.
1	Adelor Vieira	Professor	Assembléia de Deus	SC	PSDB	Não
2	Agnaldo Muniz	Advogado	Assembléia de Deus	RO	PPS	Não
3	Almeida de Jesus	Servidor público	IURD	CE	PL	Não
4	Almir Moura	Pastor	Internacional da Graça	RJ	PL	Não
5	Amarildo	Pastor	Assembléia de Deus	TO	PP	Não
6	Ana Alencar	Dentista	Presbiteriana	TO	PSDB	Não
7	Andre Zacharow	Economista e advogado	Batista	MS	PTB	Não
8	Antônio Cruz	Médico	Assembléia de Deus	MS	PP	Sim
9	Cabo Julio	Policia Militar	Assembléia de Deus	MG	PSB	Não
10	Carlos Willian	Advogado	Maranata	MG	PTC	Sim
11	Carlos Manato	Médico	Cristã Maranata	ES	PDT	Sim
12	Carlos Nader	Advogado e empresário	Assembléia de Deus	RJ	PL	Não
13	Carlos Rodrigues	advogado	Quadrangular	MG	PST	Não
14	Cleonânio Fonseca	Agropecuarista	Assembléia de Deus	SE	PPB	Não
15	Costa Ferreira	Advogado e professor	Assembléia de Deus	MA	PFL	Não
16	Edinho Montemor	Advogado	Batista	SP	PSB	Não
17	Edna Macedo	Servidora pública	IURD	SP	PTB	Não
18	Eduardo Cunha	Economista	Sara Nossa Terra	RJ	PMDB	Sim
19	Francisco Olimpio	Pastor	Assembléia de Deus	PE	PSB	Não
20	Frankembergen	Pastor	Assembléia de Deus	RR	PTB	Não
21	Gerson	Empresário	Batista	MA	PFL	Não

¹⁹⁷ Informações retiradas de Baptista (2009).

	Gabrieli					
22	Gilberto Nascimento	Jornalista	Assembléia de Deus	SP	PMDB	Não
23	Gilmar Machado	Professor de historia	Batista	MG	PT	Sim
24	Heleno Silva	Pastor	IURD	SE	PE	Não
25	Henrique Afonso	Professor	Presbiteriana	AC	PV	Sim
26	Herculano Anghinetti	Produtor rural	Batista Renovada	MG	PPB	Não
27	Isaias Silvestre	Comerciante	Assembléia de Deus	MG	PSB	Não
28	Jair de Oliveira	Pastor	Verdade que Liberta	ES	PMDB	Não
29	Jefferson Campos	Advogado	Quadrangular	SP	PSB	Sim
30	João Batista	Economista	IURD	SP	PFL	Não
31	João Campos	Delegado	Assembléia de Deus	GO	PMDB	Sim
32	João Mendes de Jesus	Economista	IURD	RJ	PSB	Não
33	João Paulo Gomes da Silva	Advogado	IURD	MG	PL	Não
34	Jorge Pinheiro	Pastor	IURD	DF	PL	Não
35	José Divino	Pastor	IURD	RJ	PMDB	Não
36	Josué Bengtson	Pastor	Quadrangular	PA	PTB	Não
37	Júlio Redecker	Advogado	Luterana	RS	PP	Não
38	Lincoln Portela	Radialista	Batista	MG	PR	Sim
39	Lino Rossi	Radialista	Batista	MT	PP	Não
40	Luis Carlos Heinze	Engenheiro e produtor rural	Luterano	RS	PPB	Não
41	Marcos Abramo	Técnico em telecomunicações	IURD	SP	PFL	Não
42	Marcos de Jesus	Radialista	IURD	SE	PL	Não
43	Milton Barbosa	Pastor	Assembléia de Deus	BA	PFL	Não
44	Milton Córdias	Pastor	Assembléia de Deus	RS	PTB	Não
45	Natan Donaton	Funcionário público	Batista	RO	PMDB	Sim
46	Nilton Capixaba	Comerciante	Assembléia de Deus	RO	PTB	Não
47	Neuton Lima	Advogado	Assembléia de	SP	PTB	Não

			Deus			
48	Neucimar Fraga	Representante comercial	Batista	ES	PL	Sim
49	Oliveira Filho	Radialista	IURD	PR	PL	Não
50	Onyx Lorenzoni	Veterinário	Luterano	RS	DEM	Sim
51	Paulo Baltazar	Médico	Metodista	RJ	PSB	Não
52	Paulo Bauer	Administrador de empresas	Luterana	SC	PFL	Não
53	Paulo Gouvea	Radialista	IURD	RS	PL	Não
54	Pedro Ribeiro	Radialista	Assembléia de Deus	CE	PMDB	Não
55	Philemon Rodrigues	Servidor Público	Assembléia de Deus	PB	PTB	Não
56	Raimundo Santos	Advogado	Assembléia de Deus	PA	PL	Não
57	Reginaldo Germano	Radialista	IURD	BA	PFL	Não
58	Reinaldo	Pastor	Quadrangular	RS	PTB	Não
59	Sergio Carvalho	Médico	-----	RO	PSDB	Não
60	Silas Brasileiro	Empresário	Presbiteriana	MG	PMDB	Sim
61	Silas Câmara	Empresário	Assembléia de Deus	AM	PSC	Sim
62	Takayama	Empresário	Assembléia de Deus	PR	PSC	Sim
63	Valdenor Guedes	Professor e químico industrial	Assembléia de Deus	AP	PP	Não
64	Vieira Reis	Pastor	IURD	RJ	PMDB	Não
65	Walter Pinheiro	Tec. Em telecomunicações	Batista	BA	PT	Sim
66	Wanderval Santos	Empresário	IURD	SP	PL	Não
67	Wasny de Roure	Economista e servidor público	Batista	DF	PR	Não
68	Wilson Santos	Professor	Adventista	MT	PSDB	Não
69	Zelinda Novaes	Economista e professora	IURD	BA	PFL	Não
70	Zequinha Marinho	Contador	Assembléia de Deus	PA	PSC	Sim
71	Zico Bronzeado	Estudante	Batista	AC	PT	Não
72	Senadora Marina Silva	Historiadora	Assembléia de Deus	AC	PV	
73	Senador	Musico e	Batista	ES	PR	

	Magno Malta	teólogo				
74	Senador Marcelo Crivella	Engenheiro	IURD	RJ	PRB	
75	Senador Francisco Pereira (suplente assumiu a vaga durante o mandato)	-----	-----	ES	PL	
76	Senadora Iris Rezende (suplente assumiu a vaga durante o mandato)	Empresária	Cristã Evangélica	GO	PMDB	
77	Senador Paulo Otávio	Empresário	Sara Nossa Terra	DF	PFL	

ANEXO 2

Composição da Frente Parlamentar Evangélica na 53ª legislatura (2007-2010)

	Nome	Profissão ¹⁹⁸	Igreja	UF	Partido	Mandatos	Reeleição em 2010	Outras Frentes Parlamentares ¹⁹⁹ que atuaram
1	Andréia Zito	Advogada	Batista	RJ	PSDB	07/11	Sim	Feminina
2	Antonio Bulhões	Teólogo e Bispo	IURD	SP	PRB	07/11	Sim	Ruralista ²⁰⁰
3	Antonio Carlos Chamariz	Comerciante	Assembléia de Deus	AL	PTB	07/11	Não	
4	Antônio Cruz	Médico	Assembléia de Deus	MS	PP	99/02; 03/06; 07/11	Não	
5	Arolde de Oliveira	Engenheiro	Batista	RJ	DEM	87/90; 91/94; 95/98; 99/02; 07/11	Sim	empresaria ²⁰¹
6	Bruno Rodrigues	Empresário	Batista	PE	PSDB	07/11	Não	Ruralista
7	Capitão Assunção	Militar	Cristã Maranata	ES	PSB	07/11	Não	
8	Carlos Willian	Advogado	Maranata	MG	PTC	03/06; 07/11	Não	Ruralista
9	Cleber Verde	Professor e advogado	Assembléia de Deus	MA	PRB	07/11	Sim	Ruralista
10	Davi Alves Silva Jr.	-----	IURD	MA	PR	07/11	Não	
11	Dr. Adilson Soares	Consultor Econômico	Intern. Da Graça	RJ	PR	07/11	Sim	Ruralista
12	Dr Nechar	Médico	Assembléia de Deus	SP	PP	07/11	não	

¹⁹⁸ Retirei as duas principais ocupações dos parlamentares informadas em suas biografias disponibilizadas no site <http://www2.camara.gov.br/>

¹⁹⁹ Considero aqui as Frentes parlamentares mais atuantes segundo o DIAP (2006; 2011).

²⁰⁰ Total de 25 parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica também filiados a Bancada Ruralista. Disponível em <http://www.fpagropecuaria.com.br/institucional/composicao> acesso em 24 de março de 2011.

²⁰¹ DIAP, 2011, p. 37-38

13	Eduardo Cunha	Economista	Sara Nossa Terra	RJ	PM DB	03/07, 07/11	Sim	Ruralista
14	Fátima Pelaez	Socióloga	Assembléia de Deus	AP	PM DB	91/94; 95/98; 99/02; 03/06; 07/11	Sim	Ruralista, feminina ²⁰²
15	Geraldo Pudim	Administrador	Assembléia de Deus	RJ	PSC	07/11	Sim	Ruralista
16	Flavio Bezerra	Empresário	IURD	CE	PRB	07/11	Não	
17	Francisco Rossi	Advogado	Comunidade Carisma	SP	PM DB	87/91, 07/11	Não	
18	George Hilton	Radialista	IURD	M G	PRB	07/11	Sim	
19	Geraldo Pudim	Tec. Em edificação	Batista	RJ	PR	07/11	Não se candidatou	Ruralista
20	Gilmar Machado	Professor de história	Batista	M G	PT	99/02; 03/06; 07/11	Sim	Sindical ²⁰³
21	Henrique Afonso	Professor	Presbiteriana	AC	PV	03/06, 07/11	Sim	Sindical
22	Iris de Araujo	Administradora pública	Cristã evangélica	G O	PM DB	07/11	Sim	Ruralista, Empresarial, feminina
23	Irlei Cordeiro	Empresário	Batista	AC	PPS	07/11	Não	
24	Jefferson Campos	Advogado	Quadrangular	SP	PSB	03/06, 07/11	Não	
25	João Campos	Delegado	Assembléia de Deus	G O	PM DB	03/06, 07/11	Sim	
26	Jorge Thadeu Mulen	Engenheiro	Intern. Da Graça	SP	DE M	91/94; 95/98; 99/02; 03/06; 07/11	Sim	
27	Jurandy Loureiro	Empresário	Assembléia de Deus	ES	PSC	07/11	Não	
28	Bispo Ge Tenuta	Empresário	Renascer em Cristo	SP	DE M	07/11	Não	

²⁰² Considerando que a Frente Parlamentar Evangélica possuía na 53ª legislatura apenas cinco mulheres. Informações retiradas de um levantamento realizado pelo DIAP para a 54ª legislatura (2007-2011) Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/bancada-feminina-aumento-de-55-para-57-no-congresso> acesso em 24 de março de 2011.

²⁰³ Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/legislativo/53o-legislatura-20072011/bancada-sindical-20072011> acesso em 24 de março de 2011.

29	Léo Vivas	Ministro do evangelho	IURD	RJ	PRB	07/11	Não	
30	Leonardo Quintão	Empresário	Presbiteriana	M G	PM DB	07/11	Sim	Ruralista, Empresarial
31	Lincoln Portela	Radialista	Batista	M G	PR	03/11	Sim	Ruralista
32	Lindomar Garçon	Comerciante	Assembléia de Deus	R O	PV	07/11	Sim	Ruralista, Empresarial
33	Major Fábio	MILITAR	Batista	PB	DE M	07/11	Não	
34	Marcio Marinho	Radialista	IURD	BA	PRB	07/11	Sim	Ruralista
35	Manato	Médico	Cristã Maranata	ES	PDT	03/11	Sim	Ruralista, empresarial
36	Manoel Ferreira	Bispo	Assembléia de Deus	RJ	PTB	07/11	Não se candidatou	
37	Marco Antonio	Engenheiro	Metodista Wesleyana	PE	PRB	07/11	Não	
38	Mário de Oliveira	Ministro de evangelho	Quadrangular	M G	PSC	83/86; 91/94; 95/98; 99/02; 03/06; 07/11	Sim	Ruralista,
39	Natan Donaton	Funcionário público	Batista	R O	PM DB	03/11	Não	
40	Neilton Mulin	Professor	Batista	RJ	PR	07/11	Sim	Ruralista
41	Onyx Lorenzoni	Veterinário	Luterano	RS	DE M	03/11	Sim	Ruralista, empresarial
42	Paulo Roberto	Teólogo	IURD	RS	PTB	07/11	Não	Ruralista
43	Rodvalho	Empresário	Sara Nossa Terra	DF	DE M	07/11	Não	
44	Sabino Castelo Branco	Empresário	Assembléia de Deus	A M	PTB	07/11	Sim	Ruralista, Empresarial
45	Sergio Brito	Administrador	Batista	BA	PDT	87/90; 91/94; 07/11	Sim	
46	Silas Brasileiro	Empresário	Presbiteriana	M G	PM DB	95/98; 99/02; 03/06;	Não	Ruralista

						07/11		
47	Silas Camara	Empresário	Assembléia de Deus	AM	PSC	99/02; 03/06; 07/11	Sim	Empresarial
48	Sueli Vidigal	Funcionária Pública	Batista	ES	PDT	07/11	Sim	Feminina
49	Tático	Comerciante	Mundial do Povo de Deus	GO	PTB	03/07/11	Não	
50	Takayama	Empresário	Assembléia de Deus	PR	PSC	03/06; 07/11	Sim	Ruralista, Empresarial
51	Walter Pinheiro	Tec. Em telecomunicações	Batista	PT	BA	95/98; 99/02; 03/06; 07/11	Ganhou a eleição para senador	Sindical
52	Zequinha Marinho	Tec. Em contabilidade	Assembléia de Deus	PA	PSC	03/06; 07/11	Sim	Ruralista
53	Zé Vieira	Pecuarista	Assembléia de Deus	MA	PR	07/11	Sim	Empresarial
54	Senadora Marina Silva	Historiadora	Assembléia de Deus	AC	PV	03/11	Se candidatou a presidência da República	Sindical
55	Senador Magno Malta	Musico e teólogo	Batista	ES	PR	Dep. Fed 99/03; 03/11	Mandato até 2014	Ruralista
56	Senador Marcelo Crivella	Engenheiro	IURD	RJ	PRB	03/11	Mandato até 2014	

ANEXO 3

Composição da Frente Parlamentar Evangélica na 54ª legislatura (2011-2014)

No.	DEPUTADOS E SENADORES	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
1	Agnaldo Ribeiro	PP	PB	Batista	Novo
2	Anderson Ferreira	PR	PE	Assembléia de Deus	Novo
3	André Zacharow	PMDB	PR	Batista	Novo
4	Andréia Zito	PSDB	RJ	Maranata	Reeleita
5	Antônia Lúcia	PSC	AC	Assembléia de Deus	Nova
6	Arolde de Oliveira	DEM	RJ	Batista	Reeleito
7	Aureo	PRTB	RJ	Metodista	Novo
8	Audifax Barcelos	PSB	ES	Batista	Novo
9	Benedita	PT	RJ	Presbiteriana	Nova
10	Bispo Antônio Bulhões	PRB	SP	IURD	Reeleito
11	Bruna Furlan	PSDB	SP	Cristã do Brasil	Nova
12	Cleber Verde	PRB	MA	Assembléia de Deus	Reeleito
13	Delegado Francischini	PSDB	PR	Assembléia de Deus	Novo
14	Dona Iris Rezende	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Reeleita
15	Dr. Adilson Soares	PR	RJ	Batista	Reeleito
16	Dr. Grilo	PSL	MG	Igreja Internacional da Graça	Novo
17	Edinho Araújo	PMDB	SP	Presbiteriana	Novo
18	Edmar Arruda	PSC	PR	Presbiteriana	Novo
19	Eduardo Cunha	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
20	Edvaldo Holanda Junior	PTC	MA	Batista	Novo
21	Erivelton Santana	PSC	BA	Assembléia de Deus	Novo
22	Fátima Pelaes	PMDB	AP	Assembléia de Deus	Reeleita
23	Filipe Pereira	PSC	RJ	Assembléia de Deus	Reeleito
24	Garotinho	PR	RJ	Presbiteriana	Novo
25	George Hilton	PRB	MG	IURD	Reeleito
26	Gilmar Machado	PT	MG	Batista	Reeleito

27	Henrique Afonso	PV	AC	Comunidade Shamá	Reeleito
28	Jefferson Campos	PSB	SP	Igreja do Evangelho Quadrangular	Reeleito
29	João Campos	PSDB	GO	Assembléia de Deus	Reeleito
30	Jonathan de Jesus	PRB	RR	IURD	Novo
31	Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça de Deus	Reeleito
32	Josué Bengtson	PTB	PA	Igreja do Evangelho Quadrangular	Novo
33	Laércio Oliveira	PR	SE	Presbiteriana	Novo
34	Lauriete Rodrigues	PSC	ES	Assembléia de Deus	Nova
35	Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
36	Liliam Sá	PR	RJ	Presbiteriana	Nova
37	Lincoln Portela	PR	MG	Batista	Reeleito
38	Lindomar Garçon	PV	RO	Assembléia de Deus	Reeleito
39	Lourival Mendes	PT do B		Batista	Novo
40	Manato	PDT	ES	Cristã Maranata	Reeleito
41	Marcelo Aguiar	PSC	SP	Igreja Renascer	Novo
42	Márcio Marinho	PRB	BA	IURD	Reeleito
43	Marco Feliciano	PSC	SP	Assembléia de Deus	Novo
44	Mário de Oliveira	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito
45	Missionário José Olimpo	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Novo
46	Neilton Mulim	PR	RJ	Batista	Reeleito
47	Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembléia de Deus	Novo
48	Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterano	Reeleito
49	Otoniel Lima	PRB	SP	IURD	Novo
50	Pastor Eurico	PSB	PE	Assembléia de Deus	Novo
51	Pastor Heleno	PRB	SE	IURD	Novo
52	Pastor Paulo Freire	PR	SP	Assembléia de Deus	Novo
53	Professor Setimo	PMDB	MA	--	
54	Rui Carneiro	PSDB	PB	-	Novo
55	Roberto de Lucena	PV	SP	Brasil Para Cristo	Novo

56	Ronaldo Nogueira	PTB	RS	Assembléia de Deus	Novo
57	Ronaldo Fonseca	PR	DF	Assembléia de Deus	Novo
58	Sabino Castelo Branco	PTB	AM	Assembléia de Deus	Reeleito
59	Sérgio Brito	PDT	BA	Batista	Reeleito
	Silas Câmara	PSC	AM	Assembléia de Deus	Reeleito
60	Sueli Vidigal	PDT	ES	Batista	Reeleita
61	Takayama	PSC	PR	Assembléia de Deus	Reeleito
62	Vaz de Lima	PSDB	SP	Presbiteriana	Novo
63	Vitor Paulo	PRB	RJ	IURD	Novo
64	Walney Rocha	PTB	RJ	Metodista	Novo
65	Walter Tosta	PMN	MG	Batista	Novo
66	Washington Reis	PMDB	RJ	Nova Vida	Novo
67	Zé Vieira	PR	MA	Assembléia de Deus	Reeleito
68	Zequinha Marinho	PSC	PA	Assembléia de Deus	Reeleito
69	Senador Marcelo Crivella	PRB	RJ	IURD	Reeleito
70	Senador Magno Malta	PR	ES	Batista	Reeleito
71	Senador Walter Pinheiro	PT	BA	Batista	Novo

ANEXO 4

Composição de deputados evangélicos nas Comissões Permanentes da Casa em 2010

1. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR

3º Vice-Presidente: Silas Brasileiro (PMDB/MG) Igreja Presbiteriana

Titular: Onyx Lorenzoni (DEM/RS) Igreja Luterana

Suplente: Márcio Marinho (PRB/BA) IURD

2. Comissão de Defesa do Consumidor - CDC

Titular: Filipe Pereira (PSC/RJ) Assembléia de Deus.

3. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR

Titular: Zequinha Marinho (PSC/PA) Assembléia de Deus.

Suplente: Henrique Afonso (PV/AC)

4. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI

Titulares: Gilmar Machado (PT/MG) Igreja Batista, Dr. Adilson Soares (PR/RJ) Igreja Internacional da Graça de Deus, Walter Pinheiro (PT/BA) Igreja Batista, Arolde de Oliveira (DEM/RJ) Igreja Batista, Bispo Gê Tenuta (DEM/SP) Igreja Renascer Em Cristo, Lindomar Garçon (PV/RO) Assembléia de Deus, Léo Vivas (PRB/RJ) IURD, Antonio Bulhões (PRB/SP) IURD.

Suplentes: Zequinha Marinho (PSC/PA) Assembléia de Deus, Dr. Nechar (PP/SP) Assembléia de Deus

5. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

2º Vice-Presidente: Rodovalho (PP/DF) Igreja Sara Nossa Terra

Titulares: Eduardo Cunha (PMDB/RJ) Igreja Sara Nossa Terra, João Campos (PSDB/GO) Assembléia de Deus, Márcio Marinho (PRB/BA) IURD.

Suplentes: Geraldo Pudim (PR/RJ)) Igreja Batista, Arolde de Oliveira (DEM/RJ) Igreja Batista, Onyx Lorenzoni (DEM/RS) Igreja Luterana.

6. Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

Suplentes: Silas Brasileiro (PMDB/MG) Igreja Presbiteriana.

7. Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

Titular: Paes de Lira (PTC/SP) Católico, Miguel Martini (PHS/MG) Católico.

Suplente: Dr. Talmir (PV/SP) Católico

8. Comissão de Finanças e Tributação - CFT

Titular: Takayama (PSC/PR) Assembléia de Deus

Suplentes: Eduardo Cunha (PMDB/RJ) Igreja Sara Nossa Terra, Leonardo Quintão (PMDB/MG) Igreja Presbiteriana.

9. Comissão de Educação e Cultura - CEC

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Chamariz (PTB/AL) Assembléia de Deus

Suplente: Gilmar Machado (PT/MG) Igreja Batista

10. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Suplente: Onyx Lorenzoni (DEM/RS) Igreja Luterana.

11. Comissão de Legislação Participativa - CLP

Titular: Dr. Talmir (PV/SP) Católico

12. Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU

Nenhum deputado evangélico participa

13. Comissão de Minas e Energia - CME

Suplentes: Rodovalho (PP/DF) Igreja Sara Nossa Terra, Leonardo Quintão (PMDB/MG) Igreja Presbiteriana, Tatico (PTB/GO) Igreja Mundial do Povo de Deus.

14. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

Titulares: Fátima Pelaes (PMDB/AP) Assembléia de Deus, Mário de Oliveira (PSC/MG) Igreja Quadrangular.

15. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN

Titulares: Major Fábio (DEM/PB) Igreja Batista, George Hilton (PRB/MG) IURD

Suplentes: Capitão Assunção (PSB/ES) Igreja Maranata, Léo Vivas (PRB/RJ) IURD

16. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

Titular: Capitão Assunção (PSB/ES) Igreja Maranata

Suplentes: Major Fábio (DEM/PB) Igreja Batista, João Campos (PSDB/GO) Assembléia de Deus, Major Fábio (DEM/PB) Igreja Batista, Manato (PDT/ES) Igreja Maranata.

17. Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF [indico também os deputados católicos e espíritas por conta dos objetivos deste trabalho]

1º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT/ES) Igreja Batista,
3º Vice-Presidente: Manato (PDT/ES) Igreja Maranata.

Titulares: Miguel Martini (PHS/MG) Católico, Dr. Talmir (PV/SP) Católico, Henrique Afonso (PV/AC) Igreja Presbiteriana, Padre Linhares (PP/CE) católico

Suplentes: Antonio Carlos Chamariz (PTB/AL) Assembléia de Deus, Dr. Nechar (PP/SP) Assembléia de Deus, Fátima Pelaes (PMDB/AP) Assembléia de Deus, Paes de Lira (PTC/SP) Católico, Takayama (PSC/PR) Assembléia de Deus, João Campos (PSDB/GO) Assembléia de Deus, Antonio Bulhões (PRB/SP) IURD, Luiz Bassuma (PV/BA) espírita.

18. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP

Titular: Andreia Zito (PSDB/RJ) Igreja Batista

Suplentes: João Campos (PSDB/GO) Assembléia de Deus, Filipe Pereira (PSC/RJ) Assembléia de Deus, Walter Pinheiro (PT/BA) Igreja Batista, Major Fábio (DEM/PB) Igreja Batista

19. Comissão de Turismo e Desporto - CTD

Não há deputados evangélicos na Comissão.

20. Comissão de Viação e Transportes - CVT

Titular: Leonardo Quintão (PMDB/MG) Igreja Presbiteriana